



This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

### Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

- + *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
- + *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
- + *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
- + *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

### About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at <http://books.google.com/>



Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

### **Diretrizes de uso**

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.  
A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.
- Evite consultas automatizadas.  
Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento óptico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.
- Mantenha a atribuição.  
A "marca d'água" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.
- Mantenha os padrões legais.  
Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As consequências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

### **Sobre a Pesquisa de Livros do Google**

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em <http://books.google.com/>

























**TOMO I**

---



**LISBOA**  
**IMPRESA NACIONAL**  
**1870**

DP646

L8

V.4

para a França, onde apenas chegou pouco mais de uma terça parte. Experimentando lá varias vicissitudes e organizações, de uma das quaes lhe resultou aggregarem-lhe grande numero de hespanhoes dos depositos de prisioneiros, uma grande parte d'ella se distinguem na batalha de Wagram, e depois toda ella na campanha da Russia, d'onde muito poucos voltaram para França, até que por fim foi dissolvida por Napoleão durante o mez de novembro de 1813.

Apaziguada a Austria com a França pela paz de Presburgo, assignada aos 26 de dezembro de 1805, como consequencia das victorias de Wertingen, de Ulm e de Austerlitz, pelo mesmo modo se apaziguaram tambem com a França, a Prussia e a Russia pela paz de Tilsitt, assignada aos 7 de julho de 1807, como consequencia das victorias de Iéna, de Eylau e de Friedland. Póde portanto dizer-se que a paz de Tilsitt foi o remate das fadigas militares de Napoleão Buonaparte, para obrigar as differentes potencias do norte da Europa a congrassarem-se com a França, cuja supremacia ficou incontes-























vaga e indefinida por sua natureza. occasiões ha em que vale mais do que a força *physica*, estando esta sujeita ao calculo, o que áquella não succede. Não dando pois tempo aos moradores de Lisboa de entrarem no conhecimento da desordem da sua marcha e do pequeno numero dos seus soldados, poz-se finalmente a caminho á testa d'aquelle tão insignificante corpo, com que completou a conquista da capital, entrando n'ella pelas nove horas da manhã do dia 30, mandando um destacamento para Beirollas, a fim de tomar posse de umas quarenta mil arrobas de polvora que ali se achavam. Fartos de alimento e de bebidas, os soldados francezes, até ali esfomeados, caíram em prostração, de que resultou não poderem marchar em ordem, mesmo ao som das caixas regimentaes, as duas pequenas leguas que separam Sacavem de Lisboa. Uma parte ficou portanto atrás, entrando a outra isoladamente n'esta grande cidade, onde os soldados que a compunham foram acolhidos com interesse e compaixão pelos habitantes do bairro de Arroios, por entre os quaes tiveram de atravessar, apresentando o espectaculo de verdadeiros espectros militares, que mais se assimilhavam a mendigos do que a soldados de um exercito regular de Napoleão <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> O retrato de um soldado francez foi n'aquella occasião descripto no seguinte soneto :

Um homem com cabeça de donato,  
Tendo por barretina uma caneca,  
Olhos gázeos, bôca d'alforreca,  
E pescoço estendido como gato.

Burjaca suja e rota por ornato,  
Calça de brim na perna nua e secca,  
Uma espada que andou por séca e meca,  
Os dedos quasi fóra do sapato.

Uma pelle de cabra sobre o lombo (a),  
Cabacinha (b), panella, e caçarola,  
Espingarda que leva muito tombo :

Eis um guerreiro da franceza escola,  
Agudo em manhas, em juizo rombo,  
Que outro Deus não tem que a passarola (c).

(a) Era a mochilla. (b) Cantil. (c) A aguia de Napoleão.

do embarque da familia real e da còrte para o Rio de Janeiro. Concisa como é a proclamação de Junot, aqui a transcrevemos por inteiro: «O governador de Paris, primeiro ajudante de campo de sua magestade, o imperador dos francezes e rei da Italia, general em chefe, gran-cruz da ordem de Christo n'estes reinos. Habitantes de Lisboa. O meu exercito vae entrar na vossa cidade. Eu vim salvar o vosso porto e o vosso principe da influencia maligna da Inglaterra. Mas este principe, aliás respeitavel pela suas virtudes, deixou-se arrastar pelos conselheiros perfidos de que era cercado, para ser por elles entregue aos seus inimigos; atreveram-se a assusta-lo, quanto á segurança pessoal; *os seus vassallos não foram tidos em conta alguma, e os vossos interesses foram sacrificados á cobardia de uns poucos de cortezãos.* Moradores de Lisboa, vivei socegados em vossas casas; não receieis cousa alguma do meu exercito, nem de mim; os nossos inimigos, e os malvados sómente devem temer-nos. O grande Napoleão, meu amo, *envia-me para vos proteger, e eu vos protegerei.* = Junot.

Depois da entrada da pequena divisão, que se seguia ao general Junot, e que só era formada pelos soldados avulsos, que se tinham reunido em Sacavem, pela fortuna de terem resistido melhor que os seus camaradas ás extensas e apressadas marchas que traziam desde as terras de França até Portugal, outras foram chegando dias depois, com os seus competentes generaes, Delaborde, Kellerman, Thomiers, Loison (bem conhecido entre o povo portuguez pelo nome de *general maneta*), e muitos outros, de que se chegaram a contar quinze. Delaborde só acompanhou Junot até Santarem, onde ficou depois d'elle, como já dissemos, para juntar os soldados dispersos, e providenciar o necessario para os transportes. A maior parte dos recémchegados eram recrutas imberbes, a quem victimavam as molestias, occasionadas pelas incommodidades das marchas, do tempo, do mau trato e do mau estado dos caminhos. Todos elles, incluindo os generaes, vinham fatigados, rotos e desfigurados, excitando mais a piedade do que o terror dos espectadores. Eram immensos os estropeados, que coxeando se viam seguir por horas inteiras



pugnantes. quanto mais contrariavam as crenças de um povo consideravelmente devoto e religioso, como o portuguez então era. As consequências d'este procedimento não podiam deixar de ser funestas para os invasores, que tendo sido conduzidos como amigos pela propria guarda real da policia portugueza desde Sacavem até aos seus respectivos quartéis, de facto se mostraram depois como nossos figadaes inimigos.

Tudo isto infundira a mais profunda consternação nos habitantes da capital, que depois de presencearem com o maior pezar a accumulção das riquezas, que com o principe regente e a cõrte tinha ido para o Brazil, testemunharam tambem com não menos pezar a occupação da capital e de todo o reino, tratado como um paiz conquistado por um exercito estrangeiro, que vindo com palavras de benevolencia e disposto a fazer causa commum com os portuguezes para guerrear sómente a Gran-Bretanha, depois se apresentára de facto como altivo e despotico dominador. Já mostrámos que esta futil pretensão de conquista não pôde ser com boa rasão sustentada por um só escriptor de boa fé, ainda quando francez seja. Era assim que se conduziã para comnosco esses formidaveis guerreiros, diante dos quaes a Europa se humilhára e o principe regente fugira, sem que elle nem o seu governo se atrevessem a olha-los de frente; e todavia esses homens prestigiosos, reputados como semi-deuses na guerra, eram aquelles mesmos a quem dezoito dias de marchas forçadas, perseguidos durante elles pela fome, pelas chuvas e pelas torrentes que tinham atravessado, haviam reduzido a não terem nem mesmo a força necessaria para marcharem com cadencia e debaixo de fórma ao som dos seus mesmos tambores, apresentando-se descalços e esfarrapados. Tirados da miseria, e, por assim dizer, reduzidos a viver á custa d'este paiz, e por elle mesmo vestidos e calçados, e a todos os respeitos tratados como compatriotas, o fructo que d'isto tirou Portugal foi ser tido na conta de um paiz vencido. Emquanto o espirito de represalia não dominou os portuguezes contra os seus oppressores, não havia da parte d'estes a mais pequena affronta que satisfação exigisse, injuria que reclamasse vingança ou pre-



seguramente a rasão por que Junot ficou desesperado quando em Sacavem soube com certeza ter o principe regente saído de barra em fóra do Tejo na tarde do dia 29 de novembro, causando-lhe a mesma sensação quando, chegando á bateria do Bom Successo no seguinte dia, viu com os seus proprios olhos a confirmação do que a tal respeito se lhe tinha dito. E com toda a rasão temia o general Junot os effeitos da colera que havia de produzir no animo do imperador seu amo a mallograda esperança da apprehensão do principe regente de Portugal, porque effectivamente Napoleão, reputando-a como certa pelo calculo que tinha feito sobre a marcha rapida do exercito da Gironde desde Salamanca até Lisboa, sem attender aos obstaculos que podiam alterar similhante calculo, não lhe quiz admittir desculpa pela sua demora em Alcantara, nem pela dos dois dias consumidos em Abrantes, não obstante serem gastos na promptificação dos meios necessarios para effectuar a passagem do Zézere.

Similhante circumstancia fez por conseguinte aguar a grande alegria de Junot pela sua entrada em Lisboa, alegria tanto mais justa, quanto maior era a sua admiração por ter escapado a uma total ruina no meio da desorganisação e miseria a que o seu exercito se viu reduzido. Quasi um mez se passou primeiro que os corpos se reorganisassem e uniformisassem de novo. Durante aquelle tempo quotidianamente se viam chegar a Lisboa os barcos do Tejo carregados de soldados avulsos, emquanto que por Arroios se viam tambem entrar outros montados em jumentos. Finalmente cessaram estes espectaculos, e liquidada a perda que o exercito de Junot tinha soffrido desde Bayonna até Lisboa, achou-se a falta de 1:700 homens que

nullando completamente por meio de tal cessão o tratado de Fontainebleau, que nunca fez tenção de executar; e o mallogro d'aquella apprehensão o obrigou a tirar a mascara da hypocrisia sobre este ponto, aposando-se arbitrariamente de todo o Portugal contra as disposições do referido tratado, sem ao menos ter um pretexto com que justificasse similhante procedimento, de que lhe resultou a indisposição dos generaes hespanhoes, quando se viram subordinados aos francezes, a que se seguiu logo a revolução da Hespanha contra estes.

quez de Alorna, depois de a ter abastecido de viveres, e de lhe ter mettido mais 3:000 homens de guarnição. O marquez, sendo dos primeiros que soube da entrada dos francezes na Beira, e ainda antes que o general Solano tivesse reunido as suas tropas, mandára o tenente coronel Carlos Frederico Lecor, seu ajudante de campo, verificar a noticia d'aquella entrada, e ir immediatamente a Lisboa participa-la ao principe regente. O mesmo tenente coronel Lecor na sua volta para Elvas levou ao marquez a ordem de franquear a entrada da praça ás tropas estrangeiras que assim lh'o exigissem. Solano entrou portanto em Elvas sem achar resistencia alguma, e deixando ali tres batalhões, e nos mais fortes que d'aquella praça dependem, foi estabelecer o seu quartel general em Setubal, cidade (por aquelle tempo villa) a cinco leguas ao sul de Lisboa, e de lá providenciou sobre o melhor modo de se assegurar da posse do Alemtejo e Algarve. A 30 de novembro tinha elle dirigido em Badajoz uma ordem do dia aos seus soldados, recommendando-lhes toda a moderação possivel na sua entrada em Portugal, visto ter o governo portuguez dado ordens para que fossem recebidos como amigos <sup>1</sup>.

Nas provincias do norte do reino a entrada dos hespanhoes foi um pouco mais demorada. O rio Minho foi por elles passado pacificamente em bateis, debaixo da artilheria da praça de Valença. Posto que desmantelada e mal provida de artilheria como esta praça se achava, se todavia fizesse fogo, os hespanhoes seriam seguramente obrigados a escolher um outro ponto para atravessarem o Minho. Valença tinha então por governador o velho marechal de campo Miron, com os seus oitenta annos de idade, reputado como um dos mais habéis officiaes que no tempo do marquez de Pombal comsigo tinha trazido o conde de Schomberg Lippe. Da divisão hespanhola, que na força de 6:584 homens com 12 peças de artilheria se destinava a tomar conta, em nome do rei da Etruria, das provincias do Minho e Traz os Montes, era commandante em chefe o tenente general D. Francisco Taranco e Llano, capitão ge-

<sup>1</sup> Veja o documento n.º 2.

Desde a entrada do general Junot em Lisboa o supremo governo do reino foi por elle concentrado inteiramente nas suas mãos, porque posto só devesse governar as duas Beiras e a Extremadura, em nome do governo francez, segundo as disposições do tratado de Fontainebleau, tratou logo de estender a sua influencia ás províncias do norte e sul do reino, quando aliás deviam ser governadas, aquellas pelo general Taranco, em nome do rei da Etruria, e estas pelo marquez do Soccor-

2.ª Brigada	3.º batalhão do 32.º de linha . . . . .	1:034	} 3:565 homens
	3.º batalhão do 58.º de linha . . . . .	1:428	
	2.º batalhão do 2.º regimento suíço. . . . .	1:103	

### 3.ª DIVISÃO — GENERAL BARÃO TRAVOT

1.ª Brigada	3.º batalhão do 31.º ligeiro . . . . .	846	} 3:304 homens
	3.º batalhão do 32.º ligeiro . . . . .	1:099	
	2.º batalhão do 26.º de linha . . . . .	517	
	1.º e 2.º batalhões da legião do meio dia . . . . .	842	
2.ª Brigada	3.º batalhão do 66.º de linha . . . . .	1:125	} 2:892 homens
	3.º batalhão do 82.º de linha . . . . .	963	
	Legião hanoveriana . . . . .	804	

### DIVISÃO DE CAVALLARIA — GENERAL KELLERMAN

1.ª Brigada	4.º esquadrão do 26.º de caçadores . .	263	} 903 homens
	4.º esquadrão do 1.º de dragões . . . .	335	
	4.º esquadrão do 3.º de dragões . . . .	305	
2.ª Brigada	4.º esquadrão do 4.º de dragões . . . .	298	} 1:248 homens
	4.º esquadrão do 5.º de dragões . . . .	291	
	4.º esquadrão do 9.º de dragões . . . .	337	
	4.º esquadrão do 15.º de dragões . . . .	322	

Total da infantaria . . . . .	22:959	homens	
Total da cavallaria . . . . .	2:151	»	2:190 cavallos
Artilheria . . . . .	670	»	
Trem de artilheria . . . . .	373	»	545 »
Artifices . . . . .	30	»	
Engenheiros . . . . .	18	»	
Trem de equipagens . . . . .	292	»	500 »
Gendarmeria . . . . .	39	»	39 »
Total geral . . . . .	<u>26:532</u>	»	<u>3:274</u> »























*Vira Portugal! Morra a França!* Contra os amotinados vieram então as tropas de todas as partes, movendo-se também com ellas algumas peças de artilheria de campanha. Os tiros de fuzilaria occasionaram algumas mortes, socegando o tumulto pelas nove horas da noite, depois de ter durado tres horas. Na manhã seguinte appareceu reforçada a guarda do Terreiro do Paço, achando-se este guarnecido por um forte destacamento de infantaria e cavallaria, com algumas peças de artilheria. Numerosas patrulhas rondavam também pelas ruas principaes, vendo-se igualmente á porta do quartel de Junot duas peças de artilheria. Algumas pendencias entre portuguezes e francezes ameaçaram novamente o socego de Lisboa na referida manhã de 14 de dezembro, tranquillizando-se tudo pela volta do meio dia. Se o povo estivesse armado e o exercito portuguez em estado de o auxiliar, do tumulto se passaria por certo a uma formal insurreição, em que de parte a parte havia de ser grande o derramamento de sangue. Mas se as cousas não chegaram a este estado, nem por isso deixaram de patentear que os espiritos se achavam sobremaneira dispostos para uma formal reacção em occasião opportuna, sendo necessario que nos quartéis de alguns corpos de tropa portugueza, existentes em Lisboa, se embaraçasse a sua saída para fóra dos mesmos quartéis.

N'uma proclamação de Junot, relativa aos successos de 13 e 14 de dezembro, não só declarou que o maior de todos os crimes era a rebelião, mas até prometeu uma horrivel vingança por mandarem atirar contra as suas tropas. «Eu bem os conheço, dizia-elle na dita proclamação. com relação aos pretendidos chefes da denominada insurreição: elles pagarão com as suas cabeças o insulto que se atreveram a fazer á bandeira franceza!» Em seguida a isto decretou que todo o ajuntamento de qualquer natureza que fosse ficava prohibido. Que todo o individuo que se encontrasse armado seria conduzido á commissão especial, que se creára por decreto do mesmo dia 14 de dezembro, e por ella condemnado a tres mezes de prisão, não se tendo servido de armas, e á morte, tendo-se servido d'ellas. Que todo o individuo preso em um ajunta-







cho nunca chegou a verificar-se. A redução da infantaria não se pôde fazer com tanta regularidade como a da cavallaria, porque o numero de homens de um regimento, que segundo o decreto de Junot, era de 1:600, incluindo o estado maior respectivo, não foi sufficiente para preencher com o remanente de quatro dos antigos regimentos um dos novos. O novo primeiro regimento de infantaria foi talvez o unico que se preencheu com os restos dos quatro (1, 10, 13 e 16), que foram os da guarnição de Lisboa. D'este foi coronel Joaquim de Saldanha e Albuquerque, major o marquez de Valença, e chefes de batalhão Candido José Xavier, e Julião Rodrigues de Almeida. O segundo foi formado dos quatro antigos regimentos 4, 6, 18 e 19; e o terceiro dos tambem antigos regimentos 11, 12, 23 e 24. Do segundo foi coronel o marquez de Ponte de Lima, major João António Tavares, que tinha vindo do ultramar, onde era tenente coronel, e chefes de batalhão Bernardino Antonio Moniz, e Julião Francisco Torres. Do terceiro foi coronel Francisco Antonio Freire Pego, major Antonio José Baptista de Sá, e chefes de batalhão Balthazar Ferreira, e João Tschudy. Os mais corpos foram organisados muito irregularmente dos restos dos regimentos do Alentejo e Algarve. De um d'estes corpos foi coronel o conde de S. Miguel, major Antonio José Cardoso, e chefe de batalhão Alexandre Martigny. De outro foi coronel Francisco Ferrari, major Antonio de Macedo, e chefe de batalhão Francisco Stuard.

A legião das tropas ligeiras, a que se encorporaram os restos do regimento de infantaria n.º 15, apenas se limitou a um esquadrão de caçadores a cavallo, commandado pelo chefe de esquadrão João de Mello, e um batalhão de caçadores a pé, commandado pelo chefe de batalhão Francisco Claudio Blanc. Todas estas tropas tiveram por commandante em chefe o marquez de Alorna, D. Pedro de Almeida, como já dissemos; Gomes Freire de Andrade foi o commandante em segundo. Manuel Ignacio Martins Pamplona Côrte Real foi a marechal de campo e chefe do estado maior general. D. José Carcome Lobo, tambem marechal de campo, foi o commandante da primeira divisão, e João de Brito Mousinho, igualmente ma-



ordenando-se-lhe que com ella partisse para as vizinhanças dos Pyrenéus, pela maior facilidade de se prover em Bayonna de armamento, calçado e vestuario, para que depois de municiada e uniformisada ficasse em estado de poder acompanhar Napoleão a Madrid e Lisboa, correndo então a noticia de que á primeira d'estas duas cidades se tinha de dirigir em pouco tempo, o que parecia ser certo, á vista das carruagens, lacaios e mais preparativos que os portuguezes tinham encontrado em Burgos com destino a acompanharem Buonaparte, e pertencentes á sua casa. A presença d'este trem, que os francezes tinham grande cuidado de frequentemente mostrarem á nossa tropa, á proporção que mais se ia afastando de Portugal, quasi que fez cessar inteiramente a deserção, ficando a força da legião reduzida ao escasso numero de 3:240 soldados, faltando todavia perto de 6:000 entre os desertados, os que ficaram por doentes em diversos hospitaes, que montavam a 600 homens, e os que morreram no primeiro cerco de Saragoça <sup>1</sup>.

De Burgos foram os portuguezes por Pancorvo e Miranda do Ebro para a cidade de Vittoria, onde tiveram dois dias de descanso. De lá foram em cinco dias á villa de Ernani, na provincia de Guipuscoa, em cujas vizinhanças se acantonaram. D'ali foi um official a Bayonna, onde se achava Buonaparte, para dar conta ao major general da chegada das tropas portuguezas, e da necessidade de serem quanto antes fornecidas do que precisavam. D'esta participação o resultado foi ser mandada a legião avançar para Bayonna, como praticou, marchando os differentes corpos um a um, mas em dias differentes e consecutivos, a fim de se prolongar o espectaculo, e se dar que escrever aos gazeteiros, que por toda a parte apregoavam a chegada dos portuguezes. No 1.º de junho foi que o estado maior chegou áquella cidade, onde se achava a côrte. O primeiro regimento de infantaria foi o que primeiramente entrou em Bayonna: descansando por um pouco defronte da espla-

<sup>1</sup> General Foy, *Historia da guerra da peninsula*, 3.º vol., nota de pag. 39 e 40.





*gião* do seu commando. Para este fim mandou convocar os officiaes superiores dos regimentos que se achavam mais perto do seu quartel general para concertar com elles o plano da evasão. Posto que a maior parte d'estes officiaes desejassem a realisação do projecto, a sua timidez e irresolução os levou á apresentação de duvidas, de que resultou abandonar-se a empresa, ficando Portugal privado do casco do seu exercito, que tão util lhe podia vir a ser na sustentação da sua independencia e da gloria nacional. Foi portanto aos pusillanimes e indignos do nome portuguez que se devem attribuir todos os males e desastres que depois perseguiram a desgraçada *Legião portugueza*, fazendo tão cruelmente perder a reputação, a fazenda e a patria a muitos dos seus mais dignos officiaes, e a outros d'elles a vida em defeza de uma causa que detestavam e tão contraria foi aos seus interesses.

Em consequencia pois da ordem de marcha para o interior da França, a *Legião portugueza* dirigiu-se no dia 10 de agosto para Tolosa, Carcassona, Montpellier, Ponte do Gardão e Ponte de Saint-Esprit sobre o Rhodano, em caminho do Delphinado. O primeiro regimento ficou de guarnição em Valença, o quarto em Romans, indo o segundo e terceiro com o quartel general para Grenoble, antiga capital do Delphinado, e hoje capital do departamento de l'Isere, sendo igualmente assento da sétima divisão militar da França. A cavallaria partiu de Auch a 12 de agosto, seguindo até Nîmes o mesmo caminho que a infantaria: d'ali continuou por Bocarre e Terracon para Avinhão, onde devia ficar de guarnição: chegando porém a esta cidade, teve ordem de prosseguir para Gray, para onde com effeito partiu, depois de um descanso de tres dias, chegando lá no dia 20 de setembro de 1808. No principio de janeiro de 1809 chegaram tambem ao Delphinado os restos das tropas que tinham thido no cerco de Saragosa, tendo n'ellas havido combates muito sangrentos, por occasião do levantamento do re-  
fuzio, e muitos officiaes e soldados deentes ficaram nos hospitais, mas nem os uns nem os outros, aproveitando-se da situação da cidade de Saragosa, e do estado mais consideravel  
de fortificação, que se achava de caçadores, porque

ao primeiro regimento, no qual tinha vindo exercitando o mesmo posto na ausencia do marquez de Valença. Ficou chefe do primeiro batalhão do dito quinto regimento Francisco Stuard, que já o era, deixando de se prover o segundo logar de chefe de batalhão. O sexto regimento nunca chegou a formar-se, nem tão pouco o esquadrão de artilheria ligeira.

O estado maior ficou na fôrma seguinte: commandante em chefe da *Legião*, o tenente general marquez de Alorna, sendo seus ajudantes de campo o major João Freire Salazar, o capitão D. José Manuel, e o tenente João Pereira. Commandante em segundo o general Gomes Freire de Andrade, tendo por ajudante de campo o capitão visconde d'Asseca. Quanto á cavallaria, já o general a tinha tambem organizado em Grenoble antes da infantaria. Começou elle por formar e organizar o esquadrão de deposito, que devia commandar um francez, mr. Jumillac, homem sem reputação, nem character, e que voltando da emigração para França, aproveitando-se da amnistia, representára lá varios papeis bem pouco proprios ao seu nascimento. Obtendo o logar que lhe deram, em paga dos serviços feitos ao governo de Napoleão, n'elle se distinguio sómente pelas suas extorsões e intrigas, que a final o obrigaram a abandonar a *Legião*. Os cascos dos dois regimentos de guerra organisaram-se na fôrma do decreto da sua criação, mas com muito diminuto numero de praças, por falta de homens e de cavallo. O esquadrão de caçadores a cavallo já em Auch tinha sido repartido pelos dois regimentos, e o seu chefe empregado com este mesmo posto no terceiro regimento. O primeiro regimento conservou o seu titulo, e os officiaes superiores que trouxera de Portugal, a saber, o coronel Roberto Ignacio Ferreira de Aguiar, o major conde de Sabugal, e o chefe de esquadrão D. José Benedicto de Castro. O logar de segundo chefe nunca se proveu. O terceiro regimento passou a chamar-se segundo, e conservou o seu coronel marquez de Loulé, e o seu major João Antonio Ramos Nobre, tendo por seu chefe de esquadrão João de Mello. O logar de segundo chefe de esquadrão tambem nunca se proveu. A brigada de cavallaria teve por commandante a Manuel Igna-







cito faziam-se por via do general Carcome Lobo, que nem parte dava d'isto ao commandante da *Legião*, que o ficava ignorando até ao momento em que o ministro da guerra mandava ao conselho de administração a lista dos despachos para se abrirem aos officiaes promovidos os assentos dos seus novos postos, sendo o referido conselho quem dirigia e ordenava o pagamento dos officiaes e da tropa, o recrutamento, o vestuario, o armamento e o municiamiento d'esta. Era ainda o mesmo conselho, do qual o general Gomes Freire veio a ser presidente, quem approvava e remettia para o ministro da guerra as propostas que se mandavam fazer para os corpos que estavam no interior da França, as quaes ficavam quasi sempre em projecto. Era o ministro da guerra quem destinava os logares onde os corpos deviam ficar de guarnição, competindo ao general commandante da divisão ou do departamento a designação do serviço que tinham a fazer. Feita a paz com a Austria em outubro de 1809 todas as tropas francezas evacuaram aquelle paiz, vindo a cavallaria e a infantaria portugueza acantonar-se nas vizinhanças de Braunau na Baviera, onde se lhe juntaram os dois batalhões do conde de S. Miguel e marquez de Valença, ficando até á primavera do anno de 1810 com os generaes Carcome Lobo e Gomes Freire. No mez de agosto d'este anno partiu João de Mello de Gray para a Austria com 250 cavallos, formando um segundo regimento provisional. Pela sua parte o coronel Roberto Ignacio Ferreira de Aguiar, em rasão dos desgostos que teve, deixou o commando da cavallaria, de que tomou posse o marquez de Loulé. Tambem durante o inverno de 1809 o conde de S. Miguel recebeu ordem de voltar para Grenoble, ficando todos os mais na Allemanha até abril de 1810, em que então voltaram juntos para Moguncia, onde ficaram por algum tempo, e d'ali foram depois para Metz, na Lorena.

A grande quantidade de prisioneiros hespanhoes, que os francezes começaram a fazer desde as primeiras batalhas em Hespanha, e a total impossibilidade de recrutar para a *Legião* com portuguezes, suggeriu a Napoleão a idéa de completar os regimentos com os ditos prisioneiros que quizessem entrar

briaguez, auxiliados pela seducção de mulheres perdidas, que em semelhante estado lhes extorquiam uma assignatura que depois os obrigava ao alistamento. As recrutas que por este e outros meios se arranjavam, iam para Grenoble, onde lhes assentavam praça nas companhias do batalhão de deposito, e onde recebiam fardamento e as primeiras instrucções da disciplina e elementos de manobra. Feito isto, distribuiam-se pelos regimentos, segundo as diligencias que para esse fim empregavam os seus respectivos coroneis, e a boa ou má intelligencia que reinava entre elles e os membros do conselho. As recrutas destinadas para a cavallaria iam quasi sempre de Grenoble para Gray, onde tambem assentavam praça no esquadrão do deposito, praticando-se com ellas o mesmo que se fazia em Grenoble ás destinadas para a infantaria.

Ainda as tropas portuguezas que tinham voltado da Allemanha se achavam em Lorena com os generaes Gomes Freire e Carcome Lobo quando Buonaparte, querendo tirar partido da affluencia das recrutas de que acima fallámos, ordenou que d'estas se formassem dois batalhões provisionarios, e que sem perda de tempo marchassem para Genebra, onde deviam ficar de guarnição. Francisco Claudio Blanc foi chefe de um d'estes batalhões, e Bernardino Antonio Moniz de outro, constituindo ambos elles um regimento provisional, á testa do qual foi posto o major Antonio José Baptista, por não haver n'aquelle tempo outro official mais graduado. Para a mesma cidade de Genebra marchou depois um terceiro batalhão provisional, formado como os dois antecedentes, sendo commandado por mr. Martigny, e das tropas portuguezas que na referida cidade se achavam foi mandado tomar o commando o general Gomes Freire de Andrade, ficando o general Carcome Lobo á testa das que tinham vindo da Allemanha, não sem suspeitas de ter muito concorrido para a separação do mesmo Gomes Freire. Emquanto este foi com tres batalhões portuguezes para o cantão do Valais, que Buonaparte unira ao imperio francez, o mesmo Carcome Lobo foi com as do seu commando para Meaux, na margem direita do rio Marne, perto de Paris, para onde depois veio e onde estiveram um mez de guarnição. Foi então que Napo-



bem ficou commandando interinamente o dito regimento, como succedêra com Balthazar Ferreira Sarmento. Os dois antigos regimentos de cavallaria foram reduzidos a um, composto de quatro esquadrões de duas companhias cada um, tendo cada companhia 120 praças.

O marquez de Loulé, que voltou da Hespanha ao tempo d'esta organização, foi nomeado coronel do regimento, a qual ficaram chefes de esquadrão João de Mello e D. José Benedicto de Castro. A nova organização da *Legião* assim reduzida completou-se no mez de outubro de 1811, partindo por esse mesmo tempo o deposito de cavallaria que estava em Gray para Grenoble, a fim de lá se reunir á infantaria, indo tambem para esta cidade todos os officiaes, officiaes inferiores e soldados que havia de sobresalente, assim como todos aquelles cujo estado de saude lhes não permittia continuar a actividade do serviço. O coronel Joaquim de Saldanha e Albuquerque achava-se, havia tempo, reformado; o coronel Roberto Ignacio Ferreira de Aguiar, o major Jacinto José de Valle, e o chefe de batalhão Julião Rodrigues de Almeida tambem por então alcançaram a sua reforma com o soldo por inteiro, e mesmo com uma pensão extraordinaria alem d'elle, o que foi graça especial de Buonaparte, por ser cousa totalmente contraria ás leis de França darem-se aos officiaes reformados mais de dois terços do soldo que tinham quando estavam em actividade de serviço. Varios officiaes inferiores e soldados que se achavam estropeados, ou tinham molestias que os impossibilitavam de servir, obtiveram igualmente por aquelle mesmo tempo a sua reforma, outros a tinham já de antes obtido, e todos elles, assim como os officiaes reformados, tinham direito a escolher o departamento da França em que preferiam viver, e ali mesmo eram exactamente pagos das suas pensões, com as condições sómente de se acharem presentes nas revistas de trimestre, e de não poderem sair do districto da divisão militar onde habitavam sem licença expressa do general commandante d'essa divisão.

A Russia, alliada de Napoleão desde 7 de julho de 1807, data da paz de Tilsitt, começara a ver com maus olhos desde

o marquez de Alorna se separou d'elle para ir para Mohiloff, de que então fôra nomeado governador. Estes dois esquadrões juntaram-se então por esse tempo á nova guarda imperial, ás ordens do marechal Mortier, que os deixou em Krasnoi alguns dias, encarregados de protegerem e escoltarem os comboios que ali passaram. O chefe de esquadrão D. José Benedicto de Castro tinha ficado em Espinal com os outros dois esquadrões para ali receber os cavallos necessarios para a remonta d'elles. Estes esquadrões foram remontados com cavallos de tres annos por não haver outros, e logoque os receberam partiram para a Russia, indo-se reunir aos outros dois em Krasnoi, d'onde o regimento assim reunido saiu a 7 de outubro para em Moscow se ir juntar ao exercito poucos dias depois.

As longas e continuadas marchas que fez o regimento, particularmente as dos dois ultimos esquadrões, causaram-lhe a perda da maior parte dos seus cavallos. Os soldados achavam-se quasi todos apeados, quando chegaram a Moscow, e o pouco serviço que depois ali fez o regimento, que foi o de proteger alguns comboios de forrageadores, o fez sómente com soldados montados em *galizianos*, que os soldados tomavam aos paizanos das vizinhanças. Este regimento, que na retirada de Moscow foi destruido como os outros, tinha custado muito a remontar e esquipar, e não prestou o mais pequeno serviço, nem teve occasião de apparecer diante do inimigo, o que tambem aconteceu a differentes regimentos francezes, sobretudo aos de cavallaria. A força do regimento d'esta arma no principio da campanha era de 800 homens, dos quaes mais de metade eram hespanhoes, havendo n'elle pouco mais de 300 portuguezes, inclusos os officiaes, que o eram todos. Não se pôde marcar o numero de homens que voltou para França; mas julgou-se que não chegariam a trinta os que se reuniram na margem esquerda do Elba. O primeiro e segundo regimento de infantaria da *Legião* foram os que mais soffreram na parte activa da campanha. O primeiro achava-se ainda commandado pelo coronel Pego, tendo o commando do segundo o major Candido José Xavier, e o do terceiro o major

Manuel de Castro Pereira, quando Napoleão saiu de Paris em maio de 1812. O marechal Ney, commandante do terceiro corpo do exercito, fez sempre grande apreço dos dois regimentos que tinha no seu dito corpo e os empregou em todas as occasiões em que havia riscos a correr e gloria a alcançar. A que elles adquiriram effectivamente custou-lhes muito cara. Foi na tomada de Smolensko que elles combateram pela primeira vez contra os russos. O segundo batalhão do segundo regimento, commandado pelo seu valoroso chefe Bernardino Antonio Moniz, foi o primeiro corpo de tropas do exercito francez que passou o Dnieper, e depois de o ter atravessado a nado, para proteger a operação de se lançarem as pontes de barcas em que devia passar o exercito, vendo-se muito incomodado pelo fogo das tropas e paizanos russos, que occupavam o arrabalde da praça, recebeu ordem de atacar o dito arrabalde á bayoneta, e de lhe lançar fogo immediatamente, o que executou com a maior valentia, apesar da resistencia dos russos, que se defendiam passo a passo nas ruas, enquanto os paizanos faziam fogo das janellas, o que fizeram com tanta obstinação, que muitos preferiram antes o morrer queimados nas casas do que renderem-se prisioneiros. Depois de ter tão brilhantemente executado a ordem que lhe tinham dado, foi este batalhão tomar posição nos quintaes do dito arrabalde, que estavam mais proximos do rio, junto do logar em que se lançou a primeira ponte, e pela meia noite foi juntar-se a elle o chefe do regimento com o primeiro batalhão. Durante a noite fizeram-se duas pontes em que passou o exercito, e ao amanhecer começou-se o ataque da praça com artilheria ligeira e fuzilaria. As tropas francezas entraram n'ella no seguinte dia, conseguindo a singular e extraordinaria vantagem de tomarem em menos de quarenta e oito horas, com artilheria de campanha e fuzilaria sómente, uma praça fechada, bem provida de bôcas de fogo e apoiada por um numeroso exercito, vantagem ganha á custa de muita perda de gente. O primeiro regimento, que fazia a testa da columna da primeira divisão, e por consequencia a do terceiro corpo do exercito, teve grande parte n'esta brilhante acção, na qual perderam varios

officiaes e muitos soldados. O segundo, que tinha perdido muita gente na tomada do arrabalde, nem por isso foi poupado no seguinte dia.

O terceiro corpo, que fazia a vanguarda de todo o exercito desde Krasnoi, continuou a marchar na frente até Borodino: dois dias depois de ter saído de Smolensko encontrou uma grande porção do exercito russo, com a qual combateu por espaço de oito horas, apesar dos russos terem por si a superioridade do numero e a vantagem da posição, até que chegou uma divisão do corpo de Davoust, que lh'a fez perder e os obrigou a se retirarem. A perda dos regimentos portugueses n'esta occasião foi muito consideravel, e a dos outros regimentos do mesmo corpo do exercito foi em proporção. Em consequencia d'isto poucos dias antes da batalha de Borodino, a que os francezes chamaram de Mojaisk, e Buonaparte de Moskova, de que deu o titulo de principe ao marechal Ney, ordenou o mesmo Buonaparte que todos os regimentos de quatro batalhões ficassem provisionalmente reduzidos a dois, e desde então o segundo regimento passou para a primeira divisão, onde se reuniu ao primeiro, formando cada um d'elles um só batalhão, dando-se o commando de ambos ao coronel Pego. A perda dos dois regimentos na batalha de Borodino entre mortos e feridos passou de 500 soldados e 39 officiaes (entre os quaes se contaram os dois chefes de batalhão, Moniz e Pego, mortos no campo da batalha, e o chefe de batalhão Caldeira, que dois dias depois morreu no hospital), de que resultou ficarem tão diminutos, que nunca mais puderam ser empregados, acabando a retirada de Moscow de os destruir na totalidade. Alguns individuos que tinham ficado atrasados na marcha e os convalescentes e convalescidos, foram reunir-se aos dois regimentos em Moscow; mas durante a sua estada ali muitos desertaram e outros o fizeram depois, de sorte que na volta, quando chegaram ao Berezina, apenas trariam 100 homens, inclusos os officiaes. Durante a campanha estes regimentos tiveram tres promoções, e em cada uma d'ellas se distribuiram varias insignias da Legião de Honra aos individuos que mais se distinguiram. Alguns



officiaes que já tinham a insignia de simples legionarios obtiveram a de official da dita Legião.

Buonaparte passou em Moscow revista aos restos d'esta tropa, e por essa occasião nomeou o coronel Pego general de brigada, e o chefe de batalhão Balthazar Ferreira, major de infantaria. A grande quantidade de recompensas dadas por Buonaparte a estes regimentos, deveu-se á intervenção do marechal Ney; e reparando que eram os portuguezes que marchavam á testa da columna, não sendo costume entre os francezes dar aquelle logar de honra aos estrangeiros, fez a este respeito uma observação ao marechal, que lhe respondeu: *Sim, senhor, os portuguezes são os nossos guias, e os que os seguirem não se hão de desviar nunca do caminho da honra.* O terceiro regimento de infantaria da *Legião* ficou com o segundo corpo do exercito, do qual fazia parte no grão ducado da Lithuania: passou assim com os outros dois o Niemen, junto a Kowno no dia 24 de junho, e no dia 25 passou com o seu corpo de exercito o rio Wilia, e seguiu os movimentos das tropas do general Witguenstein, com o qual teve um combate em Wilkomirs. Napoleão passou revista a este corpo de exercito nas planicies de Insterburgo, junto ao rio Pregel, na Prussia a 18 de junho. Ali confirmou elle a promoção dos postos vagos do regimento, e nomeou alferes aggregados todos os cadetes que tinham vindo de Portugal, e que por não terem ido á guerra ainda se achavam na sua primitiva situação. O mesmo praticou com os outros dois regimentos de infantaria, ainda antes de passar-lhes revista, a instancias do marechal Ney, a quem o chefe de batalhão, Balthazar Ferreira, tinha proposto esta medida no tempo em que commandava o segundo regimento, antes da chegada do seu chefe proprietario. Na mesma occasião da revista deu Buonaparte a insignia da Legião de Honra ao chefe do regimento, e ao chefe de batalhão Blanc: prometteu dá-la a mais alguns officiaes, e concedeu pensões em dinheiro a alguns inferiores, que se tinham distinguido na guerra da Austria e em Saragoça, em consequencia das reclamações que a este respeito os interessados ali lhe fizeram. O segundo corpo de exercito estava formado em

columna por meias brigadas. Buonaparte veio a cavallo até ao lugar em que se achava postado o terceiro regimento: apeou-se, e depois de se ter apeado e informado com o seu respectivo chefe, do estado da sua força, das suas precisões, etc., perguntou-lhe se havia postos vagos no regimento, dizendo ao mesmo chefe que chamasse pelos seus nomes os officiaes, que para elle propunha, e os fez ali logo reconhecer e installar, juntamente com os cadetes que foram nomeados alferes aggregados. Depois foi correr as fileiras, acompanhado sómente do general Duroc, e do chefe do regimento. Por esta mesma occasião perguntou elle aos officiaes e soldados se tinham alguma reclamação ou alguma queixa a fazer-lhe. Aos primeiros fallava em francez, e aos segundos em italiano, para melhor se fazer entender. Prometteu tudo o que os soldados lhe pediram e quasi tudo o que os officiaes lhe requereram, procurando por todos os modos possiveis contentar a todos, dizendo repetidas vezes: *que elle estava certo que o regimento havia de sustentar em todas as occasiões a gloria do nome portuguez.*

A historia da calamitosa retirada do exercito francez da Russia é cousa de que nos não compete aqui tratar, e por isso continuando sómente com a relativa á *Legião portugueza*, diremos que o marechal Oudinot serviu-se do terceiro regimento portuguez unicamente emquanto d'elle precisou, porque desconfiando d'elle e do seu chefe, durante a dita retirada, temendo que desertasse, desviou-o do contacto dos russos, tanto quanto pôde. Um individuo d'este corpo havia denunciado ao marechal as intenções do seu chefe e do seu corpo. Nas differentes acções em que este entrou tivera um official morto e dois prisioneiros, alem de alguns feridos levemente, mas quanto a soldados, a sua perda era de 200, entre mortos, feridos e prisioneiros. Durante a estada d'este regimento em Polotzk desertaram muitos dos seus soldados; mas ainda assim conservava mais de 800, quando os francezes foram obrigados a evacuar a cidade, depois dos sanguinolentos combates de 17, 18, 19 e 20 de outubro. De Polotzk retiram-se os francezes sobre Witepz, sendo continuamente perseguidos pelo exercito russo até Tschasniki, onde houve uma acção no

dia 28 do dito mez de outubro, em consequencia de se ter feito a junção com o nono corpo do exercito, commandado pelo marechal Victor, que tomou o commando de todas as tropas francezas, que ali se achavam reunidas. Estava o terceiro regimento nas vizinhanças de Tolotchino, quando Buonaparte chegou ali de Moscow com o seu exercito já completamente derrotado no dia 20 de novembro. O regimento tinha ainda 770 praças, quando passou o rio Berezina no dia 27 do dito mez; porém sendo constrangido a deixar ali os seus carros de viveres e a manada de gado que trazia para seu sustento, achou-se igualmente envolvido na geral miseria, fome, e mais desastres da calamitosa e sempre memoravel retirada do exercito francez da Russia em 1812, e no dia 31 de novembro já não pôde reunir dez homens no *bivouac* do seu chefe.

A maior parte dos officiaes e soldados tinham morrido de fome e de frio na referida retirada. Alguns puderam desertar de Wilna, unica terra onde se encontraram habitantes, outros foram prisioneiros nas vizinhanças de Kowno, e finalmente alguns houve que voltaram para França, talvez não chegando a trinta o numero d'estes ultimos, inclusos os officiaes. O chefe do regimento, depois de ter feito desde o principio da campanha as mais assiduas e constantes, postoque infructuosas diligencias, para se passar com todo o regimento para os russos, para cujo fim communicou o seu projecto ao general Witguens'lein, por meio de um frade jesuita de Polotzk, pouco depois da sua chegada áquella cidade, a mesma communicação renovou ultimamente, feita ao dito general por dois officiaes seus confidentes no momento da retirada de Polotzk. Vendo enfim as suas esperanças frustradas, escapou-se aos francezes no progresso da retirada, indo procurar a protecção da Russia para voltar para a sua patria. O chefe de batalhão, Francisco Claudio Blanc, foi feito prisioneiro em Kowno, aonde morreu, voltando para França o chefe de batalhão Martigny. O general Pamplona teve desde o principio da campanha o commando de uma brigada no corpo do marechal Oudinot, e depois foi governador de Polotzk, em cuja defeza mostrou grande valr e habilidade. O general marquez de Alorna foi

com parte do regimento de cavallaria até Orcha, aonde recebeu a nomeação de governador de Mohileff, e partiu immediatamente para a cidade do mesmo nome, aonde ficou até ao momento da retirada, que fez até Kouisberg, aonde morreu de doença. Gomes Freire de Andrade foi para a Russia com o estado maior de Buonaparte, e ficou na Lithuania governador da provincia de Disna até á retirada, na qual voltou para França do mesmo modo que Pamplona, e os officiaes superiores, Candido José Xavier, Balthazar Ferreira Sarmento, Francisco Luiz Trinité e José Pereira Pinto, o qual tinha chegado ao tempo da retirada de Wilna com um batalhão de marcha, composto de tropas francezas de differentes regimentos. O general Pego foi feito prisioneiro, juntamente com seu genro, o chefe de batalhão José Joaquim de Sousa, nas vizinhanças de Krasnoi, e de lá foi conduzido para a cidade de Tobolsk no interior da Russia. A força total dos quatro regimentos da *Legião* no principio da campanha era pouco mais ou menos de 5:000 homens, dos quaes apenas 400 voltariam para França, inclusos os officiaes. O numero dos doentes e madraços, pertencentes a estes regimentos, que durante toda a campanha ficaram nos hospitaes da Prussia e Allemanha, pôde proxima-mente calcular-se em 200 homens: eis o que restava aos francezes das tropas disponiveis da *Legião* em janeiro de 1813, alem dos depositos de cavallaria e infantaria, em quenão tinha ficado em maio de 1812 nem um só soldado capaz de pelejar. O numero dos velhos e impossibilitados, juntamente com os officiaes, podia calcular-se em 450 homens e o tota por consequencia em 750, que era o estado a que se achava reduzida a sempre desgraçada *Legião portugueza*, tendo anteriormente recebido 14:000 recrutas dos depositos de prisioneiros hespanhoes.

Desde o mez de novembro de 1813 se dispersou em França a *Legião portugueza*, em consequencia do decreto de Buonaparte, que mandou desarmar todas as tropas estrangeiras que estavam ao seu serviço, com a unica excepção das polacas. Os restos portanto da nossa divisão, menos dois esquadões de cavallaria, que na Saxonia se achavam com o exercito, fo-



nizada. Esta familia ameaçava o bem estar da sua propria  
nastia, tornando por conseguinte precaria e incerta a futura  
posse do throno da França nas mãos dos seus successores  
quando a natureza os não dotasse de um genio igual ao seu.  
muito mais se com isto se reunisse tambem terem os descen-  
dentes de D. Carlos IV da Hespanha qualidades oppostas a estas.  
frouxo e imbecil monarcha. O desthronamento de D. Fernan-  
do IV, de Napoles, irmão do mesmo D. Carlos IV, da Hespa-  
nha, fôra o primeiro golpe descarregado por Napoleão contra  
a familia dos Bourbons, elevando por aquella occasião a rei de  
Napoles seu irmão predilecto, José Buonaparte. Mais veio pa-  
tentear o stygma do imperador dos francezes contra a dita  
familia dos Bourbons a protecção que o governo francez pres-  
tava por baixo de mão á publicação de todos os folhetos e  
brochuras que hostilisavam a sobredita familia. A guerra do  
norte, attrahindo em 1806 a particular attenção de Napoleão  
para aquella parte da Europa, desviára-o de pensar por então  
mais seriamente em operar mudança alguma notavel na pe-  
ninsula iberica, como por tantos outros estados tinha já ope-  
rado, e na sua continuação pensava ainda. Concluida pois  
aquella guerra, que a tamanho grau acabou de elevar o seu  
poder, a sua attenção voltou-se desde logo inteira contra a  
Gran-Bretanha, e portanto contra Portugal, cuja familia rei-  
nante se propoz expulsar do throno d'este reino, o que de  
facto conseguiu, obrigando-a a expatriar-se para o Brazil, co-  
mo já vimos. Ou Napoleão premeditasse igual golpe contra a  
familia real da Hespanha, antes de emprehender a guerra do  
norte, ou o concebesse durante ella, quando viu a má fé do  
principe da Paz para com elle, no critico momento das vespe-  
ras da batalha de Iena, comprovada essa má fé pela sua louca  
e faustosa proclamação de 5 de outubro de 1806, ou final-  
mente lhe suggerisse tal golpe o ver cada vez mais ateadada  
a funesta scisão, que a passos largos lavrava entre os mem-  
bros da familia real da Hespanha, certo é que as idéas de  
Napoleão a tal respeito manifestamente se descobriram nas  
estipulações do tratado de Fontainebleau de 27 de outubro  
de 1807. Esta idéa da desthronação da familia real da Hespa-







ção com aquelle des-  
que olhava a sua ha-  
te censura feita á sua  
nalmente repellido e  
lle parecia descobrir  
rimido assim por es-  
posa achava consola-  
na que por ella tinha,  
festou depois da sua  
mo era D. Fernando,  
adeiros os boatos es-  
alvez que só pela ra-  
que nutria contra os  
do se suppunha pri-  
o crime que attribuia  
rito, que tão extraor-  
m da unica consola-  
ortanto bem se ante-  
do isto se seguiriam  
como estas eram.

a noticia de que a  
saude de el-rei D. Carlos IV ia n'uma rapida declinação, e que  
a sua vida se approximava do seu ultimo fim. Se pois estas  
suspeitas se realisassem, e viesse a ter logar a elevação do  
principe das Asturias ao throno da Hespanha, é claro que a  
rainha e o seu favorito não podiam passar bem. Premunirem-  
se pois para esta eventualidade foi o que ambos elles fizeram,  
recorrendo ao expediente de casar o principe com D. Maria  
Luiza de Bourbon, irmã de D. Maria Thereza, princeza da  
Paz, persuadidos que constituido o noivo em cunhado de Go-  
doy, com este se harmonisaria mais facilmente, ou se tornaria  
mais moderado nas accusações que lhe fazia. Mas a estes pla-  
nos é que o principe se oppoz, não só com invenciveis, mas  
até mesmo com ultrajantes recusas. «Quem, eu? constituir-  
me cunhado de Manuel Godoy!? Isso era para mim o maior  
dos opprobrios». Este modo de fallar fez augmentar muito  
os receios da rainha e do favorito, resolvendo ella engrande-

cer o mais possivel o valimento d'este, para nas suas mãos concentrar todo o poder real, a fim de que lhes não fosse difficil excluir o principe da successão ao throno. Era portanto de mente de ambos faze-lo acreditar inhabil para reinar, e chamar á successão da corôa um irmão mais novo, para tornar em tal caso necessaria a existencia de uma regencia, que se deferiria á rainha, assegurando-se assim a continuação do poder, que ella e o seu favorito exerciam desde tantos annos atrás. D'este plano nasceu levarem D. Carlos IV a nomear o principe da Paz *almirante mór* da Hespanha, com o tratamento de *altesserenissima*, creando-se, para lhe fazer côrte, um *conselho de almirantado*, composto de creaturas suas, ordenando-se igualmente a edificação de um palacio, chamado *do almirantado*, n'um dos mais bellos sitios de Madrid. Não contentes ainda com concentrar nas suas mãos todo o poder real da monarchia, tendo o mando das forças de terra e mar com o titulo de *generalissimo* e *almirante mór*, tambem do real palacio, e portanto da pessoa do rei, o quizeram fazer senhor, induzindo o monarcha a nomea-lo coronel general de todas as suas guardas de pé e de cavallo, isto é, de dois regimentos das guardas de infantaria, um chamado de guardas hespanholas, e outro de guardas walonas, na força de 6:000 homens, e um regimento de cavallaria, chamado de carabineiros reaes, alem de uma tropa escolhida que formava as guardas do corpo, composto de quatro companhias, a *hespanhola*, a *flamenga*, a *italiana* e a *americana*.

Pela sua nomeação de coronel general foi portanto dado a Godoy o mando do palacio, e o logar de chefe de todas as referidas guardas, nas quaes, por meio das suas chamadas reformas, metteu quantos partidarios seus lhe aprouve, tirando d'ellas outros que tinha por seus inimigos. Alem d'isto creou seu irmão grande de Hespanha, nomeando-o tambem coronel das guardas hespanholas. E finalmente estabeleceu para si mesmo uma especie de guarda de honra, tirada dos carabineiros reaes. Tomadas todas estas medidas, cuidou depois em saber a opinião de cada um dos membros dos conselhos de Castella e Indias, corporações de que julgava poder dispor,

ando se tratasse de alterar a ordem de successão ao throno, como premeditava. Apesar d'isto a expectativa não lhe correspondia á realidade, porque sem embargo da subserviencia dos dois referidos conselhos, que por aquelle tempo moderavam a auctoridade absoluta dos reis da Hespanha, não pareciam muito dispostos a apoiarem os criminosos projectos do mesmo Godoy, quanto á mudança na ordem natural da successão. Todavia insistiu-se na continuação das tramas adequadas a tal intento, palavrando-se os commandantes dos corpos, aos quaes se dizia que o principe das Asturias, alem de mau, era incapaz da successão, e que a dar-se a morte do rei, seria uma desgraça para a monarchia que a corôa fosse a mãos tão malfazejas, quanto inhabeis. Não contente ainda com isto, o mesmo Godoy procurou o apoio de Napoleão Buonaparte, a quem desvanecia pelo emprego de mil baixezas, e até mesmo presentes que lhe offertou, mimoseando-o com quatro dos mais bellos cavallos de toda a Hespanha, quando soube que tinha perdido na guerra um dos que el-rei D. Carlos IV lhe dera. Imaginando que as influencias secundarias da côrte de Paris lhe podiam tambem servir para seus fins, propoz-se a captá-las em seu favor, particularmente a benevolencia do principe Murat, tido na conta do primeiro homem do exercito francez, e que sobre Napoleão, seu cunhado, tinha uma grande ascendencia. Para este fim entabolára pois com Murat uma correspondencia secreta, acompanhada de presentes, em que figuravam os mais soberbos cavallos andaluzes. Pela sua parte Murat, julgando util contrahir relações em toda a parte onde podia haver vacancias de corôas, estimára grandemente relacionar-se na peninsula com um homem n'ella tão poderoso como era o principe da Paz. Alem d'isto a corôa de Portugal, que parecia ir vagar, não era estranha aos calculos da sua elevação pessoal<sup>1</sup>.

Por muito secretos que fossem em Madrid os projectos do principe da Paz, nem por isso deixaram de transpirar no publico, de que resultou o sobresalto e a desesperação do prin-

<sup>1</sup> Thiers, *Historia do consulado e do imperio*, livro 21.º



D. Fernando, fôra desviado de Madrid para Toledo com o pretexto da nomeação, que lhe deram, de conego dignatario da respectiva sé; mas apesar do seu desvio, nunca deixou de manter secretamente uma correspondencia activa com o seu pupillo, o qual o mandou finalmente chamar a Madrid durante o mez de março de 1807, chamamento a que elle de prompto obedeceu, vindo com effeito áquella capital muito escondidamente, dando logar a muitas conferencias entre elle e os que formavam a pequena côrte do principe, conferencias em que por conselho do mesmo Escoiquiz se decidiu chamar em seu auxilio a protecção do imperador Napoleão, offerecendo-lhe entroncar a sua com a dynastia real da Hespanha, e por conseguinte pedindo-lhe para esposa de D. Fernando uma princeza da sua familia. Adoptado este plano, o mesmo Escoiquiz foi o encarregado da sua execução, devendo para este fim entender-se com o novo embaixador francez em Madrid, mr. de Beauharnais, irmão do primeiro marido da imperatriz Josefina, e que nos fins de setembro de 1806 tinha n'aquella capital substituido o general Beurnouville<sup>1</sup>. D. João Manuel de Villena, gentil homem do principe das Asturias, e D. Pedro Giraldo, brigadeiro de engenharia, e mestre de mathematica do mesmo principe e dos infantes seus irmãos, certificando-se de que mr. de Beauharnais estava pela sua parte prompto a entender-se com a pessoa que se lhe designasse para tratar do assumpto, Escoiquiz lhe foi então apresentado

pelo duque do Infantado, com o pretexto de lhe offerecer um exemplar do seu poema sobre a conquista do Mexico. Feita a apresentação e o reciproco conhecimento, mr. de Beauharnais e o preceptor do principe encontraram-se no real sitio do Retiro pelas duas horas da tarde n'um dia do mez de julho, entendendo que a hora, o logar e o calor da estação n'aquelle momento lhes proporcionavam occasião de se não fazerem notar. Depois d'esta, outras mais conferencias tiveram, nas quaes o embaixador francez conveiu em tudo quanto D. João Escoiquiz lhe expoz: mas em 30 de setembro escreveu aquelle uma carta a este, na qual se achavam sublinhadas as seguintes expressões, que tinham referencia ao enlace de D. Fernando com a princeza franceza: *que não eram bastantes vagas promessas; mas que precisava de uma garantia.* Isto fez com que D. Fernando escrevesse duas cartas, que o conego Escoiquiz entregou a mr. de Beauharnais, uma dirigida a este mesmo embaixador e outra a Napoleão, nas quaes deplorava as desgraças e perigos de que estava ameaçado, e formalmente lhe pedia a protecção da França para com a sua pessoa, e a mão de uma princeza da familia Buonaparte, pedido este que se referia a uma sobrinha da imperatriz, que mais tarde veio a casar com o duque de Aremberg. Ambas as cartas tinham a data de 11 de outubro, não sendo expedidas para Paris senão a 20 do mesmo mez, em rasão do cuidado que mr. de Beauharnais poz em achar um portador seguro, que as levasse áquella capital, onde sómente chegaram a 27 ou 28 do já citado mez.

Emquanto por este lado isto assim se passava, os espiões, postos em volta do principe das Asturias, haviam notado ter elle recebido cartas, e alem d'isto que passava uma parte das noites a escrever e que a sua physionomia e porte denunciavam uma certa preocupação. De tudo isto foi de prompto prevenida a rainha por uma dama da sua casa, cousa de que tambem logo fez sabedor el-rei seu marido, o qual sem hesitação alguma ordenou, que se fizesse uma apprehensão nos papeis do filho, o que se executou pelas seis horas e meia da tarde de 29 de outubro. O principe foi chamado á camara de el-rei seu pae,







n'elle se lhe garantia, o indemnizava de alguma sorte da má vontade que lhe tinha o principe das Asturias, de quem assim ficava emancipado. Durante estes acontecimentos Godoy dêra-se por doente em Madrid, e resolvido a tomar o character de pacificador, saiu do seu leito para se dirigir ao Escorial, onde se accordou com o rei e a rainha sobre o modo de terminar este espinhoso negocio. Passando pois ao aposento do principe, diante d'elle se apresentou, aconselhando-o a que, para acalmar a colera de seus paes, preciso era mostrar-se-lhe obediente e submisso, e pedir-lhes um generoso perdão, para cujo fim lhes devia escrever duas cartas, cujos borrões lhe apresentou, e elle promptamente copiou. Em consequencia pois d'estas cartas, el-rei perdoou ao filho por um decreto com data de 5 de novembro, que começava por estas expressões: «A voz da natureza desarma o braço da vingança, e quando uma inadvertencia reclama o perdão, um pae, que ama seus filhos, não se póde recusar a elle». No corpo d'este decreto se transcreveram as cartas que o principe dirigira a seus paes com a mesma data de 5 de novembro<sup>1</sup>. Apresentar D. Fernando aos

<sup>1</sup> Mr. Thiers diz que o conde de Toreno e outros escriptores têm pretendido fazer crer que a suspensão do processo do Escorial proviera da injuncção, feita por Napoleão ao principe da Paz, de não comprometter por modo algum em tal processo nem os agentes francezes, nem a elle Napoleão. Mr. Thiers, buscando sempre torcer a verdade na sua narração, quando pensa que a verdade é desairosa á França, tem manifestamente em vista desculpar o imperador Napoleão do seu atroz e traidor procedimento de invadir com os seus exercitos, sem motivo algum plausivel, a Hespanha, assenhoreando-se por outra igual atrocidade o tração das suas praças fortes. Para tornar isto desculpavel, apresenta-nos a poesia de um *voto e grito universal* em toda a Hespanha, pedindo unanime que as tropas francezas, que se dirigiam para Lisboa, se mandassem para Madrid, a fim de lá libertarem um pae illudido, e um filho perseguido do monstro que opprimia a ambos. A exaggeração do tal *voto e grito universal* do povo hespanhol, allegado por mr. Thiers para o fim que se propõe, prova de mais, mostrando-nos sómente a ficção do seu auctor. Com o mesmo fim de escurecer a verdade, attribue tambem ao conde de Toreno o que não está na historia de Toreno. Este escriptor só diz que o medo que Godoy concebêra do imperador dos francezes, para quem D. Fernando tinha na sua situação appellado, fôra a verdadeira causa de





inteiramente. Tudo isto se fizera sem aviso, nem consentimento algum previo da Hespanha, e por modo tal, que já o general Dupont se achava senhor da cidade de Victoria, e ainda mr. de Beauharnais não tinha feito participação alguma da entrada dos francezes á côrte de Madrid, sendo o principe da Paz o primeiro que n'isto fallou ao embaixador francez. Á entrada do exercito de Dupont na Hespanha seguiu-se a de um terceiro que se tinha reunido nas margens do Garonna, commandado pelo marechal Moncey, dando-se-lhe o nome de corpo de observação das costas do Oceano. Este novo exercito, que a 9 de janeiro de 1808 passou o Bidassôa, penetrando tambem na Hespanha, compunha-se de 25:000 homens de infantaria e 2:700 de cavallaria, com 41 peças de artilheria. As suas tropas estenderam-se pelas tres provincias da Biscaya, Quipuscoa, Alava e Biscaya propriamente dita, indo até aos confins da Castella Velha. A entrada d'estes dois exercitos importava duas manifestas infracções do tratado de Fontainebleau; a primeira consistia em que a força franceza, destinada a entrar na Hespanha de reforço ao exercito de Junot, era fixada em 40:000 homens, e as tropas do exercito de Dupont e de Moncey excediam já muito semelhante numero; a segunda consistia em que esses 40:000 homens não entrariam em Hespanha sem que as duas altas partes contratantes tivessem n'isso concordado, ao passo que para a entrada em questão nenhum aviso ou accordo previo tinha havido, conducta que com a mais justa causa tinha sobremaneira inquietado a côrte de Madrid, cuja anciedade se augmentava á proporção das noticias que Izquierdo e o principe de Masserano lhe davam das affrontas por que estavam passando em París, e das tenções sinistras que o governo francez evidentemente mostrava a respeito da mesma Hespanha. Pela sua parte mr. de Beauharnais fazia todos os esforços para continuar a illudir a boa fé de el-rei D. Carlos IV e o principe seu filho com as enganadoras esperanças do enlace matrimonial d'este com uma princeza da familia Buonaparte, lisonjeando por tal motivo o mesmo principe. Pelo que fica dito parecia que as tropas francezas de Dupont e Moncey seguiam tranquillamente a linha natural das





No dia 10 de março Murat franqueou a fronteira da Hespanha, chegando no mesmo dia a Tolosa, d'onde se dirigiu a Victoria, capital da provincia de Alava, a terceira das provincias vascas. De Victoria dirigiu a sua marcha para Burgos, onde entrou no dia 13 do citado mez de março, sendo por toda a parte bem recebido. Mas antes da entrada de Murat em Hespanha, as praças de Pamplona e S. Sebastião tinham já caído nas mãos dos francezes. O governador de S. Sebastião, o brigadeiro Daiguillon, e o duque de Mahon, capitão general de Guipuscôa, duvidaram entrega-la, não obstante as ameaçadoras intimações que Murat lhes fez de Bayonna; mas tendo elles recebido ordem expressa do principe da Paz para effectuarem semelhante entrega, assim o cumpriram pela sua parte<sup>1</sup>. Quanto à praça de Pamplona, essa caiu tambem nas mãos dos francezes por um estratagema semelhante ao que tinham usado, com relação às praças da Catalunha. Pelos desfiladeiros de Roncesvalles se dirigia a Pamplona o general d'Armagnac á testa de dois batalhões. Depois que D. Francisco Cysneros, regente de Castella, desmantelou todas as praças da Navarra, á excepção da capital, é opinião seguida que será sempre senhor da provincia o que for senhor de Pamplona, e só será senhor de Pamplona o que o for da sua cidadella, tendo sido o rei D. Filipe II o que mandára construir esta praça, que comprehende armazens de munições de guerra e de bôca. O marquez de Válla-Santoro, vice-rei da Navarra, tendo aliás resistido ao pedido que com especioso pretexto lhe fizera o general de brigada d'Armagnac, para aquartelar os seus dois batalhões na cidadella, teve todavia a indiscrição de permittir n'ella a quotidiana entrada dos francezes que ali iam buscar rações, mas de capote e de bonet, sem levarem armas. Estes na manhã de 16 de fevereiro, em occasião que nevava, pozeram-se atirando uns aos outros com bolas de neve, simulando caso de brincadeira, de que resultou chamarem com isto a attenção dos soldados hespanhoes, constituidos em seus espectadores. Correndo, saltando e brincando assim uns com os outros, alguns d'elles

<sup>1</sup> Assim o affirma o conde de Toreno, tomo 1.º, livro 1.º

foram de proposito collocar-se sobre a ponte levadiça para impedir que a suspendessem. Feito isto, deu-se o signal convencional, a que se seguiu caírem de repente sobre o corpo da guarda os mais soldados da fingida brincadeira, apropriando-se-lhe das armas. Ao abrigo do tumulto, que isto occasionou, acudiu logo uma porção de soldados granadeiros francezes armados, que durante a noite de 15 para 16 de fevereiro tinha escondidamente sido recolhida no quartel d'Armagnac, que era em casa do marquez de Besolla, vizinha á esplanada da praça. Tudo isto se fez com tal celeridade, que quando o vice-rei teve a primeira noticia do acontecimento, já os francezes se achavam senhores de toda a cidadella. Por este modo tão perfido como atroz caíram sem o emprego de um só tiro todas as fortalezas de alem do Ebro em poder das tropas francezas, seguindo-se d'ahi por diante as operações regulares da guerra, com relação á Hespanha.

Nos primeiros tempos, posteriores a estes acontecimentos, pequeno abalo fizeram elles nas provincias mais afastadas d'aquellas onde taes acontecimentos se passaram, ou porque claramente se não sabiam, ou porque se attribuiam aos manejos de Godoy, o que não admira n'um tempo em que as communicações eram raras e difficeis, e em que a escravidão da imprensa e a reserva do governo não permittiam esclarecimentos alguns ao publico. Para mais augmentar a sua perfidia, e encher de incertezas e irresoluções a còrte de Madrid, presenteou Napoleão a D. Carlos IV, nos primeiros dias de fevereiro, com quinze bellos cavallos de trem, em testemunho da sua intima amisade, queixando-se ao mesmo tempo nas cartas que lhe escrevia de que não tivesse instado pelo seu pedido de uma princeza do sangue imperial para esposa do principe das Asturias, negocio que todavia se arranjaría durante a visita que tencionava fazer-lhe. Apesar de tudo isto, as apprehensões da còrte de Madrid tornaram-se cada vez mais graves, acabando de lançar no coração de Godoy os mais tristes presentimentos a repentina chegada a Madrid do seu particular confidente, D. Eugenio Ezquierdo, que alguns suppozerao ter por fim intimidar a familia real da Hespanha,



origando-a a fugir para a America, como se tinha já feito á Portugal. Todas as apprehensões eram justas, pois não podia ter explicação plausivel o grande numero de tropas francezas que se achava já na peninsula durante o mez de março de 1808. Alem dos corpos acima mencionados, um outro mais se formára durante este ultimo mez, com o nome de corpo de observação dos Pyrenéos occidentaes, elevando-se a 19:000 homens, sem contar 6:000 da guarda imperial, entre os quaes havia mamelucos, polacos, e todas aquellas variedades de uniformes que podiam exaltar a imaginação dos hespanhoes. O commando d'este exercito deu-se a Messieres, duque de Istria, que na mesma peninsula o acabou de organizar, onde eram continuos os exercicios e os movimentos da tropa franceza. Resultava pois que alem do exercito de Portugal, cem mil francezes, ou perto d'isso, se achavam já por então no coração da Hespanha, sem que fosse franca e verdadeiramente sabido qual o fim de semelhante entrada<sup>1</sup>. O tempo tirou finalmente a venda dos olhos ao povo hespanhol, quando seriamente pensou nos males que lhe estavam imminentes, vendo as suas fronteiras invadidas, e quatro das suas melhores e mais fortes praças de guerra (S. Sebastião, Pamplona, Barcelona e Figueras), tomadas por enganosa surpresa.

<sup>1</sup> Segundo o mappa que se acha a paginas 264 de um jornal militar da Hespanha, intitulado *La asamblea del exercito*, n.º 11, do mez de abril de 1857, o numero das tropas francezas existentes n'aquelle reino em 25 de maio de 1808 era o seguinte:

Estado maior .....	148
Corpo de observação da Gironda, general Dupont .....	23:256
Corpo de observação das costas do oceano, general Moncey...	24:652
Corpo de observação dos Pyrenéos orientaes, general Duhesme	12:357
Corpo de observação dos Pyrenéos occidentaes, general Messieres.....	18:429
Tropas em marcha para Hespanha .....	8:275
Tropas da legião portugueza, então em Hespanha.....	3:962
	<hr/>
Total dos homens.....	91:079
	<hr/>
Cavallos .....	15:864



se certificaram d'isto, grande numero de paizanos se espalharam pelo campo, obstruindo as estradas, dispostos a embaçar a passagem do monarcha. Estes movimentos de re-acção eram tambem apoiados na viva repugnancia que altas personagens oppunham pela sua parte á partida do rei para a America, figurando n'este numero o proprio principe das Asturias, seu irmão D. Carlos, e seu tio D. Antonio. O rumor popular foi tamanho, que o negocio teve de se apresentar em conselho, onde a proposta da partida da côrte para a America teve a maioria contra si. D'isto resultou ter D. Carlos IV de proclamar ao povo no mesmo dia 16 de março, assegurando-lhe que a reunião dos corpos da sua guarda em Aranjuez, nem tinha por fim defender a sua pessoa, nem tão pouco acompanhá-lo na viagem que a malignidade tinha feito suppor necessaria. Apesar d'estas affirmativas, o povo percebeu na manhã de 17 de março que os preparativos da viagem continuavam,















nham já sido mortos em Burgos, em Barcelona, e em outras mais terras. O sobresalto e a desinquietação dos hespanhoes, filhos da invasão dos francezes no seu paiz, bem depressa se transformaram em actos da mais pronunciada animosidade contra os invasores. As tropas das duas nações olharam-se desde então por collocadas como em dois campos inimigos. Os governadores das provincias que ainda não estavam invadidas

<sup>1</sup> Assim se lê em Foy, nota a pag. 155 e 156 do 3.º volume da sua *Historia da guerra da peninsula*, e no conde de Toreno na sua *Historia do levantamento, da guerra e da revolução da Hespanha*.



**stallação ter logar em Saragoça, o que todavia se não verificou.**

N'este estado se achavam as cousas quando no dia 30 de abril Murat, fundando-se n'uma carta requisitoria de D. Carlos IV (segundo a qual o infante D. Francisco de Paula, apenas de treze annos de idade, e a rainha da Etruria, eram mandados ir para Bayonna), exigiu da junta governativa o prompto cumprimento d'esta requisição: a junta resistiu ao principio, mas a final teve de se submetter, fixando-se para a partida do infante e da rainha a manhã do dia 2 de maio. Ao abalo que tudo isto produzira no publico veio tambem juntar-se a falta de dois correios de França, falta que causou em todos a maior desinquietação. De tudo isto resultou apparecer desde pela manhã do referido dia 2 de maio no largo do palacio um grande concurso de povo, e sobretudo de mulheres, lamentando com a maior tristeza os aprestos da viagem. Pelas nove horas teve logar a partida da rainha, acom-







com o imperador Napoleão, em que foram plenipotenciarios por parte do rei da Hespanha D. Manuel Godoy, principe da Paz, conde de Evora Monte, etc., e por parte do imperador dos francezes o general de divisão Miguel Duroc, grão-marechal do palacio de Napoleão. Pelo referido tratado D. Carlos IV cedia ao imperador dos francezes todos os seus direitos sobre o throno da Hespanha e das Indias, por ser o unico que podia restabelecer a ordem no estado de desordem a que as consas tinham chegado na mesma Hespanha, com a condição de que o dito reino se conservaria sempre nos seus limites, e de que a religião catholica e apostolica romana seria a unica n'elle admittida. O imperador dos francezes punha á sua disposição durante a sua vida o palacio de Compiègne, com os parques e florestas d'elle dependentes, e uma renda mensal, paga





tade a reconhece por sua amiga e aliada natural. N'estes termos sua magestade continuará a fazer todos os esforços que lhe forem possiveis para apoiar a causa da Hespanha, guiando-se, quanto á natureza e ao modo de dirigir os seus esforços, pelos desejos d'aquelles em cujo favor se empregam». Em conformidade do que por este modo se expoz, affixou-se uma proclamação em que se dizia que havendo sua magestade britannica tomado em consideração os gloriosos esforços da nação hespanhola para libertar o seu paiz da tyrannia e usurpação da França, e as seguranças que sua magestade tinha recebido de varias provincias da Hespanha, de estarem n'uma disposição amigavel para com a Gran-Bretanha, havia por bem ordenar, depois de ter consultado o seu conselho d'estado, que cessassem todas as hostilidades da parte da mesma Gran-Bretanha para com a Hespanha, que se levantasse o bloqueio





mandou, depois de ter recebido com a maior distincção possível o seu commissionedo, o já citado D. Francisco Sangro. Foi por aquella mesma occasião que o governo inglez mandou livres para a Corunha todos os prisioneiros hespanhoes que desde longos annos se achavam nos pontões de Inglaterra<sup>1</sup>.

Santander, situada no mesmo principado das Asturias, a vinte leguas ao norte de Oviedo, não podia deixar de corresponder tambem ao grito d'esta cidade. Sempre em fermentação e agitada, os francezes tinham sobre ella fixado a sua attenção, porque situada pela retaguarda de uma consideravel

<sup>1</sup> Não passámos mais adiante, entrando nas operações do exercito da Galliza, e das das mais provincias sublevadas da Hespanha, por ser cousa alheia ao nosso fim, e porque elles succumbiriam infallivelmente a não lles valer o exercito luso-britannico.



nos pela maior parte, misturados com alguns milicianos de Laredo, foi tomar posição em Reynosa.

Postoque a insurreição se fosse assim desenvolvendo em tamanha escala, cercando as tropas francezas, forçoso é dizer que os generaes inimigos pouco receio conceberam de uma tal insurreição, persuadidos que a sua superioridade na arte da guerra e a disciplina das suas ditas tropas não podiam deixar de triumphar de milhares de paizanos sem disciplina, nem conhecimento algum das manobras e exercicios militares, logoque os perigos de qualquer combate os intimidassem seriamente, quebrantando-lhes o enthusiasmo, vistoque a taes perigos se não julgavam obrigados pelos laços da disciplina e regulamentos militares: faltos portanto de subordinação, unico meio de centralisar todas as forças individuaes de um exercito, e de conter no desempenho dos seus deveres, o resultado não podia deixar de ser o que agouravam os generaes francezes, que aliás se não enganaram nos juizos que a tal respeito tinham formado, como os factos começaram desde logo a demonstrar.

A sublevação passára a manifestar-se nas cidades e villas da Castella Velha. Apenas a cidade de Logroño tinha levantado a bandeira da insurreição, o general Verdier, correndo de Victoria com dois batalhões, facilmente destroçou quantos paizanos se lhe apresentaram diante no dia 6 de junho, não se retirando senão depois de ter fuzilado quantos apanhou com armas na mão. A cidade de Segovia não foi mais feliz na sua tentativa. Resistindo ás proposições que lhe mandou fazer Murat, o general francez Frere, approximando-se da cidade no citado dia 6 de junho, desfez igualmente todas as forças insurgentes, ainda por então mal armadas, que lhe abandonaram a cidade, retirando-se d'ella para as outras provincias. O fogo insurreccional, apesar d'estes contratempos, não parava. Das Asturias passára elle a Leão, cidade que situada em raza campanha, duvidára ao principio associar-se á sagrada empreza da libertação da patria, causa que por fim abraçou, quando se viu apoiada por 800 asturianos, que para a animarem ali se tinham dirigido. No 4.º de junho se installou uma junta, composta dos membros da municipalidade e outras mais pessoas,





amigo e protector de Godoy? Se não fosse seu cúmplice teria arrancado este infame ao cadafalso?... Lembremo-nos de Pelagio, que á testa de um punhado de christãos começou a reconquistar a Hespanha sobre os mouros; lembremo-nos dos filhos de Lara, que libertaram o nosso paiz de um tributo infame; e lembremo-nos finalmente do magnanimo Rodrigo de Bivar! Era por meio d'estas e outras que taes proclamações que as differentes juntas infundiam o patriotismo e a coragem a todas as povoações da Hespanha. Todas ellas buscaram alistar a população masculina desde os dezesete até aos quarenta annos de idade. Todas ellas renovaram solememente o juramento de fidelidade ao rei prisioneiro, que já antes da sua desgraça era o idolo da nação, que irada por toda a parte protestava tirar a mais crua vingança dos francezes, os quaes não foram pouco felizes em os limitarem só a ser presos na referida cidade de Valladolid, onde as auctoridades os poderam arrancar ao furor do povo, sequestrando-lhes os bens.

As provincias meridionaes da Hespanha não se mantiveram nem mais tranquillias, nem menos diligentes que as que ficam mencionadas. Os seus habitantes, agitados por semelhantes paixões, não se desviaram do glorioso trilho que a todos elles marcava o sentimento do dever, da honra e da independencia nacional. Sendo as causas por toda a parte as mesmas, os effeitos por ellas produzidos tambem não podiam deixar de ser iguaes, variando sómente os incidentes, que serviram de signal directo ao geral e patriótico pronunciamento da nação hespanhola. Assim como nas outras partes da Hespanha, a noticia dos acontecimentos do dia 2 de maio em Madrid foi igualmente o primordial incentivo da revolta nas suas provincias meridionaes. Em Sevilha a municipalidade pensou logo seriamente em fazer pegar em armas a toda a população da provincia, agitando-se por esta causa diversos projectos de armamento e de defeza. As ordens, que posteriormente vieram de Madrid, contiveram por um momento este primeiro impulso. Começando porém a agitar-se um povo, o seu retrocesso á ordem é cousa muito difficil. Os agitadores, achando a occasião propria para o seu projectado movimento, quando



com indiscrição seu partidista, olhando como uma perfeita loucura toda a tentativa de resistencia. Pondo duvidas e demorando o pronunciamento, para que em nome da junta suprema de Sevilha o tinha ido convidar o conde de Teba, o resultado que tirou d'isto foi ser victima das iras do povo, perdendo a vida por meio de uma ferida mortal, que na praça de S. João de Deus poz termo aos ultrajes e pancadas que sobre elle se tinham descarregado. Foi substituido depois por D. Thomás Morla, governador de Cadiz, tendo a junta de Sevilha enviado para lhe assistir o general D. Euzebio Antonio Herrera, que era um dos seus membros. À suprema junta de Sevilha, tornando-se cada vez mais ousada, fez no dia 6 de junho uma solemne declaração á França, affirmando que não deporiam jamais as armas sem que o imperador Napoleão restituísse á Hespanha el-rei D. Fernando VII e as outras pessoas da real familia, e não respeitasse os sagrados direitos da nação que elle tinha atrozmente violado, assim como a sua liberdade, a sua integridade e a sua independencia. Á insurreição de Sevilha seguiram-se as de Jaen e Cordova, bem como a de Granada, com a differença que a junta d'esta cidade se recusou a submeter-se á de Sevilha, de que resultou levantar um exercito propriamente seu, e que brilhantemente concorreu para a commum defeza da patria.

Para não continuar com a repetição enfadonha das sublevações parciaes, que ainda restam a mencionar, bastará dizer que outras iguaes ás que ficam descriptas tiveram logar na Extremadura, na Castella Nova, Carthagená, Murcia, Valencia e Aragão. Com esta nos demoraremos mais algum tempo, por causa dos brilhantes feitos que immortalisaram a illustre cidade de Saragoça, que tão celebre se tornou por aquelle tempo. Os aragonezes, em outras eras inimigos votados dos castelhanos, e constantemente seus rivaes, quizeram na sua guerra contra os francezes competir com elles em primores de amor á patria e extremos de fidelidade para com o seu infeliz soberano. No começo do decimo oitavo seculo honraram-se em combater contra os Bourbons; no começo do decimo nono honraram-se igualmente em combater por elles, o que prova que







800 portuguezes, commandados pelo general Gomes Freire de Andrade, destacando-se esta força da *Legião portugueza* do marquez de Alorna, que Junot tinha mandado ir de Portugal para França, como já vimos.

No dia 12 de julho foi que pôde estabelecer-se o bloqueio da cidade, tal como era possível faze-lo com 8:000 homens, cercando um recinto de seis mil metros, defendido por 20:000 homens armados. O coronel de engenheiros Lacoste fôra nomeado pelo imperador, de quem era ajudante de campo, para mandar o cerco de Saragoça. Tendo reconhecido a cidade, determinou que o ataque se dirigisse contra o convento de Santa Engracia, que pelos defensores se achava fortificado. Contra elle apresentaram portanto os sitiantes a maior força da sua artilheria, sendo a sua bateria de brecha composta de 6 peças de calibre 16, e 4 obuzes de oito pollegadas, batendo o muro do convento na distancia de mil e trezentos e oitenta metros.

No dia 4 de agosto começou-se a bater em brecha, reputando-se ás nove horas da manhã praticaveis as que se tinham feito no muro. Duas columnas de ataque marcharam a passo de carga, uma direita ao convento de Santa Engracia, outra á porta del Carmen: os defensores foram repellidos, entrando os francezes na cidade, onde se assenhorearam da artilheria dos hespanhoes, contra os quaes a empregaram depois. Entretanto os defensores, reunindo-se, voltaram novamente ao ataque, e caindo de improvisos sobre os assaltantes, espalhados pelas differentes casas, entretidos no roubo e na pilhagem, obrigaram-os a se retirar, batidos com grande perda, havendo até muitos generaes feridos. Por este modo foi salva por então a cidade de Saragoça, limitando-se os francezes a conservar tão sómente o que até ali tinham ganho. Entretanto Saragoça achava-se consideravelmente em perigo, vindo salva-la a derrota de Dupont em Baylen, e o terem os sitiantes recebido no dia 5 de agosto ordem do rei José para se dispor a levantar o cerco, ou a evacuar a cidade. Desde então os francezes limitaram as suas operações a intrincheirarem-se nas ruas, e a sitiarem as casas de que estavam senhores. Ataques e tiroteios parciaes lhes fizeram consumir sem fructo al-

contribuição voluntaria, ou por emprestimo forçado e de repartição, os meios necesarios para similhante alistamento. As referidas companhias deviam conservar-se no seu respectivo districto, e n'elle disciplinarem-se militarmente até que a junta suprema d'ellas dispozesse. Alem d'isto todos os individuos foram convidados a entrar no serviço voluntariamente, tanto para concorrerem aos antigos corpos, como para se alistarem nos novos. A paga dos soldados de linha foi augmentada de um real, e a dos voluntarios foi fixada em quatro, alem da ração de pão. Finalmente proveu-se a que os trabalhos da agricultura e da colheita proxima se não interrompessem por causa de um tão extraordinario recrutamento.

Enquanto a junta suprema de Sevilha assim desenvolvia a sua maxima energia contra a dominação franceza, alargando o mais possivel o espirito insurreccional, a junta suprema de































a relatar, parecendo-nos de necessidade a narração de taes acontecimentos, como progenitores que foram dos que no mesmo sentido tiveram tambem logar no nosso proprio paiz, pois de outro modo seriamos anomaes, mencionando os effeitos sem apontarmos as causas, principalmente da magnitude e importancia das que acabámos de expor, nascendo d'ellas, como effectivamente nasceu, a famosa guerra da peninsula.

---















































ministração e guarda de taes objectos, recebendo o portador do thesoureiro da casa da moeda um recibo em fôrma autentica. Quanto á pessoa que fosse convencida de fraude, quer fosse a respeito da declaração dos objectos existentes, quer fosse dos deixados ás igrejas, ou quer finalmente dos que podesse ter apropriado a si, determinava-se-lhe a pena de pagar o quadruplo do valor do objecto não declarado ou desviado. O valor da prata, que assim se recebesse na dita casa da moeda, devia ser abatido na conta da contribuição imposta, um terço da qual devia ser entregue na caixa do recebedor geral das contribuições no praso de um mez, depois da publicação do respectivo decreto, o outro terço, na referida caixa, seis semanas depois da primeira entrega, e finalmente o ultimo dos ditos terços ainda na mesma caixa, um mez depois da segunda entrega, quanto a Lisboa, marcando-se prazos um pouco mais largos, quanto ás provincias.

Sendo Portugal um paiz pequeno, onde a agricultura, a industria e o commercio se achavam quasi de todo aniquilados, em rasão do que já se tem visto, e desfalcado como tambem por outro lado se achava do consideravel numero de riquezas pela emigração da familia real para o Brazil, e da maior parte da gente que a acompanhou, pôde bem fazer-se idéa da violencia que tinha de se fazer a todos os portuguezes com a extorsão de uma somma tal como a de cem milhões de francos. A circumstancia de ter isto por fim o resgate das proprieda-



terras circumvizinhas não tratavam bem os seus soldados, de que resultou mandar elle para ali alguns de granadeiros do regimento n.º 58. No dia 27 de janeiro de 1808 altivos passeiavam estes soldados pela praça e ruas da villa, quando uma chufa dita por um homem do povo levou um dos taes granadeiros a puxar pela espada contra elle. Acolhido o homem em casa de sua mãe por uma sua irmã, que por fóra fechára a porta á chave, de prompto foi arrombada pelos francezes, que sem respeito algum ao sexo, apalparam violentamente a rapariga por onde muito bem lhes pareceu, a pretexto de lhe tirarem a chave. Aos gritos da victima acudiu um cadete do segundo regimento do Porto (18 de infantaria), que lançando mão a um pau, com elle investiu os soldados francezes. Este exemplo de resolução foi logo seguido por outros individuos do mesmo regimento, de que resultou serem feridos dois ou tres dos aggressores, e ficar a dita rapariga com os peitos todos negros e contusos das pancadas que um d'elles lhe tinha dado com o punho da espada. Chegava n'esta occasião ao hospital um capitão francez com cousa de cem soldados atacados de sarna. Acudindo o dito capitão ao tumulto, succedeu atirarem-lhe com uma pedra que lhe deu n'um braço, e lhe fez cair a espada, que depois se achou torcida. N'este momento os cem soldados francezes correram ás armas, e o regimento do Porto tocou a rebate, socegando o motim por terem os nossos soldados, que n'elle andavam envolvidos, de acudirem á formatura do corpo. Informado o general Thomiers d'este acontecimento, fez ir á sua presença o commandante e quatro officiaes do citado regimento do Porto, de que resultou porem-se logo em fugida alguns dos que tinham concorrido ao tumulto. Procedeuse depois a uma devassa, em que figurou como principal culpado o granadeiro francez que primeiro corrêra sobre o homem do povo. Entretanto no dia 5 de fevereiro appareceram nas Caldas os generaes Thomiers e Loison com a sua divisão na força de uns 4:000 homens de infantaria e cavallaria, com que se espalhou por todos aquelles contornos um geral terror. A villa foi posta em rigoroso sitio, postaram-se peças ás bôcas das ruas, e por toda a parte se via um apparatus mi-



sido, se o joven principe de Salm-Kirburg lhe não alcançasse o resgate, indo representar a Thomiers ser uma barbaridade conduzi-rem á morte um homem em semelhante estado, sem primeiramente ser tratado. Recolhido pois ao hospital entrou ali em curativo, sempre com sentinellas á vista, até que no fim de dois mezes, afrouxando o cuidado que n'elle tinham posto, por ter caído o successo em esquecimento, pôde de novo evadir-se, e assim subtrahir-se á pena que lhe estava reservada. No mesmo *Campo do Burlão*, onde teve logar esta carnificina, se postaram em armas no dia 10 do citado mez de fevereiro as tropas francezas, no centro das quaes se mandára formar depois o segundo regimento do Porto, que ali foi ignominiosamente desarmado e dissolvido, intimando-se aos officiaes e soldados um breve espaço de tempo para sairem da villa, como effectivamente executaram<sup>1</sup>. Foi por aquelle mesmo tempo que os generaes francezes tiveram a noticia de que os inglezes se haviam apoderado já das Berlengas, noticia a que logo se seguiu mandarem immediatamente guarnecer com as suas tropas Peniche, Torres Vedras e outros mais pontos, pelo grande receio que conceberam de algum proximo desembarque, que os mesmos inglezes intentassem fazer na terra firme.

Postoque os inglezes não fizessem uma guerra directa ao exercito francez que occupava Portugal, todavia faziam-lh'a activamente indirecta. Sem embargo dos cuidados e diligencias empregados por Junot para que nada se participasse de Lisboa para bordo da esquadra britannica, da qual o almirante Carlos Cotton tinha ultimamente vindo tomar o commando, nada deixava de lhe ser promptamente participado, não só por via dos barcos da pesca, e dos portuguezes que continuamente emigravam para bordo d'ella, por effeito das diligencias que os mesmos inglezes faziam para promoverem o discontentamento publico, mas igualmente pelos seus proprios emis-

<sup>1</sup> Esta descripção, assim como muito do que já temos dito, e do que ainda diremos até á convenção de Cintra, é tirada da *Historia da invasão dos francezes*, de José Accursio das Neves,

sarios, que sem difficuldade alguma mandavam a Lisboa, quando lhes era preciso. Não só pois o citado almirante se asse-  
nhoreára das Berlengas no fim do mez de janeiro de 1808, estabelecendo n'ellas um posto fixo de soldados de marinha, mas até em alguns pontos da costa mais afastados das fortalezas mandava fazer desembarques com o fim de levarem noticias e refrescos para bordo, o que muitas vezes teve logar, sem que jamais os inglezes fossem denunciados ou perseguidos. Algumas das suas embarcações chegaram mesmo a vir de noite até perto das fortalezas, obrigando as suas guarnições a pegarem em armas, e a lhe fazerem fogo de artilheria. Havendo noticia de que a esquadra russa pretendia fazer-se de véla, um cutter de guerra inglez veio com ousadia explorar a entrada do Tejo, para verificar até que ponto podia ser exacta a noticia. Este mesmo cutter surpreendeu durante a noite uma chalupa canhoneira que os francezes tinham armado para embaraçarem a saída dos barcos da pesca. No dia 3 de março dois brigues com algumas chalupas cheias de soldados chegaram a intentar pelas nove horas da noite tomar por escalada a torre de Bugio, o que não conseguiram, por serem descobertos a tempo e repellidos pela artilheria. Outra que tal tentativa fizeram igualmente os inglezes na noite de 22 para 23 de abril contra a corveta *Garota*: cinco chalupas a quizeram tomar por abordagem, mas foram repellidas com a morte do commandante da expedição, e de muitos soldados e marinheiros. Casos houve tambem em que o almirante inglez mandava embarcações parlamentarias a Junot debaixo de varios pretextos, o que muito o irritou, negando-se por fim a receber mais parlamentarios, resolução que reduziu a decreto, e se publicou por editaes. N'este documento ordenava Junot que se fizesse fogo sobre toda e qualquer embarcação ingleza que se apresentasse ao alcance das differentes baterias e fortes que havia pelas costas do reino. Não contente ainda com isto, comminou as mais severas penas aos que fossem convencidos de infringirem esta sua determinação, ou que fossem apanhados, navegando para a esquadra, penas em que igualmente incorriam os patrões dos barcos que os conduzissem.



Por um artigo d'este famoso decreto era julgado *cumplice com o inimigo*, e como tal culpado do crime de *seductor* e de *espião*, e portanto punido com a pena de morte, todo o que fosse convencido de *haver querido* facilitar a passagem de alguém para bordo da esquadra ingleza.

Apesar d'este decreto de Junot, o almirante inglez ainda mandou um parlamentario a Setubal com varios prisioneiros hespanhoes e cartas circulares para os consules da Russia, Estados Unidos e Suecia, contendo intimações sobre o bloqueio das cidades de Lisboa e Porto. Um maço de cartas, que por esta occasião vinha dirigido ao almirante Siniavin, foi sem nenhum escrupulo aberto por Junot, ao qual o general Solano, que ainda ali governava, enviára tudo quanto o almirante inglez lhe mandára. Deu isto logar a que o publico suppozesse a esquadra russiana de accordo com a esquadra ingleza, communicando-se entre si por meio de signaes e de emissarios, o que assim não era, poisque Siniavin cumpria fielmente as ordens de seu amo, em conformidade da boa harmonia em que se collocára para com Napoleão, depois da paz de Tilsitt. Apesar d'isto Junot não tinha grande confiança no auxilio da esquadra russiana, nem de então por diante a teve igualmente nas tropas hespanholas, que só olhava como alliadas no nome, porque D. Manuel Godoy, tendo-se até então mostrado docil inteiramente ás insinuações da França, começára a desconfiar d'esta potencia pelos exercitos que havia mettido em Hespanha, tendo em virtude d'isto chamado para o seu paiz nos fins do mez de fevereiro as tropas hespanholas que estavam em Portugal. Deu isto logar a alguns movimentos por parte das francezas, sendo então que Junot mandára para o Porto o general de divisão Quesnel, para lá tomar o commando das provincias do norte, que nunca chegou a tomar inteiramente, como já se disse. O batalhão do regimento de infantaria n.º 26, a legião piemonteza do meio dia, uma companhia de artilheria e um esquadrão de dragões foram mandados guardar as costas do reino do Algarve debaixo das ordens do general de brigada Maurin, que fixou em Faro, pelos fins de março, o seu quartel general. Um batalhão suiso foi igualmente mandado





Servil no mais alto ponto para com Napoleão se mostrou entre nós sem nenhum pejo Lagarde, intendente geral da policia e conselheiro do governo, o qual, arvorado em redactor da *Gazeta de Lisboa*, n'ella lhe consagrava as mais baixas e desperdiçadas adulações. N'um dos seus artigos<sup>1</sup> se encontra este notavel e pomposo elogio: «O nome sempre glorioso do grande Napoleão resoa de um polo a outro. Em Constantinopla têm apparecido varios poemas, escriptos com aquelle fogo que distingue e caracteriza o genio oriental, nos quaes o imperador dos francezes é chamado sol e estrella de Jupiter. Em Teheran dão-lhe o nome de *espada de Deus*, e na China o de *reino da luz de Tien*. Os bramanes das margens do Ganges inclinam-se ao pronunciar o seu nome illustre; affirmam elles que a alma do seu maior e mais famoso rei passou ao corpo de Napoleão. Tanto podem no mundo as suas singulares e immortaes acções». Em harmonia com estes elogios poz-se na bôca da deputação outros por diverso gosto, mas com não menos falta de verdade e de lisonja. Nenhum dos seus membros (muitos dos quaes foram escolhidos a dedo por Junot, julgando que por meio d'elles, ou dos seus bons officios, podia ser elevado a rei de Portugal), tinha missão adequada da classe que representava; mas com isto não só se conseguia desvia-los do reino, mas assegurar igualmente a conducta das suas respectivas familias. Alem de semelhantes vantagens, outras se tinham igualmente em vista, que eram o impor á Europa as boas disposições da nação portugueza para com Napoleão, e justificar todas as suas medidas de espoliação n'este reino, fazendo fallar ao seu geito os taes suppostos deputados, aos quaes elle só deu em Bayonna uma unica audiencia, em consequencia da qual a deputação dirigiu aos seus suppostos committentes, na data de 27 de abril, uma allocução ou carta, toda ella recheiada de adulações para com o imperador, provavelmente fructo da redacção alheia, ou d'aquelles dos seus membros que por mais servis e abjectos se reputavam partidistas da França, como D. Lourenço de Lima, que por esta qualidade muito se fez

<sup>1</sup> Veja a *Gazeta de Lisboa* de 23 de abril de 1808.

por aquelle tempo notar. Na citada allocução se dizia: «Sua magestade imperial e real não tem desejo algum de vingança nem rancor ao principe que nos governava, nem á sua real familia; sua magestade imperial e real occupa-se de objectos mais nobres, e não trata senão de nos ligar com as outras partes da Europa ao grande systema continental, do qual devemos fechar o ultimo anel: trata de nos livrar da influencia estrangeira, que nos dominou tantos annos. O imperador não póde consentir uma colonia no continente; o imperador não póde, nem quer deixar aportar a Portugal o principe que o deixou, confiando-se na protecção dos navios inglezes». Mais abaixo dizia ainda n'um outro periodo: «Affligiu assás seu coração o peso da contribuição que opprime Portugal; a sua bondade lhe dictou a promessa de a reduzir, conforme fosse compativel com os nossos haveres. Os portuguezes que estavam prisioneiros em França, graças á clemencia do imperador, gosam já da sua liberdade<sup>1</sup>». Depois d'isto a deputação nada mais fez, nem mais consideração se lhe deu, passando como presa de Bayonna para Bordéus, depois da sublevação de Portugal contra os francezes, e de lá para Paris, sendo finalmente postos em liberdade todos os seus membros depois da conclusão da paz geral em 1814.

Entretanto a situação de Portugal tornava-se cada vez mais lastimosa debaixo de todos os pontos de vista. A oppressão e a tyrannia eram os dois principaes elementos do governo francez de Junot, cuja ambição ainda se não achava satisfeita, no que tambem o imitava o intendente Lagarde. Este, apenas se viu constituido no seu alto cargo, expediu logo aos magistrados do reino uma circular pela qual se propoz abraçar tudo debaixo da sua illimitada jurisdicção. Constituido por parte da policia em homem de armas do general Junot, estabeleceu por base das suas operações a mais vigilante e activa espionagem, auxiliado para este fim pelos corregedores móres, de que já fallámos. Em conformidade com isto mandou-se para as provincias do norte do reino, com residencia no Porto, a um tal

<sup>1</sup> Veja o documento n.º 12.

mr. Perron, com o titulo de delegado da policia, subordinado a Lagarde, de quem foi um fiel imitador. O palacio da inquisição, ao Rocio, foi o da residencia do mesmo Lagarde, como já dissemos, e a este se attribuia o servir-se dos carceres que havia no interior do referido palacio, para n'elles encerrar os presos da sua repartição, entaipando vivos a uns e assassinando outros debaixo de grandes pesos de chumbo, como geralmente se dizia. Não era liquido que isto se praticasse, mas o povo assim o acreditava e o assoalhava como tal. Seja porém como for, certo é que as atrocidades de Lagarde foram taes, que o seu nome era um symbolo de horror para todos os moradores de Lisboa. Ou por conselho d'este cruel homem, ou por deliberação propria de Junot, creou este, por decreto de 8 de abril, um tribunal especial, destinado a punir sem demora os crimes contra a segurança publica, allegando-se a pretendida insufficiencia das leis portuguezas sobre este ponto. O conteúdo d'este decreto é um aggregado informe das leis francezas e patrias, interpretadas e arrastadas ao fim a que se queria. Tinha o citado tribunal por presidente um official superior francez, e por seu relator um capitão igualmente francez, sendo este o que ao mesmo tempo devia promover as denuncias, as accusações e a execução das sentenças, mas sem voto deliberativo. Tinha mais tres officiaes francezes por vo-gaes, um juiz portuguez, um escrivão que podia ser francez ou portuguez, comtantoque fallasse ambas as linguas, e um interprete. Por conseguinte entre todos os membros com voto no citado tribunal apenas havia um portuguez. Instruido o processo, devia depois remetter-se ao conselho do governo, para este decidir se o caso era ou não da competencia do tribunal. Sendo a resolução affirmativa, devia o dito tribunal sentenciar-lo sem demora, executando-se a sentença dentro de vinte e quatro horas, sem d'ella se conceder appellação, nem revista.

Os delictos de que o tribunal conhecia eram os seguintes: 1.º, insurreição contra a auctoridade, motim popular ou ajuntamento armado; 2.º, assassínio premeditado, quer fosse ou não consummado; 3.º, crime de incendiario; 4.º, roubos fei-

tos com armas nas estradas ou dentro das cidades, logares e campos; 5.º, roubos perpetrados com arrombamento, e provisoriamente quaesquer outros; 6.º, contravenção á lei das facas e outras armas mortíferas; 7.º, espionagem; 8.º, alliciação para o inimigo. Para os roubos do artigo 5.º estabeleceu-se a pena de morte ou galés, segundo a ordenação, livro 5.º, título 61.º, e do código penal francez. Para a contravenção das leis prohibitivas das armas de fogo, a pena de galés, e para todos os mais delictos a pena de morte, sem se attender ás circumstancias que podiam augmentar ou diminuir a gravidade de taes delictos. Este tribunal devia residir em Lisboa; mas passado um mez tambem se creou outro no Porto com a mesma natureza. As mais leves suspeitas davam logar ás prisões, casos havendo de se arrastarem a ellas cidadãos pacíficos, que não tinham outro crime mais do que terem lido cartas pelas ruas, sem que se soubesse o seu conteúdo. Era fama ser immenso o numero dos espiões que vagavam pelas ruas de Lisboa, de que resultava o receio de todos os cidadãos, temendo serem victimas de alguma indiscrição. Nas provincias estabeleceu-se o mesmo systema de espionagem, não se esquecendo Lagarde, alem das ordens geraes expedidas aos magistrados, de enviar outras particulares aos da sua confiança para estabelecerem premios aos espias e delatores occultos. Os processos dos presos de policia eram sempre summarios e rapidos, e as mais das vezes verbaes em todo o rigor da





proferidas pela bôca dos seus prisioneiros, em coherencia com os seus interesses. Entretanto a referida allocução dava bem a entender que a mente de Napoleão era conservar Portugal como reino independente, facto que tambem por outro lado se achava corroborado pela concentração que do governo d'este reino tinha feito nas mãos de Junot, de que resultava verem-se os portuguezes livres da idéa, para elles humilhante, de serem novamente reduzidos a uma provincia da Hespanha. Debaixo d'este ponto de vista a allocução ou carta da deputação portugueza foi n'este reino geralmente applaudida, particularmente pelos partidistas da França, que a tiveram como um seguro annuncio do apparecimento da epocha liberal entre nós, e da sua resurreição politica, chegando mesmo a haver terras no interior das provincias que a festejaram com illuminações e fogos de artificio<sup>1</sup>.

Desde então espalhou-se o boato de que a par de um rei, nomeado por Napoleão, outorgaria elle tambem uma constituição, que faria reviver entre nós a boa memoria das antigas côrtes portuguezas. Uns suppunham que o rei escolhido por Napoleão seria seu irmão, Luciano Buonaparte, que de Roma tinha ido a Mantua, onde tivera uma conferencia com o imperador. Outros diziam que seria o principe Eugenio, vice-rei da Italia, do qual muitos dos ajudantes de campo tinham successivamente apparecido no exercito de Portugal, tomando notas sobre a estatistica do paiz, e as disposições dos seus habitantes. Alguns houve que pensaram no marechal Lannes por causa do brilho e ostentação da sua passada embaixada, e da sua grande familiaridade com o principe regente. Finalmente tambem não faltou quem logo pensasse em Junot, tanto por ter já o governo supremo do reino, como por contar tambem um tal ou qual partido entre os habitantes de Lisboa, e sobretudo porque na recente distribuição dos titulos imperiaes Napoleão o tinha nomeado duque de Abrantes. O nome era portuguez, e os espiritos estavam muito longe de pode-

<sup>1</sup> Assim o diz Foy a pag. 51 do 3.º volume da sua *Historia da guerra da peninsula*, cousa de que duvidámos.

rem suspeitar de qual seria a extensão que para os novos ducados se tinha a designar. Entre os boatos, que por então correram, era um d'elles o de que a legião portugueza, que tinha ido para França, commandada pelo marquez de Alorna, voltaria ao reino, logoque tivesse logar a proclamação do novo rei. Todavia o imperador, na carta que tinha posto a cargo da deputação portugueza, nada tinha dito que podesse fazer suspeitar qual a personagem a quem faria presente da corôa de Portugal. Junot tomou em tal caso o cuidado de se fazer para ella lembrado. Casos havia em que na direcção dos negocios publicos do reino Junot se aconselhava com o ex-ministro d'estado José de Seabra da Silva, e em circumstancias taes a elle recorreu para o dirigir na empresa que premeditava. O mesmo Seabra foi portanto o que nas antigas instituições da monarchia procurou o modo de tirar partido em favor das aspirações de Junot<sup>1</sup>. Por sua instigação, a nobreza, o clero, o desembargo do paço, e o antigo senado da camara, pediram ao duque de Abrantes que se dignasse empregar os meios legaes, para que se fizesse conhecer ao imperador Napoleão o voto da nação portugueza.

A convocação das antigas côrtes do reino causava forçosamente grande arruido, quando ellas por então se convocassem, arruido que pela sua parte o general francez julgou dever evitar. Em tal caso appellou-se para a antiga junta dos tres estados, que era apenas uma commissão administrativa, que as antigas côrtes escolhiam d'entre os seus proprios membros, para vigiar durante o intervallo das sessões o emprego das sommas que tinham sido votadas ao governo. De direito a commissão em questão achava-se inteiramente extincta, porque desde seculo e meio que não havia committentes pela falta da reunião das côrtes; mas de facto tinha-se conservado o nome de junta ao aggregado de certos individuos, que o governo havia para ella nomeado; á proporção das vacaturas que n'ella se tinham dado. Dispersa como se achava a alta nobreza, tendo ido uma parte d'ella para o Brazil, e outra para França, não estavam

<sup>1</sup> Citada obra de Foy, e citado volume, pag. 55.





a que solicitassem Junot para que consultasse o voto da nação; foi elle o que de todo o coração se encarregou de levar isto a effeito, sem que ninguém lh'o pedisse, e bem assim de fallar em nome da nobreza, partindo para este fim para o quartel general muito antes da hora aprasada aos que lá tinham de se reunir; o que usou da fraude de convidar os de maior representação para tal reunião, allegando que era necessario conferirem sobre os termos de um discurso, que elle por fim recitou no dito quartel general, sem que nenhum dos mais individuos convocados tivesse previamente noticia d'elle, a não ser algum da sua particular confidencia.

Acabado que foi este discurso, Junot respondeu ao pedido que se lhe fez com uma falla cheia de logares communs, em que manifestava ter ouvido os votos de todas as classes do reino, cuja unanimidade era um presagio certo de que saberiam unir-se para sustentar o principe, que Napoleão escolhesse para defender Portugal; que de boa vontade se incumbiria de levar á presença do imperador a representação que lhe dirigissem em nome de todas as ditas classes; que por tal occasião lhe diria que os portuguezes tinham bem merecido a sua protecção pelo muito que n'elle confiavam, pela sua submissão a todas as suas ordens, e porque no meio das grandes crises por que acabavam de passar elles tinham conservado sempre uma perfeita tranquillidade. Encerrando finalmente este seu discurso, o mesmo Junot terminou dizendo: «que lhe seria bem doce o pensar que podia contribuir para a felicidade dos portuguezes, fazendo conhecer a Napoleão, *o grande*, que elles mereciam as suas bondades, e eram dignos da sua poderosa protecção e da alliança da grande nação franceza». A resposta a similhante discurso foi um morno e melancolico silencio da parte dos individuos, que, magoados pelas desgraças da patria, concorreram áquella reunião, produzindo o effeito contrario nos sectarios do partido francez. Apesar da junta dos tres estados não ter representação alguma nacional, como já dissemos, nem cousa que se parecesse com ella, todavia trabalhou-se muito por parte dos partidistas de Junot para a fazer acreditar como tal, tanto em Lisboa, como nas provincias, e















































































































































































































ções de guerra, quem escolhia os generaes, declarando que o serem elles da sua confiança era quanto bastava para o deverem ser de todos os mais; elle era quem tambem escolhia os magistrados para o auxiliarem na administração da justiça, marchando tudo debaixo das suas vistas, e da sua vigilancia e cuidado, competindo a todos confiarem n'elle, depois de Deus, e nas pessoas de quem elle tambem confiasse. O certo é que o bispo era tudo, e fazia tudo no exercicio da publica administração, e postoque o edital de 19 de junho annunciasse que a real auctoridade seria exercitada plena e independentemente pela junta, aos 8 do mez seguinte já ella não era nada, e já o bispo se attribuia tudo. Do que se acaba de dizer a maior e mais clara prova é seguramente a proclamação do referido bispo, com data de 8 de julho, em que diz: «*Já temos dado as providencias para formarmos um exercito de tanta força e ordem, que ainda de longe ponha em fugida o inimigo; temos reduzido as provincias e camaras das comarcas; temos mandado vir armamentos e munições de guerra...; temos mandado vir um governador das nossas armas, que já estava provido pelo nosso augusto principe com a patente de marechal de campo...; temos portanto um general de toda a nossa confiança, e isto só deve bastar para o ser da vossa; temos escolhido magistrados honrados, por nós bem conhecidos e experimentados, para nos ajudarem na administração da justiça, e toda esta marcha vae debaixo das nossas vistas, e de toda a nossa vigilancia e cuidado, etc.*<sup>1</sup>». Está portanto provado que o bispo se attribuia de facto toda a publica auctoridade, mesmo á vista da junta do supremo governo, em quem ella residia de direito, e á vista de quem a tinha instituido.

Alem das ligações do bispo com a plebe, a quem elle lisonjeava, seguramente no intuito de effectuar a usurpação do publico poder, a que se propunha, outras causas houve igualmente que tambem para isto o auxiliaram, sendo uma d'estas a defeituosa organização da suprema junta: os dois ecclesiasticos que d'ella formavam parte, o provisor e o vigario geral

<sup>1</sup> Veja o documento n.º 20.



desde os primeiros momentos da revolução se associára ao capitão João Manuel de Mariz. É muito provavel que estes dois officiaes se queixassem das evasivas que se allegavam para a não installação da commissão militar, e tambem é provavel que, sendo levadas á presença de um homem tão ambicioso de auctoridade como o bispo do Porto, D. Antonio José de Castro, este as tivesse na conta de insurreição, e como taes as fizesse sentenciar e punir. O certo é que elle as teve n'essa conta, mandando ao major José da Silva Praça, que procedesse á prisão de Luiz Candido, o que executou, quando este ia a entrar n'uma das salas do palacio episcopal, para ir tratar das cousas relativas ao serviço, collocando-se o apprehensor e o apprehendido ao pé de uma janella da dita sala.

Tal era o estado das cousas quando o capitão Mariz, entrando no palacio do governo e vendo n'uma das salas d'elle o tenente coronel Luiz Candido, que aliás devia estar empregado no em-  
cumbido, militares de que se achava in-  
no campo que não podia deixar de fazer  
rando por de sem duvida estariam espe-  
tava ali po luiz Candido lhe disse que es-  
membro c or não saber de tal, sendo elle  
com estas vistas se encaminhou para a sala das sessões. Re-  
conhecendo que a porta estava fechada, reputou-se tambem  
preso, e com esta crença bradou da janella ao povo que acu-  
disse ao seu libertador, que se achava em perigo. Foi então  
que o bispo se apresentou a Mariz, quando este voltava da ja-  
nella, e perguntando ao prelado se tambem estava preso, o  
bispo lhe respondeu que sim. Enquanto isto se passava no  
interior do palacio, Raymundo José Pinheiro procurava na rua  
tranquillisar a tropa e o povo, e por auxilio de ambos foi desar-  
mando os artilheiros subordinados a Mariz, a quem elles pre-  
tendiam soltar. Todavia a fermentação chegou ainda a tal ponto,  
que acontecendo estes factos na manhã do dia 5 de julho, os  
presos foram demorados no palacio do bispo até depois da  
meia noite, d'onde então os levaram para a cadeia da relação.  
Fazendo-se-lhes o processo, do conteúdo do qual nunca se



se diz dirigida para o Brazil ao principe regente na data de 23 de junho de 1808, na qual, alem de lhe exporem os signatarios o miseravel estado a que o reino tinha chegado, lhe davam tambem *«a nação como anciosa de recobrar os direitos da sua representação*, cujo esquecimento provinha da sua nimia prosperidade e entorpecido descanso desde o principio do reinado do senhor D. João V, sendo esta a causa da sua decadencia, e de certo a unica da indolencia em que jazia, e que obrigára sua alteza real a desampara-la<sup>1</sup>.»

Felizmente a junta suprema não se tinha esquecido, no meio das reciprocas desintelligencias dos seus membros, de proclamar incessantemente ao povo por meio do seu presidente, e de providenciar do modo que lhe parecia mais adequado ás circumstancias occorrentes. O seu primeiro e principal empenho foi arranjar armas, dinheiro, exercito e alliados á causa que se propozera fazer triumphar. Com relação ao exercito, chamou logo ás armas as ordenanças, as milicias, os soldados licenceados e com baixa, procedendo-se igualmente não só á criação de varios corpos de voluntarios, mas tambem aos de linha, sendo estes os regimentos de infantaria n.º 6, 9, 11, 12, 18, 21, 23 e 24, e os de cavallaria n.º 6, 9, 11 e 12, e os batalhões de caçadores do Minho, do Porto, de Traz os Montes e da Beira. Para todas estas organizações valeram de muito os serviços que com toda a dedicação e patriotismo prestára o general Bernardim Freire de Andrade, auxiliado tambem por seu cunhado, D. Miguel Pereira Forjaz, particularmente depois que deixára de installar-se a commissão militar, que devia ter a seu cargo os negocios da guerra. Segundo o respectivo plano, cada regimento de infantaria compunha-se de dois batalhões de cinco companhias cada um, e cada companhia de 162 praças, vindo a força total de cada

<sup>1</sup> O documento n.º 22 é a alludida representação, mandada ao principe regente, podendo contestar-se a sua authenticidade, por se ter publicado anonymamente no *Campeão portuguez*, desde pag. 62 a 68, do seu primeiro volume, dizendo todavia o redactor que a não julga supposta, mas antes mui verdadeira, por lhe constar que assim o tinha francamente confessado alguem que a assignára.

regimento e set de sua esquadra composto de 1.650 praças, incluindo os esquadras menores. Cada companhia de caçadores composta de seis companhias, sendo cada uma d'ellas 138 praças, e o regimento de sua esquadra. Os regimentos de cavallaria eram de dez companhias, com 54 praças cada uma, sendo o total de corpo 540. Um dos maiores embarços que houve para se organizar a guerra foi a extrema falta de officiaes, sendo por isso necessário que o mesmo general Bernardino Figueira e Silva fosse substituido por D. Miguel Pereira Forjaz, designado por a guerra de exerce das mais pequenas cousas, necessarias para a organização. O soldo das tropas, tanto de primeira linha de segunda linha, foi pela junta suprema assignado, passando o preo das soldados de 40 a 80 réis diários. Designou as localidades em que se deviam preencher os corpos do corpo de infantaria, os quatro de cavallaria e os quatro de caçadores. Fez armar os padres, os frades e os ministros, com todos os mais empregados de justiça. Para este fim o chancellier e regedor das justicas expediu na data de 29 de junho um edital, pelo qual ordenava que estivessem promptos com as suas armas todos os officiaes de justiça e magistrados, incluindo os proprios membros da relação. Aos ecclesiasticos proclamou o bispo, e de reforço a elle o deão da sé, Luiz Pedro de Andrade e Brederode, já designado coronel do corpo ecclesiastico que se ia formar: para este mesmo corpo, destinado somente á guarnição da cidade, convidou elle a alistarem-se todos os ecclesiasticos seculares e regulares. Para custeamento das consideraveis despesas occasionadas pelo armamento a que se procedia, a junta suprema, invocando o patriotismo de todos os portuguezes, convidava-os a concorrer com dons voluntarios de roupas, mantimentos, cavallos, dinheiro, e tudo mais que podessem offerter em auxilio da causa publica. Pediu tambem ao paiz um emprestimo de dois milhões de cruzados, alem de um outro de igual quantia, que solicitou em Londres. Por decretos de 27 de junho e 20 de julho, impoz como contribuição de guerra a quantia de 4\$800 réis, na fórmula da antiga lei, por cada pipa de vinho que se exportasse pelas barras do Porto, Aveiro, Figueira e Vianna, e

1000 réis, também na forma da lei, por cada pipa de azeite. Por decreto de 20 de agosto ordenou mais o pagamento de 04000 réis metallicos pelo consumo de cada pipa de aguardente, e a mesma quantia pelas que se exportassem pelas terras do Porto, Aveiro, Figueira, Villa do Conde, Vianna e Caminha, e bem assim 24400 réis metallicos por cada pipa de vinagre que saísse pelos mencionados portos. Por ordem de 8 de julho mandou applicar ás urgencias do estado as quantias que se achassem nos cofres publicos da contribuição dos quarenta milhões de cruzados, que Napoleão tinha já reduzido a vinte. O mesmo destino ordenou que igualmente tivessem os rendimentos da patriarchal, os das commendas das ordens militares, e os das de Malta, cujos commendadores se achassem ausentes d'ellas, os da bulla da santa cruzada, os liquidos das irmandades e confrarias, e finalmente as sobras das sizas.

Ao mesmo tempo que a junta suprema assim providenciava sobre tudo o que no paiz lhe podia offerecer meios de defeza e de receita propria, com que organisou os corpos que dentro em pouco tempo marcharam contra o inimigo, não se esqueceu, para a acquisição de alliados, de mandar também uma deputação ao almirante Carlos Cotton, que ainda por então se achava commandando a esquadra ingleza nas costas de Portugal, pedindo-lhe todo o possivel auxilio em favor da restauração do reino, tão propiciamente começada, auxilio que elle generosamente lhe prometteu. affiancando que a tão iusta.





a o mesmo bispo a coadjuvação do referido ministro para se a junta installada, que conseguira subordinar a si todas as mais das provincias do norte, podesse fazer effectiva a so-re dita expulsão em toda a parte do reino. Na data de 7 do

D. Domingos communicou o conteúdo da nota acima ao bispo, presidente da junta suprema, participando-lhe, em officio de 18 de julho, que as suas requisições tinham sido quasi por inteiro attendidas pelo governo de sua magestade britannica, *e já a estas horas, dizia elle mais, se achará sobre essas costas um exercito inglez, commandado por sir Arthur Wellesley, que sendo composto de 10:000 homens, vae ser consideravelmente reforçado, e por esta occasião dos reforços que se mandam, irão o dinheiro que se poder alcançar por agora<sup>1</sup>. pólvora, espadas e creio que fardamento.* O bispo pedia tambem um general estrangeiro; mas a este respeito lhe escrevia o mesmo D. Domingos no referido officio, dizendo-lhe: «Quanto ao general estrangeiro, escreverá v. ex.<sup>a</sup> em outra carta, e talvez por occasião mais particular. É um objecto este muito delicado. V. ex.<sup>a</sup> faria bem de ver se se remedeiava com os nacionaes, se achar algum que tenha os talentos necessarios, e que se entenda com os inglezes, que ahi vão».

Tal era o estado em que as cousas se achavam no interior de Portugal, antes da chegada dos promettidos auxilios britannicos em 1808; mas em cuja concessão houve não poucas difficuldades a vencer, até mesmo na entrega de uma parte das espingardas pedidas, sendo aliás as primeiras que nas mãos dos portuguezes tiveram a singularidade de não cairem em poder dos exercitos francezes, como succedeu a todas as mais que o governo britannico havia até ali fornecido aos seus differentes alliados, não obstante serem alguns d'elles das mais poderosas nações da Europa. Quanto ao exercito auxiliar, que tambem se pediu a Inglaterra, deve acrescentar-se que se desembarcou em Portugal, foi isso devido á pertinácia com que os hespanhoes se oppozeram a que desembarcasse no seu paiz, já por orgulho nacional, e já pela viva repugnância que por outro lado tinham em encorporar nos seus exercitos as tropas de uma nação, constantemente batidas e derrota—

<sup>1</sup> Foi effectivamente no dia 18 de agosto que desembarcou no Porto uma avultada somma pecuniaria, que o governo inglez mandou pôr á disposição da junta d'aquella cidade.

das em toda a parte do continente em que tinham feito rosto aos francezes, parecendo que nas operações de terra uma permanente desgraça, e não interrompido infortunio, perseguiam as bandeiras e armas da Gran-Bretanha, d'onde nascia o desprezo em que geralmente era tida como potencia militar terrestre, particularmente por Napoleão Buonaparte, posto-que por mar fosse a primeira, se é que não a unica, que constantemente havia triumphado das esquadras da França e das potencias suas alliadas, reduzindo a sua marinha ao estado de se não poder bater com as forças navaes britannicas. Se pois a Inglaterra veio com o tempo a auxiliar tão validamente a revolução de Portugal contra os francezes, não foi isto devido tanto á sua officiosa generosidade, quanto aos graves apuros em que se via, devidos aliás: 1.º, ao calor da luta em que estava empenhada contra a França, não só por effeito de pundonor nacional, mas tambem por causa dos seus mais importantes interesses commerciaes e politicos; 2.º, á sua desconfiança na sinceridade do apoio que até ali achára nas diferentes nações da Europa e desdem com que estas a começaram a tratar, pelo facto da nenhuma vantagem obtida pelos exercitos inglezes sobre os francezes nos differentes encontros em que se tinham visto no continente, sendo os proprios hespanhoes os que pela sua parte lhe manifestaram similhante desdem, como se verá.

---

1

1

.

## CAPTULO V

defezaço de Portugal contra os francezes, de certo mais heroica que a da Hespanha, ~~que~~ <sup>que</sup> absoluta falta de meios com que se podesse levar ávante, conseguiu todavia ~~organizar~~ <sup>organizar</sup> um exercito de 16:000 a 18:000 homens. apesar das desuniões que se notavam

A Inglaterra, porém, não se contentou com a sua generosa intervenção, e, para não deixar a Hespanha a mercê dos franceses, resolveu, em 1793, enviar para a Península um exército de 15 mil homens, sob o commando do general Visconde de S. Eustachio. Este exército, porém, não chegou a tempo de fazer alguma coisa, e, em consequencia da falta de meios de transporte, foi obrigado a retirar-se para a Inglaterra. A Inglaterra, porém, não se contentou com a sua generosa intervenção, e, para não deixar a Hespanha a mercê dos franceses, resolveu, em 1793, enviar para a Península um exército de 15 mil homens, sob o commando do general Visconde de S. Eustachio. Este exército, porém, não chegou a tempo de fazer alguma coisa, e, em consequencia da falta de meios de transporte, foi obrigado a retirar-se para a Inglaterra.



A revolução da Hespanha, que quasi simultaneamente pareceu em todos os pontos do seu vasto e extenso paiz, o patriotico enthusiasmo dos mesmos hespanhoes em promptamente se armarem, parecendo prometter, como nos primeiros annos da revolução franceza, a creação de um imenso exercito revolucionario, que com o tempo se tornaria regular e disciplinado; o heroismo com que por então se defendia a ragoça; a tomada de uma esquadra franceza dentro do porto de Cadiz; e finalmente o successo ainda mais incrivel e mais glorioso do que os precedentes, tal como foi o da capitulação do general Dupont em Baylen, fizeram com toda a razão a parecer na Gran-Bretanha as mais lisonjeiras esperanças a favor das armas hespanholas, (esperanças que infelizmente não realisaram), levando o governo britannico, em virtude das razões expostas, a abraçar como sua, e a acaloradamente defender a causa da Hespanha contra os francezes. Quanto a Portugal, a promptidão do seu favoritismo ficou muito áquella latitude com que o manifestára para com o reino vizinho.

• Portugal, pequeno em população, e pequeno igualmente em territorio, nenhuma consideração merecia aos olhos do governo britannico, a não ser para commercialmente o explorar. Os admiraveis feitos dos portuguezes na memoravel epocha da sua independencia em 1385, attestados ainda hoje ao mundo inteiro pelo famoso monumento do convento da Batalha, o arrojo das suas conquistas da Africa, das suas navegações e vastas descobertas, e das suas não menos arrojadas conquistas da Asia; e finalmente os gloriosos esforços da nação portugueza na momentosa epocha de 1640, em que novamente defendeu e sustentou com o maior denodo, por espaço de vinte e oito annos continuos, a sua independencia contra o descommunal poder da Hespanha, que aliás inutilizou e venceu em numerosas e bem terçadas batalhas, deveriam ser sufficientes motivos para que o governo britannico não desconhecesse o character guerreiro dos portuguezes, tão amplamente attestado pela sua historia. Mas esta, ou porque não fosse por elle sabida, ou porque fosse desprezada, não tendo podido levar o sobredito governo a fazer aos portuguezes







tas. Cada batalhão ficou sómente com seis companhias de 140 homens, das quaes uma era de granadeiros e outra de caçadores, excepto o batalhão de deposito, que contava sómente quatro de fuzileiros. A força total de cada regimento era pois de 3:970 homens, entre officiaes, praças de pret e classes annexas. Napoleão era sectario de uma só classe de infantaria, e a franceza, postoque contivesse uma pequena parte de tropas ligeiras, quasi se podia reputar como de uma só especie, talvez por entender que, sendo o soldado francez energico e de grande vivacidade, podia bem desempenhar o serviço de linha e de caçadores. Isto desculpava pois a diminuição das companhias nos batalhões, diminuição que em qualquer outro paiz seria muito prejudicial, pela difficuldade de poder suster com ellas a preferencia que exige um pessoal de soldados com condições não communs de estatura, robustez e genio.

A cavallaria franceza consistia em dois regimentos de carbineiros, doze de couraceiros, trinta de dragões, vinte e quatro de caçadores e dez de hussards, sendo o seu total setenta e oito regimentos. Cada um d'estes corpos tinha quatro esquadões, e cada esquadão duas companhias, organização que subsistiu até que o general Preval demonstrou a conveniencia de se formar o *esquadão companhia*, para dar ao mando a unidade, mais necessaria ainda n'esta arma do que em qualquer outra. Nas primeiras campanhas da revolução a cavallaria franceza soffrêra não pequenos revezes nos seus encontros contra a allemã. A superioridade dos cavallos d'alem do Rheno, a destreza dos prussianos e austriacos em maneja-los, e até mesmo o modo das suas manobras, apresentavam serios obstaculos ao ardor dos francezes, mediocrementemente montados por falta de boas raças, e não estarem costumados a cavalgar. As suas posteriores conquistas, proporcionando-lhes um grande numero de cavallos de melhores raças, fizeram apparecer então aquellas grandes massas de couraceiros que na batalha de Eylau com tão bom exito carregaram a infantaria russa. Napoleão nunca se deteve em organizar a cavallaria com a mesma attenção e esmero que empregou nas outras armas, sendo a







real, regimentos de linha ou ligeiros, e em corpos especiaes de artilheria e engenheiros. A guarda real contava alem d'isto tres companhias das guardas de corpo e uma de alabardeiros, destinadas ao serviço interior do palacio, um regimento de infantaria hespanhola, outro de infantaria wallona e seis esquadrões de carabineiros reaes. Os regimentos tinham tres batalhões de seis companhias cada um, e dos esquadrões de carabineiros quatro eram de linha, e os outros dois ligeiros, que formavam a guarda de honra de D. Manuel Godoy. A infantaria de linha constava de trinta e cinco regimentos hespanhoes, e dez estrangeiros, seis dos quaes eram suíços, recrutados na confederação helvetica, denominando-se os quatro restantes Irlanda, Hibernia, Ultonia e Napoles, tendo estes, como os wallones, o maior numero dos seus soldados hespanhoes. Todos os regimentos de linha hespanhola e os quatro estrangeiros compunham-se de tres batalhões de quatro companhias, duas das quaes eram de granadeiros no primeiro batalhão e as mais de fuzileiros. Os regimentos suíços tinham dois batalhões tão sómente, e cada um d'estes seis companhias, uma das quaes era de granadeiros. Os regimentos de infantaria ligeira eram doze, constituindo outros tantos batalhões de seis companhias, todas iguaes. Com a força dos dezeses regimentos de doze companhias, que existiam organisados na campanha de 1795, se crearam vinte e quatro de cinco esquadrões com duas companhias cada um, de modo que em 1808 a cavallaria hespanhola constava, por uma nova modificação que teve, de doze regimentos de linha, oito de dragões, dois de caçadores e dois de hussards, com um total de cento e vinte esquadrões, e a mesma força que anteriormente havia. A artilheria hespanhola constava em 1808 de um estado maior, affecto á pessoa do generalissimo D. Manuel Godoy, de quatro regimentos de dez companhias cada um, ou quarenta ao todo, seis das quaes de cavallo, dezesete eram fixas, fazendo o serviço nas praças de guerra, e cinco de artifices para os parques e mestranças. Estas forças compunham um total de 6:550 artilheiros, officiaes e soldados, com 317 cavallos, a que se deve aggregar a divisão destinada ao norte,





estinados ao serviço sedentario, dez da *legião real allemã*, quatro de suissos e sete recrutados com estrangeiros desertres, ou prisioneiros de guerra. A organização d'estes cor-







ndo-se os corpos, a que se seguiu decretar-se mais nos fins de outubro de 1807 o augmento do mesmo exercito, tanto da primeira linha, como de milicias, providencias tardias que não chegaram a executar-se, pela entrada do exercito de Junot em Lisboa em 30 de novembro do referido anno. Uma das medidas a que durante o seu governo o mesmo Junot recorreu foi a de dissolver o exercito portuguez de primeira e segunda linha, mandando d'elle para França uma divisão de uns 9:000 homens com 2:000 cavallos. Expulso o exercito francez do paiz, como adiante veremos, a regencia que depois se installou em Lisboa expediu uma portaria, na data de 14 de outubro de 1808, reorganizando o exercito segundo o decreto

academias militares, subindo depois aos maiores postos, continuando no mesmo exercicio. E que tambem se praticava com os officiaes estrangeiros que tinham a mesma profissão, systema esse adoptado até 1791, em que os officiaes engenheiros passaram então a formar um corpo separado, ao qual se deu uma definitiva organização pelo regulamento provisorio de 12 de fevereiro de 1812.

Servindo como de reserva ao exercito de primeira linha tinha Portugal os chamados corpos de milicias, na força de 30.000 homens, casos havendo em que estes corpos chegaram a entrar em operações activas como a tropa de primeira linha durante a guerra da península. Por decreto de 1 de agosto de 1796 os antigos *Tercos auxiliares* passaram a denominar-se *Regimentos de milicias*, e os seus mestres de campo, coroneis. Cada regimento tinha dez companhias de 80 homens, sendo quarenta e tres o numero d'estes corpos. Por alvará de 21 de novembro de 1807 augmentou-se o numero dos regimentos de milicias, passando a ser o de quarenta e oito, organização que só se levou a effeito pela portaria dos governadores do reino de 14 de outubro de 1808, compondo-se cada regimento de dois batalhões com 1:401 praças, divididas por nove companhias, sendo uma de grana-deiros. Por este modo a força dos corpos de milicias devia elevar-se a 52:848 homens. Ainda durante a guerra os mesmos governadores do reino crearam mais sete corpos de milicias, seis em Lisboa e um no Porto, tendo todos elles a força de 4:894 homens, que com o total anterior fazia a somma de 57:742 homens<sup>1</sup>.

Desarmado como portanto se viu Portugal pela dissolução do seu exercito, effectuada por Junot, e sem meios alguns de resistencia proficua contra os francezes, é um facto que a revolução que contra elles rebentára no Porto e se diffundira por todo o reino, foi um acto de verdadeira temeridade, que por força havia de ser mal succedido, a não lhe ter valido o pode-

<sup>1</sup> *Almanach do exercito*, para o anno de 1855, de Luiz Travassos Valdez.

roso auxilio da Gran-Bretanha. Todavia tempo houve em que esta potencia desdenhou, como já dissemos, auxiliar validamente os portuguezes em similhante empreza. Verdade é que não desprezára abruptamente os pedidos da suprema junta do Porto, nem era dos interesses, nem da politica britannica o despreza-los em tal occasião, não só pelas vantagens que d'elles podia auferir, favorecendo-os, e perniciosos effeitos que podia occasionar no animos dos hespanhoes, recusando-os, mas tambem pelo grande desdouro que resultaria para a mesma Gran-Bretanha abandonar por similhante modo um alliado tão intimo e tão antigo como Portugal, na mesma occasião em que estava tão largamente auxiliando a Hespanha, ainda pouco tempo antes sua figadal inimiga, enviando-lhe numerosos soccorros de armas, munições, uniformes e dinheiro. Espalhado pois o boato por toda a Inglaterra de que o governo britannico ia ajudar os portuguezes a sacudir o jugo da França, n'aquelle mesmo paiz appareceram logo patriotas que promptamente acudiram ao chamamento da patria e ao fiel cumprimento dos seus deveres para com ella. No mez de julho de 1808 achava-se em Inglaterra um numero superior a 800 pessoas, entre paizanos, officiaes e soldados portuguezes, que se tinham refugiado a bordo da esquadra ingleza que bloqueava os portos de Portugal desde a partida da familia real para o Brazil, confiados na promessa que o almirante sir Carlos Cotton tinha feito em uma proclamação, distribuida profusamente pela costa maritima, proclamação pela qual afiançava que todos os officiaes e soldados portuguezes de terra e mar que quizessem abandonar o serviço francez, e tornar ao do seu legitimo soberano, seriam transportados ao Brazil á custa da Gran-Bretanha. Estes officiaes e soldados esperavam em Plymouth, onde estavam de quartel, os transportes para a dita viagem, quando lhes chegou a noticia da insurreição de Portugal e da installação na cidade do Porto de uma junta de governo supremo para as provincias do norte. Pondo-se então á sua frente os coroneis José Maria de Moura e Carlos Frederico Lecor, que depois foram generaes, merecendo este ultimo grande reputação, dirigiram-se ao governo





gado de vigiar a sua formação, sendo em rasão d'isto que bispo, presidente da junta do Porto, o nomeou depois comandante, quando approvou a dita formação. Por portaria es governadores do reino, de 24 de junho de 1809, foi a leal gão lusitana organizada posteriormente em regimento de fanteria ligeira, tendo um estado maior e dois batalhões de es companhias, com um total de 2:267 homens, sendo depois dissolvida, quando por portaria de 20 de abril de 1811 se crea-

















ram. Disputando tres d'ellas no Alemejo o poder supremo,  
ram com isto evidentes provas de que o capricho predomi-



ças de artilheria na direcção do ponto que se dizia acometido. Uma outra voz se ouviu depois bradar além do rio, que clamava: *Atirem para cá, que elles já aqui estão*. No meio do terror e espanto, causados por semelhantes vozes, chegou-se a ponte, e quando todos esperavam encontrar pela ponte o inimigo, acharam-se com uma escolta de milicianos de Aveiro, que conduzia para as cadeias do Porto uma d'essas muitas levas de presos politicos, denominados *jacobinos*, e que os povos lançavam tumultuariamente as mãos, sem temor de ordinario contra elles mais que suspeitas. Auctoridades houve, constituidas pela propria revolução, que caíram



**letras comarciaes de Portugal e Hespanha. Offerece-lhe estas vantagens a sua posição junto do Douro, que até ás suas vizinhanças é navegavel em uma grande parte do anno, ajudada**













**tropas inglezas na Sicilia, missão de que logo n'aquelle anno  
foi desviado, sendo mandado offerecer a Portugal, por occa-**



tra as imputações do partido descontente, brilhou pela sua eloquencia e força da sua argumentação. Aos 10 de agosto de 1806 casou com miss Pakenham, da illustre familia de Longford. Tendo sido depois nomeado primeiro secretario do duque de Richmond, quando vice-rei da Irlanda, passou como tal a ter assento na camara do conselho privado de sua magestade britannica. D'aquella situação foi tirado para ser empregado na importante expedição de Copenhague, sendo elle um dos officiaes generaes, que ás ordens do general lord Cathcart deviam preencher as vistas do ministerio, sendo tambem elle o que por fim influio na capitulação que sujeitou a capital da Dinamarca e a respectiva esquadra ás determinações da Gran-Bretanha. Em abril de 1808 recebeu a patente de tenente general, e portanto quasi ao mesmo tempo de ser encarregado de tomar o commando da expedição, destinada a auxiliar os patriotas portuguezes e hespanhoes na sua heroica empreza de libertarem a península<sup>1</sup>, devendo acrescentar-se



























ntrar no dia 5 o general Bernardim Freire de Andrade no  
 meio do mais vivo enthusiasmo e phreneticos applausos, ven-  
 o-se por muitas vezes obrigado a parar pelo grande ajunta-  
 mento de pessoas que lhe tomavam a passagem, recebendo-o  
 com vivas e estrondosas acclamações. A força de primeira li-  
 nha que Bernardim Freire juntou em Coimbra montou a  
 1:616 homens, incluindo 500 de cavallaria montados e 1:000  
 desmontados. As milicias podiam elevar-se a 10:000 homens,  
 e as ordenanças talvez a 15:000<sup>1</sup>. No mesmo dia 7 de agosto,  
 em que as tropas inglezas começaram a atravessar o Mondego,  
 foram Bernardim Freire e Manuel Pinto Bacellar a Montemor  
 o Velho ter uma conferencia com sir Arthur Wellesley. N'ella  
 se viu que os generaes portuguezes queriam que as tropas  
 das duas nações deixassem o litoral e penetrassem no interior  
 da Beira, allegando não só a abundancia de mantimentos que  
 esta provincia forneceria aos dois exercitos, mas até a vanta-  
 gem de expellirem Loison para fóra do Ribatejo, para onde já  
 tinha vindo da provincia do Alemtejo, afugentando-o assim  
 para a parte de Lisboa, a fim de por este modo se limpar de  
 inimigos o paiz da retaguarda. Tambem por outro lado se viu  
 que o general inglez não concordou n'este plano, não só por-  
 que o reprovava por inefficaz, como tambem pela extrema ne-  
 cessidade em que se julgou collocado de não poder abandonar a  
 costa, tanto pelos soccorros e mantimentos que por meio d'ella  
 tinha a receber de bordo da esquadra, como para que a ella se



**lesley julgou por melhor dispensar o auxilio de Bernardim Freire, a quem sómente pediu lhe cedesse 4:660 homens, em que entravam 260 cavallos, sendo unicamente a esta força**



pois Bernardim Freire se conservava em Leiria ainda no dia 17 de agosto, o brigadeiro Bacellar marchava com as suas tropas da Beira, e uma brigada auxiliar hespanhola, commandada pelo marquez de Valladares, ia por Castello Branco a Abran-



em Leiria. De Obidos destacou o quarto regimento suíço para guarnecer Peniche. A 14 tomou posição para combate junto ao lugar da Roliça, a uma legua para a retaguarda de Obidos, na direcção de Lisboa, postando um batalhão de vanguarda junto de um moinho, que lhe ficava para a esquerda de Arnoya, e destacando também tres companhias do regimento n.º 70 para o Bombarral, Cadaval e Segura, a fim de ligar as suas operações com as do general Loison. Que no dia





numero alguns officiaes da guarda real da policia, negociantes, e até mesmo individuos que exerciam funcções junto do governo de Junot, é muito provavel que os trabalhos de tal associação não fossem desconhecidos a este general, que bem longe de a perseguir, a tolerou, e talvez mesmo que como meio de obstar a qualquer verdadeira revolução, poisque o proprio instituidor, José de Seabra da Silva, era aquelle que se tinha como partidista francez, e que de bom grado havia prestado a Junot os serviços que d'elle lhe exigira, tendo-se como seu conselheiro. Sendo o grande numero de individuos da que a associação se compunha o primeiro obstaculo que havia para a proficuidade dos seus respectivos trabalhos, assignou-se concentrar a sua direcção nas mãos de uma commissão, que se intitulou *Conselho conservador de Lisboa*: só este titulo indicava já por si bastante que de tal associação nullo seria o seu resultado, ou que as vistas dos conspiradores eram mais pacificas do que hostis, como o tempo effectivamente o demonstrou. «A commissão, diz o general Foy, poz-se em relação com a esquadra ingleza, a esquadra russa, com os commandantes das tropas hespanholas, e mais tarde com os chefes da insurreição portugueza nas provincias. Os projectos ardentes, promptos a arrebentarem de um para outro dia, ideados por homens impacientes do jugo francez, e as combinações menos fogosas, que justificavam as disposições



boa; mas, segundo se disse, não houve d'elle noticia. Pois não o *Conselho conservador* que fazia na capital, que nem menos tinha emissarios seus nas provincias, para lhe communicarem o que n'ellas se passava? Porque não mandou es-  
sas, logoque teve logar a rapida e extraordinaria saída de  
mot, para saber a causa d'esta saída, e obrar em conformi-  
dade do que sobre tal assumpto colhesse? Mas a allegação da  
ignorancia do que se passou na Roliça não foi tanto assim, por-  
que tendo ido o capitão Verissimo a bordo da esquadra in-  
gleza, veio de lá informado da derrota que n'aquelle ponto  
tivera o general Delaborde. Alem d'isto as proclamações de  
Wellesley e do almirante Cotton, lidas e profusamente espa-  
lhadas em Lisboa<sup>1</sup>, tinham poderosamente concorrido para a  
lamentação da capital. O mesmo capitão Verissimo alardeia  
no seu folheto os trabalhos que empregou para revoltar Lis-  
boa; mas esses trabalhos foram de tal ordem, que nem ao  
menos pôde conseguir sair para fóra d'ella com a gente com  
que pretendia ir-se reunir a Wellesley: as tentativas por elle







mito sobre todos os cidadãos, interessados na conservação da ordem publica, e estou persuadido de que ella será conservada. Considerae as desgraças que seguramente aconte-

















































Entre os individuos prisioneiros figurava o general Brenier. Conduzido á presença de Wellesley, este lhe perguntou com

que e munições de guerra e bóca. Os ditos generaes fugiram com os restos destroçados do seu exercito, que seriam de 3:000 para 4:000 homens, para o sitio da Cabeça de Montachique. Junot achava-se pelas alamedas de Otta, e tendo noticia da derrota dos seus na Roliça, quiz ir des-









prudencia de Burrard foi realmente demasiada no meio de circumstancias, em que não sómente na guerra, mas até cousas a ella estranhas, convem deixar racionalmente á sua prudencia, quando se começa a mostrar risonha, aquillo que de vario sómente a fortuna pôde trazer comsigo, não sem o risco da prudencia. Entretanto os seus receios não eram infundados. Os francezes, não obstante terem sido desordenadamente, em breve se reorganisaram, formando-se em uma e mais linhas, na distancia de umas tres milhas do centro do exercito vencedor. Por outra parte as diferentes brigadas de que o exercito inglez se compunham estavam-se bastante dispersas pelo campo da batalha; a artilheria da sua artilheria tinha soffrido consideravelmente, ficando-se quasi fóra de serviço; os cavallos de tiro achavam-se tambem cansados, e eram em pequeno numero, esgotando igualmente a administração do exercito em consideravel ordem. Sobre tudo isto acrescia mais que os carreteiros e artilheiros portuguezes tinham fugido em todas as direcções e os seus meios de transporte; a cavallaria ingleza, alem de muito diminuta, achava-se inteiramente destruida; e finalmente corria que o general Spenser havia com effeito descoberto uma linha inimiga de tropas frescas na collina que ficava detrás d'aquella que occupava o exercito francez. Taes foram as razões em que sir Harry Burrard se fundou para não variar a fortuna da batalha n'uma operação aventureira <sup>1</sup>.







havido no curto espaço de vinte e quatro horas tres commandantes no exercito britannico, vindo de lugares, com vistas, habitos e modo de pensar diversos, terem podido communicar, nem mesmo por cartas, e mencionarem sobre um só e unico plano de operações, era que a campanha, tão felizmente encetada por sir Arlesley, viesse a ter o desfecho que ultimamente teve, as opiniões dos tres ditos commandantes fossem diferentes, e que d'aqui resultasse para o serviço publica falta de vigor que se notou no exercito, governado de semelhante modo. Sir Hew Dalrymple concordava inteiramente com a opinião de sir Harry Burrard, tendo por o ataque que se projectava fazer contra o inimigo, e exigia a concentração das tropas, e a reunião de todos os meios para alcançar um feliz resultado, e por isso não fez cousa alguma, a respeito da ordem dada para se pelo desembarque da divisão de sir John Moore nas margens da Maceira. Este procedimento de Dalrymple, e a sua decisão em permanecer inactivamente com o exercito na batalha de Vimeiro tamanho tedio causaram a sir Arlesley, que logo no dia 30 de agosto escreveu a lord Wellington, dizendo-lhe que *os negocios não corriam bri-*

Teu exercito imperial  
Por ti chora, e já lhe tardas,































escindiremos de entrar mais profundamente na materia, o que todavia nos não dispensa de mais abaixo tornarmos ainda este ponto. Entretanto não podemos deixar de dizer desde que nos revolta como portuguez, que se não garantisse a ajuda para o seu paiz da legião que Junot mandára para França, nem a dos mais portuguezes que lá estavam como prisioneiros, e finalmente que nem ao menos se obrigassem os francezes convencidos a que não tornassem mais a pegar em armas contra Portugal e os seus alliados. O certo é que a unica prova que Junot teve contra si de vencido foi o ser obrigado a retirar-se d'este reino, onde por modo algum se podia já conservar, á vista do estado em que se achava.

Entretanto deve aqui advertir-se que sir Arthur Wellesley não discutiu em Londres, perante a commissão de inquerito a que foi chamado, senão o principio de se conceder aos francezes a evacuação de Portugal por mar com armas e bagagens, sem de nenhum modo se propor a defender os seus detalhes, ou o modo de se lhes effectuar esta concessão: e nós os portuguezes não nos queixámos tanto d'isto, como dos taes detalhes por que se levou a effecto a saída dos francezes d'este reino, queixando-nos igualmente do modo por que se redigiu a convenção e do nenhum apreço em que n'ella se teve o exercito portuguez e o seu general em chefe. Acresce tambem que no relatorio ou memoria de sir Wellesley nota-se uma singularidade, e vem a ser a de que entre as razões que apresenta



te obnoxia a convenção de Cintra, tendo-a como a mais onerosa de todas quantas os inglezes haviam até então comido seu negociado, e tão geral e unanime foi este sentimento que o ministerio britannico se viu necessitado, para acabar as diatribes da opposição, a proceder á nomeação de uma comissão, ou junta de generaes, para solemneamente avaliar o comportamento de Dalrymple, junta que se compoz de David Dundas, presidente, e dos vogaes conde de Mount-Peter Craig, Francis lord Heathfield, George, conde de Broke, George Nugent e Olivier Nicholls. A indisposição tanto dos inglezes contra a convenção de Cintra, olhada por elles como funesta para o seu paiz e deshonrosa para o exercito, foi ainda maior em Londres do que em Lisboa. proprio sir Arthur Wellesley, que apenas assignára o artigo preliminar da convenção tão geralmente condemnada, escapou a ser alvo das exacerbadas iras e odios dos diferentes partidos, quando o acto que praticou só foi por condescendencia com o general Dalrymple, e na firme crença de que elle não tinha responsabilidade propria. Accusaram-n'o de ter deixado escapar uma presa mais facil ainda de alcançar do que a de Baylen, acrescentando que em iguaes circumstancias proprios voluntarios hespanhoes teriam obtido dos francezes melhores resultados. Mas na sua volta a Inglaterra não lhe foi difficil destruir semelhantes accusações<sup>1</sup>. Na sua defeza



francezes. A guarda real da policia cessou de funcionar, e a cidade tornou-se o theatro de desordens, de anarchia e de crimes. Apesar da presença do inimigo, os habitantes testemunharam bem pronunciadamente, tanto a sua alegria, como os seus desejos de vingança: o seu furor chegou mesmo ao ponto de recusarem vender provisão alguma aos francezes, sem com elles quererem ter relação, mandando ainda á sua vista fabricar milhares de lanternas para illuminação das suas janelas, na occasião da sua saída para fóra do reino. A maior parte das casas occupadas pelas tropas francezas foram marcadas pelo povo; viram-se homens que nos seus chapéus traziam listas de portuguezes e francezes, que na primeira occasião opportuna deviam ser assassinados, chegando sobretudo o quartel general de Loison a ser muito seriamente ameaçado. Foi esta desinquietação e desordem a que pela sua parte não concorreu pouco para que Junot se apressasse em querer entregar o castello ás tropas inglezas, encarregando-as da manutenção da ordem. No meio do geral murmurio, que com tanta razão levantavam os portuguezes contra as disposições da convenção de Cintra, é um facto que ella se negociára sem que o nome, nem a auctoridade do príncipe regente, ou a da junta suprema, que no Porto governava durante a sua ausência, n'ella fossem mencionados. Os generaes portuguezes também pela sua parte não entraram na discussão previa do con-



































ca, cinco leguas distante da capital. Quando elle estava em Villa Franca, Loison achava-se em Rio Maior, apoiando um dos seus flancos em Santarem, e o outro na divisão Delaborde, aquartelado em Obidos. N'este estado de cousas se o exercito de Bernardim Freire, auxiliado por Bacellar, se mettesse de permeio entre Loison e Delaborde, ameaçado como este estava sendo pelos inglezes, era muito provavel, a bater-se com coragem, que podesse vencer Loison. Mas Bernardim Freire apenas se constituiu mero espectador da luta, fazendo um papel de bem pouco nome para si, e de nenhuma gloria para as armas do seu exercito. Nada portanto apprehendendo em tão critica conjunctura em favor da nobre causa que defendia, não admira que, sendo os inglezes victoriosos, lhe não reconhecessem direito algum para entrar n'uma negociação, consequencia dos esforços por elles empregados, sem coadjuvação alguma que elle Bernardim Freire lhes prestasse. O que porém nos admira é que havendo tido o mesmo Bernardim Freire no dia 23 de agosto uma conferencia com o general Dalrymple no seu quartel general do Ramalhal, junto a Torres, onde se lhe deu uma copia do armisticio ajustado com Kellerman, se mostrasse tão satisfeito com o seu conteúdo, e tão confiado na boa fé do general Dalrymple, e nas rectas intenções do governo britannico, quanto o patenteou á suprema junta do Porto no seu officio de 25 de agosto<sup>1</sup>, e depois se ostentasse tão offendido pelas disposições de uma convenção de que já em parte havia sido informado, mandando depois tarde e a más horas reclamar contra ella por meio do major Ayres Pinto de Sousa<sup>2</sup>. Este facto prova effectivamente que a opposição, que depois se fez á convenção de Cintra, não viera tanto das suas disposições ultrajantes para Portugal, quanto de se não ter n'ella feito menção do nome e da magestade da *insignificante junta* do Porto, ou antes do bispo, seu presidente.

Pela sua parte a junta do Porto comprovou tambem o que fica dito pela participação ou queixa que pela sua parte fez ao

<sup>1</sup> Veja o documento n.º 35-E.

<sup>2</sup> Veja o documento n.º 35-F.









no mesmo Tejo, presencaram as illuminações e as mais festas que se continuaram por grande numero de dias. O embarque effeituou-se com muito trabalho da parte dos inglezes, que mostraram muito zêlo e actividade em que os francezes se não molestassem. Evitou-se pois quanto possivel a effusão de sangue; mas houve ainda assim muita gritaria e indignação, acompanhadas de algumas pedradas, contusões e cabeças quebradas. O tenente general sir John Hope, commandante das tropas destinadas para aquelle effeito, proclamou ao povo de Lisboa, convidando-o a não perturbar a tranquillidade publica, e ao mesmo tempo afiançando-lhe que o general em chefe do exercito britannico estava ancioso por estabelecer o governo que o principe regente nomeára, quando se retirou para o Brazil<sup>1</sup>.

Todos estes successos se narraram detalhadamente na *Gazeta de Lisboa*<sup>2</sup> no artigo que se vae ler, e que aqui transcrevemos, por ter por si o merito do colorido do tempo, hoje mais esmorecido pelo decurso dos annos. «Logoque constou em Lisboa (diz o referido artigo) o desembarque das tropas inglezas na Figueira conceberam os portuguezes grandes esperanças de verem libertada a patria do pesado jugo francez que sob o pretexto de *protecção* tão insupportavel se lhes fazia. Estas esperanças augmentaram mais, quando se soube das victorias alcançadas sobre os francezes no dia 17 de agosto na Roliça e Columbeira, uma legua distante de Obidos, sendo estes n'esse dia capitaneados pelo general Delaborde, e a 24 do mesmo mez no Vimeiro, já então commandados em pessoa pelo general Junot, e maiores se tornaram ainda, quando na

<sup>1</sup> Veja o documento n.º 36.

<sup>2</sup> De 24 de agosto até 16 de setembro de 1808 suspendeu-se a *Gazeta de Lisboa*, sendo o n.º 31 o primeiro que no referido dia 16 de setembro se tornou a estampar com as armas portuguezas na frente, tendo até então trazido a aguia de Napoleão. O gazeteiro demittiu de si no citado n.º 31 toda a responsabilidade da anterior redacção do seu respectivo jornal, dizendo have-la tomado a si o ex-intendente geral da policia franceza, Pedro Lagarde, asseverando ter ficado em seu poder tudo quanto a tal respeito elle escrevêra pelo seu proprio punho.



nas, os repiques dos sinos ouviam-se em todas as igrejas das parochias e conventos, sendo tambem isto acompanhado do incessante estampido dos foguetes de todas as qualidades, e dos brados de repetidos vivas ao principe regente, á real familia e ao exercito britannico. Pelas ruas todos se congratulavam, vendo-se por muitas partes abraçarem-se os inglezes com os portuguezes, vertendo lagrimas de alegria. Tamanho era o tocante era o contentamento dos portuguezes em se verem livres de um governo usurpador, violento e tyrannico, e que a todas as suas más qualidades juntava não só o de roubador de tudo quanto lhe fazia conta, mas até o de protector dos roubos que individualmente fazia aos portuguezes a offenda do seu exercito.

«A todas as igrejas do patriarchado se expediu ordem a 13 de setembro para n'ellas se cantar um *Te Deum* em acção de graças ao Todo Poderoso por ter livrado o paiz do insupportavel jugo francez. As tres noites de luminarias acima mencionadas, postas estas por convite do senado da camara, quiseram os habitantes de Lisboa juntar de seu moto proprio mais seis, que começaram em 18 e 19 de setembro, durando



regia das armas, cavallos e artilheria que as tropas hespanholas trouxeram para Portugal, fixou-se o dia 22 de setem-  
para se effectuar a pedida entrega com toda a possivel  
unidade. Pelas dez horas da manhã do citado dia um pi-  
quete de tropas britannicas se postou no Campo Pequeno  
frente do palacio dos condes das Galveias, havendo pouco  
longe da dita tropa e no centro d'ella uma barraca de cam-  
pêa em que se achavam os estandartes dos regimentos de  
Alfama de Alcantara e Sant'Iago, que tinham ficado em po-  
der dos seus respectivos coroneis. No centro do dito Campo  
estavam igualmente oito peças de artilheria de calibre 6 com  
suas competentes carretas e cavallos. As espingardas com  
as que se deviam armar os 3:600 hespanhoes (resto dos 5:800  
que tinham sido desarmados no dia 11 de junho, por haverem  
se mais fugido da prisão), formavam pavilhões á direita e á  
esquerda do campo. As onze horas entraram n'elle as tropas  
espanholas, formando-se á direita e esquerda do piquete  
britannico os granadeiros provinciaes de Castella, fechando a  
frente os regimentos de Murcia, estando os sapadores no cen-  
tro, Tarragona e Valencia á sua direita e esquerda, e Alcan-





dos dos hospitaes e dos depositos; 3:000 pereceram ou de  
diga no caminho de Bayonna a Lisboa, e nas marchas feitas



al Dalrymple annunciou á nação portugueza na sua proclamação de 18 de setembro, compondo-se do tenente general de Castro Marim, do tenente general D. Francisco Xavier de Noronha, e do tenente general Francisco da Cunha e Meses: tomaram as funcções de secretarios d'estado João Antonio Salter de Mendonça, desembargador do paço e promotor geral da corôa, nas repartições do reino e da justiça; Miguel Pereira Forjaz Coutinho, brigadeiro do exercito, da guerra, estrangeiros e marinha. A este governo *man-*  
*te* o mesmo Dalrymple que todas as jurisdicções subalter-  
 , os tribunaes e auctoridades constituidas e legaes do rei-  
 e toda a qualidade de pessoas prestassem reconhecimento  
 lena jurisdicção<sup>1</sup>. Apenas congregadas as pessoas acima  
 mencionadas, passaram logo a eleger dois individuos que sub-  
 missem os que por affectos ao governo francez se tinham  
 possibilitado de continuarem a ser membros da regencia.  
 escolha recaiu então no marquez das Minas, D. João Fran-  
 co Benedicto de Sousa Lencastre e Noronha<sup>2</sup>, e no bispo  
 Porto, D. Antonio José de Castro, a quem a sua entrada  
 junta suprema lavou da mancha de partidista francez, de  
 e dera manifestas provas, não só pela sua pastoral de 18



ambiram tambem da secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, pela allegação que fez D. Miguel Pereira Forjaz de não poder bem servir este cargo, por estar muito sobrecarregado



is, tendo já apresado sobre as nossas costas algumas em-  
 cações de commercio, os governadores do reino commet-  
 n tambem ao nosso ministro em Londres o requisitar ao  
 verno britannico algumas forças navaes inglezas, que nos  
 ssem proteger contra os referidos corsarios, pelo modo que  
 julgasse compativel com as relações politicas que tinha com  
 uella regencia, e conforme a alliança e estreitissimos vin-  
 los que ligavam a Inglaterra com Portugal, para cujo fim  
 nbravam o alcançar uma paz ou tregua com a dita regencia.  
 Já se vê pois que foram excluidos de membros da regencia  
 o só o marquez de Abrantes, por se achar retido em França,  
 trando em seu lugar o conde monteiro mór, ou conde de  
 stro Marim, mas tambem o principal Castro e Pedro de Mello  
 wyner, por se reputarem suspeitos de francezismo, em ra-  
 o de terem aceitado de Junot os cargos de conselheiros do  
 verno, entrando nos seus logares os já citados marquez das  
 luas e bispo do Porto. O conde de Sampaio, que contra si  
 nha igualmente a macula de ter aceitado do mesmo Junot o  
 go de conselheiro do governo nas repartições da guerra  
 marinha, foi tambem excluido do seu antigo lugar de se-  
 tario d'estado das mesmas repartições, entrando na sua  
 ntura D. Miguel Pereira Forjaz. Esta exclusão, ordenada  
 o pelo general inglez, levantou contra si um geral murmu-  
 lo. Na sua dita proclamação de 18 de setembro dizia elle so-  
 to este assumpto: «Um fidalgo respeitavel, membro da cor-





para elles podia ser por então das mais graves consequências. O certo é que os partidistas do bispo do Porto, que por aquelle tempo representavam o mais exaltado partido anti-francez ou o do ultramontanismo politico, clamavam altamente dizendo que se Dalrymple não olhava Portugal como conquista sua, devia deixar aos portuguezes a livre escolha do seu governo, e se a parte sublevada obedecia toda á junta do Porto, a esta mesma devia tambem entregar o cuidado de providenciar sobre quem devia governar o reino, allegações que até certo ponto não deixavam de ter por si razão. A estas queixas e ás da convenção de Cintra, ambas ellas tão graves, quanto bem fundadas e justas, vieram logo juntar-se outras de pundonor nacional, que mais tendiam a promover a desunião e o desmancho da alliança e boa harmonia do exercito portuguez com o inglez, do que a cimenta-las. Quando a Londres chegaram as noticias da victoria do Vimeiro, nenhum elogio se fez ás tropas portuguezas, que só por si compunham na Roliça a ala direita do exercito alliado, e faziam parte da columna do centro e da esquerda, ao mesmo tempo que se prodigalisavam os mais desmedidos elogios até mesmo aos tambores das forças britannicas, reputados Hercules dos modernos tempos; isto pelo que pertence aos despachos officiaes, porque no tocante aos periodicos, a maior parte d'elles em vez de elogios, só vituperios lhes deram em paga, empregando tudo quanto lhes pareceu adequado para lhes attenuar o merito e denegrir o character, conducta seguramente infame.

Logo desde a Roliça se começou a roubar aos portuguezes quanto era possivel a gloria que justamente lhes competiu pelos seus gloriosos feitos na guerra da peninsula, dizendo-se em Londres que não tiveram parte em similhante combate (o da Roliça) os soldados portuguezes, o que foi falso, pois n'elle se lhes deu o logar mais distincto, que foi o da direita. Tambem não foi menos falso que os portuguezes se portassem mal, porque o proprio general Wellesley consignou nos seus despachos, que dos passos a que chamou difficultosos e bem defendidos pelos francezes, o da direita pertenceu tambem á columna portugueza. Ora se nos seus ditos despachos elle diz

que todos os primeiros passos foram feitos — os francezes valerosamente resistiram. Não pôde haver dúvida em que os portuguezes foram a par com os francezes o passo da direita, e valerosamente resistiram d'elle os francezes. Mas os portuguezes não estavam só na direita: na columna do centro havia 100 infantes, e alguns de cavalaria: na columna da esquerda havia 20 portuguezes de cavallo, e como estas divisões ficaram victoriosas, devem tambem os portuguezes que d'ellas fizeram parte quinhoar igualmente os louvores que o general Wellesley fez ás sobreditas columnas. Na batalha do Vimeiro os portuguezes fizeram parte da brigada do general Crawford, e não consta que esta brigada deixasse de executar o serviço de que fôra encarregada. A curiosa anecdota, que os jornaes inglezes publicaram em Londres, de ter sido um inglez quem na batalha do Vimeiro aprisionára o general Brenier, não foi exacta, porque, segundo o que se publicou n'um jornal de Coimbra, foram um sargento e um cadete portuguezes os que aprisionaram o referido general. Por conseguinte os soldados portuguezes, quer na Roliça, quer no Vimeiro, conduziram-se tão bem como os seus camaradas inglezes, sendo portanto falsas e injuriosas as invectivas que o jornalismo inglez lhes dirigiu. O certo é que a sua conducta foi tal n'uma e em outra parte, que sir Arthur Wellesley fez logo dos soldados portuguezes um tão avantajado conceito, que n'elles fundou desde logo as esperanças de que n'elles levantaria um exercito com que vencesse os exercitos francezes na península, como effectivamente aconteceu.

Para remate das operações militares d'esta notavel epocha resta dizer como se effectuou a entrega das praças de Elvas e de Almeida. Logoque o general Galluzo soube da convenção de Cintra, segundo a participação que lhe fizera o general Dalrymple, em vez de retirar os seus postos do Alemtejo, como se lhe requisitava, tomou por empenho querer reduzir o forte de la Lippe, para onde o governador de Elvas, mr. Girard Novillard, se havia retirado com a sua guarnição, que sendo apenas de 1:300 homens, não era possivel com tão pequena força defender-se na referida praça. No dia 15 de se-

tembro chegou a Elvas um major inglez, seguido de um corpo de tropas, que passou a intimar os termos da capitulação ao coronel Girod, que todavia mostrou repugnancia em obedecer á intimação, pedindo faculdade e tempo para enviar um official da sua confiança a Lisboa, para se certificar do que havia acontecido. Entretanto o general Galluzo não desistia das suas operações de sitio contra o forte de la Lippe, e necessario foi em tal caso ordenar o general Dalrymple a sir John Hoppe que marchasse sobre Extremoz com um consideravel corpo de tropas para dar mais peso ao que se exigia do general hespanhol, que por fim cedeu da sua obstinação. Finalmente no dia 28 de setembro os francezes evacuaram o forte de Santa Luzia, reunindo-se todos no de la Lippe, d'onde no 4.º de outubro tomaram o caminho de Lisboa, escoltados por uns 200 inglezes. Foi necessario expedirem-se as mais terminantes ordens, fecharem-se as portas da praça de Elvas, e porem-se sentinellas e guardas pelas muralhas, para que d'ellas se não atirasse aos francezes na sua passagem, o que se conseguiu, mas com improbo trabalho. Quanto á guarnição franceza da praça de Almeida, composta de um numero quasi igual á de Elvas e seus fortes, os portuguezes se propozeram a bloquea-la desde os primeiros dias do mez de julho. O tenente coronel Gaspar Pizarro foi o primeiro chefe que appareceu diante da praça, postando-se no sitio do Cabeço Negro, que é uma collina a um quarto de legua de distancia, em cujas fraldas corre o rio Còa. Tinha elle ás suas ordens uma peça de artilheria, e um pequeno corpo de milicias transmontanas, que depois se foi augmentando até 200 homens. Correram depois outros mais corpos, tanto de primeira, como de segunda linha, fazendo um total de 2:500 homens. A tropa de linha e a maior parte das milicias deixaram depois o bloqueio por ordem do general Bacellar, para o seguirem quando desceu para a Beira Baixa. Os nossos postos ficaram então muito enfraquecidos, sendo necessario para os reforçar chamar-se o segundo regimento de milicias da Guarda. Todavia nada se conseguiu por este lado, acabando-se a contenda com a chegada das tropas inglezas, que deviam occupar a praça.



## CAPITULO VI

Descoberto o Brazil em 1500, e mandadas aquelle estado algumas frotas em que foi o famoso Americo Vesputio, começa-se com a sua colonisação, dividindo-se o pais em doze capitanias, seis das quaes sómente effectuaram a dita colonisação, abraçando os colonos muitos dos usos dos indios; este systema porém, incapaz de pôr sobre á desmoralisação que se lavrando entre os mesmos colonos e ás piratarias dos francezes, bem depressa foi substituido pela centralisação da administração publica nas mãos de um governador geral, sendo só depois d'esta medida que se euidou na colonisação do Rio de Janeiro, a qual, sendo levada a effecto, deu lugar a dividir-se o Brazil em dois governos geraes. Após aquella, outras mais capitanias se foram colonizando; mas sobrevindo a nossa sujeição á Hespanha, e a guerra que a Hollanda declarou a esta potencia, Pernambuco e quasi todas as capitancias que lhe ficam ao norte caíram nas mãos dos hollandezes, restaurando-se finalmente todas depola da restauração de Portugal. Desde então o augmento do Brazil, elevado a principado, tornou-se cada vez mais rapido, dando lugar á colonisação dos sertões do interior a descoberta das minas de ouro nos ultimos annos do seculo xvii, o que por outro lado nos trouxe graves contestações de limites com o governo hespanhol, com o qual tivemos de fazer um tratado, que occasionou uma guerra com os indios e a extincção dos padres jesuitas; mas isto não terminou aquellas contestações, que só acabaram por meio de um novo tratado de limites, depois da annullação do primeiro, trazendo para o Brazil a perda total da nossa antiga colonia do Sacramento'.



ponto mais seguro que a monarchia tinha para refugio a familia real, a qual tambem por mais outro lado se viu gada a dar similhante passo para evitar que a Inglaterra lhe sublevasse abertamente aquella importante colonia, até se apossasse para todo sempre de Goa e da ilha da Maira, o que tambem seguramente faria ás ilhas dos Açores e Cabo Verde, bem como aos nossos navios de guerra, não aquella mudança effectivamente se não desse. Por conseguinte o dever, a politica e o imperio das circumstancias presentes foram os poderosos motivos que determinaram a transferencia da familia real para o Brazil, visto que só por esse meio se evitavam, como effectivamente se evitaram, os terribissimos damnos que por outro modo não podiam deixar cair sobre este reino.

No pesar do exposto, forçoso é confessar que a familia real e a corte que a acompanhou na sua transferencia para o Brazil pareceram ter unicamente em vista no passo que assim fizeram a sua propria commodidade e segurança, mostrando-se estranhamente estranhas á patria que lhes dera o ser, sem nada lhes embaraçar com ella, como effectivamente demonstram, depois que chegaram áquelle estado; mas se um monarca se julga dispensado de fazer pelo seu povo o mais pequeno sacrificio em criticas circumstancias, chegando mesmo a ceder ás suas phantasias ou ás dos seus conselheiros, os reaes d'esse seu povo, tambem se não deve admirar de





moeda entrada no erario se ía n'elle accumulando para completar o real bolsinho e habilitar a familia real, não só aprehender a sua viagem para o Brazil, premeditada desde algum tempo, mas tambem a desembarcar e tratar-se lá com todo o fausto e grandeza propria da prosapia real.

O estado do Brazil, que o principe regente de Portugal ía ligir de facto n'uma nova monarchia, fôra por um acaso desaberto aos europeus no anno de 1500 por Pedro Alvares Cabral, portuguez de nascimento illustre, mas ainda não assinalado por feitos pessoaes seus que o ennobrecassem. Enthusiasmado como el-rei D. Manuel se mostrou pela descoberta da India, effeituada por Vasco da Gama em 1498, cuidou logo no seguinte anno de expedir do Tejo para o Oriente uma nova armada, que fosse á costa de Sofala buscar noticias do commercio, visitar os reis da costa de Zanzibar, e particularmente o de Melinde, a quem se havia de entregar o embaixador que o mesmo Vasco da Gama de lá trouxera consigo, trabalhar por fazer alliança com estes principes, fixando, se podesse ser, alguns sitios n'esta costa que servissem de escala feitoria para as viagens e voltas da India: d'aqui devia entrar direito para Calecut, e diligenciar com todos os meios e brandura que o Samorim deixasse assentar uma feitoria n'esta cidade, que podesse servir para se poder fazer um sennovo commercio entre as duas nações, e persuadi-lo occultamente a que se desfizesse dos mouros, com esperanza de que

as benções do céu para uma empresa d'estas, e dar-lhe o mais subido conceito com as brilhantes ceremonias religiosas, acompanhou o general e a todos em procissão solenne até á igreja de Belem, como fizera a Vasco da Gama.

Todo o tempo que durou a funcção esteve Cabral á ilharga de el-rei: o bispo de Vizeu disse missa pontifical, e fez ao general um sermão muito eloquente e capaz de lhe avivar a ambição, e excitar a emulação dos seus competidores. Seguiu-se a isto benzer uma bandeira com as armas de Portugal, que el-rei entregou a Pedro Alvares Cabral, pondo-lhe tambem na cabeça um chapéu bento que o papa lhe mandára. Acabada a cerimonia, o acompanhou na mesma ordem até ao embarque, affectando fallar-lhe com muita privança, a fim de o honrar mais com estes signaes de confiança, e não se recolheu ao paço, senão depois de o ver embarcado, entre o estrondo da artilheria dos navios e da fortaleza, bem como dos vivas de todo o povo. Nas instrucções escriptas, dadas a Pedro Alvares Cabral, foi-lhe igualmente recommendado que na altura de Guiné se afastasse quanto podesse da Africa, para evitar as suas morosas e doentias calmas. Respeitador de semelhantes instrucções, que haviam sido redigidas pelos dictames de Vasco da Gama, assim as executou pela sua parte Cabral. A navegação foi feliz até ás ilhas de Cabo Verde, onde chegaram em treze dias de viagem: passados mais dois deu tino de lhe faltar á sua esquerda um navio que suppoz ter ido a pique, sem nunca mais haver noticia d'elle, e tendo-o baldadamente esperado durante dois dias, continuou a sua derrota. Afastando-se pois da costa de Africa, conforme ao que se lhe ordenára, tanto se alargou d'ella que aos quarenta e dois dias de viagem, contando-se 22 de abril, descobriu a leste terra desconhecida. O primeiro objecto que mais distincto se apresentou aos olhos da gente d'esta armada, que então contava doze embarcações, faltando a de que acima se trata, por se de treze o d'aquellas com que saiu de Lisboa, foi um alto monte, que em attenção á festa da Pascoa, que se acabava de solemnisar a bordo, se chamou *Monte Pascoal*, nome que ainda hoje conserva entre os homens do mar, por quem é tid

como uma das melhores balisas para o conhecimento d'aquella parte da costa. A armada approximando-se da terra, Cabral mandou a ella um batel, que remando para uma praia em que havia gente, tentou communicar com ella, empreza que se não realisou por falta de interpretes, por ser a lingua d'aquelles indios inteiramente diversa das que se conheciam já da Africa e Asia. O trato limitou-se pois a alguns escambos de parte a parte, feitos segundo as costumadas prevenções.

Estava pois descoberto um continente até ali desconhecido, para melhor conhecimento do qual julgou Pedro Alvares Cabral dever tomar informações mais exactas, e com estas vistas e as de se refazer de aguada e de algumas provisões, decidiu-se na manhã seguinte a buscar alguma enseada, que effectivamente achou dez leguas mais para o norte, á qual poz o nome de *Porto Seguro*, que ainda presentemente conserva, e á terra onde aportára o de *Santa Cruz*, cujo nome se trocou depois no de *Brazil*, que é o de um pau bem conhecido nos usos da tinturaria. Tendo o general mandado á terra gente da armada para a descobrir, as informações que obteve foram de que dava mostras de ser fertil, retalhada de rios consideraveis, que tinha arvores de fructos de varias castas, e que era povoada por homens e animaes. Á vista pois d'isto resolveu-se ao desembarque, para dar ás guarnições algum refresco e tomar posse da terra. Feito isto, mandou apanhar alguns indios, a quem os mimos e presentes que lhes fez abrandaram por tal fôrma os rigores, que os primeiros chamaram após de si outros, que em pouco tempo se familiarisaram com os da armada, trazendo a ella os fructos da terra prazenteiramente. Não é do nosso intento reproduzir aqui a ingenua descripção que d'isto fez a el-rei D. Manuel, na carta que lhe dirigiu, Pedro Vaz de Caminha<sup>1</sup>; mas parece-nos acertado dizer, para boa informação do leitor, que aquelles barbaros andavam nús de todo, tingindo-se de vermelho desde os pés até á cabeça, côr

<sup>1</sup> Guarda-se o original na Torre do Tombo (gaveta VIII, 2, 8), sendo escripto em sete folhas de papel florete. (Nota de Francisco Adolfo de Varnhagem na sua *Historia geral do Brazil*.)

que todos os dias renovavam, acrescentando ao tingido a pintura de varias figuras. Os homens rapavam a cara e a cabeça, cortando os cabellos até perto das orelhas, á feição das grandes corôas dos padres. Reproduzindo uma parte da descripção de Caminha, diremos aqui o que elle diz: «A feição d'elles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos; andam nus, sem nenhuma cobertura, nem estimam nenhuma cousa cobrir, nem mostrar suas vergonhas; e estão ácerca d'isso com tanta innocencia como tem em mostrar o rosto. Traziam ambos (eram os primeiros dois que se apanharam) o beijo debaixo furado, e mettido por elle senhos ossos de osso branco de compridão de uma mão travessa, e de grossura de um fuso de algodão, e agudo na ponta como furador. Mettem-nos pela parte de dentro do beijo, e o que lhe fica entre o beijo e os dentes é feito como roque de enxadrez, e em tal maneira o trazem ali encaixado que lhes não dá paixão, nem lhes torva a falla, nem comer, nem beber. Os cabellos seus são corredios, e andam tosquiados de tosquia alta, mais que de sobrepenete, de boa grandura e rapados até por cima das orelhas. E um d'elles trazia por baixo da sulapa, de fonte a fonte, para detrás, uma maneira de cabelleira de pennas de ave amarellas, que seria de compridão de um conto, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o touço e as orelhas, á qual andava pegada nos cabellos penna e penna com uma confeição branda como cêra, e não no era, de maneira que andava a cabelleira mui redonda e mui basta, e mui igual, que não fazia mingua mais lavagem para levantar... Andavam ali muitos d'elles, ou quasi a maior parte, que todos traziam aquelles bicos de osso nos beiços, e alguns que andavam sem elles traziam os beiços furados, e nos bu-racos... uns espelhos de pau que pareciam espelhos de bo-rachas, e alguns d'elles traziam tres bicos, a saber: um na metade, e os dois nos cabos. E andavam ahi outros quartejados de cores, a saber: d'elles a metade da sua propria côr, e ametade de tintura negra, maneira azulado, e outros quartejados de escaques. Ali andavam entre elles tres ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabellos mui pretos, compri-

dos pelas espaldas . . . » Igualmente se fixou a attenção de Caminha em um homem «já de dias, todo por louçainha cheio de pennas pegadas pelo corpo, que parecia asseteado, como S. Sebastião. Outros traziam carapuças de pennas amarellas, outros de vermelhas e outros de verdes».

De accordo com os outros capitães, Pedro Alvares Cabral, depois de tomar posse da nova região para a corôa de Portugal, levantando n'um morro vizinho uma grande cruz de madeira com a divisa de el-rei D. Manuel, a *esphera armillar* e a *cruz floreteada*, despachou para o reino uma caravela com a noticia da descoberta, comprovada por armas, vestuarios e utensilios dos indios. Alem d'isto ordenou igualmente que na terra ficassem dois criminosos condemnados a degredo para irem aprendendo a nova lingua, de que não havia interpretes. Providenciadas assim as cousas, largou para o oriente no dia 2 de maio com os onze navios que lhe restavam, endireitando para o Cabo da Esperança. A travessa é de 4:200 leguas. O tempo estava excellente, brandos e variaveis os ventos, e as calmarias amiudadas. Um cometa que se descobriu por dez dias successivos pareceu vaticinar a imminente desgraça que effectivamente aconteceu, para não desmentir a crença popular sobre este ponto. Estavam passadas as vélas, e esperava-se pelo vento que tirasse os navios da apathia em que se achavam: os pilotos ignoravam as consequencias d'esta manobra em um sitio onde os furacões são frequentes e rapidos como um relampago, custando-lhes bem cara esta sua inexperiencia. N'este estado se achavam quando de repente veiu um tufão, e com tamanha furia, que quatro navios se viraram logo n'um instante, indo a pique sem se lhes poder acudir, nem salvar alguém da sua tripulação. De um d'estes navios era capitão aquelle famoso e immortal navegador Bartholomeu Dias, entre nós bem conhecido por ter levado as suas viagens até ao Cabo da Boa Esperança, onde como precursor do grande Vasco da Gama na sua laboriosa empreza da descoberta da India, recebeu em paga do seu grande serviço, feito não só ao paiz, mas tambem á navegação e commercio de todo o mundo, acabar ali miseravelmente a vida, seguramente digna de melhor



ipio composta de 24 homens sómente, o que todavia não embaraçou que a toda a terra descoberta se desse por ampliação o mesmo nome de *Santa Cruz*, o qual dentro em poucos annos se transformou geralmente no de *Brazil*, nome dosto a um pau que vinha do oriente, e a que os naturaes o paiz chamavam *ibirapitanga*, equivalente na sua lingua a pau vermelho, arvore que os botanicos classificam no genero *esalpina*, admittindo a palavra *ibirapitanga* para designar uma das especies comprehendidas no dito genero. A procura dos d'este pau, então de muita voga no commercio, que lhe continuou a dar o nome de *Brazil*, foi seguramente a causa que os especuladores auxiliarem as suas viagens para a *Terra de Santa Cruz*, nome este que gradualmente se foi perdendo, como já notámos, para se impor ao paiz o de *Brazil*, dando-se nome de *brazileiros* aos navios e gentes que se occupavam no trafico do pau *brazil*.

Americo Vespucio foi provavelmente o primeiro europeu que costeou toda a costa do *Brazil*, e tão importantes e curiosas foram as noticias que d'ella trouxe e do seu interior, que o seu nome se começou a applicar popularmente, não só a todo o continente, recentemente descoberto ao sul da equinocial, mas até mesmo depois ao que lhe ficava para o norte, dando-se de facto o nome de *America* a um e outro continente, e portanto honrando-se assim os trabalhos de Vespucio mais do que na realidade mereciam. Annos se gastaram





embaixador para o seu governo em Lisboa que dez navios se estavam armando em França para nos virem apresiar quántas embarcações encontrassem. Foi esta provavelmente a causa de no referido anno se mandar para o Brazil como guarda costa uma esquadilha de uma nau e cinco caravelas, que no fim de certo praso devia ser rendida por outra. Foi por capitão mór d'ella Christovão Jacques<sup>1</sup>, levando por seus immediatos Diogo Leite com seu irmão Gonçalo Leite, e Gaspar Correia. No fim d'aquelle anno chegou Christovão Jacques á costa do Brazil, e fundeando no canal que separa do continente a ilha de Itamaracá, ali deu principio a uma casa de feitoria, junto do rio, que os indios chamavam *Igára-açu* ou *Canóa grande*, em rasão dos navios europeus que na sua foz ancoravam. Fundada a feitoria, Christovão Jacques correu a costa até ao Rio da Prata, d'onde em pouco tempo tornou para o norte, e chegando a Pernambuco, d'ali mandou para o reino carregada de brazil a nau que comsigo tinha, ficando só com as cinco caravelas latinas que para lá levára, e correndo a costa, com quatro d'ellas combateu e aprisionou uns tres navios de mercadores bretões, levando para Pernambuco 300 prisioneiros, com os quaes veio depois para o reino, sendo substituido por Antonio Ribeiro, cujos feitos são até hoje

<sup>1</sup> Ao principiar a colonia do Brazil dava-se o nome de capitão mór a todo o chefe superior de uma frota ou esquadilha, ou mesmo ao de um ou mais estabelecimentos em terra, ou tambem finalmente ao d'aquella e d'estes. Os poderes de taes capitães móres eram consignados nos seus regimentos. Começando-se a dividir a terra do Brazil pelos donatarios, deu-se a cada um d'elles, e aos mais a quem depois a corôa conferia novas doações, o titulo de *capitães móres* das terras doadas, que por essa causa se passaram a chamar *capitanias*. Quando a corôa colonisou por sua conta o Rio de Janeiro, Sergipe, Parahiba, o Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Pará e mais adiante Santa Catharina e Rio Grande, nomeou para algumas d'estas capitanias capitães móres triennaes, que geralmente ficavam sujeitos aos governadores, e d'estes recebiam regimentos parciaes, quando os não traziam do reino. No sertão eram sujeitos aos capitães móres os chamados capitães do mato, que eram uma especie de esbirros com auctoridade especialmente sobre os indios e negros fugidos. Não fallámos dos capitães móres de ordenanças, porque já tratámos d'elles no *Discurso preliminar* d'esta obra.

ignorados. Christovão Jacques, conhecedor como se achava das cousas do Brazil, offereceu-se para levar comsigo para aquelle estado até 1:000 colonos. Á vista d'este e de outros mais incentivos, o governo portuguez, a quem tantas riquezas se apregoavam sobre as margens do Rio da Prata, ordenou a promptificação de uma frota que se compoz de duas naus, um galeão e duas caravelas, dando-se-lhe por commandante Martim Affonso de Sousa, que tão celebre se tornou depois na Asia por seus grandes feitos de valor e galhardia. Tendo então apenas trinta annos de idade, suppõe-se que para a sua nomeação lhe valesse de muito a amisade de seu primo, o vedor da real fazenda, D. Antonio de Athaide, que depois foi conde da Castanheira, provavelmente apoiado por Antonio Carneiro e Pedro de Alcaçova Carneiro, ministros que também então eram muito influentes no estado.

Alem das guarnições e tripulações, familias inteiras se embarcaram n'esta frota, elevando-se o seu numero a 400 pessoas. Martim Affonso levou poderes extraordinarios, tanto para o mar, como para a colonia que fundasse. Com Martim Affonso de Sousa ia igualmente seu irmão, Pedro Lópes de Sousa, moço também de muita honra, galhardia e não menor valor. De frente do cabo de Santo Agostinho se apresentou a frota de Martim Affonso de Sousa no ultimo de janeiro de 1531, depois de alguns dias de demora que tivera na cidade da Ribeira Grande de Cabo Verde, para ali se refazer de mantimentos. Com a vista da costa de Pernambuco, Martim Affonso de Sousa descobriu igualmente ao longe uma nau franceza, á qual deu caça e aprisionou, fugindo o batel para terra com toda a tripulação, á excepção de um só homem. A esta presa seguiu-se igualmente a de outras duas naus também francezas e carregadas de brazil, como a primeira. Uma d'estas rendeu-se ao valor de Pero Lopes de Sousa, que tendo-a seguido com duas caravelas, e combatido por espaço de um dia, finalmente a venceu. Chegando á feitoria de Pernambuco por fevereiro de 1531, d'ali mandou Martim Affonso para o reino uma das naus apresadas com a noticia do successo, levando a outra comsigo, caminho do Rio da Prata, tendo queimado a terceira

pelo seu estado de ruina. Para as bandas do Maranhão expediu também duas caravelas para explorarem a costa, e pôrem n'ellas padrões para signal de posse, missão que confiou a Diogo Leite, a qual elle desempenhou honradamente, percorrendo todo o litoral de leste-oeste, indo até á bahia de Gurupy, que por algum tempo se chamou *abrá de Diogo Leite*. Aos seus exames se deve seguramente o melhor conhecimento que desde então se houve em Portugal ácerca d'aquella costa. Vindo os outros navios para o sul, foram a 26 de março entrar na bahia de Todos os Santos, descoberta desde vinte e oito annos atrás. Ali se apresentou ao capitão mór, Martim Affonso, o portuguez Diogo Alvares, que vinte e dois annos havia que estava já entre os indios, tendo-se ligado lá com uma india de quem houvera muitos filhos. Por intervenção de Diogo Alvares vieram os principaes do paiz visitar o capitão mór, a quem trouxeram mantimentos, fineza que elle lhes retribuiu com as dadas do costume. Por esta occasião admirou Pedro Lopes, n'aquelle logar da Bahia, a boa disposição dos homens e a formosura das mulheres, que não achou inferiores ás mais bellas de Lisboa. Martim Affonso, deixando com Diogo Alvares alguns escravos, ignorando-se se eram pretos, e muitas sementes, para pela experiencia se conhecer o que melhor se dava na terra, continuou a fazer viagem para o sul.

Contavam-se trinta dias de abril quando a frota entrou no



or se não poder dar este nome ás pequenas feitorias provisórias, fundadas antes em Santa Cruz de Porto Seguro e depois em Iguaçu e Santa Catharina.

Martim Affonso não quiz limitar-se a fundar uma só villa no litoral, mas pelas informações de João Ramalho entendeu formar outra sertaneja, e que por parte do interior do paiz garantisse a do litoral, e vice-versa, esta escudasse pela parte do mar a do interior. Nesta conformidade foi dividida a gente pelas duas villas, pondo o capitão mór officiaes em cada uma delleas, ordenando tudo mais que lhe pareceu acertado para o bom governo dos colonos. Entretanto que isto se passava no Brazil, julgou-se na Europa que o melhor meio de evitar as piratarías e commercio de contrabando, que os francezes faziam pela costa d'aquelle estado, era dividi-la em differentes capitánias, cada uma das quaes teria cincoenta e ainda mais leguas no litoral, o que el-rei participou logo a Martim Affonso, por carta de 28 de setembro de 1532, em resposta ás que d'elle recebêra de Pernambuco, dando-lhe conta da tomada das naus francezas. O que sobre aquella tenção lhe dizia era o seguinte: «Depois de vossa partida se praticou se seria meu serviço povoar-se toda essa costa do Brazil, e algumas pessoas me requeriam capitánias em terra d'ella. Eu quizera, antes de fazer cousa alguma, esperar por vossa vinda, para com vossa informação fazer o que bem me parecer, e que na re-



vão até 13 leguas ao norte de Cabo Frio, que depois se fixou pela barra de Macahé: n'esta doação entraram por conseguinte as magnificas terras da Angra dos Reis, as da bahia de Janeiro e Cabo Frio. A extensão que vae desde o rio Iquiriqueré até á barra de S. Vicente, e a da Paranaguá para o sul até ás immedições da Laguna, que chamavam terras de Sant'Anna, foi dada a Pero Lopes, que alem d'estas porções, que faziam 50 leguas sobre o litoral, recebeu em Itamaracá mais 30. Com a porção mais septentrional das terras de Martim Affonso entestavam as 30 doadas a Pero de Goes, indo terminar no baixo dos Pargos, ou antes em Itapemerim proximamente. Pero de Goes era irmão do nosso celebre escriptor Damião de Goes, e prestára importantes serviços na armada de Martim Affonso, a cuja familia parece ter sido muito afeiçoado.

Contiguas ás de Pero Lopes ficavam sobre a costa as 50 leguas, que iam até ao rio Mocury, dadas a Vasco Fernandes Coutinho, fidalgo da casa real, e que havendo estado em Goa, Malaca e China, ás ordens de Affonso de Albuquerque, tinha n'aquellas partes prestado bons serviços. De Mocury para o norte ia a capitania de Porto Seguro com outras 50 leguas, doadas a Pero do Campo Tourinho, rico proprietario de Viana do Minho. Seguiam-se depois os ilhéus nas 50 leguas até á barra da Bahia, doadas a Jorge de Figueiredo Correia, igualmente fidalgo da casa real, e que na côrte exercia o cargo de escrivão de fazenda: a raia entre esta capitania e a precedente não se indicava. Todo o litoral que corre desde a barra da Bahia até á foz do rio S. Francisco deu-se a Francisco Pereira Coutinho, em attenção aos muitos serviços que havia prestado, assim em Portugal, como nas partes da India, onde servira por muito tempo com o conde almirante, o vice-rei D. Francisco de Almeida e Affonso de Albuquerque. As Alagôas e Pernambuco tocaram na extensão de 60 leguas a Duarte Coelho, que sete annos havia que tinha voltado do oriente, onde se portára como valente capitão. O rio Iguaçu era a extrema dos dominios de Duarte Coelho, e d'elles para o norte se contavam as restantes 30 leguas que se deram a Pero Lopes, as quaes alcançavam até á bahia da Traição, comprehendendo





mar-se capitão e governador d'ella; 2.º, possuir da mesma uma zona de 10 (e alguns mais) leguas de extensão de terra sobre a costa, comtantoque fosse em quatro ou cinco porções separadas entre si 2 leguas pelo menos, e nunca juntas, sem pagarem outro tributo mais que o dizimo; 3.º, captivar gentios para seu serviço e de seus navios; 4.º, mandar vender d'elles a Lisboa até trinta e nove (a uns mais que a outros), cada anno, livres da siza que pagavam todos os que entravam; 5.º, dar sesmarias, segundo as leis do reino, aos que as pedissem, sendo christãos, não ficando estes obrigados a mais tributo que dizimo. Competia-lhe: 1.º, o direito das barcas de **passagem** dos rios mais ou menos caudaes; 2.º, o dizimo do **quinto** dos metaes e pedras preciosas; 3.º, crear villas, dando-lhes insignias e liberdades, e por conseguinte fóros **especiales**, e nomeando para governa-las, em nome d'elle donatario e de seu successor, os ouvidores, meirinhos e mais officiaes de justiça (foi em virtude d'esta auctorisação que **Martim Affonso de Sousa** concedeu foral á villa de S. Paulo); 4.º, prover em seu nome as capitancias de tabelliães do publico e judicial, recebendo de cada um 500 réis de pensão por anno; 5.º, delegar a alcaidaria ou governo militar das villas nos individuos que escolhesse, tomando-lhes a devida menagem ou juramento de fidelidade; 6.º, o monopolio das **marinhas**, moendas de agua e quaesquer outros engenhos, podendo cobrar tributos dos que ficassem com sua licença; 7.º, a meia dizima ou vintena de todo o pescado; 8.º, a redizima dos productos da terra ou o dizimo de todos os dizimos; 9.º, a vintena do producto do pau brazil, ido da capitania, que se vendesse em Portugal; 10.º, alçada sem appellação, nem **aggravo**, em causas crimes até morte natural para os peões, **escravos**, e até gentios; dez annos de degredo e 100 cruzados de pena ás pessoas de maior qualidade, e nas causas civis com appellação e **aggravo**, só quando os valores excedessem a 100\$000 réis; 11.º, conhecer das appellações e **aggravos** de qualquer ponto da capitania; 12.º, finalmente influir nas eleições dos juizes e mais officiaes dos conselhos das villas, apurando as listas dos homens bons que os deviam

eleger, e annuindo ou não ás ditas eleições dos juizes e mais officiaes, que se chamariam pelo dito capitão e governador, apesar do que em contrario dispunham as ordenações do reino. Alem do que fica dito, o soberano promettia tambem que nunca entrariam nas capitánias corregedores do rei com alçada de natureza alguma, nem jamais seria o donatario suspenso ou sentenciado, sem ter sido primeiro ouvido por elle proprio soberano, que para isso o faria chamar á sua presença.

Até aqui era quanto á legitimidade da posse, agora quanto aos deveres do donatario para com a corôa e para com os colonos continha-se esta parte no *Foral* dos direitos, fóros e tributos, e cousas que na dita terra haviam os colonos de pagar ao rei e ao donatario. Já se vê pois que cada capitania havia de receber o seu foral, como recebeu. N'elle se confirmavam as doações e privilegios feitos ao senhor da terra, estipulavam-se os fóros dos solarengos que a haviam de habitar, e as pouquissimas regalias que a corôa se reservava. Estas se reduziam aos direitos das alfandegas, ao monopolio das drogas e especiarias, ao quinto dos metaes e pedras preciosas que se encontrassem, e finalmente ao dizimo de todos os productos pagos ao rei, que como chefe do mestrado e padroado da ordem de Christo deveria prover ás despesas do culto divino. Para effectuar as cobranças nomearia o rei os competentes officiaes de justiça, equivalentes aos *mordomos* dos feudos antigos, como almoxarifes e feitores, com seus competentes escrivães. Os fóros concedidos aos colonos ou futuros moradores reduziam-se: 1.º, a possuirem sesmarias, sem mais tributos que o dizimo; 2.º, á isenção para sempre de quaesquer direitos de sizas, impostos sobre o sal ou saboarias, ou outros quaesquer tributos não constantes da doação e foral; 3.º, á garantia de que o capitão não protegeria com mais terras os seus parentes, nem illudiria as datas d'ellas para augmentar as suas; 4.º, a ser declarada livre de direitos toda a exportação para quaesquer terras de Portugal, pagando sómentes a taxa ordinaria, quando se vendessem os productos; 5.º, á franchia dos direitos dos artigos importados de Portugal, excep-

or navios estrangeiros, em cujo caso pagariam o dizimo da

do Brazil. Entre as suas bellas bahias e soberbos portos figuram o de Pernambuco, o da Bahia de Todos os Santos, com mais de doze leguas de largo, o de Porto Seguro, o do Rio de Janeiro, S. Vicente, S. Gabriel e S. Salvador. Os principaes rios, que descem da vertente sueste da sua costa, são o de S. Francisco, o Rio Real, o Rio Grande, o Rio Doce e o de S. João. O Paraguay nasce no Brazil, correndo ainda por uma parte do seu territorio. O Paraná tambem n'elle tem a sua nascente, banhando-o em quasi todo o seu curso. O Amazonas ou o Maranhão, que bem se póde chamar o rei dos rios, tem quasi dois terços do seu curso no Brazil: o Madeira, o Topayos, o Xingú, e a grande ribeira dos Tocantins, rios immensos, são os maiores affluentes da sua margem direita. Entre os affluentes da esquerda distinguem-se os da Yapurá, o Rio Negro. O Paranayba e o Maranhão desaguam no oceano atlantico, pela vertente do nordeste. O Brazil possui muitos lagos, entre os quaes se podem citar o dos Patos, de Merim, de Hera ou Carceres, que são pouco extensos: o lago Xarayes, que provém do trespordo do Paraguay, não é mais que uma grande laguna ou pantano. Outros grandes lagos se formam do crescimento do Guaporó, S. Francisco, e sobretudo do Amazonas, que inundam uma immensa extensão do paiz. Os principaes cabos são o de S. Roque, Santo Agostinho, e o de Trio, o promontorio mais meridional do Brazil. Um recife, contra o qual as vagas do oceano se quebram, e que em muitos logares se assimilha a uma calçada ou dique, borda as costas septentrionaes desde o Pará até Olinda.

N'um tão extenso paiz como o Brazil, o frio não se faz geralmente sentir senão nas partes mais elevadas. Junto das nascentes do rio S. Francisco gela nos mezes de junho e julho. Para alem do cabo de S. Roque, na bacia do Amazonas, na Guyana, a estação das chuvas reina desde outubro a maio: Em todas as estações se respira quasi geralmente um ar puro e são, sobretudo nas vizinhanças de S. Paulo. Na estação secca o vento do norte é o que constantemente reina; as collinas não offerecem então senão um solo deseccado, de que resulta tornar-se languida a vegetação; mas as noites são frescas. No

resto do anno as brisas do mar temperam o calor do clima. Um pouco antes do nascimento do sol ha um abundante orvalho que produz effeitos tão incommodos como nas Antilhas. Nas regiões pantanosas, e sobre as margens dos rios, particu-



Martim Affonso de Sousa, fundador da colonia de S. Vicente, a qual prosperaram as duas villas que fundára, a do litoral, chamada por Gonçalo Monteiro, e a do interior, ou a de Iguape, em que governava João Ramalho. Martim Affonso não voltou ao Brazil, porque recolhido a Lisboa, partiu para a Europa, onde muito se illustrou por seus brilhantes feitos como capitão mór do mar, e depois como governador, e regressando a Portugal, só de quando em quando se lembrava de accusar a sua capitania do Brazil, comprehendendo, alem de S. Vicente, a Cananéa. Pouco se sabe da administração de Gonçalo Monteiro, por se haverem extraviado os livros do tombo da capitania, e não haver nos archivos da metropole communicação alguma por elle feita. Por uma apostilla de uma dada sesma, dada por Martim Affonso a Ruy Pinto, consta que em 1537 não existia em S. Vicente o livro do tombo, pelo haverem levado de Iguape por occasião do ataque que fizeram áquella villa. Devese portanto que a nascente colonia de S. Vicente, alem dos contratempos que teve, soffreu tambem um ataque ou destruição da parte dos colonos estabelecidos em Iguape. No tempo do feitor e almoxarife regio Antonio de Oliveira, foi a villa de S. Vicente invadida pelas ondas do mar, a que se seguiu entulhar-se-lhe o porto pelas terras que para elle acarrearam as enxurradas, á proporção que se foram arroteando derrubando os matos para a cultura. Estas circumstancias foram ao porto de Santos toda a superioridade, adquirida

mais buscára adquirir gloria militar, do que dedicar-se á colonisação dos terrenos que no Brazil lhe tinham sido doados, e que comprehenderam Santos e Santa Catharina. Foi um Gonçalo Affonso o que em nome de Pero Lopes installou legalmente a colonia nas terras que a este pertenciam, e começou por elle a dar cartas de sesmarias. Na ilha que está fronteira a S. Vicente, e da banda de fóra d'ella, onde faz uma enseada, se fundou a primeira povoação com o nome de villa de Santo Amaro, nome que da capital passou por ampliação a toda a ilha, e até mesmo á capitania, como succedeu nas demais. Chegaram poucos colonos, distribuiram-se-lhes algumas terras de sesmarias, mas com a infelicidade de serem assaltados pelos indios navegadores que habitavam para o norte, e costumavam ir em certas epochas do anno áquellas paragens. Para a capitania de Itamaracá mandou Pero Lopes por seu logar-tenente a João Gonçalves, que ao depois foi nomeado almoxarife e feitor regio. Pero Lopes, ao voltar da Asia para a Europa, foi tragado pelo mar perto da ilha de Madagascar, segundo se crê, succedendo-lhe na já citada capitania braziliica seu filho maior, Martim Affonso, que tinha um nome igual ao de seu tio. Por elle sua mãe, D. Izabel de Gambôa, moradora na rua do Outeiro, junto ás portas de Santa Catharina, em Lisboa, nomeára para capitão e logar-tenente de seu filho, na capitania meio abandonada de Santo Amaro de Guaibé, a Christovão de Aguiar de Attero, a quem succedeu Jorge Ferreira, e depois d'este o cavalleiro fidalgo Antonio Rodrigues de Almeida. Quasi todo o litoral, que agora faz parte da provincia de Santa Catharina, constituia o terceiro quinhão de Pero Lopes, abrangendo proximamente desde Paranaguá até ao porto da Laguna. Por toda esta parte nenhuma colonisação foi intentada.

Depois das duas anteriores capitancias, por onde a colonisação do Brazil começára, deve logo mencionar-se a de Pernambuco, de que era donatario Duarte Coelho. Tendo este obtido de fóra alguns artigos que devia levar comsigo, seguiu finalmente viagem com sua mulher e muitos parentes seus e d'ella. Tambem enviou ao mesmo tempo outros colonos, fa-



zendo-lhes partidos, segundo seus merecimentos e exigencias. Duarte Coelho, dirigindo-se pois a Pernambuco, n'aquelle porto fixou a principal sêde da colonia, a qual não podia deixar de prosperar, attenta a vizinhança em que o dito porto está da Europa, a proverbial bondade do seu clima, e a singular excellencia com que a natureza o dotou. Ao cabo de uma legua de cabedello, o terreno levanta-se em promontorio, no qual Duarte Coelho assentou de fundar a sua villa ou colonia n'uma paragem pittoresca d'onde se descobria o mar até morrer no horisonte, e o nascimento do sol em todas as manhãs. Ali se levantou pois a villa de Olinda, apesar de que mais commodo fôra que o porto em que fundeavam os navios não ficasse na distancia de uma legua proximamente, mas sim mais perto. Isto fez com que junto ao porto do Recife<sup>1</sup>, nome que depois se deu a esta nova povoação, se fosse ella ali formando por impulso gradual de si mesma, a qual veio com o tempo a supplantar a que Duarte Coelho primitivamente assentou no promontorio com o nome de Olinda, que hoje tem. Corria o mez de março de 1535, quando o calor da zona torrida ali se fazia sentir; mas apesar da sua intensidade, o donatario e os seus companheiros não esfriaram no ardor com que se dedicaram aos trabalhos da construcção, em que até foram auxiliados pelos indios. Para boa ordem da justiça o donatario organisou um livro do tombo das terras que dava, e outro da matricula dos que se propunham a gosar dos fóros de moradores da sua capitania. Promoveu tambem por todos os modos ao seu alcance os casamentos dos primeiros colonos com as indias da terra, e o mesmo continuou a fazer com outros que successivamente e por sua conta mandou ir, não só de Portugal, como das Canarias e da Galliza. Por este modo pôde Duarte Coelho, auxiliado nos seus trabalhos pela fortuna, levar a sua colonia a um alto grau de prosperidade dentro

<sup>1</sup> O Recife é um paredão de rocha que vem correndo para o sul ao **rez** da costa, e mais ou menos cozido com ella, desde o cabo de S. Roque até ainda alem do de Santo Agostinho; este paredão offerece em Pernambuco uma abertura, ou estreita barra, por onde entram os navios **para** dentro do porto.



com excesso ás bebidas espirituosas, acostumando-se até a fumar com os indios, ou a beber fumo, como então se chamava a este habito vicioso, que n'aquelle tempo compendiava até onde os homens tinham levado a sua devassidão, sem que até ainda aos nossos dias fosse signal de bons costumes n'aquelle que era dado a similhante habito. A desordem a que chegou esta capitania, e a falta de respeito ao donatario, foram causa de que os gentios se animassem a assalta-la por vezes, occasionando a saída para fóra d'ella dos melhores colonos. O caso é que esta capitania, postoque dotada de um bom porto, com excellentes terras e rios navegaveis para o sertão, ficou até aos nossos tempos sem desenvolver-se, e reduzida a uma população que não medra, e a um solo cujas matas virgens estão quasi todas sem romper-se.

Quasi simultanea com a pittoresca Olinda, e a malaventurada terra do Espirito Santo, se colonisava Porto Seguro. Pero do Campo Tourinho, seu donatario, tendo vendido quanto possuia na sua villa natal de Vianna, d'ella se embarcou para o Brazil, levando comsigo mulher e filhos. Aportando ao lugar do seu destino, o donatario assentou a povoação de Porto Seguro na chapada de um monte situado entre dois rios caudaes, e tão extensa era a dita chapada, que em si podera admittir para o futuro uma grande cidade. Os indios não tardaram pela sua parte em assaltar a nova colonia; mas vencidos e levados depois com politica, a capitania seguiu em paz, postoque modestamente, por terem a ella acudido muito poucos capitaes. A cultura e fabrico do assucar foram tão lentos, que ainda em 1550 com difficuldade podia a capitania dar carga annual para um navio, não sendo muito ajudada do pau brazil, que n'ella se cortava. Apesar d'isto durante a vida do primeiro donatario a colonia seguiu feliz. Os seus moradores cultivavam em suas roças o que restrictamente necessitavam para seu alimento, e dedicando-se alguns á occupação da pesca, levavam ás capitancias vizinhas o peixe que junto da sua tinham apanhado. Pero do Campo Tourinho foi menos activo e apprehendedor que Duarte Coelho. Tendo d'este todo o seu zêlo religioso, faltava-lhe todavia uma igual ambição, que é um dos



mandar tropas em guerra e repellir os ataques dos índios, todavia completamente ignorante em assumptos de administração e governo; acreditando que por seu arbitrio podia abrir a legislação do reino, que aliás desconhecia, vexava colonos, os quaes, suspeitando-lhe de mais a mais falta de obediência, tomaram a resolução de o agarrarem e remetterem presente ao donatario. Este porém movendo-se das razões e o accusado lhe apresentou, commetteu a grande indiscrição de o restabelecer no cargo, de modo que constituido assim em pomo de discordia, deu causa a que a colonia succumbisse vergonhosamente ás incursões dos índios aimorés, por falta de união e obediência nos colonos. Parece que o donatario era já fallecido aos 26 de setembro de 1551, como se deprehende na nomeação, feita n'essa mesma data em Almeirim, de Bastião Martins, morador nos Ilhéus, para alcaide mór d'esta capitania. Entre as capitánias, cuja colonisação se mallogrou, figura por bem pouca cousa, ou antes nada figura, a que foi dada a Antonio Cardoso de Barros, não havendo noticia alguma de haver elle feito o mais pequeno esforço para beneficiar o terreno que lhe fôra dado.

Depois do precedente donatario, passaremos a tratar agora de Fernando Alvares e João de Barros. Não se atrevendo estes donatarios a deixarem a côrte, pelos importantes empregos que n'ella exerciam, associaram-se elles ao capitão do mar e do rio elles donatario, Ayres da Cunha, para que com uma forte



peranças vãs em vir a ser rico, e assim resignou inteiramente a idéa de ser senhor donatario no Brazil.

Mallograda assim a empreza dos tres precedentes donatarios, fallaremos agora de Pero de Goes, o nobre amigo de Martim Affonso, por ordem do qual havia ficado em S.Vicente. Depois de attrahir a si seu irmão, Luiz de Goes, com alguns outros parentes e mais colonos, foi tomar posse das suas 30 leguas de costa brazilica, onde assentou alguns ranchos e tapujares, a que deu o nome de *Villa da Rainha*. Com o seu limitrophe Vasco Fernandes fixou a demarcação, que não estava bem designada nos respectivos titulos, ficando por common accordo o rio Itapemerim servindo de barreira ás pretensões futuras dos seus descendentes. Suppõe-se que em 1536 estaria já estabelecido na sua respectiva capitania, ou que para ella partiria, por ser n'aquelle anno que se effeituou a nomeação de Antonio Teixeira para seu feitor e almoxarife regio. Senhor das fecundissimas lezirias do Parahiba, Pero de Goes cuidou desde logo de introduzir de S.Vicente alguma planta de canna, que começou a cultivar ainda antes de pensar no modo de conseguir os meios de estabelecer um engenho. Para conseguir esses meios veio a Portugal, onde alcançou entender-se com um mercador de ferragens, que lhe devia fornecer os artigos de resgate para pagar as roças que fizesse o gentio, e mandar-lhe novos operarios e colonos. Com esta importante aquisição voltou ao Parahiba do sul para ir testemunhar o desastre que na sua nascente colonia fizera a sua curta ausencia, tendo-se desbaratado toda ella pela deserção dos colonos, á frente dos quaes figurou o seu proprio administrador, um tal Jorge Martins. Pero de Goes tornou a metter hombros á empreza, angariando novos gentios e apprehendendo muitas plantações. Os seus esforços tinham todo o character de proficuos, e quando por elles tinha já fundado engenhos e esperava colher o fructo d'elles, esses engenhos e povoações formadas o gentio lh'as invadiu em força, incendiando-lhes os cannaviaes e tudo destruindo inteiramente. Pero de Goes ainda resistiu com a sua gente, mas teve de ceder com a perda de 25 mortos, ficando elle mesmo ferido e com





Faltos de meios, como os donatarios geralmente se achavam, para cultivarem os terrenos que lhes tinham sido doados, todo o seu empenho foi angariar moradores que levassem capitaes para empregarem nas sesmarias que recebiam para cultivar. Os primeiros artigos d'esta cultura foram o arroz e o assucar, valendo então a arroba do melhor d'este artigo a 400 réis, equivalentes a oito alqueires de arroz em casca. Desamparados como de facto se viram os colonos das differentes capitancias, principiaram elles a afazerem-se a muitos usos dos barbaros indigenas, um dos quaes foi o do tabaco de fumo, já conhecido na Asia, d'onde nos veio o vocabulo *charuto*, uso que se tornou tão geral na Europa, que já no seculo seguinte constituia um dos ramos da industria e producção do Brazil. Tambem dos mesmos indigenas adoptaram os colonos europeus o uso do milho e da mandioca, com todos os meios de cultivar e prosperar estas duas substancias alimenticias. Adoptaram tambem o frequente uso da farinha da mesma mandioca, e' o das folhas da planta que dá esta raiz como hortaliça, alem de outras mais. Igualmente cultivavam os carás e inhames, e sobretudo a mandioca doce que se comia, pondo-a simplesmente ao borralho, sem mais preparativo. O uso das bananas, a que os indios chamavam *pacobas*, foi um dos primeiros alimentos que mais se generalizou, sendo este o fructo que parece fazer excepção á regra de ser o homem obrigado a ganhar o seu sustento com o suor do seu rosto. Na primitiva construcção das casas, em vez da pregadura, adoptou-se o timbopeba para segurar as ripas, conforme usavam os indios em suas construcções. Tambem se adoptaram as proprias fórmãs das suas cantaras ou vasos de barro para trazerem agua do rio ou das fontes. Nos outros artigos domesticos foi a adopção tão excessiva, que até com elles vieram os seus proprios vocabulos de lingua tupi, os quaes accusarão para sempre no Brazil a sua procedencia, como succede a muitos vocabulos arabes da nossa peninsula ibérica.

Sobre o que fica dito acresce mais que foi ainda dos mesmos indios que os nossos portuguezes adoptaram tambem



À proporção que a cultura do Brazil se ia desenvolvendo, tbem a desmoralisação foi nas differentes capitancias crescendo a um ponto tal, que n'ellas se commettiam assassina- s, entrando no numero dos criminosos alguns ecclesiasticos. certo é que a religião e a moral se achavam no meado do cculo xvi inteiramente arruinadas no Brazil, exigindo da arte do governo da metropole as mais activas e energicas providencias para embaraçar taes males. Alem da ruina de ae por este lado se achava ameaçado o Brazil, de uma outra ameaçavam tbem as haus francezas, as quaes tomaram á ra conta infestar desaforadamente todos os estabelecimentos portuguezes d'aquelle estado. Para remediar este mal, levan-



mentos das differentes rendas e direitos: finalmente cumtia-lhe prover e zelar tudo o que respeitasse á fazenda publica. Para este fim foi o seu regimento acompanhado de ouro, dado aos provedores e officiaes das capitancias, os quaes é então faziam o que bem lhes parecia. A este segundo remento deveram todas as capitancias os livros das provedoras, boa fonte da historia para as ditas capitancias, quando porventura os possuam. Aos provedores competia a cobrança do zimo, sendo tambem elles os juizes das respectivas alfandegas. Aos mesmos provedores eram subordinados os seus escriptães, que ás vezes o eram tambem das alfandegas, bem como os recebedores, almoxarifes e seus escriptães. Os provedores julgavam sem appellação nem aggravo sobre as anteriores datas de sesmarias. Aos colonos prohibia-se internarem-se pela terra dentro. Providenciava-se ácerca do commercio de cabotagem, e buscava-se promover a par d'isto as construcções navaes. Para capitão mór da costa escolheu-se o mallogado donatario Pero de Goes, que á sua custa tambem conhecia as terras e os mares do Brazil, não levando outro regimento mais do que governar-se pelo que lhe dissesse o governador Thomé de Sousa. Para a segurança da terra ordenou el-rei que cada donatario tivesse em sua capitania, com a pólvora necessaria, pelo menos dois falcões, seis berços, seis meios berços, vinte arcabuzes ou espingardas, vinte bés-

um padrão de 400\$000 réis de juro por anno, pagos pela redizima da capitania, e vinculados para si e seus herdeiros. Prompta a nova expedição colonisadora da Bahia e regeneradora do Brazil, saiu ella do Tejo no 1.º de fevereiro de 1549, aportando ao logar do seu destino no dia 29 de março. Acompanhavam n'ella a Thomé de Sousa, alem dos mencionados chefes e outras mais pessoas notaveis, que deviam exercer cargos importantes, o padre Manuel da Nobrega, com outros mais religiosos da companhia de Jesus, designados para fundarem o primeiro collegio na Bahia, muitos casaes que iam ali estabelecer-se, 600 homens de armas e 400 degradados. Apenas fundeada a armada, acudiram logo de terra muitos colonos, já d'antes n'ella estabelecidos, sendo mais de 40, entrando n'este numero Diogo Alvares, que n'ella residia havia perto de quarenta annos. Escolhido o local para a edificação da cidade, terraplanou-se o chão algum tanto, traçaram-se as ruas e praças, e finalmente marcou-se o logar da igreja, dos paços do concelho, da casa do governo, e da dos contos. Thomé de Sousa levantou uma especie de cerca ou arraial, com duas torres para o lado do mar e quatro para a banda de terra, tendo por fim abrigar os colonos de quaesquer incursões dos gentios. Á povoação erecta poz o nome de *Cidade do Salvador*, e não de *S. Salvador*, como alguns lhe tem chamado, dando-lhe por armas em campo azul uma pombinha, tendo no bico um ramo de oliveira com a divisa: *Sic illa ad Arcam reversa est*. Pelos capitulos do seu regimento ia o governador geral auctorisado para conceder sesmarias em nome de el-rei n'esta capitania com as mesmas clausulas com que as davam nas outras os donatarios. A edificação progrediu por tal modo, que dentro de alguns mezes já havia cem casas regulares. Á grande falta de gados, que bem depressa se fez sentir, providenciou Thomé de Sousa, mandando logo uma caravella a Cabo Verde para os trazer, levando para a permuta carga de madeira, que lá tinha favoravel preço.

Alem do exposto, cuidou-se igualmente na conversão dos *columis*, ou creanças gentias, empregando-se para isto um excellente meio, tal como o da musica, do canto e do appa-

rato das ceremonias religiosas que as enfeitiçava. O padre João de Aspilcueta Navarro, estudando a lingua, reduziu-a a grammatica, e n'ella prégava por fim aos gentios. Para melhor conseguir os seus fins, Navarro imitou até os usos dos *pagés*, fazendo biôcos e visagens, dando de quando em quando gritos agudos, batendo com o pé no chão, etc. O padre Manuel da Nobrega, não só prégava aos colonos, mas dirigia tambem a escola, á qual concorriam, tanto os filhos dos colonos e varios meninos orphãos que iam de Lisboa, como alguns *piás* da terra. Navarro foi depois mandado para Porto Seguro, onde estavam os melhores interpretes da lingua tupi, seguido logo pelos irmãos Francisco Pires e Vicente Rodrigues. Os padres Affonso Braz e Simão Gonçalves foram mandados para o Espirito Santo, indo para os Ilhéus o padre Manuel de Paiva, d'onde teve depois de voltar para tomar conta do collegio da Bahia, emquanto Nobrega ia visitar as capitancias do sul. Como meio de melhor se regularem as cousas religiosas no estado do Brazil, a pedido de D. João III, foi erecta em bispado a cidade da Bahia, sendo nomeado para prelado da nova sé Pero Fernandes Sardinha, theologo conhecido no reino, e que depois de ter feito os seus estudos em París, fôra vigario geral de Goa. A este novo bispado annexaram-se todas as terras do Brazil, separadas da mitra do Funchal, a cuja diocese até então pertenciam. O bispo eleito, depois de confirmado e sagrado, passou ao exercicio do seu cargo, achando-se já na Bahia em outubro de 1554; mas a bulla da criação do bispado só teve logar mais tarde, tendo a data de 1 de março de 1555<sup>1</sup>. Thomé de Sousa partiu no fim do anno de 1552 a visitar as capitancias do sul, e entrando no porto do Rio de Janeiro, ficou tão penhorado da sua importancia, que logo em carta sua pediu a el-rei que mandasse ali fazer uma povoação honrada e boa. Alem de muitas providencias que deu nos pontos onde tocou, erigiu tambem algumas villas, tornando no seguinte anno para a cidade do Salvador que fundára, e que já es-

<sup>1</sup> A congrua do bispo fixou-se em 200\$000 réis, sendo a do governador geral 400\$000 réis.





com o infeliz bispo d'aquella diocese. D. Alvaro, com 70 homens de pé e 6 de cavallo, acommettendo com os gentios, mesmo na propria tranqueira que tinham feito, teve a fortuna de completamente os vencer, aprisionando-lhes o chefe. Alem d'esta derrota, outras mais lhe occasionou, de que resultou virem ou mandarem de todas as partes os principaes chefes dar preito ao governador, protestando-lhe amisade e fazendo-lhe entrega da gente que em suas aldeias tinham captiva. Apesar de todas estas victorias, nem o governador, nem seu filho, se tornaram mais populares. D'elles se queixou o povo de que faziam a guerra sem tomar accordo com os que em taes negocios deviam ser interessados, e pediam por isso a el-rei que um novo governador fosse por elle nomeado, levando mulher, mas não filho homem solteiro, se o tivesse.

Por toda a parte as cousas do Brazil iam de mal a peor, durante o malfadado governo de D. Duarte da Costa, que el-rei houve por bem substituir pelo desembargador Mem de Sá, irmão do nosso bem conhecido poeta, Francisco de Sá de Miranda. Logoque este governador chegou á cidade do Salvador mostrou bem sua prudencia, zêlo e virtude. Cortou longas demandas que havia, compondo as partes, e as que de novo nasciam atalhou da mesma maneira. Ao tomar posse do governo viu-se obrigado a attender com soccorros á capitania do Espirito Santo, soccorros que lhe expediu ás ordens de seu filho, Fernão de Sá, que lá perdeu a vida de uma frechada dos barbaros, apenas tinha cumprido a sua missão. Foi já no governo de Mem de Sá, e quando corria o anno de 1559, que chegava á cidade do Salvador o segundo bispo d'aquella diocese, D. Pedro Leitão. Foi tambem durante o seu governo que chegára á cidade da Bahia, em fevereiro de 1564, a armada destinada pelo governo portuguez a ir colonisar o Rio de Janeiro, dando-se o cargo de capitão mór d'esta empreza a Estacio de Sá, sobrinho do proprio governador. Chegando Estacio de Sá á altura do Rio de Janeiro, entrou na enseada, onde se apoderou logo de uma nau franceza, cuja tripulação se passára para terra. Todavia vendo que os indios se lhe manifestavam contrarios, disparando frechadas contra os bateis, quando se ap-



trinta canóas de guerra. Cobrando com este auxilio maior ousadia,prehenderam então um novo ataque; mas a cidade a esse tempo se achava por tal modo cercada e guarnecida e artilheria, que nada poderam fazer contra ella, desistindo o intento.

Já por aquelle tempo tinham os nossos um baluarte de taipa, e alguns ranchos e casas cobertas, e feitas ao redor da ilha muitas roças com plantações de legumes e inhames; e Estacio de Sá, querendo prender melhor a gente portugueza na nova patria que buscára, tirou-lhe do pensamento toda a idea da retirada, despedindo todos os navios em que tinha ido. Daremos de mão aos varios ataques e escaramuças, que os nossos tiveram com os indios, em rasão das tentativas que fizeram contra a tranqueira que se havia levantado: basta dizer-se que d'elles ficaram sempre os nossos vencedores, dando um lugar a que a colonia se tornasse cada vez mais solida. Mas a guerra dos nossos passou em janeiro de 1567 da defensiva á offensiva, porque tendo Mem de Sá obtido os socorros que pedira para a corte, compostos de tres galeões, de que fôra por capitão Christovão de Barros, com elles e mais dois navios que lhes juntou, reforçados com seis caravelões, se dirigiu ao Rio de Janeiro, e lá foi atacar os indios nas duas grandes estancias que tinham fortificado, e n'ellas os venceu e derrotou no dia 22 do dito mez de janeiro, com a infelicidade



que de Portugal fôra commandando a armada de soccorro, e que havendo regressado a Lisboa, foi depois nomeado capitão mór do Rio de Janeiro por alvará regio.

Quanto a Mem de Sá, forçoso é confessar que elle foi um dos mais proficuos governadores que o Brazil teve, e que por elle se póde dizer ter sido salvo, principalmente das invasões francezas e das dos indios. A sua politica para com os colonos foi em geral tolerante. Á propria rainha D. Catharina escrevia elle, dizendo: «Esta terra não se póde, nem se deve regular pelas leis e estylos do reino. Se vossa alteza não for mui facil em perdoar, não terá gente no Brazil; e porque o ganhei de novo, desejo que se elle conserve». Mem de Sá, já velho e cansado de servir, e de ser mal attendido, pelo pouco fundamento que da terra se fazia, instava para que lhe mandassem successor, tendo tambem muita parte n'este pedido as saudades da sua familia. Já em 1560 elle o solicitava por este modo: «Peço a vossa alteza que em paga dos meus serviços me mande ir para o reino, e mande vir outro governador, porque afianço a vossa alteza que não sou para esta terra. Eu n'ella gasto muito mais do que tenho de ordenado: o que me pagam é em mercadorias que me não servem. Eu fui sempre ter guerra e trabalhos onde hei de dar de comer aos homens que vão pelejar e morrer sem soldo, nem mantimentos, porque o não ha para lh'os dar. Sou velho, tenho filhos que andam desagasalhados: uma filha, que estava no mosteiro de Santa Catharina de Evora, mandou frei Luiz de Granada que saísse. Não sei quanto serviço de Deus, nem de vossa alteza, foi deitar uma moça de um mosteiro na rua, sendo filha de quem o anda servindo no Brazil». Em 1570 recebeu Mem de Sá e fez promulgar tres leis: a primeira obrigando os colonos do Brazil, que tivessem 400\$000 réis, a apresentar um arcabuz, um pique ou uma lança, uma rodela ou adaga, e um capacete ou celada. As outras duas versavam sobre os indios, declarando-os quasi de uma vez forros. A primeira era datada de 6 de dezembro de 1569, e a segunda de 20 de março de 1570. Foi esta a que no Brazil levantou tão grandes alaridos, que necessario foi ao governo da metropole o modifica-la por uma



pirar em Africa, onde perdeu a vida o moço rei D. Sebastião, juntamente com elle a flor da nobreza portugueza. Lourenço da Veiga falleceu durante os lamentaveis successos da metropole no meado do anno de 1581. Durante os seus tres annos de governo succedeu terem sido incendiados nos portos do Brazil onze navios de Dieppe e do Havre, provavelmente por contrabandistas: alem d'este, foram outros tantos factos notaveis o explorar-se o magestoso rio de S. Francisco muito alem da cachoeira, já conhecida de Paulo Affonso, sendo explorador João Coelho de Sousa, e o ter ido pelo sertão até Minas Antonio Dias Adorno, partido do rio das Caravellas, trazendo na sua volta amostras de pedras preciosas, julgadas esmeraldas e saphiras, mas que provavelmente seriam turmalinas e amethystas.

Pelo fallecimento de Lourenço da Veiga, e na falta de vias de successão, assentou a camara da cidade da Bahia reunir a si o bispo e o ouvidor geral, e tomar depois a seu cargo a governança do estado. Cosme Rangel de Macedo, que era o ouvidor geral, teve arte de se constituir de facto em chefe do governo interino, nada constando d'este seu governo que lhe possa fazer honra. Em 9 de maio de 1583 aportou finalmente á Bahia um novo governador, nomeado pela côrte, a qual escolheu para tão alto cargo Manuel Telles Barreto, com quem foram mais alguns jesuitas, incluindo o padre Fernão Cardim. Sabedor das desordens que o governador Rangel introduzira na





cobarde, em rasão de uma derrota que dos portuguezes haviam experimentado, favoreceu a reoccupação portugueza da Parahiba, que se verificou no dia 2 de agosto de 1585, que era o da Senhora das Neves, cuja invocação se deu á povoação. Tres mezes depois levantava-se a 4 de novembro na margem direita do respectivo rio um novo forte; era n'uma planície de meia legua cercada de agua, e com muita pedra calcarea perto.

Traçou-se portanto o forte com quinze braças de vão em quadro, tendo duas guaritas ou baluartes, que com oito peças flanqueavam as faces. Sobre a porta levantou-se uma torre para o capitão com duas varandas, tambem se fez uma casa com armazens para o almoxarife. O official allemão, Christovão Linz, ficou dirigindo a obra com a gente de trabalho, enquanto os da milicia effeituavam duas correrias, na segunda das quaes chegaram muito alem da bahia da Traição, afugentando d'ella uma nau franceza, destruindo tres ferrarias que encontraram, vencendo em dois recontros os indios e trazendo muitos mantimentos. D'ahi a quatro mezes tomava posse do forte, por ordem do soberano, o capitão Francisco de Morales, chegado da Europa com 50 soldados hespanhoes, e que nada mais fez que abandona-lo cobardemente no fim de tres mezes, logoque soube acharem-se sete naus francezas na bahia da Traição. Foi necessario expedirem-se de Pernambuco fortes soccorros por terra e mar, os quaes, não achando já o inimigo, passaram a auxiliar o *Parajyba* contra os seus inimigos, como se lhe tinha promettido. Á administração de Manuel Telles Barreto deveu muito a colonisação da Parahiba, e em geral todo o estado do Brazil pelos seus muitos serviços. Cassou, como já vimos, os discordes processos, ordenados pelo despotico ouvidor Rangel; fomentou as composições dos roceiros com os traficantes de escravos; zelou o pagamento das dividas á fazenda; e finalmente cumpriu até onde lhe foi dado a sua missão de defender o Brazil. Alem d'isto solicitou e alcançou para as principaes cidades artilheria e munições, e fez com que em todas se construíssem alguns fortes, pedindo para isso do reino um *fortificador*. Na Bahia, onde



engenhos de assucar, que lavravam por anno 200:000 arrobas, para cujo transporte eram precisos quarenta ou mais navios. Olinda tinha uma boa igreja matriz quasi acabada, de tres naves e muitas capellas; a companhia de Jesus tinha ali um collegio com lições de casos, de latim e de primeiras letras. No Recife havia apenas um começo de povoado, com alguns armazens, e uma ermida com a invocação do Corpo Santo. O pau brazil estava arrendado por dez annos pela quantia de 20:000 cruzados por anno, e o dizimo dos engenhos por 19:000, alem dos quaes cobrava o donatario, Jorge de Albuquerque, mais 10:000 cruzados do tributo do pescado, redizima e outras rendas. Quanto á Bahia, que era capitania da corôa, diremos que tambem já então contava 2:000 colonos, 4:000 escravos africanos e 6:000 indios christianisados. Exportava annualmente para cima de 120:000 arrobas de assucar<sup>1</sup>, que era o melhor de toda a costa, elaborado pelos seus trinta e seis engenhos. Contava dezeseis freguezias, um collegio de padres jesuitas, um mosteiro de beneditinos e um convento de capuchos, alem de mais quarenta igrejas e capellas. Os barcos e canôas avaliavam-se em 1:400 só no Reconcavo. A Bahia tinha já bons edificios; mas a sé estava ainda por acabar, havendo n'ella cinco dignidades, dois meios conegos, quatro capellães, um cura e coadjutor. Os seus habitantes tinham tambem muita abundancia e rico trato, posto serem menos luxuosos que os de Pernambuco. Os mesmos peões trajavam lá de setim e damasco, e suas mulheres vasquinhas e gibões das mesmas télas; mas as rendas da camara não excediam a 100\$000 réis annuaes.

A capitania dos Ilhéus achava-se reduzida á villa de S. Jorge, apenas com uns 50 colonos, em vez de 400 ou 500 que tivera; unicamente contava tres engenhos, de oito ou nove que possuira, tendo algumas roças de algodão e mantimento. Para cada lado da villa os habitantes não se estendiam alem de duas ou tres leguas pela beiramar, e apenas meia legua

<sup>1</sup> O texto de Varnhagen diz 120 arrobas: julgámos ter havido omissão da palavra mil.



1571, a deixára a seu filho, o qual, tendo acabado a vida em Alcacerquibir, a deixára igualmente a Lopo de Sousa, neto do primeiro donatario. A de Santo Amaro, por morte de Pero Lopes, passou successivamente a seus dois filhos, e por fallecimento d'estes a sua irmã D. Jeronyma, viuva de D. Antonio de Lima, de quem tivera D. Izabel de Lima, que veio a ser a



as viviam, se mallograria de todo, a não lhe acudir Feliciano elho com soccorros da Parahiba. A D. Francisco de Sousa ccedeu-se em 1602, como alguns dizem, o governador ogo Botelho, com menos duração no logar que o seu predecessor, mas com mais trabalho do que elle teve: aggredido dos inimigos estrangeiros, que cada vez se tornavam mais usados; a braços com os indios que teve de combater; occupado em perseguir os abusos dos agentes do fisco, e outros e causas crimes em differentes capitancias; obrigado a effectuar a cobrança de 18:000\$000 réis, correspondentes ao Brazil na finta de 1.700:000 cruzados, que Portugal se obrigava pagar, a titulo de agradecimento pela amnistia offerecida por sua conquistadores; e por fim contrariado pelo quarto bispo iocesano, D. Constantino Barradas, apoiado pelos padres da companhia, é innegavel que as cousas lhe correram bem administradas ao seu governo.

Salutar se tornou por aquelle tempo ao Brazil a criação que por alvará, datado de Valladolid aos 26 de julho de 1604, teve





n a chegada áquelle porto, no dia 5 de junho de  
 os novos desembargadores, levando um regimento  
 de 7 de março anterior, pelo qual se concederam á  
 ição os poderes dos desembargadores do paço, no  
 itasse aos perdões e fianças. Desde 1588 que a dita  
 achava decretada, e naturalmente foi o conselho da  
 m se apressou a installa-la, do que já cuidava em  
 : 1605. Foi de presidente ou chanceller Gaspar da  
 rando de companhia sete desembargadores, que to-  
 a constrangidos a aceitar os cargos, cujos nomes são  
 le Povoas, Pedro de Cascaes, Affonso Garcia Tinoco,  
 Mesquita, Manuel Pinto da Rocha, Sebastião Pinto  
 uy Mendes de Abreu, nomeado para a nova relação  
 feitos da corôa. A abundancia de letrados e rabulas  
 nstituição acarretou para o Brazil foi tal, que as suas  
 luraram apenas uns dezeseis annos, no fim dos quaes  
 tornaram ao seu antigo estado.

abelecimento da relação na Bahia deveu o Brazil a  
 do grande genio do padre Antonio Vieira, e os ser-  
 seu irmão Bernardo Vieira Ravasco, ambos elles fi-  
 bristovão Vieira, que passou á Bahia como escrivão  
 ivos e appellações antes de 1617. Pelo que toca a  
 sco de Sousa, seguiu elle de Pernambuco para o sul  
 na Bahia, conforme lhe fôra encommendado, talvez



forte a que elles chamavam de S. Luiz, e a que os nossos pozeram o nome de S. Philippe. Apesar da mudança do nome do forte, a povoação não perdeu a primitiva invocação de S. Luiz, que ainda hoje conserva a capital do Maranhão. Segura esta capitania, d'ella passaram os nossos cousa de 150 leguas mais para o poente, até ás aguas do Pará, onde, depois de entrar a barra Francisco Caldeira de Castello Branco, que levou o titulo de capitão mór, assentou uma povoação a que deu o nome de cidade de Nossa Senhora de Belem. Não deixou a metropole de favorecer bastante as duas novas capitancias, acudindo á do Maranhão com muitos colonos dos Açores, e ordenando que fossem para estas capitancias todos os degredados destinados para o Brazil. Pouco depois ordenou, por decreto de 13 de junho de 1621, que as tres capitancias do Ceará (cuja occupação effeituára o capitão Martim Soares em 1611 no governo de D. Diogo de Menezes), Maranhão e Pará, formassem um novo estado inteiramente independente do do Brazil. A providencia foi reputada acertada, por ser a navegação d'ali para a Europa mais facil e segura do que para a Bahia. Á vista pois d'isto nomeou-se para o novo estado do Maranhão um governador geral e um ouvidor, sendo o primeiro governador geral Francisco Coelho de Carvalho.

Não nos embrenharemos nos minuciosos detalhes das operações que os hollandezes empregaram para nos conquistarem o Brazil; mas narrando só o bastante para d'estes successos se fazer uma idéa, diremos portanto que quando estava para findar a tregua dos doze annos, estatuida em 1609 entre a Hespanha e as Provincias Unidas, appareceu, fundada por parte d'estas, por carta patente de 3 de janeiro de 1621, uma companhia de commercio occidental, semelhante á que existia para o oriental. Certa, como esta companhia estava, da riqueza do Brazil, e renovada a guerra entre a Hollanda e a Hespanha, a conquista do mesmo Brazil tornou-se desde então o alvo das empresas da referida companhia, resolvendo acommetter a cidade do Salvador da Bahia, que era a mais conhecida dos hollandezes. Aos 9 de maio de 1624 entraram pela barra d'ella, rompendo logo o fogo contra quinze navios, que acharam fun-

deados no porto, e aos quaes já perto da noite lançaram fogo, tendo sido abandonados pelas guarnições. Depois d'isto o almirante Piet-Heyn passou a acommetter o forte do mar, ou de S. Marcello, ilhado no meio do porto, e d'elle se assenhoreou, perdendo na empresa sómente 4 mortos e 10 feridos. Na manhã seguinte a cidade lhe abriu as portas, fazendo-se ver desde logo que os brasileiros de então não tinham por qualidade mais distincta encararem com denodo as empresas da guerra. Segurando com a maior rapidez possível a posse da cidade contra qualquer tentativa por parte dos de terra, os conquistadores chamaram os fugitivos, espalharam proclamações, e por meio d'ellas prometteram aos brasileiros paz, justiça, liberdade civil e religiosa, com todas as mais venturas que tão facil é enunciar de palavras, quão difficil de realizar por obras. Quasi com igual facilidade os mesmos holandezes se assenhorearam de 300 leguas da costa, em que se comprehendeu Pernambuco, tomado a 16 de fevereiro de 1630, a que depois se seguiu igualmente o Ceará, Pihauhy, Rio Grande do Norte, e as fortalezas do cabo de Santo Agostinho, Porto Calvo, rio de S. Francisco, e até mesmo S. Luiz do Maranhão. A 26 de julho do supradito anno de 1624 chegára a Lisboa a noticia da tomada da Bahia, e cinco dias depois a Madrid. Pelo monarcha hespanhol se ordenou logo a promptificação de uma armada de que devia fazer parte um contingente portuguez, sendo D. Fradique de Toledo Osorio o commandante geral de toda a força, e o do contingente portuguez D. Manuel de Menezes.

As cidades de Lisboa e Porto desenvolveram grande patriotismo em semelhante conjunctura, acudindo aos seus irmãos do Brazil, promettendo a camara de Lisboa 100:000 cruzados para a promptificação da expedição, 20:000 dos quaes foram offerecidos pelo duque de Bragança. Todos os grandes, prelados e proprietarios do reino contribuíram tambem proporcionalmente com a sua fazenda; outros, não contentes ainda com isto, alistaram-se ou fizeram alistar seus filhos. O contingente portuguez não passava de 4:000 homens, em que entrava tanta nobreza como se não tinha visto depois das expe-

lições de Centa e de D. Sebastião. A armada portugueza foi esperar pela hespanhola ás ilhas de Cabo Verde, onde, passados dois mezes, esta se lhe reuniu, constando de mais de 7:000 homens. Na manhã de 30 de março de 1625 occuparam os navios expedicionarios a barra da Bahia em linha do noroeste a sueste, para que não escapasse um só da frota hollandeza, que constava de vinte e um navios; no mesmo dia 30 se principiou a effectuar o desembarque. A cidade foi sitiada, e de reforço aos sitiantes veio de Pernambuco, ainda então por Portugal, Jeronymo de Albuquerque Maranhão, filho do conquistador d'este nome, e do Rio de Janeiro o brioso



dez dias se encontrou com a armada hollandeza, cujo almirante Pater emproou logo com a capitanea de Oquendo. No fim de sete horas de aturado combate, as chammass apoderaram-se da capitanea hollandeza, e Pater, envolvendo-se na bandeira da sua nação, atirou-se ao mar exclamando, segundo contam: *O oceano é o unico tumulto que póde receber o corpo de um almirante vencido.* A nossa nau almirante foi a pique, depois de haver incendiado um navio inimigo: foi tambem a pique o navio de Cosme de Couto, e rendeu-se uma nau nossa. A victoria cantou-se por ambos os lados; mas a verdade é que nem uns, nem outros a tiveram. Entretanto as maiores vantagens parece terem sido a favor dos hollandezes, porque não só impediram que os nossos soccorros chegassem a tempo, mas até nos tomaram uma das naus. Em Pernambuco os hollandezes limitaram-se ao Recife unicamente, abandonando Olinda, e alem d'isto estendendo a sua base de operações desde o cabo de Santo Agostinho até á Parahiba, não sem incendiarem as casas da cidade que abandonaram. Por esta fórma a guerra protrahiu-se sem vantagem sensivel de parte a parte, limitando-se os nossos apenas a uma guerra de guerrilhas, de uma das quaes foi chefe o celebre indio *Poty*, ao diante mais conhecido pelo nome de D. Antonio Filippe Camarão, o qual foi pelos seus grandes serviços agraciado mais tarde com o habito de Christo, a patente de capitão mór dos indios, e uma tença annual de 40\$000 réis. Aos 23 de janeiro de 1637 chegou ao Recife como governador e almirante general, o principe Mauricio de Nassau, cujo animo prestigioso quebrantou os espiritos dos nossos, e enthusiasinou consideravelmente os dos seus. Tudo melhorou para os hollandezes com a chegada do referido principe, e as mesmas capitancias brazileiras, que lhe estavam sujeitas, ganharam tambem muito. Foi elle quem levou a effeito a construcção de varios fortes que lhe pareceram necessarios para a defeza das ditas capitancias. Elle restaurou Olinda, fez com que alem do Recife se levantasse na ilha de Santo Antonio uma nova cidade, a que o conselho supremo poz o nome de *Mauricia*, em honra do seu fundador. Alem de muitas mais obras dilatou as raias do ter-





logar em 14 de junho de 1642. O seu regimento encarregou aos vogaes o muito cuidado que deviam ter em ordenar e prover tudo o que conviesse ao bem d'aquelles estados ultramarinos e ao seu acrescentamento e bom governo... e á promulgação do Santo Evangelho. Alem d'esta providencia, cresceu mais que por decreto de 27 de outubro de 1645 se ordenou que os primogenitos, herdeiros presumptivos da corôa, se intitulassem para sempre *Principes do Brazil*, o que por certo equivaleu a elevar a grande colonia portugueza da America á preeminencia de principado.

No meio d'estes enthusiasmos, determinados pela acclamação de D. João IV no Brazil, teve logar a restauração do Maranhão e Ceará pelos proprios esforços dos seus moradores, sacudindo para fóra d'aquellas duas provincias os holandezes em 1644. Restava só Pernambuco, onde o negocio se tornava um pouco mais difficil, pela maior força de que os invasores ali dispunham. A reacção tramou-se entre André Vidal de Negreiros, filho da Parahiba, Antonio Cavalcanti, senhor de varios engenhos em Pernambuco, d'onde era natural, e o madeirense João Fernandes Vieira. Tendo-se Vidal entendido com Antonio Telles da Silva, governador da Bahia, e com elle ajustado o seu plano, de lá partiu como governador da fronteira do lado do norte, ou do rio Real, extrema do dominio hollandez. Chegado ao logar do seu destino, fez logo avançar para os sertões de Pernambuco, ás ordens do capitão Antonio Dias Cardoso, uns 60 soldados, separados em pequenos corpos. Aos 25 de março de 1645 ordenou igualmente que para ali partisse o capitão e governador dos negros, Henrique Dias, com toda a sua gente. A pretexto de que esta partida fôra sem seu consentimento, e por conseguinte uma verdadeira deserção, mandou que o corpo dos indios, ás ordens de D. Antonio Philippe Camarão, marchasse em perseguição de Henrique Dias. Dos trabalhos destinados á sublevação tiveram os holandezes promptas informações, o que não embarçou o progresso dos referidos trabalhos, mandando o governador geral, Antonio Telles, a João Fernandes Vieira, que os conjurados tinham unanimemente considerado como chefe, a patente de mestre



munições entregues pela capitulação foram de grande valor, apprehendendo 464 moradas de casas, incluindo o palacio governador, uns 300 canhões, 38:000 balas, mais de 5:000 singardas, quasi 2:000 arrobas de pólvora, alem de espadas, pistolas, etc. Por esta fórma acabou o dominio hollandez Brazil. De tão prospero acontecimento foi o proprio André dal quem trouxe a noticia á côrte, chegando ao Tejo no dia S. José, 19 de março d'aquelle anno. Um solemne *Te Deum* cantou em acção de graças na capella real, a que assistiu o proprio monarcha diante de oito tribunaes da côrte.

O general Francisco Barreto, que ultimamente tinha tomado commando dos nossos, e João Fernandes Vieira, tiveram em compensa o fôro grande, e cada um d'elles uma commenda crativa na ordem de Christo. Alem d'isto o mesmo Barreto foi confirmado em capitão general de Pernambuco, e em 12 de agosto de 1656 provido no governo geral da Bahia, logo que o deixasse o conde de Atouguia, sendo igualmente auctorizado a edificar no Brazil uma villa de que seria senhor. João Fernandes Vieira foi provido no governo de Angola, e enquanto este não vagasse, no da Parahiba. E André Vidal teve nomeação de governador do Maranhão, e pouco depois a successão a Vieira no governo de Angola durante tres annos, sendo todos dispensados, pelos serviços prestados, de virem ao proposito á côrte render preito e homenagem. Quanto ao preito Henrique Dias não se sabe que mercê recebesse, a não



mesmo Brazil fosse a justiça mais bem administrada, livrando os seus moradores das molestias, vexações e perigos do mar, a que estavam expostos, vindo require-la aos tribunaes do reino. No segundo meado do seculo xvii começaram-se a devassar com o maior empenho os sertões do Brazil. Pelos esforços e serviços do capitão Fernão Dias Paes appareceram na côrte amostras de bellas turmalinas de verde esmeralda, afogueados topazios, a que os joeiros ainda hoje chamam do Brazil, e tantas amethystas, que por vulgares perderam o seu valor. Em rasão dos serviços de Fernão Dias Paes, contemplados pela côrte e celebrados até n'um poema epico com o titulo *O descobridor das esmeraldas*, outros mais individuos de S. Paulo se deitaram á descoberta do sertão, chegando Pascoal Paes de Araujo, que se dirigiu para Goyaz, a ir com a sua bandeira, guerreadora dos indios, em 1673 até á cabeceira do Tocantins, onde veio a fallecer, elevado já a mestre de campo, depois de ter a sua chegada produzido grande sensação no Pará.

Pelo mesmo tempo da incursão, feita ao sertão por Pascoal Paes, chegavam tambem á côrte amostras de prata, que se diziam levadas da Itabayana. Em rasão d'isto a côrte mandou ao Brazil um pratico de como as minas se lavravam entre os castelhanos, com encargo de examinar não só aquellas, como quaesquer outras minas. Á vista pois d'isto não admira que o Brazil começasse desde então a ter grande importancia e augmento de população, que desde o Pará até á ilha de Santa Catharina se ia progressivamente derramando. Attendendo pois ás necessidades espirituaes d'essa mesma população, espalhada por um tão extenso paiz, resolveu o papa Innocencio XI crear os bispados do Rio de Janeiro e Pernambuco por bullas de 16 de novembro de 1676, suffraganeos á sé da Bahia, elevada a arcebispado metropolitano do estado do Brazil, tendo tambem por suffraganeos os bispados de Loanda e S. Thomé. No seguinte anno foi igualmente erecta em sé prelaticia, por bulla de 30 de agosto de 1677, a cidade de S. Luiz do Maranhão, suffraganea ao arcebispado de Lisboa. Foi eleito arcebispo da Bahia D. Gaspar Barata de Mendonça; bispo de



mearam-se arbitros por Portugal e Hespanha, que se reuniram entre Elvas e Badajoz: discutiram muito, e não escreveram menos; mas a final cada um ficou na sua opinião, o que todavia não embarçou que a colonia nos fosse entregue em 1683, tomando posse d'ella Duarte Teixeira. Decidiu-se depois mandar fortificar e povoar em grande escala todo o puelle territorio, o que se não pôde realisar, tanto por falta de gente, como pelas calamidades que depois sobrevieram.

Prosperava pois a colonia do Sacramento, mas como fossem inefficazes as conferencias havidas entre os arbitros portuguezes e hespanhoes, para decidirem a quem pertencia a posse do respectivo territorio, a França garantiu esta a Portugal pelo artigo 14.º do tratado assignado em Lisboa em 18 de junho de 1701, por meio do qual o governo portuguez se comprometteu pela sua parte a apoiar as pretensões do duque de Anjou (que depois foi D. Filippe V) ao throno da Hespanha. Conhecendo porém a Inglaterra e a Hollanda, partidistas como eram da casa de Austria, que a alliança de Portugal com a França era muito prejudicial á sua politica, esforçaram-se em o attrahir á sua causa, e assim o conseguiram d'elle pelo tratado de 16 de maio de 1703, prometendo-lhe o archiduque Carlos, alem das cidades de Badajoz, Albuquerque e Valença, na Extremadura, Bayonna, Vigo, Tuy e Guardia, na Galliza. Chegando a noticia d'isto a Buenos Ayres, que estava por D. Filippe V, passou a colonia do Sacramento a ser

Passaramos por esta occasião, em que as grandes e muitas desvantagens, e de mesmo inconvenientes que ao Brazil ocasionaram as diferentes guerras, causadas pela metropoly para realizar a libertade dos colonos, mostra que a grandeza de tudo actua sempre a mais de modo a opposição, não que immediatamente se conseguia em 1684, por ser isto um assumpto de bem pouco interesse para a nossa historia patria, poisque não o seja assim com relação ao Brazil. As desvantagens que isto ocasionára em terra reflectiram algumas vezes a pirataria no mar, e para exemplo de desgraça occorreu juntamente uma terrivel invasão de heixas, em virtude da qual muitos engenhos de açúcar ficaram pobres de trapos. Depois d'esta, uma outra epidemia teve lugar pela primeira vez no Brazil em 1686, conhecida pela denominação de *Vara*, á qual hoje se dá o nome de *febre amarella*, moléstia que ceifou lá por então grande parte da população. A fome não podia deixar de seguir-se no meio de tantas calamidades, e que fosse ella a companheira da peste não pôde n'isto haver duvida, pelo testificar assim o governador Luiz Gonçalves da Camara em 1692, em que a dita peste ainda durava, atacando mais particularmente os recémchegados da Europa. O mesmo governador dizia mais que a miseria publica provinha não só da grande perda que o Brazil sentira pelo abatimento do dinheiro serrilhado, que só na Bahia subira a 900:000 cruzados, passando as moedas de 640 e 800 réis a valerem, como no reino, na razão de 400 réis por oitava, mas tambem por virtude d'este abatimento era notavel a falta de numerario, por passar todo para Portugal. Concorriam tambem bastante para empobrecer aquelle estado as familias ricas, que passavam ao reino, umas por causa dos seus negocios, outras para n'elle se estabelecerem, como faziam alguns, depois de terem casado com ricas herdeiras, de modo que sendo a moeda do Brazil idêntica á do reino, passavam tudo em metal, e não em letras.

Por este modo o numerario escasseiava, os generos precisos aos engenhos encareciam, e o seu preço não levantava. A natural consequencia d'isto era não moerem os engenhos, e a



rendas do Brazil diminuir, succedendo por modo tal, que só a renda do assucar passára de 120:000 cruzados a render sómente 80:000, em que importava então justamente a folha ecclesiastica e secular das despesas da capital. Á vista d'isto propoz então o governador, Antonio Luiz, que a côrte acudisse ao Brazil com dois milhões de moeda provincial, que não podesse correr no reino, sendo um milhão para a Bahia e villas annexas, 600:000 cruzados para Pernambuco, e 400:000 para o Rio de Janeiro. A moeda devia ser lavrada com 20 por cento de excesso no seu valor intrinseco, dos quaes 15 por cento seriam restituidos aos possuidores da prata com o valor anterior de 100 réis por oitava, e 5 por cento ficariam para braçagem e senhoreagem. Assim as moedas de cinco oitavas valeriam 600 réis, as de duas e meia 300 réis, as de uma oitava 120 réis, e as de meia oitava 60 réis. Propoz tambem que se lavrassem 40:000 cruzados de moedas miudas, poisque até então as minimas eram de 40 réis, sendo obrigado, quem lhe bastava comprar 10 ou 20 réis da mais infima hortaliça, a comprar 40 réis, ou a dar 40 réis a um pobre mendigo, ou aliás a ficar este sem esmola, como de ordinario acontecia. O mal da falta de numerario foi assim remediado, e em breve deixou de sentir-se, havendo-se elevado 10 por cento o marco de oiro e prata, prohibindo-se a circulação da moeda do reino, e creando-se casas de fundição na Bahia (1694), em Tambate (1695), e em Olinda (1698), sendo depois transferida em 1702 para o Rio de Janeiro, a que se seguiu mandar-se em 1704 correr no Brazil a moeda de cobre de Angola.

Por aquelle mesmo tempo se haviam já descoberto as tão appetecidas, e ha tantos annos procuradas minas do precioso metal. Foi em 1694 que chegou a S. Paulo, trazida por Duarte Lopes, a boa nova do descobrimento das ricas minas de oiro nos terrenos, que desde então se começaram a chamar de Minas. Partiram logo com uma bandeira á pesquisa d'ellas Carlos Podéroso da Silveira e Bartholomeu Bueno, e como ao chegar ás primeiras catas tiveram o cuidado de mandar á côrte amostras de oiro, por via do governador do Rio, Se-



pretos e indios. A mistura era de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quaes não tinham no Brazil convento, nem casa.

A vertigem mineira assenhoreára-se de todos, e não havia perigos, ou obstaculos que se não vencessem. A transmigração para minas foi em tamanho numero, que as rivalidades começaram entre os *paulistas*, primeiros descobridores, e os *taubatenos*, juntos aos forasteiros ou *embuadas*, como se começaram a chamar os europeus, adoptando esta expressão dos indios, que assim os denominavam, por terem as pernas cobertas, como as aves a que chamavam *embuadas*. Das rivalidades geraram-se odios, e estes buscaram satisfazer-se, vindo os partidos ás mãos em uma guerra civil no anno de 1708. O rompimento estalou primeiro no rio das Mortes, onde os forasteiros ficaram vencidos. A cubica e a avareza, que dominavam os dois partidos, foram os motivos dos odios, e portanto da guerra. O chefe dos *embuadas*, Manuel Nunes Vianna, havendo depois a seu turno destroçado os *paulistas*, arrogou-se despoticamente a auctoridade, creou logares, deu postos, e procedeu a outros actos de quem não só aspirava ao governo, mas até mesmo ao supremo dominio, suppondo-se, particularmente no reino, que eram já gritos de independencia, de modo que o governador, D. Fernando Martins, successor de Arthur de Sá, foi obrigado a retirar-se de Minas, não se atrevendo a passar de Congonhas.

A corôa mandára entretanto indulto aos sublevados, e por essa mesma occasião creou de S. Paulo e Minas, por carta regia de 3 de novembro de 1709, uma capitania independente do Rio de Janeiro, para a qual foi nomeado Antonio de Albuquerque, a quem o citado Nunes Vianna, por uma especie de transacção, prestou obediencia no arraial de *Caeté*, onde chegou disfarçado este novo governador, e nos mezes de novembro e dezembro de 1710 tomou ali com os mineiros varias resoluções sobre o pagamento dos quintos e impostos. Em 1711 creou as Villas Rica de Marianna e Sabará, sendo os locais indicados para a fundação, não pela sua propriedade

para a povoação, mas pelas catas ou minas. Ao descobridor d'ellas tocavam as duas primeiras datas de 30 braças em quadro cada uma. Seguiam-se depois outras duas iguaes para a corôa, e para o guarda mór da mesma extensão, vindo após isto por sortes a distribuição de lotes de 2 a 30 braças em quadro, segundo o numero dos escravos de 1 até 15, que possuia o individuo designado pela sorte, entre os que haviam requerido datas e pago uma oitava de oiro ao superintendente e outra ao escrivão. O superintendente devia atalhar a principio e summariamente quaesquer duvidas. Já por então o preço dos generos e do gado estava mais regular nas Minas. Às Geraes chegavam boiadas da Curitiba; e ás do Rio das Velhas dos Campos da Bahia. Entretanto em 1703 ainda os preços eram tão altos, que um boi ou um cavallo sendeiro se pagava por 100 oitavas de oiro em pó; um alqueire de farinha por 40; um queijo flamengo por 16; um par de meias de seda por 8, e o mais á proporção. A oitava de oiro em pó por ser antes do quintado, regulava então por 1\$300 réis, valor este que depois subiu a 1\$500 ou baixou a 1\$200 réis, segundo o oiro estava já menos ou mais tributado. Ao que fazi dito deve acrescentar-se que a capitania de S. Paulo e Minas só foi creada depois de haver a corôa chamado de todo a si esse territorio, pela compra que em 22 de outubro de 1700 effeituou por 40:000 cruzados ao marquez de Cascaes da capitania primitivamente de Pero Lopes, preço que lhe havia sido offerecido por um José de Goes e Moraes <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Não fallámos aqui das minas de diamantes, porque na historia do Brazil tem um logar muito menos importante do que o das minas de oiro, sendo estas as que mais concorreram para se estender a sua população e territorios do interior, dando tambem logar a reformas na sua administração, o que aquellas não fizeram. O descobrimento para a fazenda real dos diamantes teve logar nos ribeirões do Serro Frio, ou antes do Tejuco, no anno de 1729, sendo Bernardo da Fonseca Lobo quem as delatou, e como seu primeiro descobridor o galardoou o governo. Começaram a ser elles já d'antes remettidos para a Europa: mas o governador de Minas, D. Lourenço de Almeida, só enviou conta e amostras d'este achado aos 22 de julho do sobredito anno, atrazo e negligencia que officialmente lhe foram muito estranhados pelo governo. Enquanto

fazer uma idéa do estado a que tinha chegado o Brasil do século xvii e principio do xviii, diremos que estado se contavam por então uns 4:500 engenhos, faziam 37:000 caixas de assucar de differentes sortes, cada caixa, umas por outras, 35 arrobas, orçando-se a total d'este producto em mais de 6.000:000 cruzado numero de caixas fornecia a Bahia 14:500, o Rio de Janeiro 10:200. Cada caixa

gavam as determinações da côrte mandou Almeida suspender as terras nos ribeirões diamantinos, e foi depois de as receber e ficasse interinamente superintendente do respectivo districto evidor geral do Serro, Antonio Teixeira do Valle, a quem deu to, em que se copsignou o tributo do *quinto* por capitação, da individuo que lá fosse minerar, embora por muito pouco de 5\$000 réis por anno. O jazigo dos diamantes é no Brazil mitta, geralmente sobreposto a outras rochas; mas só se ex- ribeiros onde nas alluviões vão ter de envolta com mais sei- has, e já lavados se distinguem bem. Por carta regia de 16 : 1731 ordenou a côrte que os terrenos diamantinos fossem por contrato; não havendo porém quem n'elle lançasse, o fez, por um bando, com data de 9 de janeiro de 1732, sair impeiros do districto diamantino, e por outro de 22 de abril nno declarou que a capitação seria d'ahi em diante de réis go depois, em 1734, foi esta elevada a 40\$000 réis; mas vezes extinguiu-se (1735-1739), em rasão do sargento mór, des de Oliveira, e um seu socio, se obrigarem a dar á fa-



taes de salitre; mas viu-se sem demora obrigada a rescindir o contrato, offerecendo 60:000 cruzados á corôa, a titulo de indemnisação, o que lhe foi aceito em 1699, ordenando-se que se aperfeiçoassem as fabricas, estabelecidas antes por Pedro Barbosa Leal. Em 1702 vieram á Bahia 89 surrões, que produziram mais de 170 arrobas de salitre. Pouco depois explorou Gaspar dos Reis novas nitreiras no morro do Chapéu; mas a final resolveu a côrte, por carta regia de 9 de agosto de 1706, que se não proseguisse mais em semelhantes trabalhos, por não dar a receita do genero para a despesa que com elle se fazia. As capitancias do Pará e Maranhão não figuravam ainda por nenhum rendimento, ou industria de vulto, podendo dizer-se que a custo se iam nutrindo a si proprias. Passaram annos sem que ali fossem buscar carga alguma os navios da Europa, pelo que em 1694 chegou até a faltar o vinho para se poder celebrar o sacrificio da missa. O mal devia ali crescer com os escandalos que sobrevieram, bastando dizer, para d'elles se fazer uma idéa, que o ouvidor, Matheus Dias da Costa, chegou até a prender o segundo bispo, D. Fr. Timoteo do Sacramento, que se viu por isso obrigado a deixar ao cabo de tres annos a diocese, cujos pastores subalternos e ovelhas pretendeu metter em caminho, talvez que com demasiada severidade.

Tendo o tratado de Utrecht assegurado ao Brazil a linha da sua fronteira septentrional e a posse da colonia do Sacramento, o governo portuguez expediu muitas providencias, por meio das quaes ia tendo logar o proprio augmento do territorio e população do Brazil, e o decrescimento de ambas as cousas nos paizes vizinhos, e por modo tal, que a Hespanha teve de pôr todo o empenho em negociar com Portugal um tratado de limites para o Brazil, tratado que effectivamente chegou a assignar-se em 1750. O estado do Brazil já por então tinha sido elevado ao character de vice-reinato, sendo para lá nomeado em 1713 como vice-rei D. Pedro Antonio de Noronha de Albuquerque e Sousa, segundo conde de Villa Verde e primeiro marquez de Angeja, que aos 13 de julho do seguinte anno tomára posse do cargo. Alem da negociação do





ompenho da Hespanha em lançar mão d'ella. Tendo o go-  
 rnador de Buenos Ayres, D. Miguel Salcedo, tido noticia em  
 35 de uma pequena desintelligencia entre a côrte de Lis-  
 a e a de Madrid, proveniente de um attentado, praticado  
 esta capital contra o sequito do embaixador portuguez, Pe-  
 o Alvares Cabral, ácerca do qual a côrte de Lisboa usára  
 represalias, logo o dito Salcedo reuniu forças com que foi  
 ar os campos vizinhos da colonia, a que poz cerco, rom-  
 ndo contra ella o fogo a 28 de novembro d'aquelle anno.  
 ndo sido aberta n'aquella praça uma larga brecha, Salcedo  
 imou ao governador portuguez, Antonio Pedro de Vascon-  
 llos, que capitulasse, ao que este se recusou. Postoque Sal-  
 do se não atrevesse a dar o assalto, todavia continuou com  
 hostilidades, que tambem teve de abandonar, por terem  
 meçado a chegar aos sitiados, no dia 6 de janeiro de 1736,  
 andes soccorros de todas as armas, idos do Rio, Bahia e  
 rnambuco. Só no principio de setembro de 1737 é que  
 egou á colonia o armisticio, assignado em Paris aos 16 de  
 arço, em virtude do qual convieram as duas corôas que se  
 ltassem os presos, feitos até 31 do dito mez de março, que  
 mesmo dia nomeassem ellas seus embaixadores, e se ex-  
 dissem ordens para a America, a fim de lá cessarem todas  
 hostilidades, ficando tudo como estivesse á chegada das  
 dens, até se effectuar o ajuste definitivo.



zila se ia activamente desenvolvendo, e crescendo cada vez mais em população pelas capitánias, que successivamente assim se iam creando. Em 1720 desannexára a metropole da provincia de S. Paulo todo o territorio das Minas, para constituir uma nova capitania geral, que confiára a D. Lourenço de Almeida. Essa nova capitania de Minas teve por capital Villa Rica, hoje cidade de Ouro Preto. Ainda assim tão vasta era esta nova capitania, que d'ella se desmembrou ainda outra, formada pelo districto de Goyaz, cuja capital foi Villa Boa, hoje cidade de Goyaz, constituida em cabeça de uma nova comarca em 1736, e em capitania por alvará de 8 de novembro de 1744, sendo o seu primeiro governador D. Marcos de Noronha, depois conde dos Arcos. De igual fórma se constituiu no Cuiabá, em virtude da provisão de 9 de maio de 1748, outra nova capitania, que foi confiada a D. Antonio Rolim de Moura, que depois foi conde de Azambuja. Por este modo surgiram cinco novas capitánias no Brazil; a saber: Minas, Rio Grande do Sul, Santa Catharina, Goyaz e Cuiabá, ou Mato Grosso. Quasi contemporaneamente se crearam tambem cinco novas prelazias, Pará, S. Paulo, Marianna (em Minas), Goyaz e Cuiabá, tendo as primeiras tres categorias de bispados, e limitando-se todas a cinco dioceses, segundo as raías das capitánias em que eram creadas.

À vista pois d'estes nossos progressos, a Hespanha concebia serias apprehensões a respeito do estado do Brazil e das pesquisas dos nossos sertanejos, aproveitando-se dos territorios que de direito julgava seus. E como por outro lado se mostrava igualmente anciosa por cobrar pacificamente a colonia do Sacramento, e Portugal cuidava pela sua parte em assegurar diplomaticamente a paz das conquistas feitas, entabularam os dois governos negociações para a fixação dos limites das suas colonias da America meridional, a par de um ajuste commercial de que se tratava desde 1741, mas que se activou mais depois do tratado definitivo de Aix-la-Chapelle de 1748. Finalmente aos 13 de janeiro de 1750 se assignou em Madrid o desejado tratado de limites na America, sendo negociador por parte de Portugal o visconde de Villa Nova da Cerveira,



Rolim de Moura. Para um e outro lado mandára o governo portuguez geographos e astrónomos, quasi todos estrangeiros. A Hespanha confiou pela sua parte a repartição do sul ao habil peruano, D. Gaspar de Munive Leon Garabito Tello y Espinosa, marquez de Valdelirios, e a do norte ao velho official de marinha, D. José Iturriaga, dando-se tambem a ambos astrónomos e geographos. Pela sua parte o commissario do sul, Gomes Freire de Andrade, saiu do Rio de Janeiro para ir desempenhar a sua commissão aos 19 de fevereiro de 1752. A côrte de Lisboa expediu aos seus commissarios as convenientes instrucções, o que tambem fez a côrte de Madrid, escrevendo igualmente aos governadores de Buenos Ayres, Tucuman e Paraguay, e aos de Cumana, Caracas e outros, bem como aos provinciaes das missões do Paraguay, Charcas, Maynas e Quito, para que pela sua parte concorressem a levar ao cabo a execução do tratado, persuadindo os povos das suas vantagens, e das dos locaes que se lhes marcavam para suas novas residencias. Alem d'isto mandou dar a cada uma das aldeias das missões cedidas 4:000 duros de ajuda de custo<sup>1</sup>, para effectuarem as suas mudanças para os referidos locaes, depois de recolherem os fructos pendentes, e as isentou no logar para onde fossem estabelecer-se de tributos por dez annos, o que não era favor da corôa, que d'ellas nada recebia, porque as ditas missões só até ali pagavam aos jesuitas, e a corôa nem se quer lá tinha o dizimo. Pelo lado do norte os commissarios apenas chegaram a encontrar-se, em virtude da morosidade de Iturriaga e das difficuldades que se lhe apresentaram, e que elle não soube, ou pela sua parte não quiz vencer. Pelo lado do sul os dois principaes commissarios, depois de se avistarem em Castilhos Grandes, onde tiveram a sua primeira conferencia a 9 de outubro de 1752, começaram sem novidade a demarcação pela separação das aguas vertentes até perto de Santa Tecla, um pouco ao norte da actual villa de

<sup>1</sup> 28:000 duros em dinheiro deu Valdelirios aos jesuitas pouco depois de chegar: 24:000 foram depois (14 de março de 1754) mandados entregar por Andonaegui, ficando só 4:000 para o povo não rebellado de S. Borja.



Rio Negro as tropas alliadas marcharam entre norte e poente, deixando á esquerda as *Coxilhas* e *Albardões*, que sobretudo ao principio estabelecem a separação das aguas vertentes para o Uruguay das que vão ao mar, atravessando os territorios do Rio Grande. O resultado da campanha facil era de prever. Os indios, apesar do seu numero e da habilidade com que eram dirigidos, não poderam medir-se com 3:000 homens disciplinados, aguerridos, bem equipados e providos, levando de mais a mais artilheria em seu auxilio. Desde os primeiros encontros foram-se sempre retirando; e entrando os alliados no povo de S. Miguel aos 16 de maio de 1756, viram elles antes de um mez todos os outros povos submettidos ás suas armas. Estava por então superior n'aquellas missões o padre Mathias Strobel, que por sua correspondencia appareceu como promotor da experimentada resistencia na entrega das missões: todavia foi mais do que elle, julgado director dos movimentos militares que nos indios se viram, o padre Lourenço Balda, cura de S. Miguel. Patenteado por documentos (que ás côrtes de Lisboa e Madrid enviaram Gomes Freire de Andrade e o marquez de Valdelirios), que similhante resistencia era filha das intrigas e instigações dos jesuitas, não admira que Sebastião José de Carvalho, e ainda mesmo antes d'elle o governo de Madrid, projectassem por tal causa a sua abolição, da qual por conseguinte o tratado de limites de 1750 veio a constituir-se causa remota, succedendo tal resistencia n'um tempo em que desobedecer ás ordens do imperante, ou em nome d'elle expedidas, era o maior crime que se podia commetter. Entretanto succedêra em Buenos Ayres a D. José Andonaegui como governador d'aquelle estado D. Pedro Cevallos, o qual, unindo-se desde logo aos jesuitas, partidarios da rebellião vencida, abertamente se declarou hostil, não só a Gomes Freire, mas até ao proprio Valdelirios. Vendo o mesmo Gomes Freire o nenhum resultado a que conduziã as conferencias que ácerca do Ibicuy e de outras mais cousas tinha com o mesmo Valdelirios, e receioso não menos de Cevallos, circumstancias com que igualmente se reunia a necessidade da sua presença no Rio de Janeiro, para lá se dirigiu, entran-





sos mandados do imperante. Respeitando pois os escrúpulos do soberano, não só propoz uma lei, restabelecendo as antigas determinações que havia em favor da liberdade dos indios do Maranhão, ampliando-as a todo o Pará e Brazil, por alvará de 8 de maio de 1758, e creando no Pará uma junta, de que deviam fazer parte, entre outros religiosos, quatro da companhia; mas até promulgou um alvará, declarando em vigor a provisão de 12 de setembro de 1663, que privava os religiosos, de qualquer ordem que fossem, da jurisdição temporal sobre os indios, os quaes poderiam ser governados pelos seus principaes em cada uma das respectivas aldeias.

O resultado d'isto foi o desmascararem-se os padres na sua aberta opposição ás medidas do onnipotente ministro de el-rei D. José, sobretudo depois que instituiu a companhia do Gran-Pará e Maranhão, cuja importancia ia acabar ou lhes pareceu que acabava com a d'elles n'estas duas capitanias, chegando a induzir os povos a que n'ella se não associassem com fundos, e um d'elles houve, o padre Ballester, que do alto do pulpito prégou que os que n'ella entrassem não entrariam jamais na companhia de Christo Nosso Redemptor. Por outro lado tratavam de incutir escrúpulos no animo do monarcha, dizendo-lhe que o seu ministro queria destruir a religião, reformar o *santo tribunal da inquisição*, etc. El-rei resistiu a todas as intrigas, ordenando que aos padres ficasse interdicta a sua entrada no paço. Seguiu-se a isto solicitar o governo portuguez da côrte de Roma um breve, que teve a data de 1 de abril de 1758, destinado á reforma da companhia de Jesus, sendo a commissão de reformador dada pelo dito breve ao cardeal Saldanha, que pela sua pastoral de 15 de maio do dito anno fulminou terrivelmente os abusos dos padres, retirando-lhes a faculdade de confessarem. Estas medidas, que muito os deviam amargurar, foram as que os arrastaram por espirito de desforço e vindicta a insinuar no estrangeiro que el-rei D. José era falto de capacidade, não sendo mais que um simples pupillo do seu primeiro ministro. Convencido pois o monarcha de que os jesuitas atacavam effectivamente o decoro da magestade, e a sua propria dignidade, não lhe foi difficil



salto, nem brecha aberta, e esquecendo-se do exemplo  
 na para imitar no procedimento fornecido pelo seu an-  
 ; o bravo Pedro de Vasconcellos, commetteu a cobar-  
 entregar no dia 29 do citado mez de outubro a praça,  
 ira defender até á ultima extremidade. A noticia d'este  
 mento, chegando ao Rio de Janeiro a 6 do seguinte  
 dezembro, tão grande abalo causou no animo do vice-  
 razil, o conde de Bobadella, Gomes Freire de Andrade  
 al cargo e titulo tinha sido elevado pelos seus grandes  
 e merito), que logo degenerou n'um ataque maligno,  
 occumbiu antes de um mez, fallecendo pelas dez horas  
 ã de 1 de janeiro de 1763, como já dissemos. Boba-  
 um governador justo, politico e zeloso do serviço de  
 lotado da mais rematada prudencia, sem que nunca  
 e pessoa alguma durante o seu longo governo de quasi  
 mos. Nas suas fallas parecia vehemente, mas o seu ge-  
 passava de activo. Era garboso, franco e de extraor-  
 vivacidade. Em virtude de uma proposta do senado  
 ra do Rio de Janeiro ordenára el-rei, por aviso de 13  
 o de 1760, que o rétrato d'este zeloso e activo admi-  
 r se inaugurasse na sala do mesmo senado, o que teve  
 ndo acompanhado dos seguintes versos:

*Arte regit populos, bello præcepta ministrat:  
 Mavortem cernis milite, pace Numam<sup>1</sup>.*







o culto divino em 1811. Foi durante o seu governo  
 logar a já citada morte de el-rei D. José I, e a pro-  
 do tratado de limites da America portugueza e hes-  
 ao sul da linha, assignado em Santo Ildefonso no 1.º  
 ro de 1777, sendo negociador, por parte de Portu-  
 baixador portuguez em Madrid, D. Francisco Inno-  
 Sousa Coutinho, e por parte da Hespanha, o conde  
 la Blanca. Pelo referido tratado o Brazil ficou sem a  
 lo Sacramento, sem o paiz das missões no Uruguay,  
 enos territorio no sul, e se a propria ilha de Santa  
 foi restituída a Portugal, foi isso devido ás informa-  
 ). Pedro Cevallos, por julgar a sua conservação mais  
 lo que util á Hespanha. A insolencia d'esta potencia  
 quasi que em cada um dos artigos do referido tra-  
 le o imperio das armas teve mais força na sua acel-  
 que a razão e a justiça. Em logar de se concederem  
 , como em 1750, todas as vertentes da lagôa Merim,  
 a sua fronteira ao Piratinim. O artigo 4.º é um ver-  
 abyrinto, quando determina a demarcação immediata  
 do Pepiriguaçu. Do Pepiry em diante a demarcação  
 mamente a mesma que a de 1750, não valendo a pena  
 cionarem agora as variantes que n'este ponto houve.  
 se fez vinte e sete annos depois que o territorio bra-  
 a muito mais conhecido! Quando os negocios se tra-  
 semelhante modo, mui pouco ha que fiar na sua es-





zenda, e quando havia relação, era o governador d'ella, e onde havia as antigas juntas de justiça, d'ellas era tambem presidente. O rendimento annual da alfandega do Rio de Janeiro regulava por 250:000\$000 réis antes da chegada da côrte ao Brazil. O valor total da exportação orçava-se em 3:000:000\$000 réis, e o da importação em 1.000:000\$000. Matavam-se para a cidade em cada anno de 20:000 a 30:000 rezes ; fabricavam-se no Rio mais de 18:000 alqueires de farinha. Havia mais de 150 engenhos de assucar, andando pelo dobro o numero das engenhocas da aguardente. Os escravos das roças não chegavam a 21:000. Eis em resumo o quadro os principaes factos que a historia do Brazil nos apresenta desde a sua descoberta até quasi ao momento em que a familia real de Bragança para elle emigrou da Europa, sendo então a sua população de uns 3.000:000 de habitantes, dos quaes quasi que uma terça parte eram escravos. D. Fernando José de Portugal, que foi o seu penultimo governador, teve depois o titulo de conde e marquez de Aguiar, passando por fim a ministro dos negocios da fazenda e do reino no primeiro ministerio do principe regente por occasião da sua chegada ao Brazil, sendo o ultimo governador d'aquelle estado o citado conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha, que foi quem no seu desembarque recebeu no Rio de Janeiro o principe regente e toda a real familia, no anno de 1808.

---



## CAPITULO VII

príncipe regente, chegando á Bahia, onde logo abriu os portos do Brasil ao commercio estrangeiro, passou d'ali ao Rio de Janeiro, sendo já lá recebido com os gritos de *viva o imperador do Brazil*. N'aquella cidade procedeu á creação de todas as tribunas do reino, declarou guerra á França, recebeu a noticia da revolução de Portugal contra os francezes, e a da convenção de Cintra, approvando por fim a nomeação dos novos governadores do reino, os quaes pela sua parte não só tratavam da organização do exercito, mas até de promover copiosos donativos para o seu fardamento, como conseguiram no meio da geral exaltação do povo, e até mesmo dos seus excessos contra os francezes, e os que o mesmo povo lhes tinha por seus alleiados. Enquanto isto se passava na Europa, os inglezes assegnoreavam-se de Macau, continuando a reter os estados de Goa e a ilha da Madeira, não obstante as reclamações do governo portuguez para a sua entrega. Violenta opposição feita pelo ministro de Portugal em Londres aos novos governadores do reino, no que era poderosamente auxiliado pelo bispo do Porto, já por aquelle tempo patriarcha eleito de Lisboa, não obstante ser tambem um dos ditos governadores, opposição que terminou pela demissão de dois d'elles. No meio d'estas occorrencias a Inglaterra, desprezando o auxilio do exercito portuguez, só cuidava em soccorrer a Hespanha, para onde mandou um grande exercito em outubro de 1808, sem nada lhe importar com Portugal, cujo governo, em vez de cohibir os excessos da plebe, mais os provocou com as suas medidas, taes como o armamento geral da nação, a divisão da população de Lisboa em dezesseis legiões, e finalmente as perseguições feitas sem processo a alguns individuos, presos por *mações* nos carceres da Inquisição, con-



cionaes ou estrangeiros, e obrigando a direitos dobrados generos ali chamados *molhados*, taes como vinhos, aguarntes e azeite doce. Pela dita carta regia ficou igualmente re, tanto para nacionaes, como para estrangeiros, a exportação dos generos coloniaes, exceptuando apenas o pau brase os mais conhecidamente estancados, tudo com os direitos e se achavam estabelecidos. Esta medida, que de facto nancipou logo todo o Brazil da sua antiga condição de colônia e o levou á categoria de nação independente, levantou contra si altos e clamorosos brados em Portugal, justos até certo ponto, postoque a outros respeito o não fossem.

E effectivamente o não eram, quanto á exigencia de se continuarem a manter fechados os portos do Brazil ao commercio estrangeiro: 1.º, porque a residencia da familia real e da corte n'aquelle estado tornava impraticavel a permanencia de semelhante systema; 2.º, porque no primeiro artigo, addicional á convenção de 22 de outubro de 1807, feita com a Grã-Bretanha, para a transferencia da séde da monarchia para a America, se estipulára que no caso de se fecharem os portos de Portugal á bandeira ingleza, se estabeleceria um porto na ilha de Santa Catharina, ou em qualquer outro logar da costa do Brazil, onde todas as mercadorias inglezas, que até ali eram admittidas em Portugal, seriam importadas livremente em embarcações inglezas, pagando os mesmos direitos que até ali se pagavam pelos mesmos artigos nos portos de Por-



direitos estabelecidos na carta regia acima referida, a qual em tudo mais ficaria em seu pleno vigor. Alem d'isto ordenou igualmente pelo citado decreto, que todas as mercadorias, importadas pelos sobreditos seus subditos, com o fim de as exportarem para paizes estrangeiros, declarando-o assim as referidas alfandegas, pagassem sómente 4 por cento de aldeação, passando-as depois para as embarcações nacionaes ou estrangeiras que destinassem para os portos estrangeiros<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Veja o documento n.º 41. Pela carta regia, que em 7 de março de 1810 o principe regente dirigiu ao clero, nobreza e povo do reino, quiz elle, ou quizeram os seus ministros, dar uma satisfação á nação pelas medidas economicas, que se tinham adoptado no Brazil, taes como a da abertura dos portos ao commercio estrangeiro, e a da diminuição dos direitos das alfandegas, tudo isto com o fim de promover a exportação dos generos do paiz, e portanto o augmento da sua agricultura e povoação. As manufacturas do reino isentou-as de todo e qualquer direito de entrada, nas vistas de as fazer prosperar. Segundo os principios da liberdade e franqueza de commercio, que se propozera adoptar, declarou a nação ter entabulado os tratados de alliança e commercio com o seu antigo e fiel alliado, el-rei da Gran-Bretanha, procurando por esta fórma igualisar as vantagens concedidas ás duas nações contratantes, e promover o seu reciproco commercio. «Não cuideis, acrescentava a dita carta regia, que a introdução das manufacturas britannicas haja de prejudicar vossa industria. É hoje verdade demonstrada que toda a manufactura que nada paga pelas materias primas que emprega, e que tem fóra parte d'isto os 15 por cento dos direitos das alfandegas a seu favor, só se não sustenta, ou quando o paiz não é proprio para ella, ou quando ainda não





cebimento que lhe fez o vice-rei do Brazil, que então era o conde dos Arcos, como já dissemos, desembarque que se effectuou no meio dos mais vehementes applausos e regosijo do povo fluminense, cuja vaidade se achava altamente satisfeita pela escolha que o principe tinha feito do Rio para o estabelecimento da côrte. Tres dias depois desembarcou toda a real familia, incluindo a princeza viuva e as infantas, que já antes d'elle ali tinham chegado, e que a bordo das suas respectivas embarcações o estiveram esperando, no meio de bastante cuidado em que já estavam pela sua demora. O principe foi já acolhido no seu desembarque com gritos de *viva o imperador do Brazil*; magnificas festas se lhe fizeram durante tres dias em seu obsequio. E de facto o principe regente D. João, se não foi o primeiro imperador do Brazil, governando-o como tal, foi seguramente o verdadeiro fundador d'aquelle imperio. Elle mesmo assim o annunciou, quando no manifesto de guerra, que ia fazer á França, datado de 1 de maio de 1808, declarou que no Brazil a côrte levantava a sua voz no seio do *novo imperio, que ia crear*. E não menos explicito se tornou igualmente na carta de lei por que organisou a ordem da Torre e Espada, destinada para assignalar nas eras vindouras a memoravel epocha da sua chegada ao Brazil.

Os fluminenses capricharam pela sua parte em offerecerem aos reaes emigrados grossas quantias de dinheiro, a par de outros objectos de valor; entre elles distinguu-se mais que todos o negociante Elias Antonio Lopes, que lhe offereceu a sua chacara, ou quinta da *Boa Vista*, que possuia no sitio de S. Christovão, a pouco mais de meia legua da cidade. Esta quinta foi tão apreciada da real familia, que d'ella fez a sua



guerra e estrangeiros; e do visconde da Anadia, João Rodrigues de Sá e Menezes, com a pasta da marinha e negocios ultramarinos. O marquez de Aguiar, despido de talento, de estudo, e desconhecendo até o paiz, apesar dos annos de residencia que n'elle tinha tido, só cuidou em empregar as muitas nullidades da fidalguia emigrada, que não tendo recursos alguns proprios, lá se achavam sem meios de subsistencia. Para conseguir isto, entendeu dever installar no Brazil todas as juntas e tribunaes que havia no reino, de que logo resultou um consideravel augmento de despeza, que as receitas ordinarias não podiam custear. Por este modo se crearam portanto a mesa do desembargo do paço e a da consciencia e ordens, o conselho da fazenda, a junta do commercio, e até mesmo a intendencia geral da policia. Creou-se igualmente um supremo conselho militar, para entender em todas as materias que competiam ao conselho de guerra e do ultramar, mas sómente na parte militar. Este conselho foi composto dos officiaes generaes, que já eram conselheiros de guerra, recebendo estes e os mais membros dos outros tribunaes as mesmas honras que tinham os seus correspondentes no reino, o que lhes foi garantido pelos regulamentos que aos seus respectivos tribunaes se deram. Por alvará de 10 de maio a antiga relação do Rio de Janeiro foi denominada casa da supplicação do Brazil, considerada como supremo tribunal de justiça, para n'ella findarem todos os pleitos, por maior que fosse o seu valor, sem que das suas sentenças se podesse interpor outro recurso que não fosse o de revistas. Aos seus membros foi dada a mesma alçada que aos da casa da supplicação de Lisboa, e aos aggravos ordinarios e appellações do Pará, Maranhão, ilhas dos Açores, Madeira e relação da Bahia, que anteriormente eram interpostos para Lisboa, mandou-se que o fossem de então por diante para o Rio de Janeiro. Dar a esta medida o character de permanencia, com relação aos povos do Pará, Maranhão, ilhas dos Açores e Madeira, que estavam mais perto de Portugal que do Rio, e a quem mais commo era o recurso para os tribunaes do reino do que para os d'aquella cidade, é prova da superficialidade dos ministros



da sua embaixada, se algum ainda lá estivesse, e os seus vassallos a fazerem guerra por mar e por operador dos francezes. Alem d'isto declarava nullo e sem effeito todos os tratados a que o mesmo im- obrigára, particularmente os de Badajoz e Madrid o de neutralidade de 1804. Finalmente protestava por as armas, senão de accordo com sua magestade, seu antigo e fiel alliado, e que jamais conviria a alguma de Portugal, que aliás constituia a parte da sua herança, pelos indisputaveis direitos da real familia sobre este reino.

Donia com estas hostilidades á França a côrte do Rio de Janeiro, depois de se entender previamente com o ministro da Marinha, a quem pedira auxilios navaes, resolveu mandar a armada, ordenando ao governador e capitão general da Bahia contra esta colonia da França fizesse sair a força armada para elle dispor para definitivamente a occupar, tarefa que os proprios emigrados francezes achavam como facil, e para o bom exito da qual o governador geral de Pernambuco devia tambem contribuir. No dia 3 de dezembro de 1808 saiu effectivamente das costas do norte do Brazil uma força de 500 homens, commandada pelo tenente coronel de artilheria, Manuel Marques, e se deu o nome de *corpo de vanguarda dos voluntarios pernambucanos*, o qual, dobrando o cabo de Orange, foi no



e o resto brasileiros e portuguezes. Pelas tres horas da manhã do dia 7 as forças atacantes effectuaram o seu desembarque sem resistencia,prehenderam o posto de Diamante, prenderam o capitão na sua rede, e marcharam rapidamente sobre Degras-des-Cannes, que igualmente tomaram sem resistencia, e n'elle se estabeleceram o tempo necessario para se fazer o desembarque do resto das suas tropas, por serem poucos os homens os que primeiro alcançaram todas estas vantagens. Victor Huguey, informado d'estes successos, reuniu as suas forças, e com ellas saiu de Cayenna para marchar sobre Degras-des-Cannes; mas demorando-se um dia na distancia de 2 leguas de Cayenna e 1 legua distante do lugar onde os invasores se achavam, deu lugar a que estes embarcassem todas as suas forças e se fizessem fortes sobre o dito posto de Degras-des-Cannes, d'onde repelliram as forças francezas que lá os foram atacar. Mr. Victor Huguey voltou-se então para Cayenna, de que resultou poderem os portuguezes assenhorear-se sem difficuldade do posto do Trio no canal de Forcy, d'onde depois marcharam para a ilha de Cayenna, que por fim se lhes entregou por capitulação no dia 12 de janeiro de 1809<sup>1</sup>, embarcando-se o mesmo Victor Huguey com toda a guarnição para França, montando a 593 pessoas de tropa regular. O chefe da expedição foi promovido a rigadeiro (tendo desde cinco annos antes passado de capitão de artilheria de Elvas a tenente coronel), dando-se ao ca-





fosse por falta de apoio no referido almirante, ou pelo grande favor que esperava ter nos hespanhoes americanos, a mesma côrte do Brazil tomou a resolução de mandar negociadores aos estados vizinhos da America meridional, do dominio da Hespanha, encarregados de lá fazerem valer os direitos á successão eventual da soberania dos mesmos estados por parte da princeza D. Carlota Joaquina, como irmã de D. Fernando VII, no caso de que este soberano e os mais membros masculinos da sua real familia continuassem no captiveiro em que o imperador Napoleão os tinha posto em França. Para este fim tinham a dita princeza e o infante de Hespanha, D. Pedro Carlos, seu genro, dirigido ao principe regente de Portugal, na data de 9 de agosto de 1808, uma representação, pedindo-lhe que os pozesse em estado de poderem fazer respeitar os seus direitos, não só sobre as possessões hespanholas da America meridional, mas até mesmo sobre a propria corôa da Hespanha, combinando-se as forças hespanholas, portuguezas e inglezas, para impedir que as francezas praticassem nas ditas possessões transatlanticas as mesmas violencias e subversões, que tinham commettido nos differentes estados da Europa. A esta representação respondêra favoravelmente o principe regente, acrescentando que esperava que os hespanhoes americanos unissem os seus recursos ás forças alliadas, para que podesse ter pleno e inteiro effeito as intenções, que elle principe nutria, de lhes procurar a paz e a prosperidade<sup>1</sup>. O negociador mandado ao Rio da Prata foi o brigadeiro Joaquim Xavier Curado, que para o desempenho da sua commissão recebeu as competentes instrucções, e uma carta da princeza D. Carlota para o governador de Buenos Ayres, D. Sant'Iago Liniers Bremont, em que nada lhe dizia sobre o assumpto em questão. Alem das citadas instrucções e carta levava tambem dois manifestos, um da dita princeza D. Carlota, com data de 19 de agosto, e outro do infante D. Pedro Carlos, com data de 20 do dito mez, sendo ambos referendados por D. Fernando José de Portugal, com consentimento do principe regente<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Veja os documentos n.ºs 44 e 44-A.

<sup>2</sup> Veja os documentos n.ºs 45 e 45-A.



sume ser relativa aos negocios da Hespanha, e talvez aos seus direitos eventuaes sobre a monarchia hespanhola, o que tudo ha rasão de crer, que lhe seja suggerido por sir Sidney Smith, cuja mobilidade e fertilidade na intriga excede toda a comprehensão<sup>1</sup>, e tendo sua alteza real os mais justos motivos para não inquietar por uma justa delicadeza a sua augusta esposa, *que não pôde dirigir*, é sua alteza real servido que v. s.<sup>a</sup> com toda a sagacidade ponha de accordo mui secretamente a mr. Canning, que sua alteza real não responde, nem afiança senão o que manda participar pelo seu ministro n'essa côrte; que se lisonjeia de que se não dê credito a alguma outra insinuação, e que conhecendo o modo digno e nobre de pensar d'esse ministerio, espera que elle porá na augusta presença de sua magestade britannica a justa delicadeza, que dirige com toda a circumspecção a conducta de sua alteza real, e que

<sup>1</sup> Tempo houve em que o contra-almirante inglez, sir Sidney Smith, foi no Rio de Janeiro tão conceituado pelo principe regente, e por elle tidos em tal consideração os seus serviços, que lhe concedeu pôr as armas de Portugal em quarteis com as suas proprias, distincção de que elle usaria e os seus descendentes, ou representantes em linha varonil, ou feminina. E como não podesse o agraciado usar de similhante distincção sem licença do seu respectivo governo, o mesmo principe regente a mandou em Londres solicitar pelo seu ministro n'aquella côrte, como consta do officio para elle dirigido em 16 de agosto de 1808. Passados seis mezes mudou todo este conceito na côrte do Brazil para com o dito contra-almirante, dando-o como ingrato ás distincções e favores que d'ella tinha recebido, e alem d'isto como altivo de uma maneira escandalosa, ou fosse pelo pouco respeito, como se dizia para Londres, com que fallava do governo portuguez, ou fosse por se intrometter em intrigas pueris, particularmente com relação aos negocios do Rio da Prata, que tão gravemente podiam comprometter Portugal com Hespanha, constituindo-se para este fim instrumento das pretensões da princeza D. Carlota Joaquina. De tudo isto resultou commissonar a côrte do Brazil o ministro portuguez em Londres para lá solicitar a remoção d'aquelle officia., contra o qual lord Strangford, ministro inglez no Rio de Janeiro, andava altamente indisposto; e como o referido lord tivesse toda a ascendencia com o conde de Linhares, por privar com elle com estreita ligação, o dito Smith veio a ter no conde um terrivel adversario; como instrumento docil de lord Strangford, tanto em rasão da sua subserviencia para com elle, como da sua volubilidade de character.



nos as suas condições, tão vergonhosas para nós, e mesmo para os inglezes, como prejudiciaes á causa commum, sem haver ao menos troca com as pessoas da deputação, e tropas que os francezes fizeram passar d'este reino ao de França. As vozes publicas de Inglaterra clamaram contra a referida convenção, e o general Dalrymple, que a ratificou, já foi chamado a Londres, succedendo-lhe no commando em chefe o general Burrard. O dito general Dalrymple, pela proclamação de 18 de setembro, excluiu do governo o principal Castro, Pedro de Mello Breyner e o secretario conde de Sampaio, como suspeitos por haverem entrado no governo francez, tendo por isso contra si a opinião publica e a exclusiva da junta provisional do Porto, e convidou os mais nomeados por vossa alteza real, que considerou desempedidos para o governo; *mas com as clausulas, que custaram muito a ficar em segredo, de ser nomeado o bispo do Porto, e participarem a elle general as nomeações antes de se publicarem.* Na fórma do decreto das instrucções de 26 de novembro de 1807, foram nomeados o dito bispo do Porto e o marquez das Minas, a 19 do dito



«Ihe que depois de dar os devidos agradecimentos a sua gestade britannica pelo auxilio das suas tropas, solicitasse corros de armamento e dinheiro, e ordens para os commandantes das esquadras inglezas protegerem as costas e o commercio portuguez. O governo das armas da côrte e provincia, vago por morte do marquez de Vagos, foi dado a D. Antonio Soares de Noronha, e o do Alemtejo ao tenente general Francisco de Paula Leite.»

A regencia, ou governo que o general Dalrymple tinha assumido, foi confirmada pelo principe regente por decreto de 2 de janeiro de 1809, declarando que durante a sua ausencia, e emquanto as circumstancias lhe não permittissem ir ao reino, nomeava para governadores d'elle a D. Antonio de Castro (bispo do Porto<sup>4</sup> e patriarcha eleito por fallecimento do anterior patriarcha, D. José Francisco Miguel Antonio de Mendonça, fallecido a 12 de fevereiro de 1808), ao visconde marquez das Minas (D. João Francisco Benedicto de Albuquerque Lencastre e Noronha), ao marquez monteiro mór e primeiro conde de Castro Marim (Francisco de Mello da Cunha Albuquerque e Menezes), a D. Francisco de Noronha e a Francisco da Cunha e Menezes, tenentes generaes, e para secretarios d'estado dos negocios do reino e fazenda, a João Antonio de Mendonça, desembargador do paço e procurador real da corôa; dos negocios da marinha e guerra a D. Miguel









reio de uma crise, em que mais se lhes devia ampliar do que restringir, era bem natural que reclamassem contra uma tão grande limitação de poderes, como era a contida nas instrucções que se lhes mandaram, e effectivamente assim o praticaram por officio que para a dita côrte enviaram em 24 de maio do dito anno de 1809, queixando-se de que se lhes limitassem as faculdades contidas nas instrucções de 26 de novembro de 1807, sem que ao menos d'ellas se fizesse menção alguma nas le 2 de janeiro seguinte. Recommendava-se-lhes, diziam elles, como cousa mais essencial a defeza do reino, restringindo-se-lhes por outro lado a auctoridade e os meios de effectuar tal defeza, não se attendendo devidamente ao perigoso estado em que o mesmo reino se achava. «O governo, acrescentavam, atacado por um inimigo externo, muito poderoso em todas as sortes de recursos, e agitado interiormente pelas machinações dos emissarios do mesmo inimigo, não pôde sustentar o peso da sua administração sem o soccorro de uma grande força moral, que é sempre o resultado de uma grande auctoridade. Esta, sem guerra no interior, e em circumstancias menos criticas e ausencia mais breve e de menor distancia, concedeu o senhor rei D. Sebastião sem limitação alguma, quando nomeou os quatro governadores, com assistencia do secretario Miguel de Moura, unico secretario d'estado que então havia, para regerem estes reinos durante a sua ultima e infeliz expedição de Africa. Agora porém que as nossas terri-



assem passadas pelos tribunaes do reino, mandando-se de-  
ois ao Rio para lá serem submettidas á regia assignatura.  
ara que podessem manter a segurança publica, permittiu-  
es que continuassem a estabelecer as alçadas e commissões,  
se lhes parecessem necessarias e uteis, para se julgarem e  
estigarem os individuos que contra ella houvessem attentado,  
a contra a independencia da nação, ou mesmo contra a so-  
berania da sua real pessoa, por qualquer maneira; alem d'es-  
s, designava igualmente os que tivessem fomentado sedições  
concorrido para a anarchia, de modo que, tanto a respeito de  
ns, como de outros, *deviam fazer executar todas as senten-  
ças que contra elles se proferissem, sem ser necessaria a con-  
firmação regia, ainda mesmo nos casos em que n'elles se im-  
puzesse a pena de morte*; quanto a premios, ordenava que  
'os propozessem os que d'elles se tivessem tornado dignos,  
dando logo reparti-los em caso extraordinario, quando en-  
dessem que assim convinha faze-lo<sup>1</sup>.»

O exercito e a promptificação dos meios de resistência con-  
a os francezes eram as cousas que mais importavam n'aquel-  
s criticas circumstancias. Depois do *Te Deum Laudamus*,  
se os governadores do reino ordenaram que na patriarchal  
cantasse, por se ter conseguido a restauração do paiz, e de-  
rem igualmente ordenado ao bispo do Porto, a Bernardim  
reire de Andrade, a João José Mascarenhas de Azevedo e  
lva, ao conde monteiro mór, a Francisco de Paula Leite e a

general D. Miguel Pereira Forjaz: finalmente o do exercito do centro deu-se ao marechal de campo Manuel Pinto Bacellar. Nomearam tambem para marechal de campo, confirmando-lhe a nomeação que já tinha, a José Lopes de Sousa, dando-lhe o commando da vanguarda do exercito do sul: e para brigadeiro, confirmando-lhe igualmente a nomeação que já tinha, a Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, dando-lhe a par d'isto o commando de uma divisão do exercito do norte. Mas o exercito portuguez, desorganizado e disperso, como tinha sido pelo general Junot, tendo sido levantado á pressa e no meio de tumultos populares, achava-se no mais deploravel estado. Assim o pintaram os governadores do reino na sua correspondencia para o Rio de Janeiro, dizendo: «Quanto á organização do exercito, devemos assegurar a vossa alteza real, que desde o restabelecimento do governo, conhecemos e avaliámos a importancia de enviar soccorros á Hespanha, objecto de que tratámos logoque foi possivel, e do modo por que o permittiam as circumstancias. Os exercitos, que se haviam formado nas differentes provincias, eram um composto monstruoso, que provava sim os esforços extraordinarios que as mesmas provincias tinham feito, para sustentarem a determinação em que se achavam de sacudir o tyrannico jugo que as opprimia; mas não se podiam por modo algum considerar como exercitos regulares. Corpos compostos de destacamentos de differentes regimentos, e a maior parte recrutas de quinze dias e de um mez, que se iam augmentando em numero, mas não em força, á medida que pela sua approximação á capital se facilitava a emigração dos militares que n'ella se conservavam; muitos d'estes corpos desarmados, e a maior parte d'elles armados com muito más armas e desiguaes, faltando-lhes os objectos mais essenciaes, não podiam infundir a precisa confiança para se poderem bater com probabilidade de bom exito com um exercito aguerrido, disciplinado e convenientemente armado e municiado, como era o exercito francez<sup>1</sup>».

<sup>1</sup> Officio de 31 de maio de 1809.

Se este era o estado pessoal do exercito portuguez, o do seu municiamiento não era menos deploravel, sendo extrema no mais alto grau a sua falta de armamento, a qual não podia causar admiração para os que se lembrassem que o unico deposito de armas, que os francezes tinham deixado intacto, ou que deixou de existir em seu poder, até ao momento da sua saída para fóra de Portugal, em virtude da convenção de Cintra, foi o do Porto, e este mesmo, tendo sido arrombado pelo povo no dia 18 de junho de 1808, ficou reduzido a tal estado, que para armar os corpos, que d'ali marcharam em soccorro da capital, foi preciso com muito geito ir fazendo recolher as armas que se achavam nas mãos de alguns particulares, e já tão deterioradas, que necessario foi pela maior parte proceder-se a faze-las concertar e distribuir, á medida que isto se ia praticando. Á excepção de alguns batalhões, que vieram do Porto no exercito de Bernardim Freire de Andrade, todos os mais se achavam em deploravel estado de fardamento, sendo o seu armamento fouces roçadouras, chuços e paus, que em Pombal e Leiria pozeram de parte, para então receberem as 3:000 espingardas, que á disposição do mesmo Bernardim Freire pozera sir Arthur Wellesley, como já dissemos. A sobredita falta de armas, que ainda no primeiro semestre de 1809 se fez consideravelmente sentir, apesar de se ter procedido logo a fazer concertar, tanto nos arsenaes de Lisboa, como nos trens de Elvas, Porto e Almeida, as que os francezes ali deixaram perfeitamente inutilisadas, não permittiu que se podesse e se devesse accelerar muito o recrutamento do exercito, por isso que seria pagar inutilmente a gente que não se podia armar, nem fardar. Alem d'isto deve tambem lembrar-se que na composição dos corpos, que as differentes juntas pozeram em campo, entravam muitos de milicias, e outros creados de novo com differentes denominações, e sem relação alguma com o systema geral, de modo que a não se principiar por determinar o numero dos corpos das differentes armas de que devia constar o exercito, fazendo recolher a elle os que o compunham antes da sua desorganisação, seria um perfeito cahos, de que só resultaria a mais perfeita confusão.





nada de vantagem se poderia augurar d'elle para o futuro: persuadidos d'isto, resolveram elles que se começasse o mais activamente possivel com a dita organização e disciplina, seguindo n'esta materia as indicações feitas pelos proprios generaes inglezes, que por então se achavam no paiz. O fazerem-se juntar os regimentos nos seus respectivos quartéis proveiu de se julgar ser este o meio de se conseguir mais promptamente a reunião dos individuos, que anteriormente os compunham, o que tambem por outro lado era indispensavel para se formarem os quadros dos citados regimentos.

Ao que fica exposto seguiu-se a promulgação do decreto de 14 de outubro do mesmo anno de 1808, pelo qual se mandaram crear seis batalhões de caçadores, na força de 628 praças cada um, com cinco companhias, sendo uma de atiradores; e por este mesmo decreto se ordenou igualmente, que cada um dos vinte e quatro regimentos de infantaria de linha se elevasse a 1:550 praças, comprehendendo dois batalhões e dez companhias, tendo cada batalhão uma de granadeiros e quatro de fuzileiros; que cada um dos doze regimentos de cavallaria se compozesse de 594 praças, formando quatro esquadrões de duas companhias cada um; que os quatro regimentos de artilheria se conservassem no mesmo pé que lhes marcára o plano do 1.º de agosto de 1796; e finalmente que os quarenta e oito regimentos de milicias de que tratava o alvará de 21 de outubro de 1807 se compozessem de 1:101 praças no seu estado completo. Com o sobredito decreto baixaram tambem os planos de organização para cada um dos corpos das armas acima mencionadas, e ordem para se proceder ao recrutamento de todos os mancebos de dezoito a trinta annos de idade, e á apprehensão e remessa para os differentes corpos do exercito de todos os vadios encontrados pela policia. Por decreto de 11 de novembro do sobredito anno se determinaram os uniformes para cada um dos seis batalhões de caçadores. O plano que acompanhava o respectivo decreto determinava que o batalhão n.º 1 se formasse em Castello de Vide; o n.º 2 em Moura; o n.º 3 em Traz os Montes; o n.º 4 na Beira; o n.º 5 em Campo Maior; e o n.º 6 no Porto. Salvas as differen-



o districto dos offerentes o dinheiro com que houvesse subscrever para aquelle fim. Quanto aos donativos, e generos, mandava-se que fossem recebidos e aceitos ministradores das munições de bôca dos referidos districtos; os pannos de côr ou brancos deveriam ser os arsenaes; e finalmente os cavallos, offerecidos para a guerra, deveriam ser entregues ás pessoas destinadas para a guerra pelos generaes encarregados dos governos das arduas e diferentes provincias. Para se fazer uma idéa do enthusiasmo e furor com que á porfia todas as diferentes classes concorreram a offerecer seus dons, não podemos a tentação de transcrever os nomes dos offerentes até 100 réis, postoque reconheçamos que alguns dos subscrevores por menor quantia haverão feito proporção para as suas circumstancias muito maior sacrificio da fortuna com a sua offerta, do que os mencionados na seguinte relação:

cidade de Coimbra .....	6:000\$000
o Gaspar Pessoa Tavares de Amorim .....	20:000\$000
do José de Abrantes e Castro .....	2:160\$000
la ordem de Malta .....	12:000\$000
Ribeira Grande, por anno, durante a guerra....	2:400\$000
Anna Joaquina Salgado.....	1:240\$000
egranter de S. Vicente de Fóra .....	2:000\$000
ires Leal & Sobrinho.....	1:245\$000



o dos ourives do oiro .....	1:486\$260
Francisca de Mendonça Córte Real.....	1:216\$250
a das pescarias do Algarve.....	2:577\$175
initorio da irmandade dos clérigos pobres de Se- .....	1:080\$000
i da villa da Castanheira e Povos.....	2:564\$200
aventuaes de S. Bento de Aviz .....	1:600\$000
io Joaquim de Matos, por si e seus socios.....	1:000\$000
i da villa de Mangualde e Chãs.....	2:038\$365
i de Leiria.....	1:200\$595
de Balsemão, membro do conselho da fazenda..	2:000\$000
ais dignidades do cabido de Evora.....	2:000\$000
de Evora .....	1:600\$000
e Lobrigos, bispado do Porto .....	4:401\$019
Meuron, annualmente durante a guerra.....	1:600\$000
i da cidade de Evora.....	3:688\$870
onio Luizello & C. <sup>a</sup> .....	2:000\$000
i do Cartaxo .....	1:385\$620
i de Barcellos e seu termo.....	14:582\$505
ca Tavares de Castello Branco.....	1:600\$000
i de Bragança e seu concelho .....	3:974\$360
i de Chaves e seu termo.....	3:824\$695
egulares de S. João Evangelista (ou frades loios)	2:400\$000
i de diversos concelhos e freguezias da comarca .....	4:659\$120
i da cidade de Beja .....	1:002\$200
i da provincia e córte do Rio de Janeiro .....	68:102\$066
i da villa de Serpa .....	1:980\$135
i de Alcacer do Sal, S. Thiago do Cacem, Gran- collos e Alvalade .....	3:614\$380



quitella, 4; Nicolau Xavier, 4; conde de Almada, 3; administrador da casa de Cadaval, 8; João Pereira Caldas, arreados, 10; Francisco Manuel da Fonseca (de Alcobaça), 5; dr. Luiz Peixoto da Silva, 2; Francisco de Mendonça Arraes, 3; um anonymo, 4; Antonio José de Sequeira, 3; Joaquim José Marrocos & C.<sup>a</sup>, 4; visconde de Villa Nova de Souto de El-Rei, 3; D. Joaquina Fusquini, 5; marquez de Fronteira, 5; Francisco Antonio Ferreira, 4; D. Maria Francisca Benedicta da Silveira Palmeiro, 7; Francisco José Lopes Nogueira de Figueiredo e Silva (desembargador juiz do tombo da casa do infantado<sup>1</sup>), 10; Antonio Feliciano de Sousa, capitão mór de Villa Franca, annualmente, 4; Antonio de Sousa Jorge, sargento mór de Santarem, 2; Joaquim Antonio da Silva, 6; marquez das Minas, 2; João dos Santos, 4; marqueza de Abrantes, 3; Henrique de Mello de Azambuja, 3; Sebastião Francisco Mendo Trigo, 2. Alem d'estes, muitos outros houve que offereceram um só cavallo<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Era o pae do actual marquez de Sá da Bandeira, Bernardo de Sá Nogueira.

<sup>2</sup> De passagem repetiremos o que mais adiante exporemos ao leitor, isto é, que não obstante o alarde dos donativos que por aquelle tempo se dizem ter sido feitos ao estado por José de Seabra da Silva, para as despesas da guerra contra os francezes (segundo se lê n'um folheto que seu neto, Antonio Coutinho Pereira de Seabra e Sousa, publicou em 1868, com o titulo de *Resposta ao sr. Simão José da Luz Soriano, ácerca de José de Seabra*), não achámos nas relações nominaes, que se publicaram na *Gazeta de Lisboa* sobre este ponto, o nome de um tão illustre offerecente, o que nos faz especie. Verdade é que não damos por exacta a busca que na dita *Gazeta* fizemos, parecendo-nos até provavel que nos escapasse, não só o nome do individuo de que se trata, mas até os de mais alguns outros: todavia o não depararmos com o nome de José de Seabra, nem na relação dos que offereceram dinheiro, nem na dos que offereceram fardamentos (onde n'esta se acha apenas o de um seu filho), e nem mesmo na dos que offereceram cavallos, faz-nos suppor que não houve omissão nossa, e a dar-se ella effectivamente nas citadas relações, origina-nos isto duvidas sobre a plena verdade do que com tanta ostentação se affirma no referido folheto, salvo o respeito que devemos ter, e temos, pelo seu auctor. Qual será pois a razão de uma tal omissão? Diga-o, se quizer, quem com tanta emphasis se esforça em limpar de





dencia geral da policia attribuia a manejos dos homens vendidos ao interesse e ás vistas dos inimigos do rei e da patria, cujos nomes nas ditas proclamações hypocritamente se invocavam, para com o véu do patriotismo espalharem por entre o espirito publico a zizania e a intriga, e tornarem por este modo suspeitas as auctoridades que mais se esforçavam em cohibir os actos da anarchia popular, appellando para o pundonor e honra nacional, tão heroicamente pronunciados, cousas que os mesmos perturbadores com tanto empenho buscavam perverter, inclusivamente contra os officiaes estrangeiros que se achavam empregados no serviço do exercito, um dos quaes era o tenente general barão de Carové, encarregado de examinar as parellhas e cavallos, destinados á remonta do mesmo exercito, e que o governo tinha feito apprehender. De Cezimbra mandára o juiz de fóra ao intendente um injurioso edital, que n'aquella villa appareceu affixado. Este papel tinha sido precedido de dois aphorismados pasquins, cuja letra, postoque disfarçada, o mesmo juiz de fóra attribuia ao padre Marcos Pinto Soares Vaz Preto, que o povo olhava como fortemente addicto ao partido francez, e que mais tarde tão distincto se tornou pelo seu aferro e decisão em favor das doutrinas liberaes.

É portanto um facto que alguns dos mesmos individuos, que a opinião publica reputava como partidistas dos francezes, eram os proprios que pelos seus indiscretos manejos algumas vezes arrastaram o povo a excessos de que elles, ou os seus correligionarios, foram victimas. Um outro meio a que tambem frequentemente se recorria para excitar o povo era a propagação de noticias aterradoras ou sediciosas, de que resultou ser necessario á policia vigiar cuidadosamente as pessoas que n'isto reputava envolvidas. Para mais se aggravar este mau estado de cousas, a disciplina dos soldados inglezes não era por então tão exemplar como depois se tornou, durante o commando em chefe de sir Arthur Wellesley, pois algumas vezes deu a policia parte de que em sitios mais escusos, e já de noite, entravam nas tavernas os referidos soldados, com o pretexto de beber vinho, seguindo-se depois apagamem as lu-



rancado, e por fim arrancam as tábuas aos sobrados das casas a que não podem arrombar a porta, a fim de irem a ellas por esta nova serventia. Vão servindo-se dos reparos para o lume, tendo lenha, e o peor é que tambem consomem o ferro <sup>1</sup>.

Se este era o modo por que os inglezes então nos tratavam no reino, nas colonias a sua conducta para comnosco era ainda de peor teor. Na mesma occasião em que elles se diziam amigos e fieis alliados de Portugal, era quando mais inimigos e alliados infieis se mostravam para com elle, por ser então que mais incitavam os seus naturaes contra a França, com tenção de os abandonarem na occasião do perigo, por ser então que para este reino acarretavam todas as calamidades da mais encarniçada luta em que estavam empenhados contra Napoleão, e finalmente por ser então que da côrte do Rio de Janeiro buscavam alcançar um ominoso tratado de commercio, por meio do qual iam arruinar, e effectivamente arruinaram, a industria e o commercio portuguez, sendo tambem por então que não só continuavam a reter embargados em Londres os navios portuguezes, apprehendidos pelas suas embarcações de guerra em 1807, na mesma occasião em que a familia real portugueza saía do Tejo para os seus estados do **Brazil** (saida que muito applaudida foi pelo principe regente de Inglaterra, o qual por causa d'ella mandára felicitar o principe regente de Portugal), mas até a reter igualmente em seu poder pela força das armas os nossos dominios de Goa e da **Madeira**, contra a vontade expressa do governo portuguez, **cousa que tambem fizeram a Macau**, com não menor escandalo **da moral e offensa da justiça**. Effectivamente aos 10 de setembro de 1808 aportou áquelle nosso estabelecimento na China **uma frota britannica**, commandada pelo almirante Drury, sendo composta de uma nau, uma fragata e um brigue. No dia seguinte dirigiu o dito almirante uma carta, ou antes intimação de lord Minto, governador e presidente do supremo con-

<sup>1</sup> Officio do major e commandante da praça de Cascaes, Lourenço Correia da Gama.



a conclusão d'este negocio desejo ter uma conferencia com-vosco». Entretanto o senado, desconfiando das intenções de Drury, officiou-lhe a 14 do dito mez de setembro nos seguintes termos, por via do governador: «Suppondo-vos certo da razão que me assiste para não alterar as ordens que tenho, devo lisonjear-me da vossa persuasão, tanto na lealdade do desempenho dos meus deveres, como da certeza em que estou da intima alliança dos nossos monarchas: assim espero que modifiqueis as instrucções de lord Minto, emquanto não chegam ordens do Brazil ou de Goa. Eu tambem demorarei a participação das vossas intenções ao governo chinês, intenções de difficil comprehensão a povos altivos e desconfiados. Estimarei a vossa visita; farei tudo para satisfazer-vos, menos consentir no desembarque das vossas tropas. Terei a satisfação de aprender comvosco o modo de tirar a estes povos o receio que lhes ficou desde 1802, e agora renovado pela vossa participação<sup>1</sup>. O imperio da China é protector d'esta cidade ha duzentos e setenta annos; *nada mais preciso para a sua defeza*. Sendo a coacção origem de disturbios, e conhecendo vós a nossa razão, espero que se houver mau resultado na vossa empreza, não o imputareis ao governo de Macau». Não havendo resposta do almirante até ao dia 16, o senado intimou ~~um~~ protesto aos sobrecargas, e lhes disse mais: «Será infallivel a complicação dos negocios britannicos, se o vosso almirante tentar contra os ajustes feitos em 1802 pelo senado com



participação, depois de tomadas algumas providencias. Fortalezas entregaram-se a pessoas de confiança, indo o governador da cidade para a do Monte.

No dia 21 ao romper da alva desembarcaram os capitães Arison e Claulfield, com plenos poderes para tratarem com o governo de Macau ácerca do desembarque da tropa, levando carta do almirante para o governador, em que se lhe disse seguinte: «Tive a honra de receber a vossa participação, que me informaes da sabia e leal determinação do senado de admitir um destacamento inglez na defeza d'esta cidade, e onde o meu prazer entrar em Macau como sincero amigo, e não quebrar-se a antiga amisade dos nossos monarchas. Espero-vos que haveis de achar nas tropas britannicas obediência e respeito». No mesmo dia os delegados do almirante e senado concordaram nos seguintes artigos: 1.º, as leis da cidade regerão em toda a sua plenitude; 2.º, os crimes contra a honra seguirão o julgado estabelecido; 3.º, o destacamento inglez será subordinado ao governo da cidade, combinado com o capitão Robertson, em casos extraordinarios; 4.º, uma outra bandeira será arvorada em Macau, alem da portugueza; 5.º, as munições do destacamento entrarão nos arsenaes publicos, ás ordens do governo d'esta cidade. Os navios terão permissão para beneficia-las; 6.º, os navios, pelas leis do paiz têm livre entrada n'este porto, não sendo interrompidos, nem registados pelos britannicos, e os





commercio britannico, não lhe era possível admittir esse commercio em Macau, que era dominio chinéz, e sómente aforado aos portuguezes debaixo de certas condições, que elles inglezes pretendiam quebrantar. Em todo o mez de novembro continuaram os disturbios entre os chinas e os inglezes, e não só aquelles maltratavam estes, quando os encontravam nas ruas, mas até lhes apedrejavam as janellas. Por mais que o procurador do senado exigisse providencias dos mandarins, a resposta era sempre a mesma: *Sáiam os inglezes da cidade, e tudo ficará em socego.*

Quando os inglezes estavam mais teimosos em descarregar os seus navios em Macau, baixou a seguinte demonstração do Suntó aos sobrecargas: «Sobrecargas da companhia ingleza, sabei que a virtude do nosso imperador se manifesta como o céu, abrange tudo. Considerando elle que os reinos da Europa se têm mostrado ha muito tempo obedientes e politicos, concedeu licença aos europeus para negociarem em Cantão, representando-vos como individuos da mesma familia. Vós tendes experimentado, e sabeis que nunca foi concedido ficardes permanentes na China. Logo não deveis trazer navios cheios de soldados, nem desembarca-los contra as leis do imperio; Macau é cidade edificada em terreno chinéz. A dynastia passada concedeu aos portuguezes estabelecerem-se ali. A presente, em virtude da sua antiga posse, deixou-os ficar como d'antes, porém debaixo de certas con-



discussão, os pôde levar a consentir em tudo quanto lhes propoz. Com este bom resultado voltou para Macau, onde achou um tal Lucas José de Alvarenga, que por nomeação do conde de Sarzedas vinha para tomar posse do governo de Macau, como successor de Bernardo Aleixo, pela demissão que este pedira, posse a que o mandarim de Hiang-San obstou, dizendo que, tendo os inglezes entrado em Macau durante o governo de Bernardo Aleixo, também durante o seu governo deviam sair da cidade. «Sabemos ter vindo o novo governador em navio inglez, acrescentava o mesmo mandarim, e quem nos assegura não ter elle correspondencia com esses homens?»

De Macau partiu Miguel de Arriaga para Wampoo, para ali conferenciar com o almirante inglez, de que resultou ordenar este o embarque das tropas, as quaes se começaram effectivamente a retirar no dia 16 de dezembro, embarcando-se também todos os effectos que lhes pertenciam. Feito isto, cuidaram logo os sobrecargas em obter licença para desembarcarem as suas mercadorias em Cantão. No 1.º de janeiro de 1809 expediu o Suntó a seguinte chapa: «Qu-Hieng-Kuang, Suntó (vice-rei) de Cantão, faz saber a todos os europeus que por desembarcarem soldados inglezes em Macau, jamais se lhes devia permittir commerciareem n'este imperio. Comtudo lembrando-nos que o seu rei offerecêra tributo ao nosso imperador, relevâmos a offensa que nos fizeram pela sua entrada



portantes interesses da nação portugueza e dos seus subditos na mesma occasião em que d'ella e d'estes se estava servindo para o seu particular engrandecimento! Eis-aqui pois, repetimos ainda, a magnanima generosidade e os effeitos reaes da verdadeira d'essa antiga e preconizada alliança da Gran-Bretanha para com Portugal, alliança tão manifestamente escarnecida pelo modo por que nós os portuguezes fomos por aquella potencia tratados n'uma tão critica e calamitosa epocha.

As reclamações e notas que pelo governo portuguez foram dirigidas, ou directamente por elle ao ministro inglez na côrte do Rio de Janeiro, ou pelo ministro portuguez na côrte de Londres ao governo britannico, nunca foram attendidas, tanto sobre o precedente assumpto, como sobre o da remoção das guarnições inglezas, que com tamanho prejuizo de Portugal se achavam em Goa e outros mais pontos dos dominios portuguezes. A este respeito allegava o conde de Linhares, em nota dirigida a lord Strangford em 10 de maio de 1809: «que o vice-rei do estado da India representára a sua alteza real os graves inconvenientes, que n'elles estavam causando as tropas inglezas, lastimando-se que estes males se dessem ali no momento em que as forças portuguezas eram por si só bastantes para repellirem qualquer ataque da parte dos francezes, ainda quando fosse possível conceber que uma força respeitavel d'aquella nação podesse escapar á vigilancia e actividade das esquadras britannicas. O mesmo vice-rei representava mais que a dita estada não só era ali nociva, pelos males que as mesmas tropas occasionavam directamente por si, mas até mesmo pela diminuição dos rendimentos nas alfandegas, por entrarem livres de direitos todas as fazendas e generos que iam para as ditas tropas. Igualmente fizera subir á real presença do principe regente de Portugal o ouvidor de Macau as mais fortes queixas e reclamações contra dois brigues da marinha ingleza, *Diana* e *Antilope*, que não só infestaram os mares e costas de Macau no anno de 1807, mas até praticaram violações de territorio dentro do mesmo porto contra navios neutros que ali entravam, maltrataram os officiaes da alfandega, e fizeram gravissimos damnos ao commercio por-



do proprio conde de Linhares, o maior partidista da nossa alliança com a Gran-Bretanha, a boa fé com que esta potencia se conduzia para com Portugal, parecendo-lhe incrivel que taes procedimentos fossem o resultado de ordens que para elles desse o governo britannico, pela manifesta contradicção em que estavam com as solemnes promessas que o referido governo tinha feito a sua alteza real, por occasião da sua saída do Tejo para o Brazil, e dos protestos que em retribuição se lhes tinham feito dos mais inalteraveis sentimentos de adhesão de Portugal ao systema federativo com a Gran-Bretanha, protestos de que nunca até então se tinha afastado.

Era portanto um facto que emquanto os inglezes estavam por um lado servindo-se de Portugal como um dos mais poderosos meios de resistencia de que podiam dispor na sua guerra contra a França, fazendo do nosso paiz a verdadeira base das suas operações militares, e emquanto igualmente na cõrte do Rio de Janeiro allegavam este seu procedimento, como prova da sua firme amisade e fiel alliança para com o principe regente, estavam-lhe por outro lado fazendo mão baixa nos seus differentes dominios ultramarinos. As ordens expedidas ao nosso ministro em Londres eram incessantes para lá reclamar tambem contra a occupação d'estes dominios. «Sua alteza viu com summa dor, se lhe dizia n'um d'estes officios, o successo da ilha da Madeira, e ordena que v. s.<sup>a</sup> represente logo a ne-





tomado as embarcações que ali se achavam demoradas para concertarem, mas até maltratado os proprios officiaes da alfandega d'aquelle dominio da corôa portugueza: «Acresce a isto, dizia mais o conde de Linhares, que por noticias recentes se acaba de saber que o governo geral da companhia ingleza mandou tropas a Macau, que se apoderaram da cidade e do porto, e que resultando d'ahi um grande ciume dos chinas, se achava totalmente interrupto o commercio d'aquelle dominio, com gravissimo damno da real fazenda e do commercio portuguez. Do que acabo de expor de ordem de sua alteza real, e dos papeis que remetto a v. s.<sup>a</sup>, verá v. s.<sup>a</sup> que o mesmo augusto senhor determina que v. s.<sup>a</sup> faça todos os esforços para persuadir o governo britannico, que havendo cessado todos os motivos para se conservar em Goa o reforço de tropas que para ali mandou a companhia das Indias orientaes, quando temeu uma invasão dos francezes, e não podendo duvidar-se que as tropas portuguezas, que se conservavam em Goa e Diu, sejam mais que sufficientes para a defeza d'aquelles territorios, tem sua alteza real toda a rasão de esperar que sua magestade britannica ordenará á companhia ingleza que **faça** retirar sem perda de tempo toda a tropa ingleza que se **acha** actualmente guarnecendo os mesmos dominios portuguezes. Igualmente ordena o mesmo augusto senhor que v. s.<sup>a</sup> **veja** em todo o caso, se o governo britannico julgar que até á **paz** geral considera como necessario conservar em Goa e Diu **os** reforços de tropas que para ali mandou, que o mesmo faça **uma** declaração solemne, que n'essa epocha se retirarão todas as sobreditas tropas, de maneira que esse ponto fique estabelecido e fóra de toda a questão: que v. s.<sup>a</sup> insista absolutamente para que de Macau se retire immediatamente toda a tropa ingleza que ali consta ter chegado, e que essa tropa seja substituida por tropa portugueza que se mande de Goa». Entretanto nada se pôde ainda conseguir do governo britannico, como já se viu, devendo-se sómente á resistencia dos chinas contra os inglezes o fazerem evacuar Macau pelas suas tropas. Quanto a Goa, a sua occupação foi continuando como d'antes, e quanto á Madeira apenas se obteve no principio do anno de



o referido decreto. Ao tenente general Bernardim Freire de Andrade mandaram que immediatamente partisse para o Porto, a fim de assumir o governo militar d'aquella cidade e do seu partido, expedindo-lhe para este fim, na data de 17 do corrente mez de outubro, o seguinte officio: «Ill.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr. Constando aos governadores do reino, pelas participações feitas pelo almirante Cotton, o tumulto que houve na cidade do Porto, por occasião do embarque das tropas francezas, que arneciam a praça de Almeida, atacando o povo armado as bagagens dos mesmos francezes, passando depois a tirar-lhes as armas e a saquear os transportes inglezes em que elles se achavam embarcados, não consentindo que os ditos transportes saíssem d'aquella barra: e querendo os mesmos governadores prevenir os funestos effeitos que se podem seguir da continuação d'estas e de outras semelhantes desordens, a que está exposta aquella cidade, pela fermentação em que se acham os seus habitantes, confiando no zêlo, prudencia e firmeza de v. ex.<sup>a</sup> é dotado: determinam que v. ex.<sup>a</sup> parta immediatamente para a cidade do Porto a exercer o governo d'ella e de todo aquelle partido, para o qual foi nomeado por sua alteza real, o principe regente nosso senhor, a fim de que, tomando as providencias que julgar convenientes, restabeleça o socego publico, e faça entrar aquelle povo na obediencia e sujeição, que deve ter ás auctoridades civis e militares. Que



rosas se achavam fortemente impressionados, não desconhecendo todavia que muitos dos excessos, commettidos contra os francezes que tinham ficado no reino, provinham da má fé d'aquelles, que bem longe de serem levados a semelhantes excessos por sentimentos patrioticos, só o eram por abjectas paixões de vinganças e malquerenças pessoaes. Era portanto necessario que a policia redobrasse de vigilancia para evitar os que debaixo da capa de patriotismo perturbavam a tranquillidade publica, atacavam a segurança individual e a propriedade civil por meio de actos arbitrarios. «É muito notavel, dizia o intendente geral da policia para os governadores do reino em officio seu, o furor com que o povo persegue todos os individuos que se lhe figuram francezes, ou a elles addictos. Tem sido necessario, para suffocar este entusiasmo popular, lançar mão até de individuos nacionaes, contra os quaes clama, como acaba de acontecer a respeito de Francisco José Pereira, medico da real camara, a quem o povo imputava ter escondido um francez, que não foi achado. Assim mesmo o povo clamou á guarda real da policia que queria a sua prisão, dizendo que se não era preso gritavam *ó dos chuços*<sup>1</sup>. Foi portanto necessario prende-lo, ao menos para se examinar a causa de um tamanho furor da plebe. O entusiasmo popular principia a desenvolver-se por um modo excessivo. É necessario que o povo tenha energia, e que confie na sua força; mas é perigoso que elle se attribua actos arbitrarios. Entretanto a effervescencia popular costuma ser momentanea, e a prudencia é o meio mais efficaz de embaraçar os seus excessos. Nas crises actuaes, quando as auctoridades não condescendem até um certo ponto com a opinião do povo, este perde a confiança n'ellas: julgo pois do meu dever ceder ao rigorismo dos meus principios, sem comprometter a justiça e a segurança dos individuos». Eis-aqui pois como o in-

<sup>1</sup> Esta voz era o mesmo que chamar *aqui de el-rei*, porque pedir o auxilio dos chuços, que eram as ordenanças armadas, era pedir que prendessem os individuos para que os chamavam, o que ellas logo faziam, porque a voz do povo por aquelle tempo era o mando de uma auctoridade suprema, a quem ninguem resistia.



denuncias em segredo, sem responsabilidade alguma para os denunciantes, ainda mesmo no caso de se tornar evidente a calúnia, o que realmente era atroz, porque se para a salvação do estado se reputavam necessarias semelhantes denuncias, não era menos necessario garantir a innocencia por meio do castigo contra os calumniadores.

Entretanto a exaltação era tal, que os proprios governadores do reino se tinham tornado suspeitos de francezismo ou *jacobinismo*, como então se lhe chamava, o que todavia não deixava de ter fundamento, senão quanto aos seus particulares sentimentos, pelo menos quanto á passada fraqueza do seu character durante o dominio de Junot. Elles, tres dias depois da partida do principe regente para o Brazil, tinham reconhecido o consul de França, mr. Herman, como presidente do erario, e n'esse mesmo dia tinham tambem sequestrado todos os palacios e casas reaes, bem como as dos fidalgos que haviam acompanhado o mesmo principe. Foram tambem elles os que em grande parte aplanaram aos francezes as difficuldades que podiam ter achado para se assenhorearem do paiz: logo no dia da sua chegada a Lisboa e no seguinte promptamente lhes entregaram todas as praças, fortalezas, armazens de polvora e arsenaes. Foram elles os que deram força de lei a todos os decretos de Junot; os que consentiram no licenciamento das tropas, e os que pela sua nullidade, velhice e fraqueza, fizeram da conquista do reino uma cousa muito facil para o mesmo Junot, e em vez de renunciarem o seu cargo, se não podiam conservar o reino, nem manter-se com dignidade no exercicio das suas funcções, não sómente o não fizeram, mas nem ao menos protestaram em favor da nacionalidade e independencia do paiz, ou dos direitos da familia real de Bragança, antes alguns d'elles houve que perfeitamente se amoldaram aos dictames e politica dos invasores, reconhecendo, sem constrangimento conhecido, como seu verdadeiro soberano o imperador Napoleão. Se este procedimento não era por si bastante para se reputar criminoso, era pelo menos equivoco, não offerecendo aquelle grau de portuguezismo, que em taes circumstancias exigiam os que não queriam ver nos

homens do  
nismo, send  
em Londres  
tarde conde  
cio seu, dir  
anonymo, e  
em que não  
sações acim  
tiam varios

No sobre  
tuguez e fiel  
salvação da  
minima influ  
ás seguintes  
mente, e o  
teza real se  
ou não verd  
tugal. O po  
soas: de An  
res, ambos  
Barbosa, Jos  
mes; dos co  
cisco Soares

José Pereira. Todos os referidos eram amigos intimos de Antonio de Araujo, e todos os que ficaram em Portugal se distinguiram debaixo do governo francez com-insultos ao principe e aos seus vassallos. Foram singulares os seguintes: Pedro de Mello Breyner, conselheiro d'estado, debaixo de Herman; distinguuiu-se assignando o infame papel em nome da junta dos tres estados, que pediu um rei a Napoleão. O conde de Sampaio debaixo de Lhuyt; o ex-ministro José de Seabra da Silva, que organisou a junta dos tres estados em fórmula de côrtes, e fez para Junot o regimento dos corregedores môres; o conde da Cunha, aliás tão obrigado a sua

<sup>1</sup> Era o documento n.º 3 do officio n.º 19 de 23 de dezembro de 1808, dirigido para o Rio de Janeiro pelo nosso dito ministro em Londres.



alteza real; e Francisco de Azevedo, conselheiro da fazenda, sendo este o que fez o plano da distribuição dos quarenta milhões. Tímidos e fracos, em primeiro lugar todos os membros da chamada regencia; os procuradores da corôa e fazenda, porque nunca protestaram, e continuaram a ser procuradores de Napoleão; a junta dos tres estados, creada pelo voto do ex-ministro José de Seabra, e juntamente de Pedro de Mello, e conde da Ega, usurpando o nome de côrtes, com o dito conde á sua frente, e fazendo quanto pôde para alienar a affeição dos vassallos de sua alteza real. A honra da primeira nobreza do reino está manchada com a assignatura forçada que Junot exigiu com uma junta de doze pessoas, tiradas d'entre a junta dos tres estados. Este papel devia ser queimado em praça publica pelas mãos do algoz. Lucas de Seabra da Silva, intendente geral da policia, bem conhecido pela ordem que mandou a Santarem para que nenhum barco com trigo viesse para baixo, sob pena de ser queimado, para que Junot achasse todo o trigo em Santarem, é homem fraco, incapaz do seu logar, e servia debaixo dos francezes. Na familia de Pombal houve uma senhora que se comportou com toda a dignidade, e é D. Maria Francisca de Daun. Mas a vergonha com que se comportou o correio José Sebastião é notoria a todos. Em uma palavra é no povo em geral, sempre amante do seu principe, e constante na sua fidelidade; é aos homens cavalheiros das provincias que o principe regente deve tudo. Bragança foi o primeiro logar que proclamou o principe».

Apesar da pouca fé, que na opinião de todo o homem sensato devia merecer o papel que se acaba de ler, pelo seu character de anonymo, e por nada mais conter que suspeitas vagas e ditos de pouca importancia, todavia D. Domingos, como acerrimo partidista da Gran-Bretanha, e como tal inimigo de Antonio de Araujo, reputado como partidista da França, não pôde resistir á deploravel tentação de o mandar para o Rio de Janeiro, não só porque assim hostilisava o mesmo Antonio de Araujo, mas igualmente a *regencia do general Dalrymple*, como elle proprio lhe chamava na sua correspondencia official. Á circular, que Cypriano Ribeiro Freire expediu ao corpo diplo-



ducta, enquanto exercitaram a auctoridade em seu real nome, e que tão mal sustentaram. «Entendia pois que enquanto não chegassem as reaes ordens para as novas nomeações de governadores, o meio termo adoptavel era o dar ao bispo do Porto toda a influencia na regencia, formando até uma de novo, que reunisse os votos de toda a nação portugueza». D. Domingos allegava mais o grande descontentamento do povo portuguez contra a regencia do general Dalrymple, fundando-se para isso nas cartas que lhe dirigiam de Portugal, entre as quaes figuravam as de seu sobrinho, o visconde da Lapa, e as do proprio bispo do Porto <sup>1</sup>.

Pela sua parte o visconde da Lapa dizia que os dois secretarios da regencia, Salter e Forjaz, eram muito mal vistos da nação, tendo-se aliás arrogado uma demasiada preponderancia na decisão dos negocios publicos. Salter tinha por amigo a um fulano Sarmento, pessoa desacreditada, mas que tambem tinha a protecção de um dos regentes. Quanto a Forjaz, dizia que elle tinha pela sua parte merecido o conceito de bom e intelligente official, já por ter servido em diversos corpos, e já por ter ido aos campos de instrucção, que tinha havido em Portugal, mas tudo isto se desvanecia pela lembrança *de duas escolas taes, como as de Luiz Pinto e Antonio de Araujo*. Têm-se prendido muitos apaixonados do systema francez, dizia elle mais, os quaes têm sido conduzidos a diversas prisões, sem que até agora lhes tenha succedido algu-



para o conselho da regencia o marquez de Abrantes, Francisco da Cunha, D. Francisco de Noronha, o principal Castro, Pedro de Mello, e como extraordinario o conde de Castro Marim. Este conselho, estabelecido por sua alteza real, foi dissolvido pelos francezes, e não consta que os membros d'elle fizessem esforço algum ou protesto a favor da real auctoridade que lhes foi confiada; houve porém alguma differença entre elles, e vem a ser que Pedro de Mello e o principal Castro foram empregados pelos francezes no serviço do seu respectivo governo. O marquez de Abrantes achava-se em França na qualidade de deputado, e Francisco da Cunha e D. Francisco de Noronha não foram empregados, e conservaram-se passivamente. O governo do Porto logo no primeiro momento da sua installação declarou que em o real nome de sua alteza real ia pôr em uso a sua auctoridade, emquanto não fosse restituído na capital o conselho de regencia, e como se approximasse o resgate da capital, assentou que o mesmo governo, como o unico governo nacional que então existia, e ao qual se achavam unidas todas as cidades e villas que estavam livres dos francezes, e alliado com o reino de Galliza e Gran-Bretanha, devia ser o que promovesse na capital a creação do conselho da regencia, seguindo-se quanto fosse possivel a legislação do reino e as reaes intenções de sua alteza real; e para este fim nomeou o desembargador Luiz de Sequeira da Gama Ayala, membro do mesmo governo do Porto, determinando

«Como porém o governo do Porto, pelas promptas e oportunas providencias com que tinha promovido a restauração do reino, tivesse merecido a approvação e aceitação geral de todas as cidades, villas e povos que se achavam livres dos francezes, e n'esta consideração principiassem a dizer que não queriam outro governo senão este, lembrou outro arbitrio, que aindaque menos legal, parecia o mais util ás actuaes circumstancias, e vinha a ser que d'este governo e da regencia se fizesse um só governo, unindo-se a este alguns membros da mesma regencia. Este arbitrio era lembrado e requerido principalmente pelo povo d'esta cidade, e sendo participado ao general Decken, que se achava n'esta cidade na qualidade de homem politico, julgou que seria conveniente pôr-se em pratica, e suppõe-se que a este respeito escreveu ao general em chefe do exercito britannico. Mas finalmente nenhum d'estes arbitrios teve effeito, nem se sabe individualmente a fórma que se guardou no restabelecimento da regencia: consta sómente que, achando-se resgatada a capital, alguns membros da regencia se uniram e principiaram as suas sessões, e que logo na primeira, ou em alguma d'ellas, assistiu o general Dalrymple, como mostra a copia junta da carta, que elle escreveu a elle bispo do Porto, quando foi eleito para a regencia. Elle bispo preveniu a sua eleição por um protesto de sair da dita cidade por caso algum, e encarregou o tenente João Alves de Abreu, filho de Alexandre Picaluga, de ir apresentar o dito protesto ao general Dalrymple, e ao secretario da regencia, João Antonio Salter de Mendonça: não obstante isso o dito general repetiu as maiores instancias, mandando para este fim ao Porto o general Anstruther; e ultimamente o general Burrard enviou com o mesmo destino o general Beresford. Por parte do conselho da regencia, o sobredito secretario d'ella participou ao bispo por um aviso a sua eleição; e tendo o mesmo bispo por duas vezes requerido do conselho a sua escusa, não lhe foi concedida, pelo motivo de ser muito importante ao real serviço a sua assistencia na regencia. O bispo, a fim de não poder ser accusado de faltar ao real serviço, resolve-se a ir a Lisboa, apesar de urgentissimas cousas pes-

políticas, que exigem a sua conservação n'esta cidade; *isto conhecer que a respeito da actual regencia na capital seria justa alguma providencia politica*, contudo, tendo de que será da maior importancia evitar toda e qualquer inquietação nacional, vae de accordo de se apresentar a regencia, dizer n'ella o que julgar conveniente ao real serviço de sua alteza e da patria, e nada mais, principalmente tendo em que as reaes ordens de sua alteza a bem da conservação do seu reino não poderão tardar, visto que no dia 1 de agosto partiu d'este porto um navio que levava a elle os successos d'esta cidade e provincias, e progressivamente se tem continuado todas as mais noticias até ao ressumo da regencia na capital, etc., etc. (Assignado.)= *do Porto.*»

Resultado d'isto não podia deixar de ser o enfraquecimento da auctoridade dos governadores do reino, que não só foram combatidos em Londres por D. Domingos Antonio de Coutinho, apoiado pelo conde de Linhares, seu irmão, muito influente no Rio de Janeiro, mas até o estavam no interior do reino. No Alentejo continuava funcionando a junta de Beja, que se devia ter dissolvido, em consequencia de haver o corregedor, seu presidente, João José de Azevedo, protestado obediencia e lealdade apparentes aos governadores do reino. Estes continuavam de Lisboa a mandar ordens; mas elle as executava como muito bem lhe

que a junta de Beja retinha por seu arbitrio, entre os quaes figurava o já citado arcebispo de Evora, sendo então restituído ao seu arcebispado com o possível decoro. Foi também por então que a junta de Elvas se mandou dissolver, declarando-se effectivamente extincta. Para quanto possível se evitar a repetição das altercações da cidade do Porto, e n'ella se domar a effervescencia do povo, sempre disposto a ser excitado por homens de intenções malignas e criminosas, os governadores do reino julgaram dever para lá mandar o desembargador do paço José Antonio de Oliveira Leite de Barros, com o fim de examinar o verdadeiro estado da cidade, para adequadamente os informar do que lá se passava, sendo authorisado para devassar, se assim fosse conveniente. A junta d'aquella cidade dera-se por extincta, enviando para Lisboa uma circunstanciada relação do tempo do seu exercicio. Os seus bons serviços foram elogiados por uma carta regia dos governadores do reino, confirmando-se por ella os empréstimos que contrahira, para acautelar as desordens que se podiam seguir de um procedimento contrario <sup>1</sup>. Apesar d'isto o bispo do Porto, persistindo em se conservar na sua diocese, sem querer vir occupar o seu logar entre os governadores do reino, mantinha ali surdamente um terrivel foco de insurreição e resistencia ao governo da capital, insurreição e resistencia que este não podia suffocar, por não ter força bastante para obrigar a sair da sua diocese um indocil e recalcitrante frade, constituido em bispo onnipotente, teimando em a não querer deixar para vir tomar o logar que no seio do mesmo governo lhe competia, apoiado não sómente na sua alta dignidade episcopal e no prestigio que por si tinha na plebe, mas também na grande protecção que para os seus fins encontrava no ministro de Portugal em Londres, D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, querendo fazer d'elle instrumento da suas paixões vingativas.

Era este ministro quem para seus fins mais fortemente

<sup>1</sup> Officio dos governadores do reino para o Rio de Janeiro, com data de 16 de novembro de 1808.



ncitava a persistir firme na sua resistencia, querendo até que osse elle o proprio que promovesse a expulsão de alguns dos membros do governo, por elle votados ao ostracismo, e em carta de 30 de janeiro de 1809<sup>1</sup> o induzia a isto, dizendo-lhe: «Estamos chegados a um tempo, em que ninguem já duvida que esse reino, para resistir ao inimigo que o ameaça, deve ser regido differentemente do que tem sido n'estes ultimos quatro mezes. Mr. Villiers o viu com os seus olhos, e protesta altamente por esta verdade; e o ministerio britannico sente toda a sua força. São logo algumas mudanças no governo indispensaveis. Toda a duvida consiste actualmente na legitimidade d'ellas, enquanto não chegam as ordens de sua alteza real». Estas mudanças, feitas por elle bispo, e pelo conde de Castro Marim, o mesmo D. Domingos as promettia approvar, tanto tinha já feito n'este sentido, que tempo houve em que tambem arrastou mr. Canning a prestar-lhe a sua approvação. A sua mente era portanto que o conselho da regencia ficasse reduzido ao bispo do Porto, ao conde de Castro Marim, e ao Marquez das Minas, em attenção ás suas grandes qualidades, reconhecidas, dizia elle, por toda a nação, não tendo até duvida alguma em que se nomeassem outros secretarios do governo, comtantoque os que existiam fossem decorosamente empregados por outra maneira. Isto mesmo dizia o dito D. Domingos n'uma sua carta privada ao já citado mr. Villiers, ministro inglez em Lisboa, affirmando-lhe não ter recebido or-



defender o reino deve fortificar e defender estas provincias, e quem as debilitar e não defender entrega o reino. Asseguro a v. ex.<sup>a</sup> que se tem perdido tudo por se terem desprezado algumas advertencias que eu fiz. Eu previ tudo. Tudo se podia ter acautelado; mas será o que Deus quizer. Isto sempre chegou a uma triste situação: no norte da Hespanha caminha uma grande força franceza, e estamos em grande receio de que venha sobre estas provincias, onde não ha nem generaes, nem soldados. Eu n'estas tristes e arriscadissimas circumstancias não devo saír d'aqui, nem poderia, aindaque quizesse, porque o povo já se declarou por editaes, ameaçando com a morte toda a pessoa que concorresse para a minha saída, e tem espias pelo caminho: e n'estas circumstancias a minha saída seria a ultima ruina d'estas provincias». Apesar de similhantes razões o nosso dito ministro não se conformava com ellas, replicando e insistindo com aquelle prelado para que fosse para Lisboa, parecendo-lhe portanto que as allegações feitas contra isto estavam longe de o convencer da sua veracidade, ou pelo menos que a cousa fosse tal, que aquelle prelado não podesse partir para onde se lhe pedia para effectuar a desejada mudança, de que resultava attribuir D. Domingos similhante conducta a falta de patriotismo, vendo a repugnancia que elle tinha em se prestar aos sentimentos de boa harmonia e união. Para evitar desculpas o mesmo D. Domingos escreveu tambem ao juiz do povo do Porto e ao senado da camara da dita



carregados de negocios e consules de sua alteza real nas côrtes e paizes estrangeiros. Este acto, commettido apenas quinze dias depois da partida de sua alteza por um conselho a quem o mesmo augusto senhor não tinha dado auctoridade alguma sobre os negocios estrangeiros, perclue um ministro fiel ao seu soberano de approvar ou concorrer de modo algum para a reinstallação de pessoas que o commetteram, antes que se justifiquem, se é possível». Era portanto da mente de D. Domingos que o bispo do Porto com dois membros, tirados da junta, que fôra d'esta mesma cidade, ou eleitos pela dita junta, reunidos ao conde monteiro mór, presidente da do Algarve, e a um quinto governador, nomeado pelo mesmo conde, de accordo com os membros da sua respectiva junta, formassem um governo provisorio, que se regularia pelo decreto e instrucções de 26 de novembro de 1807, devendo ser este governo o que nomeasse os secretarios d'estado de que precisasse, alem do secretario D. Miguel Pereira Forjaz.

Apesar dos muitos esforços do ministro portuguez em Londres para effectuar esta mudança, não a pôde conseguir, e assim o participou mr. Canning ao mesmo bispo do Porto, na carta que em 27 de novembro de 1808 lhe dirigiu, concebida nos seguintes termos: «Mr. Villiers vae encarregado de comunicar com v. ex.<sup>a</sup> (do modo mais sem reserva, e segundo eu me lisonjeio, o mais satisfactorio), os motivos e obrigações que impozeram a sua magestade o dever de reconhecer a regencia, conforme foi instituida pelo principe regente; e se no modo de a reconhecer, ou em outra qualquer transacção que teve logar em Portugal, houve cousa mal feita, mr. Villiers está encarregado de concertar-se com v. ex.<sup>a</sup> sobre os meios mais proprios para rectificar tudo, isto é, quanto agora se poder fazer, sem inconveniente do publico. A prudencia exemplar e moderação de v. ex.<sup>a</sup> lhe suggerirão o quanto convem evitar todo o retrospecto desnecessario, e conciliar quanto for possivel todas as divisões nacionaes, e conformando-se com os sentimentos que v. ex.<sup>a</sup> expõe acertadamente a mr. de Sousa, de olhar para o futuro, e ao que agora se poderá fazer de bom para a vossa patria, sem examinar com demasiada miudeza



que, corregidos das suas primeiras imprudencias, e guiados pelo zêlo, energia e fidelidade do bispo do Porto (que acabava de eleger para patriarcha, em rasão da vacatura da mitra, pelo fallecimento do anterior prelado, D. José Francisco de Mendoça), poderiam servir dignamente a sua alteza real, e serem igualmente uteis ao seu paiz. A reprovação dos planos de D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho era-lhe ainda assim disfarçada com expressões de elogio ao zêlo e dedicação que em similhante objecto manifestava pelo bem do serviço, como em officio de 7 de abril de 1809 lhe escrevia seu irmão do Rio de Janeiro, expressando-se-lhe pelo seguinte modo: «Postoque sua alteza real approve o zêlo com que v. s.<sup>a</sup> se houve para procurar que no reino de Portugal, enquanto não havia as decididas ordens de sua alteza real, se organisasse um governo forte e energico, qual convinha ao real serviço e conservação do reino, e igualmente depois da primeira organização os esforços que v. s.<sup>a</sup> fez para que esse ministerio (o britannico) encarregasse a *mr. Villiers* o procurar, de accordo com o novo patriarcha, organizar um governo que se podesse considerar mais energico, e composto de membros de maiores luzes e actividade; comtudo, como sua alteza real havia já dado a sua sancção aos governadores que se reintegravam, e outros que se elegeram, não approva por ora sua alteza real que a este respeito se faça innovação alguma, e communicarei a v. s.<sup>a</sup> sobre esta materia, e sobre a extensão





oder, e se o mesmo conde do Funchal não pôde obter desde logo para elles a sua exoneração por meio dos seus primeiros planos, veio mais tarde a conseguir-lh'a por meio de outros, fazendo de mr. Canning seu principal agente. Effectivamente foi o conde do Funchal quem induziu este ministro a que solicitasse da côrte do Brazil, como effectivamente solicitou, que o numero dos governadores do reino se reduzisse a tres, e que no seio do proprio governo de Lisboa fosse tambem admittido como seu membro o ministro inglez na dita côrte, excluindo-se os dois, votados ao ostracismo pelas malquerenças de D. Domingos, baixeza a que o conde de Linhares nenhuma duvida teve em subscrever, senão desde logo, como seu irmão lhe pedia, pelo menos na primeira occasião opportuna que para isso teve.

Enquanto pois as intrigas do citado D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho, ministro de Portugal em Londres, e as do vispo do Porto, apoiadas pelo ministerio britannico e pelo mesmo conde de Linhares, influente e poderosa personagem junto ao principe regente no Rio de Janeiro, iam n'esta côrte produzindo o seu devido effeito para o fim de obterem logo se possivel fosse uma effectiva mudança no pessoal dos membros do governo em Lisboa, justo é dizer-se que a estes os negocios da guerra e da defeza do reino começavam a merecer-lhes, postoque pelo recurso a um mau e errado systema por elles adoptado, os seus mais promptos e assiduos cuida-

gada, como então se achava, com a Gran-Bretanha, e Napoleão com relação á Hespanha, que tão decididamente se tinha sublevado contra as suas determinações e a soberania de seu irmão José Buonaparte. Ambos os imperadores tinham collectivamente escripto ao rei de Inglaterra uma carta, em que lhe exprimiam os seus votos em favor da paz geral; a resposta do governo britannico foi que elle pela sua parte não podia tratar de paz sem ser de accordo com os seus alliados, o rei da Suecia, e a auctoridade que administrava a Hespanha em nome de D. Fernando VII, resposta que desconcertou inteiramente os planos dos dois imperadores, poisque o da Russia tinha na mente lançar mão da Finlandia, e o da França assegurar inteiramente o seu dominio na peninsula.

Como era bem de esperar, a negociação rompeu-se, e a guerra entre a Inglaterra e a França continuou com a maior actividade e encarniçamento possivel. De Portugal pouco ou nenhum caso fazia o governo britannico no meio dos seus vastos projectos e combinações militares, porque tendo dado á batalha do Vimeiro muito maior importancia do que merecia, chegou ao ponto de desdenhar em Londres inteiramente da cooperação do exercito portuguez. Unicamente attento em soccorrer os patriotas hespanhoes, e tendo a maior confiança na sua alliança com elles, julgou que, unindo as suas tropas ás d'elles, ou ás que as differentes juntas da Hespanha tinham posto em campo, era quanto bastava para facilmente expellir os francezes da peninsula, servindo-lhe talvez de fundamento para similhante juizo a famosa derrota de Dupont em Baylen. Debalde se provou em Londres que se devia armar Portugal, e que as suas forças se deviam considerar como corpo de reserva, no caso de que Buonaparte com o seu grande exercito rompesse ou destruísse a phantasmagoria dos bisonhos e indo disciplinados exercitos hespanhoes. Nada d'isto demoveu o governo britannico dos planos que tinha ideado, não se permitindo a ouvir nem uma só d'estas razões nos primeiros tempos que se seguiram á batalha do Vimeiro. O certo é que, convencido o ministerio britannico de que sómente os hespanhoes podiam ser para a Gran-Bretanha poderosos e uteis auxiliares,

com elles unicamente contou nas suas combinações e planos, e a elles decidiu mandar reunir as suas tropas, com desprezo total das portuguezas. Com estas vistas resolveu reforçar com mais 13:000 homens o exercito que tinha em Portugal, sendo o tenente general sir John Moore o commandante em chefe de todas as forças britannicas, existentes na península, já porque o seu nome se tinha tornado famoso nos annaes militares da Gran-Bretanha, e já por terem partido para Inglaterra os tenentes generaes, sir Hew Dalrymple e sir Harry Burrard, bem como sir Arthur Wellesley, como já em outra parte se viu.

Segundo o despacho que lord Castlereagh dirigiu para Lisboa a sir John Moore, na data de 6 de outubro de 1808, o exercito inglez, destinado a entrar na Hespanha, dirigindo-se para o norte d'este reino, devia compor-se de 30:000 homens de infantaria e 5:000 de cavallaria<sup>1</sup>. D'este numero haviam de partir 15:000 homens dos portos de Inglaterra, commandados pelo tenente general sir David Baird, fornecendo pela sua parte o exercito inglez, que então se achava em Portugal, 20:000 homens. Auctorizado sir John Moore para effectuar a sua junção com as tropas que de Inglaterra haviam de ir desembarcar na Corunha, ou costeando para isso o litoral de Portugal, ou marchando pelo interior do paiz, escolheu este ultimo partido, alem de outras mais razões que teve, por lhe parecer incérta e fastidiosa a marcha do litoral, pelo estado de adiantamento em que por então já estava a estação do anno.



cer em Almeida o deposito de munições de guerra e de bôca, marchando igualmente sobre esta praça a maior parte dos corpos do exercito, era já tarde para dar a tudo isto uma differente direcção. Os hespanhoes consideravam Valladolid e Burgos como logares seguros para os armazens inglezes, como já dissemos; mas sir John Moore, deixando-se levar do enthusiasmo geral e vãs ostentações de coragem dos hespanhoes, suppoz que Salamanca seria o mais seguro ponto de concentração para as suas columnas, protegidas como lhe parecia que seriam pelos numerosos exercitos patrioticos, que os mesmos hespanhoes lhe diziam estar sobre o Ebro: em Salamanca resolveu pois reunir todo o seu exercito. Para os postos da vanguarda destinou uma brigada de seis peças de artilheria. Mil cavallos, o grande parque do exercito, com mais vinte e quatro peças, e algumas centenas de carros cobertos, escoltados por 3:000 homens de infantaria, foram mandados seguir o caminho de Talavera, indo por Badajoz e Escorial, debaixo das ordens de sir John Hoppe, official muito habil e proprio para esta empreza, pelos seus talentos, firmeza e zêlo. O resto do exercito marchou dividido em tres columnas: a primeira por Alcantara, a segunda por Abrantes e a terceira por Coimbra na direcção de Almeida e Cidade Rodrigo, chegando o mesmo Moore á primeira d'estas praças no dia 8 de novembro. Aos 26 de outubro, ou vinte dias depois d'elle ter recebido o despacho, que o nomeava commandante do exer-



tem demonstrativamente verificado, que ainda existem individuos, que devendo viver horrorisados das barbaridades, das rapinas e das perfidias, que n'elle praticára o governo francez e os seus immoraes agentes, pelo contrario se lembraram com saudade d'esse desgraçado tempo em que os cidadãos honrados temiam a todo o instante verem-se arrancados do seio das suas tranquillias familias para serem sepultados em masmorras, ou entregues ao fogo dos seus soldados; d'esse desgraçado tempo emfim em que o commercio externo se via totalmente aniquilado, e os fructos da agricultura e da industria todos os dias roubados, ou por effeito de requisições injustas, ou de rapinas manifestas; chegando o desatino d'estes freneticos amigos do governo francez ao escandalo e punivel excesso de levantarem publicamente a voz em abono de um despotismo, que não reconhecia limites em genero algum de atrocidades. E porque é necessario que a policia lance mão de todos aquelles meios que são compatíveis com a honra e com a decencia, a fim de conhecer individualmente todos estes homens perversos, para se ter com elles um procedimento que ponha termo á sua desenvoltura, e faça cessar o escandalo que dão aos cidadãos honestos; e considerando que as denuncias em segredo, quando tendem ao importante e necessario fim de firmar a tranquillidade e segurança do estado, não podem offender por modo algum a mais escrupulosa delicadeza





honra, insultadas as vossas mulheres, traspassados das bayonetas os vossos innocentes filhos, e aniquilada para sempre a gloria de Portugal, corramos todos a affrontar-nos com o inimigo commum, unamos as nossas armas ás dos soldados hespanhoes e ás dos intrepidos inglezes, mostremos á Europa que não é só a Suecia a que sabe oppor uma barreira de bronze aos oppressores da sua liberdade. Sejam os nossos braços, sejam os nossos bens os fiadores da nossa independencia. Vale mais sacrificar os bens á liberdade da patria, do que reserva-los para despojo dos seus infames oppressores. Vale mais combater pela independencia da nação do que servir de victima aos caprichos de um tyranno. A nação que quer ser livre, nenhuma força a póde tornar escrava. Uma nação levantada em massa tem uma força irresistivel. É assim que vos fallam, ó portuguezes, os governadores do reino, em nome da religião, que devem proteger; em nome do soberano, por quem darão a vida; e em nome da patria, cujos interesses lhe foram confiados por aquelle virtuoso principe, que primeiro que todos teve a gloria de confundir os projectos do mais perfido de todos os homens».

O que n'esta proclamação não passava de um mero convite, tornou-se em breve obrigatorio, segundo as disposições de um decreto, que na data de 11 de dezembro os governadores do reino expediram ao conselho de guerra, determinando que toda a nação portugueza se armasse pelo modo que a cada um fosse possivel; que todos os homens, sem excepção de pessoa ou de classe, tivessem uma espingarda ou pique, com ponta de ferro de doze a treze palmos de comprido (chuço), e todas as mais armas que as suas possibilidades permittissem. Que todas as cidades, villas e povoações consideraveis se fortificassem, tapando as entradas e ruas principaes com dois, tres e mais travezes, para que, reunindo-se todos os moradores dos logares, aldeias e casaes vizinhos, se defendessem ali vigorosamente, quando o inimigo se apresentasse; que todas as camaras, e na cidade de Lisboa todos os ministros dos bairros remetterssem no espaço de oito dias, depois da publicação d'este



1 primeiro cabo, 1 segundo cabo, e de 15 até 20 vizinhos. O chefe de família tinha de apresentar ao chefe da legião seu districto uma relação dos homens armados que tivesse sua casa, declarando a qualidade das armas de cada um, rua e o numero da porta da sua residencia. Cada chefe de legião tinha a dividir o seu districto em tres partes, uma para a batalhão, e o districto de cada batalhão em dez companhias, comprehendendo cada companhia os vizinhos das mesmas ruas ou das contiguas, competindo-lhe tambem fazer as postas ao general da provincia para os officiaes da sua respectiva legião. Todos os domingos e dias santos se deveriam reunir em cada legião as companhias de um só batalhão, concordando de cada vez metade dos homens armados que houvesse em cada fogo. Pelas duas horas da tarde se ajuntariam esquadras nas respectivas ruas, e conduzidas pelo primeiro a se iriam juntar no logar assignalado para a reunião da companhia, a qual se formaria em tres fileiras, sendo a primeira composta dos homens que tinham espiogarda, e as duas restantes dos que tinham chuços. Cada capitão procuraria exercitar a sua companhia por espaço de uma hora, fazendo-a marchar e marchar em columna por pelotões ou por meios pelotões, devendo cada individuo observar o mais completo silencio enquanto estivesse na fôrma<sup>1</sup>. Cada legião não devia ter menos de 2:700 homens, nem mais de 6:000; por este



os Negros, de S. Bento, dos Poyaes de S. Bento, Fresca, Machadinho, da Madragoa, das Madres, das Trinas, do Cura do Guarda Mór; os largos da Esperança e do Conde Barão; as travessas de Caetano Palha, do Pasteleiro, do Castello Pico, do Pé de Ferro, das Inglezinhas, das Izabeis, da Oliveira, das Bernardas, do Palha e do Bêco do Loureiro.

A legião das *Necessidades* comprehendia as freguezias de Pedro em Alcantara e de Santos, com as ruas da Torre da Alvora, da Cova da Moura, do Sacramento, da Pampulha, de João de Deus, do Olival, da Arriaga, de S. Francisco de orja, do Conde, de S. Domingos, da Santissima Trindade, do Noronha, de S. João da Mata, das Janellas Verdes, dos Mameos, Escadinhas (não existe), Praia de Santos; e as travessas do Castro, da Praia, dos Brunos, da Cruz, da Rocha, das Loças, de S. Braz, Atafonas, de S. Francisco de Paula, da Paz de Santo Antonio.

A legião do *Campo de Ourique* comprehendia a freguezia de Santa Izabel.

A legião das *Amoreiras* comprehendia as freguezias de Mamede e S. José.

A legião da *Cruz do Taboado* comprehendia as freguezias do Coração de Jesus, S. Sebastião da Pedreira e S. Jorge de Troiros.

A legião de *Belem* comprehendia a freguezia da Ajuda, a

não dever expor a vossa alteza real, que conviria que todos  
 os commandantes dos corpos de ordenanças dessem direcção  
 a este publico esforço, entretendo o povo em determinados  
 dias em revistas e alguns ensaios, que fazendo-lhes conhecer  
 o fim a que se destina o armamento da nação, lhes dê tam-  
 bém a conhecer, que o objecto d'elle não é fazer um alarde  
 inutil de piques, espingardas e pistolas. Se nos corpos milita-  
 res, que a disciplina militar tem avesado á subordinação, o uso  
 das armas se limita ao exercicio necessario d'ellas, muito mais  
 se deve limitar em uma multidão indisciplinada, tão facil de  
 mover, como difficil de refrear». Effectivamente o povo de  
 Lisboa, no meio da exaltação dos seus sentimentos patrióticos,  
 principiou então a mostrar a mais temivel disposição para com-  
 metter toda a ordem de arbitrios. O nome de francez, ou de  
 jacobino, era o mais affrontoso epitheto e o de mais funestas  
 consequencias para o desgraçado a quem se dirigia, e ao pri-  
 meiro grito de *ó dos chuços*, o infeliz via-se logo cercado por  
 um sem numero de piques, que das lojas e outras diferentes  
 partes acudiam, para no meio de espancamentos e de outros  
 maus tratos, ser arbitrariamente lançado nas enxovias do Li-  
 moeiro. A este respeito officiou também o intendente, dizen-  
 do: «Os paizanos, que compõe as novas legiões dos bairros,  
 continuam a prender todos os individuos que se lhes figuram  
 francezes, aindaque realmente sejam de outras diferentes na-  
 ções, e amiudo têm mandado abrir assento nas cadeias á or-  
 dem do principe regente, cousa que determina grande emba-  
 raço no expediente dos seus requerimentos, por ficar inhibido  
 o proprio intendente de lhes deferir, novos motivos que devem  
 levar o governo a cohibir semelhantes excessos por meio de  
 alguma providencia». Outras vezes os presos eram levados á  
 mesma intendencia no meio de tumultos e assuadas, como se  
 os desgraçados, que no meio dos *chuços* ali eram conduzidos,  
 fossem os mais detestaveis criminosos do mundo. No dia 29  
 de janeiro de 1809 não se viu mais em Lisboa do que bandos  
 de homens armados de chuços, conduzindo á sobredita inten-  
 dencia individuos portuguezes, e outros de diversas nações,  
 para n'ella serem inquiridos e examinados. No dia 31 do dito

vez uma escolta da legião de S. Paulo, havendo prendido um ancez na rua do Carvalho, alguns officiaes inglezes com um esquete de cavallaria lhes quizeram tirar o preso; mas havendo-o recolhido no corpo da guarda uma patrulha da guarda real da policia da Ribeira Nova, os legionarios fizeram com os seus chuchos frente aos officiaes inglezes, que tiveram de se retirar sem poderem livrar o preso. Estes e outros que taes procedimentos tornaram-se por então frequentissimos, e não era menos frequente ouvirem-se discursos populares em algumas lojas, tendo por fim umas vezes exaltar ainda mais as paixões das baixas classes, e outras censurar terrivelmente as medidas do governo, dando-as por improficuas para a defeza e segurança do reino, emittindo cada um, constituido em censor, o juizo que bem lhe parecia.

Era portanto indispensavel que o governo, attendendo ás exigencias do intendente geral da policia, recorresse quanto antes á adopção de uma providencia, capaz de restaurar o sossego publico e manter devidamente a ordem. Quando porventura a policia vigiasse pela sua parte a marcha dos acontecimentos, ainda assim seriam improficuas as suas diligencias, porque como então havia uma força armada sujeita a diferentes chefes, as auctoridades civis e policiaes nada mais podiam fazer do que representar, e era isto o que já tinha feito o intendente, ao qual o proprio ministro inglez dirigiu tambem um officio sobre este ponto, officio que o mesmo intendente





ros da sua bagagem, n'um dos quaes se achou a sua particular correspondencia com Napoleão, a quem relatava, como já dissemos, o bom serviço que lhe prestára, ou suppunha ter prestado, a *maçonaria* portugueza na sua entrada em Lisboa, trabalhando para se manter o socego da capital<sup>1</sup>. Sabido isto pelos governadores do reino, a *maçonaria* não podia deixar de ser fulminada por elles. Seguiu-se depois a este facto a publicação das actas do *conselho conservador de Lisboa*, publicação que nos mesmos governadores do reino causou um feroz e estúpido ciume, tornando-se-lhes suspeitos os que d'elle tinham sido principaes auctores, cujos trabalhos reputaram filhos da mesma *maçonaria* e influenciados pelo proprio Junot<sup>2</sup>. Em consequencia pois da carta d'este general a Napoleão, e das actas do *conselho conservador*, decretou-se uma perseguição contra os *maçons*. Na intendencia geral da policia, e na mesma inquisição, havia listas dos individuos que eram *pedreiros livres*, em consequencia de terem sido entregues ao ajudante da intendencia, Jeronymo Francisco Lobo, as actas da grande loja e o archivo maçonico por um *maçon*, chamado Mauricio José Nogueira, natural do Algarve, e que era caixeiro de um inglez<sup>3</sup>. N'aquellas listas não só se conti-

<sup>1</sup> Os livros d'esta correspondencia foram apprehendidos pelas *avancadas* do general Bernardim Freire de Andrade, junto ao Cercal, *avancadas* commandadas pelo major Sebastião Pinto de Araujo Correia, quando da cidade de Lisboa o general Junot saiu para dar a batalha do Vimeiro.

<sup>2</sup> Não defendemos, como se vê, a conducta dos governadores do reino na sua perseguição á *maçonaria*; mas suspeita como ella de facto se lhes tornou de *jacobinismo*, incluindo em semelhante suspeita o *conselho conservador*, não tinha o sr. Antonio Coutinho plausivel motivo para, no folheto, que contra nós publicou, a respeito de José de Seabra, seu illustre avô, nos dar por injusto para com a sua memoria, quando o apresentámos como *suspeito de jacobino*, bastando-lhe para isto sómente o facto de pertencer ao *conselho conservador*, o qual, em vez de lhe dar a reputação de patriota e inimigo dos francezes, como o dito sr. Coutinho pretende, bem pelo contrario lhe acarretou o conceito opposto. Sobre este ponto tornámo-nos a referir ao folheto que o leitor achará annexo a este volume, com relação ao mesmo José de Seabra.

<sup>3</sup> Assim se lê a pag. 38 dos *Annaes eCodigo dos pedreiros livres em Portugal*, do dr. Miguel Antonio Dias.



fosse, de que resultou reclamar o governo contra isto ás autoridades inglezas. Uma idéa consoladora se apossou de muitos individuos, tal foi a de suporem que os presos seriam logo interrogados e entrariam em processo, por isso que, effectuada a prisão em um tal dia, não podia admittir-se n'ella a mais pequena demora. Todavia não succedeu assim, conservando-se os presos em segredo e incommunicaveis por espaço de quatro mezes, sem que ministro algum lhes apparecesse para os interrogar. O procedimento do governo para com estes individuos foi tão escandaloso, que o proprio mr. Canning communicou em Londres ao conde do Funchal a viva dor que lhe causava o saber de semelhantes prisões, sendo para elle de espanto o ver que para se sacudir o jugo dos francezes em Portugal se necessitava recorrer á intervenção de um tribunal tão altamente detestado na Gran-Bretanha, tal como a inquisição, cousa que não podia deixar de trazer consigo o augmento dos descontentes <sup>1</sup>.

Apesar das efficazes instancias de mr. Canning e do conde do Funchal, para que os presos da inquisição se pozessem em liberdade, nem por isso se attendeu a ellas, respondendo sobre este ponto para Londres ao ministro portuguez n'aquella côrte o secretario do governo na repartição dos negocios estrangeiros, Cypriano Ribeiro Freire, em officio de 6 de junho de 1809, que alguns réus de crimes d'estado, ou de inconfidencia, tinham sido effectivamente mandados prender nos

rêus foram perguntados pelo ajudante da intendencia, Jeronymo Francisco Lobo<sup>1</sup>. As perguntas feitas a todos foram as mesmas que o dr. Bernardo José de Abrantes e Castro, que era tambem um dos presos, publicou depois na sua obra impressa em Londres no anno de 1810, consistindo todas em saber as particularidades da *maçonaria* e as do celebre *conselho conservador de Lisboa*. Feitas as perguntas por todo o mez de julho, e não resultando culpa ou crime algum contra os presos, quer fosse dos papeis que se lhes apprehenderam quer das inquirições particulares que se lhes fizeram, esperavam elles todos os dias serem soltos, e até esperavam, em vão, da justiça do governo alguma declaração publica sobre sua innocencia. Á vista pois d'isto necessario foi ás desgraças das familias dos presos andarem pelas ante-salas dos membros

<sup>1</sup> Por morte do anterior ajudante da intendencia, José Anastacio Lopes Cardoso, foi lembrado para lhe succeder no cargo Jeronymo Francisco Lobo, que de corregedor do Crato foi chamado por Lucas de Seabra, depois que este foi a intendente, por aviso de 1 de julho de 1807. Lobo passava por homem de conhecimentos, e pouco tempo tinha servido no seu logar de ajudante quando a familia real se retirou para o Brazil em 1807. No governo de Junot serviu sem repugnancia sahindo com o intendente Lagarde, e com tal zêlo, que chegou a ir de cadeira ao palacio do Rocio, por não poder ir de outro modo, pelo mau estado da sua saude. Pedro Lagarde disse na sua saida de Portugal, *que Lobo era o unico portuguez digno de merecer pelos seus serviços a confiança do imperador Napoleão, e que todos os mais para nada prestaram* segundo o que a tal respeito affirmou o desembargador Vicente José Ferreira Cardoso. Depois da saida dos francezes, os governadores do reino conservando no logar de intendente o desembargador Lucas de Seabra da Silva, conservaram tambem como seu ajudante Jeronymo Francisco Lobo, não obstante os serviços que prestára aos mesmos francezes, o que elle Lobo procurou depois escurecer, perseguindo cruamente os que elles se davam como affeigoados. Demittido de intendente o desembargador Lucas de Seabra da Silva, por decreto do Brazil de 1 de dezembro de 1810, Lobo lhe succedeu no logar, como quinto intendente, por portaria dos governadores do reino de 18 de fevereiro de 1811, e fallecendo n'este mesmo anno (31 de outubro), foi nomeado, como sexto intendente tambem por portaria dos governadores do reino do mesmo dia 31 de outubro, o desembargador João de Matos e Vasconcellos Barbosa de Mello galhães, que ainda figurou no tempo da luta contra D. Miguel, em 1833.

do governo, e pelas casas dos que com elles privavam, pedindo a soltura dos seus parentes ou esposos, sem que nada conseguissem com isto. Foi só no fim de nove mezes de prisão nos carceres da inquisição de Lisboa, conservando-se por todo este tempo incommunicaveis com o mundo inteiro, sem nada saberem das suas familias, que estas victimas do despotismo d'aquelle tempo saíram dos referidos carceres n'uma noite do mez de dezembro de 1809, para depois d'isto serem ainda desterrados para diversas partes do reino, acompanhados por soldados da policia, e estreitamente recommendados aos corregedores das respectivas comarcas. Os logares do seu desterro foram a Figueira, Arganil, Alcobaça, Leiria, Gollegã, Santarem, Alemquer, Almada, Setubal e Algarve, havendo ainda um que passou a ser encarcerado na torre do Bugio, d'onde depois foi para o forte de Santo Antonio. E tudo isto se executou para com individuos que os mesmos homens do poder *vocalmente declaravam innocentes*, quando interrogados sobre este ponto, não havendo publico processo, nem sentença publica ou secreta, e até sem imputação de crime algum conhecido pelas leis do reino. As lagrimas, as afflicções de toda a especie, e os incalculaveis prejuizos que soffreram em sua fazenda, tudo se desprezou por então, ficando alguns dos perseguidos para sempre arruinados, postoque entre elles não deixasse de haver quem pela sua indiscreta conducta desse causa ao procedimento do governo, até certo ponto justifica-

salto e receios que taes procedimentos tinham infundido em os homens illustrados, alvo, como já por então começavam a ser, das suspeitas e odios da ignorante plebe, só pelo factor da sua illustração, tida como synonymo da sua affeição ás doutrinas *jacobinicas* ou liberaes, outros males affectavam tambem por aquelle tempo no mais alto grau as já citadas familias, era o insupportavel peso, e até mesmo insupportavel vexação dos aboletamentos. Com a entrada e conservação das tropas inglezas em Lisboa ordenára-se ao intendente geral da policia que fizesse apromptar os alojamentos necessarios para os officiaes das referidas tropas. O intendente providenciou como lhe pareceu conveniente; mas não lhe foi possivel evitar o incommodo que semelhante estado de cousas occasionava aos moradores da capital, porque os actos de violencia dos officiaes inglezes foram taes, e tão repetidos por alguns d'elles, que o mesmo intendente chegou a exigir do general sir J. F. Cradock a fixação de certas regras, que servindo de base á ordem dos aboletamentos, pozesse termo a uma parte das violencias que faziam o objecto de multiplicadas queixas. Annuiu o dito general a semelhante requisição, e estabeleceram-se, entre outras providencias, as seguintes: 1.<sup>a</sup>, que nenhum official que saísse de Lisboa podesse conservar o seu quartel, mas que entregaria o boleto na repartição em que o tinha recebido; 2.<sup>a</sup>, que nenhum official podesse escolher casa, mas só requerer quartel proporcionado á sua graduação; 3.<sup>a</sup>, que aos coroneis competissem quatro quartos, aos tenentes coroneis e maiores tres, aos capitães dois, e aos subalternos um, devendo os officiaes civis seguirem as mesmas regras, segundo as suas respectivas graduações; 4.<sup>a</sup>, que nenhum official passasse a outro o seu boleto; 5.<sup>a</sup>, finalmente que nenhum official aboletado podesse exigir do seu patrão mais do que a simples habitação. Apesar d'isto o intendente confessou ao governo que a desordem continuava cada vez mais, sendo cada vez mais escandaloso o despotismo de alguns officiaes, que se não queriam prestar á obediencia d'aquelles artigos. No decurso de quatro mezes apenas se tinham remettido á policia de vinte a trinta boletos dos que se haviam dado aos officiaes civis e militares; e ape-

nas algumas vezes o major da praça, encarregado da accommodation dos officiaes, annunciou a saída d'este ou d'aquelle regimento, quando de todos elles ficaram officiaes em Lisboa. A consequencia d'isto era darem-se segundos boletos para a mesma casa, que aliás se suppunha não ter já aboletado. Sem embargo da prohibição da escolha dos quarteis, repetidas vezes os designaram os officiaes a aboletar, allegando especiosas razões.

A designação dos quartos, correspondentes ás patentes, foi outra declaração sem effeito, porque grande parte dos officiaes que entravam nos quarteis, não só excediam o numero que lhes competia, mas até escolhiam arbitrariamente os que muito bem queriam, sem attenção alguma ao resguardo e commodidade das familias. Em vão se lhes determinou que nada mais exigissem do que a habitação; moveis, roupas, camas, que lhes não competiam, e até mesmo carvão, lenha e outros mais artigos, tudo foi por elles pedido com altivez e insolencia, e a satisfação de semelhantes exigencias foi por elles considerada como uma divida, pouca ou nenhuma differença havendo entre a sua conducta e a que anteriormente tinham tido os officiaes do exercito de Junot. Acrescia alem d'isto outro novo motivo, que muito estorvava a regra dos aboletamentos. Muitos dos referidos officiaes traziam comsigo familias, e quando se lhes dava boleto para um individuo, appareciam na casa para onde elle ia mulher, filhos e creados, e na impossibili-

tando como um acto de violencia o manda-la sair da dita casa. Já se vê pois que não entregando os officiaes aboletados os seus respectivos boletos, quando saíam de Lisboa, não se podia saber os quartéis que havia disponiveis: e permittindo-se a estes officiaes a escolha d'elles, não se podia guardar ordem na sua distribuição, segundo a maior ou menor graduação dos aboletados. Os mesmos inconvenientes resultavam de passarem de uns para outros os boletos que lhes tinham sido dados, sendo manifesto o vexame que experimentavam os donos das casas, quando d'elles se exigiam cousas que excediam a simples habitação.

O intendente geral da policia fez todas as diligencias para que semelhantes desordens ficassem sepultadas no silencio; mas o orgulho de alguns officiaes levou-os ao rompimento e excessos taes, que não só tornaram inuteis as providencias do general Cradock, mas até encheram de escandalo todos os habitantes de Lisboa, que nos inglezes, seus auxiliares, viam as mesmas prepotencias e orgulho que tinham experimentado nos francezes, seus fegadaes inimigos. Para comprovar uma semelhante asserção sirva de exemplo o que praticou um tenente coronel em casa do thesoureiro mór do erario, o qual apesar de lhe mostrar que em sua casa se achava ainda o aboletado, que anteriormente lhe tinham mandado, não só teimou em ficar-lhe occupando violentamente a maior parte das casas, mas até desprezou a insinuação que lhe dirigira o proprio major da praça, para exigir um novo quartel. Foram estas e outras que taes violencias e vexames que fizeram arrengar muitos portuguezes da tão preconisada protecção britannica para com a nação portugueza. Não foi menos escandaloso o que aconteceu com um official da secretaria d'estado dos negocios do reino, Pedro Jorge Demony, pelas nove horas da noite do dia 5 de agosto de 1809, porque recusando-se receber em sua casa um official das tropas britannicas, pela razão de lhe não apresentar boleto, foi o dito official buscar alguns dos seus soldados, e reforçado com elles, passou ao excesso de lhe abrir violentamente as portas, praticando depois em seguida outros semelhantes factos, sobre os quaes o intendente



geral da policia mandou devassar, dando esta commissão ao juiz do crime do bairro de Mocambo, a quem pertencia o districto onde morava o dito official de secretaria. Pelas ruas e lojas da cidade tambem se fazia notar a desenvoltura dos soldados inglezes. Na rua dos Mastroz, da Silva e nas mais das suas vizinhanças eram tão frequentes os insultos feitos pelos soldados inglezes, aquartelados no Castello, que o mesmo juiz do crime do bairro de Mocambo se via obrigado a dar parte para a intendencia do que ali se praticava. No seu officio de 6 de novembro de 1809 dizia elle, que apenas escurecia o dia, os referidos soldados atacavam, não sómente as casas, mas até mesmo os viandantes para os roubarem. Em outras mais partes da cidade outros acontecimentos havia iguaes a estes. Eis-aqui pois outros tantos motivos de descontentamento para os moradores de Lisboa, e dos quaes se serviam os partidistas dos francezes para mostrarem a falsidade das allegações de que os inglezes vinham para proteger Portugal por impulso generoso e desinteressado, porque de facto elles se mostravam na capital e fóra d'ella tão oppressores e tyrannos, quanto os francezes o tinham já sido. O juiz de fóra de Extremoz tambem se queixou para a intendencia da conducta despotica e absoluta com que os officiaes e tropa ingleza se tinham comportado n'aquella villa, tanto no aboletamento, como nas conducções e transportes, chegando ao excesso de

ram durante o calamitoso anno de 1809; mas as desgraças que n'este mesmo anno aconteceram nas cidades de Braga e do Porto não foram menos lastimosas pelos actos da mais desenfreada anarchia, que n'ellas tiveram logar, a que depois se seguiram os males de uma outra invasão franceza, como passaremos a ver no seguinte tomo.

FIM DO PRIMEIRO VOLUME DA GUERRA DA PENINSULA

## REFUTAÇÃO DE UM FOLHETO

Que com o título de Resposta ao sr. Simão José da Luz Soriano  
acerca de José de Seabra da Silva, publicou seu neto  
o sr. Antonio Coutinho Pereira de Seabra e Sousa

Havendo-se publicado em agosto de 1867 a minha *Historia do reinado de el-rei D. José e a da Guerra civil*, que escrevi por conta do governo, saiu á luz dez mezes depois um folheto, tendo por titulo, *Resposta ao sr. Simão José da Luz Soriano, acerca de José de Seabra da Silva, por seu neto, Antonio Coutinho Pereira de Seabra e Sousa*. Tomando este senhor por incumbencia refutar mais particularmente o que na segunda d'aquellas minhas obras digo a respeito do seu illustre avô, julguei indispensavel annexar a este volume a defeza de tal



dinaria desgraça, tal como a de ser demittido no dia 17 de janeiro de 1774 de todos os empregos que até então exercia, ordenando-se-lhe no respectivo decreto que dentro de quarenta e oito horas houvesse de sair de Lisboa e seu termo, e no de quinze dias peremptorios se apresentasse no valle de Besteiros, comarca de Vizeu, para de lá não sair até segunda ordem de el-rei. Ao precedente decreto seguiu-se no dia 6 de maio do mesmo anno um outro, concebido nos seguintes termos: «Porquanto por decreto de 17 de janeiro do corrente anno houve por escuso de todos os empregos que no meu real serviço occupava o dr. José de Seabra da Silva, sou servido que na secretaria d'estado dos negocios do reino seja lacerado o decreto original de 6 de junho de 1771 (era o da sua nomeação de secretario d'estado adjunto ao marquez de Pombal), que pelo sobredito ficou de nenhum effeito; que o registo d'elle seja trancado e abolido, de sorte que mais se não possa ler, e que este decreto seja registado no livro a que pertence, guardando-se o original na fórma do estylo». As consequencias dos dois referidos decretos são-nos contadas pelo proprio José de Seabra pela seguinte maneira n'uma representação, que depois da volta do seu degredo para Angola se diz ter posto nas mãos da rainha D. Maria I. «Cumpriu o supplicante com o respeito que devia e pôde as reaes ordens, tomando por logar do seu degredo, não o valle de Besteiros, vasto e espaçoso, mas uma pequena casa que tinha na extremidade oriental do mesmo valle, prohibindo-se toda a comunicação até dos parentes, que lhe não foi vedada. No dia ultimo de abril de 1774 achou-se o supplicante surpreendido pelo corregedor de Evora, auxiliado pelo juiz de fóra de Tondella, que lhe intimou ordem de prisão, e outra vocal mais ignominiosa de confiscar todo o dinheiro do supplicante, que se achou não passar de 3:000 cruzados, ordem certamente extraordinaria, prender um homem em sua casa, confisca-lo parcialmente no dinheiro e deixar-lhe intactos os mais bens! Dentro em poucos minutos saiu o supplicante de casa a esperar fóra d'ella uma escolta de cavallaria, que devia segura-lo na viagem até ao Porto, onde chegou ao castello da Foz a 4



de que resultou irem ellas adquirindo successivamente maior grau de certeza e gravidade, em presença da demora e augmento proporcional que o castigo foi tendo, e portanto do augmento da animadversão que em el-rei foram tambem produzindo para com o réu as suas ditas culpas, e da averiguação que sobre ellas se ia fazendo. A não ser isto assim, não tem explicação cabal a referida demora na definitiva condemnação do réu, e nem o augmento que o seu castigo foi tendo póde igualmente ter explicação cabal, a não se tornarem tambem cada vez mais graves semelhantes culpas, chegando a um ponto tal, de el-rei querer até mostrar que nunca em tempo algum José de Seabra lhe mereceu confiança, pelo facto de lhe mandar lacerar o decreto por que o nomeára ministro d'estado, a fim de que nunca mais se podesse ler, ordenando depois d'isto que fosse degradado pelo duro modo por que o foi e para o inhospito logar em que o lançaram. A benignidade, que no principio da desgraça de José de Seabra ainda assim se deixa ver, é maior que a que se teve para com outros réus d'estado. Assim se prova pelo que succedeu ao ministro da marinha, Diogo de Mendonça Côrte Real, ao qual no decreto da sua demissão, com data de 3 de agosto de 1756, se ordenou que dentro em *tres horas* saísse de Lisboa para a distancia de quarenta leguas d'ella, fulminando-se-lhe ao mesmo tempo a sua conducta (postoque sem especialisar claramente o crime), dizendo-se-lhe sómente que era em rasão dos barbaros e infieis procedimentos que havia praticado, excitando com horrorosos escandalos a paz, civilidade e obediencia que tinha por natureza, homenagem, fidelidade e obrigação de guardar, sem que tambem a respeito d'elle e do ministro que o substituiu no cargo, Thomé Joaquim da Costa Côrte Real (a quem igualmente coube a sorte de ser mandado preso para o castello de Leiria, onde morreu), houvesse audiencia dos condemnados, processo, sentença, ou ao menos um termo em que fossem ouvidos no respectivo gabinete, para n'elle se guardar semelhante termo. Este foi sempre o modo por que o marquez de Pombal castigou no seu tempo os réus d'estado, sem que n'este ponto houvesse especialidade alguma de procedimento

para com José de Seabra. A especialidade que para com elle houve foi a de mais alguma benevolencia, como já se disse, poisque o decreto da sua demissão, sem nada conter em desabono da sua conducta, só allega ser-lhe dada por conveniencia do real serviço, marcando-lhe de mais a mais o espaço de quarenta e oito horas para sair de Lisboa e o de quinze dias para se apresentar em valle de Besteiros, ao passo que a Diogo de Mendonça só lhe concederam *tres horas* para o mesmo fim. E todavia este ministro, indo ao principio para Salréo, foi depois para Mazagão, d'onde por occasião da entrega d'aquella praça aos mouros voltou para Peniche, onde morreu, ao passo que José de Seabra foi ao principio mandado de Lisboa para Besteiros, de lá para o castello da Foz, depois para o Rio de Janeiro, e por fim para as Pedras Negras, pelo duro modo por que o foi, o que me induz a crer que as suas culpas ou crimes foram, depois de madura averiguação, julgados de muito maior gravidade que os de Diogo de Mendonça, dando-se mais a singularidade de alguns dos seus parentes e amigos terem tambem sido envolvidos na sua desgraça, o que não succedeu aos parentes e amigos d'este outro ministro.

Com certeza não se sabem quaes fossem semelhantes culpas ou crimes: um mysterioso sigillo guardam e guardarão até á consummação dos seculos debaixo da pesada campa sepulchral em que jazem as pessoas que d'isto souberam. O que realmente admira é que José de Seabra, tendo sobrevivido por muitos annos á morte de el-rei D. José e á da rainha sua mulher, bem como á queda e morte do proprio marquez de Pombal e do cardeal da Cunha, e vivendo portanto em perfeita liberdade n'uma epocha de manifesta reacção ao reinado d'aquelle soberano, e em que por consequente tinham já caducado todas as contemplações que podia haver para com as pessoas notaveis do referido reinado, nem elle, nem algum por elle manifestasse no publico, ou no particular o mais pequeno indicio da causa motora de tão extraordinario acontecimento, nem d'isto deixassem memoria escripta. Não posso acreditar, para desculpa de um tal sigillo, que a conducta de José de Seabra fosse tão isenta de crime, que não só ignorasse,



mas que nem até suspeitasse qual fosse a causa da sua desgraça, a ponto de cousa alguma nos deixar escripto sobre ella. Tendo esta tido logar em 1774, e tendo elle fallecido em 13 de março de 1813, tenho tambem por incrível que nunca durante este tempo lhe chegasse aos ouvidos o que a voz do publico dizia sobre tal assumpto, para o rebater, se é que realmente o tinha como desairoso para si e por contrario á verdade. O que portanto infiro de tudo isto é que o silencio da sua defeza, quer emquanto vivo, quer em memoria posthuma, não póde deixar de se ter como prova de que a dita causa lhe não foi honrosa, não se lhe podendo applicar com justiça a denominação de *portuguez de lei*, que lhe dá seu neto.

Para o purificar da feia mancha de *traidor* para com el-rei D. José e o seu omnipotente ministro cita o sr. Antonio Coutinho a resposta dada pelo marquez de Pombal ao decimo quinto quesito do interrogatorio que em 1779 se lhe fez na villa do seu titulo, depois da sua desgraça, resposta em que o dito marquez attribue ás intrigas e calumnias do cardeal da Cunha o infortunio de José de Seabra. De reforço a este allegado acrescenta mais o sr. Coutinho que nos archivios da casa da Bahia existe um documento, tendo uma nota affirmativa do proprio José de Seabra, abonando tambem a sobredita resposta. Eu nunca duvidei, nem duvido, da existencia de uma e outra cousa, a minha duvida consiste toda na sinceridade ou verdade do que a tal respeito dizem o marquez de

sinceridade da resposta do marquez, porque vendo elle o empenho que os ministros de D. Maria I tinham em o metter em trabalhos e desgraçar, tomou por norma responder constantemente aos quesitos do interrogatorio por modo que se não compromettesse, como devia fazer, e todos igualmente fariam em iguaes circumstancias. Inquerido pois sobre a desgraça do seu antigo collega, Diogo de Mendonça, bem longe de se dar por culpado d'ella, respondeu *que el-rei a ordenára, tendo elle supplicado o soberano para que o não encarregasse da sua execução*. Perguntado sobre os presos do forte da Junqueira, a sua resposta foi que *sua magestade os mandára prender, para impedir qualquer futura reacção pela sua parte*, descarregando assim a responsabilidade das medidas sobre as ordens do soberano. Perguntado sobre a desgraça dos jesuitas, *declarou que a sentença foi quem os tornou culpados*. Perguntado sobre o desterro dos infantes, chamados *meninos de Palhavã*, respondeu que tendo aspirado á mão da princeza D. Maria, e feito opposição ao casamento da referida princeza, *el-rei se indispoz de tal modo contra elles*, que o resultado d'isto foi o seu degredo. Interrogado geralmente sobre tudo o que fica dito, e portanto sobre todas as prisões, feitas desde o attentado de 3 de setembro de 1758 até 1760, e não menos sobre os maus tratamentos dos individuos presos nos respectivos carceres, a sua resposta foi a de que *el-rei ordenára tudo, e elle nada mais fizera que executar as suas ordens*. A isto acrescentou ainda que o mesmo soberano lia os extractos das cartas interceptadas que lhe apresentava Antonio José Galvão, empregado no ministerio do reino, ordenando depois o castigo dos que lhe pareciam culpados. Finalmente terminou a sua resposta declarando que a confiança illimitada com que el-rei D. José o honrara só tivera logar depois de 1760. Contra esta resposta appareceram as declarações de Manuel José da Gama de Oliveira, juiz do tribunal da inconfidencia, de José Joaquim Emauz Correia, Diogo Ignacio de Pina Manique e João Gomes de Araujo, secretarios do mesmo tribunal, declarando que todas as referidas prisões tinham sido ordenadas por elle marquez de Pombal. Com isto deu-se

tambem a circumstancia do citado Antonio José Galvão declarar igualmente que era elle marquez de Pombal quem tinha ordenado todas as prisões, feitas em consequencia da leitura dos extractos das cartas interceptadas. Á vista pois do exposto é claro, que as respostas dadas pelo marquez de Pombal no interrogatorio que se lhe fez não têm por si o cunho da verdade, nem merecem fé alguma, sendo esta a razão por que não creio na sinceridade do que respondeu ácerca de José de Seabra, tendo por incrível que só n'esta resposta fosse sincero e verdadeiro, não o sendo nas mais.

Mas pondo por algum tempo de parte o que fica dito, perguntarei eu agora: poderá ter-se n'este caso por explicação cabal a palavra banal de *intrigas*, sem especialisar, nem designar sequer por supposição quaes foram as cousas que as tiveram por alvo? Allegações feitas por similhante maneira são puras banalidades, que a sensata opinião publica não póde jamais aceitar como justificação plena de José de Seabra. Duvido muito que o cardeal da Cunha, a quem taes *intrigas* se attribuem, sendo tão esperto e velhaco como realmente foi, se mettesse no arriscado lance de se constituir d'ellas auctor, não tendo por si o previo apoio do marquez de Pombal, tanto pelo character servil e abjecto do referido cardeal, como porque sendo José de Seabra o homem da sua maior estima e confiança, ir contender com este era ir contender com aquelle, e portanto expor-se a represalias iguaes áquellas de que foram



se pretende, condemnado a degredo para Angola por ordem de el-rei e approvação plena do marquez de Pombal, tendo esses crimes por si suspeitas do maior desaire para elle, attento o inviolavel segredo que constantemente guardou sobre as causas da sua deportação n'um tempo em que já não havia rasão alguma para assim o fazer.

Mas seria o crime de José de Seabra o ter revelado, como já dissemos, á rainha D. Marianna Victoria o plano que el-rei D. José e o marquez de Pombal conceberam de, em tempo competente, fazerem passar a corôa d'este reino para a cabeça do principe D. José, filho primogenito da princeza do Brazil, D. Maria, depois rainha D. Maria I? Vejamos se esta é ou não a versão mais cordata, ou a de se suppor que tal delação fosse o verdadeiro crime de José de Seabra. Como todos sabem, a dita princeza D. Maria foi sempre muito apprehensiva, timorata e devota, degenerando ás vezes em loucura os escrupulos mysticos do seu espirito. O principe D. José, filho mais velho da referida princeza, fôra vigiado na sua educação com o maior esmero pelo marquez de Pombal, de que resultou tornar-se um principe de muitas esperanças pelas suas luzes e talento. Diz-se que o principe se mostrava grato ao marquez pelos cuidados que lhe merecêra, d'onde veio que, temendo este tornar-se de nenhum effeito o bem que com as suas medidas buscava fazer ao paiz, quando porventura o governo do reino houvesse de caír nas mãos da referida princeza, pretendesse,



achava disposto para a execução d'este plano salutar, em cujo segredo entrava apenas el-rei, o embaixador de França, o marquez de Pombal e o ministro dos negocios do reino, José de Seabra da Silva, sua creatura e confidente, quando este, *com total esquecimento dos seus deveres*, fez mallograr o projecto, communicando-o á rainha, que immediatamente prohibiu sua filha de assignar papel algum sem seu consentimento, ainda que apresentado lhe fosse por el-rei seu pae. Mais docil á vontade de sua augusta mãe, altiva e severa, do que ás de um pae benigno, recusou D. Maria assignar a declaração de renuncia, quando lhe foi apresentada por el-rei, que assim desapontado viu-se compellido a desistir do projecto. *Cego pela ambição tinha José de Seabra provavelmente julgado substituir no lugar o seu protector*, e assenhorear-se da pessoa de el-rei, calculando já como viria a reinar sobre o nome da timida princeza; mas como resultado da sua *perfidia* foi desterrado para o presidio das Pedras Negras, onde infallivelmente encontraria a morte, se não fossem os affectuosos cuidados de uma preta compassiva que d'ella o livrou». Do testemunho dos coevos citarei em primeiro lugar o que se lê sobre este ponto na *Vida do marquez de Pombal*, onde se diz: «Queixava-se sem reboço o marquez de que, sendo-lhe este homem (José de Seabra) o mais obrigado possivel pelos beneficios recebidos, tanto honorarios, como lucrativos a que o promovêra, fazendo-o confidente dos seus mais intimos se-





ser com semelhante procedimento desleal ao soberano que existia no throno, a quem como tal se havia prestado juramento de fidelidade, se servia como ministro d'estado, e de quem se havia recebido avultada copia de grandezas e mercês honorificas e lucrativas, e isto por um flagrante abuso de confiança, em virtude do seu logar de ministro, não é este de certo um procedimento a que se possa dar as honras de *lealdade*, não podendo ser tido senão como verdadeira *perfidia*, segundo os redactores dos *Annaes biographicos* o classificam; sendo d'aqui que proveiu o deploravel conceito em que fiquei tendo o caracter de José de Seabra. Parece-me altamente repugnante ás idéas que tenho da honra e do dever, que havendo elle sido elevado pelo marquez de Pombal a desembargador do Porto em 1753, e logo no anno seguinte a desembargador da casa da supplicação, e depois a procurador geral da corôa, a chanceller da dita casa da supplicação, a guarda mór da Torre do Tombo, a fiscal da companhia do Gran-Pará e Maranhão, a executor da real fazenda da rainha D. Marianna Victoria, a desembargador do paço, e por fim até mesmo a ministro d'estado em 6 de junho de 1774, tendo apenas trinta e nove annos de idade, isto n'um tempo em que só eram precisos longos annos de carreira publica para alcançar taes cargos<sup>1</sup>, sem

<sup>1</sup> Não menciono as datas de todas as nomeações acima referidas, por me não fiar nas que a pag. 46 do seu folheto para ellas menciona o sr. Antonio Coutinho. E não me fio n'ellas, porque o seu auctor, corre-



e valimento do mesmo marquez de Pombal; parece-me, repito, altamente repugnante que no meio de tudo isto faltasse á lealdade que devia ter para com o seu bemfeitor e amigo, e juntamente com elle ao seu proprio soberano, que por tantas vezes o agraciára com mercês sobre mercês, não tendo para tão feio procedimento outro motivo mais que a sua desmedida ambição, que o cegou a ponto de perpetrar tamanho abuso de confiança. Diz o sr. Antonio Coutinho que se não devem condemnar os homens por suspeitas, *quando os seus precedentes abonam a sua honradez*, proposição que sem repugnancia alguma lhe aceito; mas tambem julgo que quando esses precedentes não abonam honradez, ou antes a desabonam, não se podem com bom fundamento elogiar homens que a similhantes precedentes não só reúnem suspeitas de culpas graves, mas até mesmo factos criminosos. Não me parece que os precedentes de José de Seabra se possam ter como abonadores da sua conducta, á vista do desleal procedimento que teve para com el-rei D. José e o marquez de Pombal, seu bemfeitor e amigo, aggravando-se de mais a mais este caso com a indifferença com que viu ser o referido marquez o causador da morte de seu pae, o desembargador do paço Lucas de Seabra da Silva<sup>1</sup>, chegando até ao ponto de se constituir d'elle marquez instrumento docil para tudo quanto de atroz e iniquo houve por bem fazer durante quasi vinte annos de gabinete que junto d'elle serviu, já como seu confidente, e já como seu ministro ajudante, d'onde lhe resultou conseguir por tal qualidade tudo o que d'elle conseguiu. Será pois louvavel similhante conducta, particularmente em vista do contraste que

<sup>1</sup> Diz o sr. Antonio Coutinho a pag. 38 do seu folheto que não tem idéa do que succedêra a seu bisavô, Lucas de Seabra: se o não sabe, e falla com sinceridade, irá achar do facto alludido acima alguns mysteriosos indicios nas lin. 13 e 14 do *Elogio historico* do sr. marquez de Rezende, e se isto ainda lhe não bastar, busque ler a já citada *Vida do marquez de Pombal*, e na falta d'esta obra, as proprias *Recordações* de Jacome Ratton, onde a pag. 195 achará relatado similhante successo. Sendo este um notavel caso de familia, admira como s. ex.<sup>a</sup> se ache tão estranho a elle!



miu as funções do cargo a que taes expressões se referiam, nem d'esse cargo foi demittido, como a não continuar em ministro devia succeder. Tenho pois para mim que Martinho de Mello e Castro nada mais fez que sacrificar na alludida portaria ao seu favoritismo e amisade o seu rigoroso dever, faltando assim ao devido respeito ao soberano que ainda existia, e desfeiteando a par d'isto o marquez de Pombal, seu proprio collega, quando em começo de desgraça, ao passo que durante a sua omnipotencia não teve a coragem de se lhe oppor a qualquer das suas mais crueis e violentas medidas, sem mesmo se subtrahir á deshonrosa presidencia do abjecto tribunal, se tribunal se lhe póde chamar, que sem provas cabaes condemnou o miserrimo João Baptista Pele á cruelissima morte que se lhe deu, não duvidando assignar humilde e submisso a respectiva sentença de morte, talvez que sómente por ordem recebida do marquez de Pombal, da vindicta do qual foi genuina expressão similhante sentença. Não creio pois que a portaria citada pelo sr. Antonio Coutinho fosse o effeito das ordens dadas a tal respeito pela rainha regente, D. Marianna Victoria, parecendo-me impossivel que por similhante fórma ella se propozesse desfeitear tambem seu marido, contrariando-lhe os seus decretos ainda mesmo em vida. Mas se ella com effeito o fez, devemos concluir que José de Seabra lhe estava muito na lembrança por algum importante serviço que lhe prestára, poisque de ordinario em tão altas personagens



confidente e como ministro, fui removido e proscripto no principio de 1774 para Lobão, para S. João da Foz e para Angola, sem auto, sem sentença e sem ser ouvido. Tudo isto por affectadas e falsas informações, como declarou a rainha nossa senhora no decreto de 21 de outubro de 1778, que ordenou se imprimisse. Deixo de trazer á memoria as miudezas insolitas, mesquinhas e indecentes que n'esta occasião se praticaram commigo, e que sua magestade mesma notou e estranhou; preponderaram porém as rasões de congruencia de dois ministros d'estado, que eu contava e conto por meus verdadeiros amigos, que se assombraram commigo n'esse momento, como depois me confessaram repetidas vezes. Tive eu a indiscrição de dizer verbalmente que o dito real decreto me enchia de toda a satisfação, mas que ella seria maior e mais completa *se o decreto se adiantasse a mais, attendendo-me da maneira que sempre se praticára, e como sua magestade tinha practicado ainda com ministros removidos do real serviço em figura de culpados.* O resultado d'esta minha indiscrição foi um decreto particular pelo qual sua magestade me mandava dar no real erario 6:000 cruzados annualmente. *Sua magestade no acto de o assignar duvidou e estranhou a quantia* na presença de quatro ministros do gabinete, dos quaes dois convieram com sua magestade, mas os outros dois mais meus amigos (fallo verdade pura), sustentaram com rasões financeiras a estranhada quantidade da pensão, e prevaleceram. A consequen-





que a voz do publico tem para tal deportação apontado a que parece mais provavel é a da *infidelidade* do mesmo José de Seabra para com el-rei D. José e o seu ministro, marquez de Pombal, delatando á rainha D. Marianna Victoria o plano que elles tinham concebido de fazer passar a successão da corôa por morte do avô para a cabeça do neto, ficando assim de nenhum effeito a da princeza do Brazil, sua mãe, em conformidade com o que a tal respeito consignei nos meus escriptos, impugnados n'esta parte pelo mesmo sr. Antonio Coutinho, no seu folheto, com o título de *Resposta* a mim dirigida.

## II

Passando agora a fallar da probidade e honradez com que José de Seabra desempenhou os logares que teve na carreira publica, e sobretudo o de ministro d'estado, quer antes, quer depois que voltára do seu exilio, direi que effectivamente não tenho documento algum para lhe provar a falta d'aquellas qualidades, nem o sr. Antonio Coutinho para as abonar faz tambem mais do que juntar ao seu folheto um mappa dos vínculos em que seu avô succedeu por herança paterna e dos mais que lhe vieram pelo enlace matrimonial que effeituou. É certo que a voz do publico costuma ser n'estes pontos muito enganadora; mas verdadeira ou falsa que seja, é inquestionavel que similliante mappa não é prova cabal para a destruir,



cê, talvez que pela crença de que se honrava a si proprio ua pessoa de seu filho, conducta que n'esta nossa epocha liberal tem servido de exemplo para alguns ministros constitucionaes se ataviarem tambem uns aos outros com titulos, grand-cruzes, commendas e o mais que lhes apraz. Provavelmente tão indecente pareceu ao sr. Antonio Coutinho semelhante conducta, que se não atreveu a tirar da citada carta de mercê argumento algum para provar a grandissima injustiça do exilio a que o seu illustre avô foi condemnado, indo em 1774 de Lisboa para Lobão, depois para o castello de S. João da Foz, no Porto, de lá para o Rio de Janeiro, e por fim para Angola, fixando-se-lhe o local da sua residencia no presidio das Pedras Negras, de que lhe resultou habilitar-se para confeccionar a sua *Descripção magistral da Africa portugueza alem do Equador*, que alguem lhe attribue<sup>4</sup>.

### III

A respeito da injustiça que o sr. Antonio Coutinho me attribue em dar o seu illustre avô como *jacobino*, tentações tive de nada lhe responder, para lhe evitar uma represalia que não pôde deixar de o desgostar; mas vendo que o publico me teria por calumniador, se me deixasse ficar silencioso, sobretudo vendo sobre este ponto o desabrimento de s. ex.<sup>a</sup> para

dita *Resposta* uma tirada da minha *Historia da guerra civil*, em que digo que o seu illustre avô *teve fama de ser rotado ao partido francez*, expressões que tomou como de grande escandalo, reputando-as calumniosas: n'este ponto faz-me injustiça. Em primeiro logar as expressões de que *teve fama* denotam pela minha parte uma certa duvida em o classificar como tal, e se eu, que tão severo fui e sou para com José de Seabra, não tivesse receios, não de faltar á verdade, porque realmente o tinha e ainda hoje o tenho como um dos *grandes jacobinos* que Lisboa viu no seu seio em 1808; mas de causar com isto desgosto aos seus descendentes, tê-lo-ia desde logo apresentado como tal. Tornar-me pois o sr. Antonio Coutinho tão responsavel por uma expressão duvidosa como se fosse affirmativa, parece-me ser da sua parte um calor excessivo, e talvez mesmo que filho da consciencia que tinha de que eu não faltava á verdade. E entendo não ter faltado a ella. por ter achado José de Seabra comprehendido n'uma relação de *jacobinos* (e de mais a mais incluído na classe dos *singulares*), mandada para o Rio de Janeiro, na qual ia reputado não só como *organisador da junta dos tres estados*, que ao imperador Napoleão pediu que *tomasse os portuguezes como seus subditos*, e na falta d'isso, *que lhes desse um rei da sua escolha*, mas até como sendo elle o *auctor* do celebre decreto e regimento dos corregedores mōres, promulgados por Junot, cousas que tanta animação e diversão causaram no paiz. Se estes dois factos se acharem de mais a mais confirmados por uma auctoridade invocada e tida pelo sr. Antonio Coutinho por insuspeita e *sabedora da verdade* do que por então se passou, abonando-se até com ella nas suas asserções, será em tal caso obrigado a dar-se por convencido de que effectivamente seu avô teve contra si a reputação de ser um *grande jacobino* durante a dominação de Junot. Vejamos pois se ha ou não essa grande auctoridade, e por assim dizer de esmagar.

Quem folhear a *Historia da guerra da península* do general Foy, auctor a quem o sr. Antonio Coutinho invocou como sendo aquella grande auctoridade, achará a pag. 55 do seu terceiro volume descripta a *fidelidade* de José de Seabra

para com os francezes, pelo seguinte modo: «Junot tomava algumas vezes para a direcção dos negocios publicos *os conselhos do velho José de Seabra*, que tinha sido ministro de baixo de tres reinados, e que saído da escola de Pombal, permanecêra inimigo energico, *não do despotismo, mas dos despotas* ignobeis e desasisados. *Seabra procurou* nas velhas instituições da monarchia as fórmãs de que se podia tirar partido na presente conjunctura. *Por instigação sua* a nobreza, o clero, o desembargo do paço (o primeiro tribunal de justiça), e o senado da camara (conselho municipal de Lisboa), pediram ao duque de Abrantes (o general Junot), que adoptasse os meios legaes para fazer conhecer o voto da nação portugueza». D'estas instancias de José de Seabra resultou pois a convocação da tal chamada junta dos tres estados, e em seguida a ella o seu famoso e traidor pedido, descripto assim pelo mesmo Foy: «Reunidos todos (eram os membros da citada junta), dirigiram uma humilde petição, pela qual sollicitaram a honra de serem comprehendidos no numero dos fieis subditos do imperador Napoleão, declarando *que no caso sómente* em que sua magestade imperial pensasse que a situação geographica, ou algum motivo politico não permittisse aos portuguezes serem governados immediatamente por elle, ousavam pedir-lhe *um principe da sua escolha*, a fim de lhe entregarem *com tanto respeito, como confiança*, a defeza das leis, dos direitos da religião, e dos mais sagrados direitos da patria». Tendo portanto José de Seabra sido o *instigador* da convocação da chamada junta dos tres estados, e pedindo esta que os portuguezes fossem tidos por Napoleão como subditos francezes, ou quando assim o não entendesse, que lhes desse um rei da sua escolha, é claro que todos os promotores de semelhante junta e os que na sua petição tomaram parte não podiam deixar por um tal facto de se constituirem, na phrase d'aquelle tempo, como *traidores ao rei e á patria*, denominação aliás fundada, como o sr. Antonio Coutinho seguramente ha de saber, como bacharel formado em direito, nas disposições contidas no § 5.º do Liv. 5.º Tit. 6.º da *Ordenação do reino*, onde se diz: *Se algum fizesse conselho e confe-*

derrota contra o rei e seu estado, no trilhando de se assumir contra elle, no para isso devesse apelar. Mas elle a turba. Expressões que me parecem inteiramente applicaveis ao illustre avô de s. ex.<sup>a</sup> e as que com elle se associaram.

Mas que precisão tenho eu de ir mencionar em Foy o que se acaba de ver, se é a mesma resposta do sr. Antonio Coutinho a que me dá evidentes provas de estar o seu avô pertencendo ao alcance do jacobinismo de seu avô. pois que n'ella se lê no fim de pag. 83 e começo da 84.<sup>a</sup> s. ex.<sup>a</sup> ao se desculpou em escrever o que n'ellas escreveu. eu julgo a vez ser em tão largo que não desse valor ás suas expressões. É pois s. ex.<sup>a</sup> o que em parte testifica o que diz Foy pelo seguinte modo: «O promissal Jacot entrava em Lisboa, e disponha do reino como se fira uma das muitas provincias do imperio francez. E para informar-se do que lhe convinha com referencia á sua nova possessão, buscava e ouvia de varias pessoas; lembrando-se porém da ordem expressa que trazia do seu soberano, procurou José de Seabra da Silva, indigitando-o para ministro do interior, julgando que o estar ha tantos annos no desagrado da corte, a que não teve pejo de alludir, lhe extinguiria os brios de portuguez. Dada da parte de José de Seabra da Silva uma resposta prompta, e surpreendido Jacot por tão dura recusa, elle estranhou desalentadamente. Aqui temos pois o sr. Antonio Coutinho confessando que Jacot buscava e ouvia de varias pessoas para se informar do paiz, ficando-lhe só fazer abertamente que seu avô fira uma d'ellas: mas em toda d'esta ommissão avança mais do que Foy, quando confessa que Jacot trazia ordem expressa de Napoleão, para procurar José de Seabra, o que elle fez, indigitando-o para ministro do reino, logo que elle lhe recusou, segundo parece. Quer pois isto dizer que o seu jacobinismo era de uma ordem tal, que o mesmo Napoleão o tinha por seu partidista, mandando que o consultassem, sendo provavel que tambem d'elle viesse a indicação para seu ministro do reino em Portugal, tendo-o assim por tão francez como os naturaes da França, pois não é crível que tanto empenho mostrasse para o empregar no seu serviço, a

não ter por si grandes provas de não ser seu inimigo. Se Junot se viu ou não por mais de uma vez com José de Seabra, não o posso eu affirmar, postoque seja de presumir que sim, á vista do que diz Foy; mas que os seus conselhos se ouviram mais de uma vez, parece ser cousa de não entrar em duvida. Pois se o sr. Antonio Coutinho não só sabia o que diz Foy, mas até apresenta mais do que elle diz, a respeito do seu avô, para que me irroga n'este ponto suspeitas de calumniador? Pois o ser elle conselheiro de Junot, e o que como tal o induziu a convocar a chamada junta dos tres estados, que pediu a Napoleão que considerasse os portuguezes como francezes, ou lhes desse um rei da sua escolha, não é isto prova do seu *grande jacobinismo*? Julgo que todos dirão que sim. Pois ao sr. Antonio Coutinho nada d'isto faz peso. Que grande ingenuidade é a sua! Tem elle para si que seu avô praticou tudo isto sómente pelo seu amor e fidelidade ao rei e á patria. Apague! Que immensa ingenuidade! Mas perguntarei ao sr. Antonio Coutinho: pois se a obra do general Foy é tida a pag. 85 da sua *Resposta*, como o mais valioso diploma que um general de Napoleão I podia escrever do seu proprio punho á memoria de um portuguez, que todos terão na conta de afrancezado, como poderá não ter este conceito, havendo-se visto n'essa mesma obra ter José de Seabra sido o conselheiro de Junot, lembrado por Napoleão, e até mesmo rogado para seu ministro do reino em Portugal? Pois se a obra de Foy é esse





1808, porque tornando para intendente com a reinstalação dos governadores do reino, taes cousas soaram a seu respeito aos ouvidos do principe regente, mesmo alem do Atlantico, que por decreto de 1 de dezembro de 1810 foi no Rio de Janeiro exonerado de todos os logares que occupava, vencendo todavia os seus ordenados por inteiro, sendo por esta causa que os mesmos governadores do reino nomearam interinamente para exercer as funcções de intendente o desembargador Jeronymo Francisco Lobo, o qual por sua morte foi depois substituido pelo bem conhecido desembargador do paço, João de Matos de Vasconcellos Barbosa de Magalhães, notavel ainda na côrte de D. Miguel, durante as nossas lutas civis entre a liberdade e o despotismo.

Não se pôde dizer ao certo se a demissão que a côrte do Rio de Janeiro dera a Lucas de Seabra da Silva dos empregos que exercia assentou sobre algum justo e comprovado motivo do seu *jacobinismo*, mas é certo que após similhante demissão se deu mais o seguinte caso de suspeitas contra elle. Em officio n.º 57 de 22 de novembro de 1811, enviado de Cadiz para o Rio de Janeiro ao conde de Linhares por D. Pedro de Sousa Holstein, que foi primeiro conde, primeiro marquez e primeiro duque de Palmella, ha umas copias de documentos, remettidos a D. Euzebio de Bardaxi y Azara (ministro da regencia de Hespanha na mesma cidade de Cadiz), por D. Luiz de Onis, ministro hespanhol nos Estados Unidos, o qual assegurava ter visto os originaes, pelos ter tido na sua mão, dizendo serem escriptos pelo governo francez aos seus emissarios na America, nas vistas de provocarem a insurreição das colonias hespanholas contra a metropole. «Entre estes, diz D. Pedro de Sousa no seu respectivo officio, vem tambem um dirigido a uma personagem de Lisboa, em descargo da qual não posso prescindir de observar a v. ex.ª que D. Euzebio de Bardaxi mesmo está longe de prestar uma *inteira fé* á authenticidade d'estes papeis. Ha sem duvida muitos exemplos de falsificações pelos emissarios francezes (porque a respeito da honra e boa fé de Onis não cabe a menor suspeita), tendentes



trée de son armée à Lisbonne; dès lors les promotions devraient être faites selon l'ordre qu'il sera établi par le souverain de Portugal.

«S. M. I. e R. n'a jamais douté que le joug des Anglais ne fut la chose la plus capable de revolter un peuple aussi plein de valeur que le portugais. La lutte qui a affligé jusqu'à présent la Péninsule était un de ses maux que l'ont peut et l'on doit considérer comme nécessaire. Toutefois S. M. I. et R. a déterminé qu'elle finisse et elle finira. Il sera bien glorieux pour V. Ex.<sup>ce</sup> d'affranchir son pays et d'acquérir des titres si éminens à la reconnaissance de S. M. I. e R., ainsi qu'aux sentimens d'estime de la plus haute et parfaite considération de tous les potentats du continent de l'Europe, desquels je m'honore d'être toute, comme — De V. Ex.<sup>ce</sup> le très humble et très obéissant serviteur. — Le secrétaire d'état, *Duc de Bassano, H. B. Maret.* — Palais des Tuilleries, 14 avril 1811. — Ê copia conforme (rubrica). — Ê copia conforme (assignado) *D. Pedro de Sousa Holstein.*»

D. Luiz de Ouis dizia no seu officio para Bardaxi o seguinte: «Ex.<sup>mo</sup> sr. Mui señor mio. Segundo o plano dos emissarios de Napoleão e os seus horriveis projectos, os de novamente revolucionarem o reino do Mexico, bem como a Havana, e pelos documentos inclusos, tirados dos originaes por mim mesmo, se convencerá v. ex.<sup>a</sup> de que ando no alcance dos malvados que se empregam n'este manejo, de modo que com os avisos



dade julgar-se que não só era jacobino o duo fraternal de José de Seabra e Lucas de Seabra, mas igualmente o era o outro duo fraternal de Manuel Maria da Piedade Coutinho Pereira de Seabra e Sousa e Antonio Coutinho Pereira de Seabra e Silva, filhos de José de Seabra. Antevejo que a isto me replicará o auctor da *Resposta*, repetindo-me o que n'ella disse a pag. 69: «Não basta que esses historiadores, tratando de tempos quasi coevos, se escudem no *dizem* ou *diziam*, para se esquivarem a serem taxados de imprudentes. São-no todas as vezes, e até com desvantagem pelo credito das suas obras, quando descrevendo pessoas que morreram hontem, se pôde dizer são pouco escrupulosos em referir o que tem relação com ellas, sem indagar primeiro directa ou indirectamente o que ha de verdade no que d'elles ouviram ou leram, quando ainda tem vivos seus filhos ou netos, expondo-se por esta fórma a um desmentido formal pela voz dos seus descendentes. E por isso estranhámos que um escriptor como o sr. Soriano, que timbra de severo nos seus juizos, de imparcial nas suas opiniões, como tanto ostenta, já na dedicatória da sua *Historia da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal*, caísse n'estas imprudencias, e de maneira tão inconveniente». Sobre esta tirada direi ao sr. Antonio Coutinho, que se não consultei os descendentes de seu avô sobre o que d'elle tinha a dizer, foi pela inteira

nhos, á vista do que sobre tal cousa nos narra, nem tão pouco lhe negarei que a elle pertencessem tambem seu ex.<sup>mo</sup> pae e tio, os já citados srs. Manuel Maria da Piedade Coutinho e o seu irmão veneravel, como s. ex.<sup>a</sup> nos refere igualmente a pag. 84 do seu folheto. Todavia o mesmo Foy nos diz ainda mais adiante, *a conspiração geral* (a que o referido conselho preparava), *ardente em palarras e tímida em acção, marchara sempre á vista, e algumas vezes mesmo debaixo da influencia do general francez.* Já se vê portanto que para que a associação revolucionaria de que José de Seabra foi auctor, *marchasse sempre á vista, e algumas vezes mesmo debaixo da influencia do general Junot,* necessario era que houvesse alguém n'ella influente, que sabendo os seus segredos, os communicasse ao general francez, e d'elle recebesse depois as inspirações traiçoeiras á causa do rei e da patria. E se José de Seabra tinha sido o homem com quem Junot se aconse-

lhava sobre os negocios publicos, sendo elle o que lhe suggeriu a convocação da junta dos tres estados, e o que elaborára o decreto e regulamento dos corregedores móres, e portanto o que privava com elle, não se pôde ter por temerario o julgar tambem a opinião publica d'aquelle tempo ter elle realmente sido o que delatava a Junot os trabalhos da associação em que tanta influencia tinha, e o que d'elle recebia depois as inspirações para o mallogro de semelhantes trabalhos, mallogro que effectivamente succedeu. Seja porém como for, é um facto que a crença de que havia traidores na tal associação, organizada e dirigida por José de Seabra, tornou-se tão forte e geral, que a fama de pertencer a ella foi depois tida por um titulo de deshonra para quem a tinha, e por modo tal, que imprimindo-se em Lisboa, depois da batalha do Vimeiro, um pequeno folheto, mencionando o principio de semelhante associação, os planos que teve em vista, e uma lista dos individuos que d'ella fizeram parte, alguns dos que n'ella foram mencionados reclamaram por avisos na *Gazeta de Lisboa* contra a menção dos seus nomes, negando que em tempo algum tivessem pertencido a semelhante associação. Se pois os reclamantes se reputavam deshonrados em pertencerem a ella, pôde bem suppor-se que não será titulo de honra para José de Seabra e os seus dois filhos a gloria de tambem terem a ella pertencido na qualidade de membros influentes, honra que para elles o sr. Antonio Coutinho tanto busca reivindicar, mas honra que

devida circumspecção, e que de mim provenha a falta que noto: todavia relacionando eu na obra que já se leu sómente os nomes dos que deram até 1:000\$000 réis, em especie, fardamentos de vulto e dois cavallos, e sendo de tanta importancia como se nos diz os donativos feitos pelo pae do irmão *carterel da loja Concordia*, faz-me especie não ter eu achado o seu nome nas relações da *Gazeta*, quer entre os dos que offereceram dinheiro, quer entre os dos que deram fardamentos, e quer finalmente entre os dos que forneceram cavallos, achando-se apenas entre os que offereceram fardamentos o nome do visconde da Bahia, seu filho mais velho. Resulta-me d'aqui a crença de que a omissão ou falta de que trato não é minha, e portanto que a existir ella nas citadas relações da *Gazeta*, com razão se podem levantar duvidas sobre a plena verdade das ostentosas affirmativas que o sr. Antonio Coutinho faz na sua *Resposta* sobre este ponto. Mas qual seria a causa de uma tão notavel omissão? Não é hoje facil sabe-lo ao certo, nem me é dado a mim emittir no publico o juizo que no meu particular formo d'ella, tendo-a aliás na conta de pouco lisonjeira para a memoria de José de Seabra, a respeito do qual se dá tambem uma outra circumstancia, baseada na indução que se tira do officio do citado primeiro visconde da Bahia, incluído no documento n. 11 do folheto do sr. Antonio Coutinho, tal é o de ter o mesmo José de Seabra mudado em setembro ou outubro de 1808 a sua residencia de Lisboa para o Valle de Besteiros, mudança que provavelmente teve por causa a sua reputação de suspeito á causa da restauração, e o receio de que d'isto lhe viesse algum insulto, pela grande exaltação em que o povo de Lisboa por então se achava contra tudo o que por si tinha semelhante suspeita. Com semelhante conducta contrasta singularmente a que por aquelle mesmo tempo teve o conde de Castro Marim e D. Miguel Pereira Forjaz, os quaes durante o dominio de Junot se retiraram para fóra da capital, indo um para o Algarve e outro para Coimbra, voltando logo para Lisboa, apenas acabou tal dominio, seguramente pela certeza que tinham de que não podiam ser cá suspeitos no meio de tal exaltação.



Mas dado que realmente houvesse os donativos feitos por José de Seabra da Silva na grande escala em que seu neto no-los apresenta, poderá d'elles inferir-se que a pessoa que os offereceu jamais sympathisou com o governo francez em Portugal, ou que a Junot não prestou conselhos, nem auxilios de especie alguma? Prova de mais a argumentação que sobre isto se nos faz. Todos sabem que os portuguezes que sympathisavam com as doutrinas da França revolucionaria, julgando que com o dominio francez em Portugal se estabeleceria um governo representativo, estimavam e favoreciam a invasão dos francezes n'este reino. Com semelhantes crenças foi que a *maçonaria* portugueza mandou cumprimentar Junot a Sacavem, quando em novembro de 1807 batia com o seu exercito ás portas de Lisboa, por meio de uma deputação que para tal fim nomeára. Tão convencido se mostrou Junot dos bons officios que a referida *maçonaria* lhe prestou por occasião da sua entrada n'esta capital, que assim o communicou a Napoleão I, como depois se viu dos livros da sua correspondencia, apprehendida pelas avançadas do general Bernardim Freire junto ao Cercal, avançadas commandadas pelo major Sebastião Pinto de Araujo Correia, isto por occasião da saída do mesmo Junot de Lisboa, para ir dar a batalha do Vimeiro em agosto de 1808. Com o andar do tempo os que entre nós aspiravam ao governo representativo, incluindo a mesma *maçonaria*, vendo os pesados vexames e insupportaveis tyrannias da dominação fran-



*gica*, para condescender com elle, não obstante ser esta obra tida por *infame* na opinião de alguns, pelas calumnias e falsidades que lhe notam; 3.º, que apesar de todas as finezas e importantes favores que do dito marquez de Pombal recebêra, nenhum escrupulo teve por fim em lhe ser *infel*, bem como a el-rei D. José, delatando á rainha D. Marianna Victoria um alto segredo d'estado, com o mais flagrante abuso de confiança, e tudo isto movido pela sua ambição pessoal e desejos de supplantar no poder o seu grande protector e amigo, de que lhe resultou ir degradado para Angola pela mais severa maneira; 4.º, que voltando do seu degredo nos principios do anno de 1778, talvez em março, e indo por segunda vez ao ministerio em dezembro de 1788, tambem nenhum escrupulo teve de faltar á verdade, escrevendo para um amigo seu, a quem disse que para similhante cargo fôra nomeado sem *o solicitar*, *nem o desejar*, e até *sem sonhar figurar ministerialmente*, quando a verdade era que elle *o solicitára e desejára*, conseguindo isto *por cortejar e cultivar muito o arcebispo de Thessalonica*, confessor da rainha D. Maria I, que n'ella tinha o mais absoluto imperio; 5.º, que n'este seu alto cargo mereceu o conceito de *só n'elle se occupar em fazer a sua fortuna*; 6.º, que durante a invasão franceza de Junot este general o ouviu nas cousas da governação do paiz, sendo n'ellas aconselhado por elle, de que resultou convocar a chamada junta

que a ha de fuer tão pieta, quanto a fiz sempre pela sua integridade, como independente e insubornavel. Aqui termino pois de uma vez para sempre este longo arrastado, prometendo não voltar mais a esta questão, para fugir ao incommodo de entrar por mais outra vez em argumentos e recriminações sobre questões pessoais, sempre desagradaveis entre os contendores, particularmente estando já dito perante o mesmo publico tudo quanto pôde haver de importante sobre tal questão, quer por uma, quer por outra parte.

Lisboa, em 24 de agosto de 1868. — Simão José da Luz  
Serravallo.



# SYNOPSIS

DAS

## MATERIAS CONTIDAS NO PRIMEIRO VOLUME DA SEGUNDA EPOCHA

---

**Capitulo I.**—Resolvido Napoleão Buonaparte a fazer pôr em execução em Portugal o systema continental que ideára, ordenou que marchasse contra este reino, nas vistas de o obrigar tambem a fechar os seus portos de mar aos inglezes, o general Junot á testa de um exercito, que em 30 de novembro de 1807 veio entrar em Lisboa, onde o dito general fez logo occupar por tropas suas as fortalezas do Tejo, apoderando-se tambem dos palacios reaes, trens e mobilia que n'elles achou, a par de tudo mais que pertencia á corôa; reputando como emigrados todos os que haviam acompanhado a familia real para o Brazil, mandou-lhes seques-



homens, hespanhoes e francezes, pag. 30. — Junot assenhoreia-se de facto do supremo governo do reino, não obstante as aspirações dos generaes hespanhoes a fazerem o mesmo nas suas respectivas provincias, um em nome do rei da Hespanha, e outro de D. Manuel Godoy, pag. 32. — Subserviencia do intendente geral da policia e dos governadores do reino para com Junot, pag. 36. — Pastoraes de subserviencia dos preladados diocesanos do reino para com o mesmo Junot, pag. 37. — Sequestra Junot as propriedades e manufacturas inglezas, e prohibe o uso das armas de fogo, pag. 42. — Deploravel estado a que o exercito portuguez se achava reduzido, e impossibilidade de se poder resistir aos invasores, pag. 43. — Vexames que soffreram os moradores de Lisboa com os aboletados francezes, e exigencias feitas por alguns d'elles, incluindo os seus generaes, pag. 44. — Apprehensão das pratas da patriarchal, a par da sordidez das negociações de Junot e dos generaes seus subalternos, com excepção de Charlot e Travot, pag. 45. — Miseria geral da nação occasionada pelos invasores, pag. 47. — Solemnidade com que no dia 13 de dezembro de 1807 se arreou no castello de S. Jorge a bandeira portugueza para lhe substituir a franceza, pag. 48. — Motim que em Lisboa occasionou similhante solemnidade, pag. 49. — Junot reduz o exercito portuguez, apesar de nullo, com o fim de desarmar a nação, pag. 50. — Generaes portuguezes a quem o mesmo Junot commetteu a effectividade de uma tal redução, pag. 52. — Modo por que se levou a effeito, pag. 53. — Officiaes superiores dos novos corpos organizados, pag. 55. — Officialidade dos estados maiores, pag. 56. — Miseravel estado da marcha da divisão portugueza que Junot mandou para França, indo a Salamanca, Valladolid e Burgos; sua espantosa deserção depois que asiu de Salamanca, pag. 57. — Riqueza e asseio da porção da guarda imperial que se achava em Burgos: illusão da marcha da divisão portugueza para os Pyrenéus, e sua grande deserção, pag. 59. — Modo por que os diferentes





mento no dia 2 de maio de 1808, o qual o mesmo principe Murat abafou no meio de crueldades, que em toda a Hespanha fizeram reproduzir outros que taes levantamentos, o que todavia não impediu que Napoleão fizesse reconhecer seu irmão José Buonaparte como rei da mesma Hespanha, convocando para este fim em Bayonna uma junta geral de hespanhoes, da qual obteve tudo quanto quiz. Depois d'este formulario o mesmo José Buonaparte poz-se em marcha para Madrid, onde entrou no dia 29 de julho, á sombra da victoria ganha pelos francezes sobre os hespanhoes em Medina do Rio Sêco, aos 14 do referido mez, pag. 91.

### Synopse do capitulo

Motivos que levaram Napoleão a emprender a desthronação da familia real da Hespanha; funestas consequencias que por esta causa elle proprio lamentou, e depois d'elle mr. Thiers, pag. 91. — Napoleão, apesar de não ter motivo plausivel para se apoderar da Hespanha, não perdia da idéa semelhante intento, servindo-lhe de pretexto a desunião que lavrava entre os membros da respectiva familia real, pag. 93. — Causas dos odios publicos contra Godoy, pag. 94. — Deploravel situação do principe das Asturias, pag. 96. — Novo engrandecimento de Godoy para o habilitarem a poder excluir o principe das Asturias da successão á corôa, pag. 97. — Manejos empregados pelo principe da Paz para tal fim, pag. 98. — Receios do principe das Asturias, sua nullidade, e suspeitas que a sua conducta infunde aos seus inimigos, pag. 99. — Recorre o principe das Asturias á protecção de Napoleão, pedindo-lhe em casamento uma princeza da sua familia, servindo-lhe para isto de intermediario o embaixador francez em Madrid, Mr. de Beauharnais, pag. 100. — Prisão do principe das Asturias, e papeis que se lhe acharam, e se

2 de maio do citado anno de 1808, pag. 131. — Crueldades de Mural contra os hespanhoes por aquella occasião, pag. 132. — Começa o desfecho das cousas em Bayonna, pag. 134. — D. Carlos IV e seu filho D. Fernando VII tem de abdicar a corôa da Hespanha em favor de Napoleão, indo D. Carlos IV para Compiègne e D. Fernando VII para Valençay, pag. 135. — Revolta das Asturias no dia 24 de maio, pag. 136. — Socorros que para ella se vão pedir a Inglaterra, e resposta lisonjeira que aos comissionados dera Mr. Canning, pag. 138. — Participação que ao parlamento britannico se faz da revolução da Hespanha, pag. 139. — Applauso que ao mesmo parlamento lhe foi dado por Mr. Sheridan, pag. 140. — No meio do enthusiasmo geral dos inglezes por semelhante revolta chega a Londres a noticia da que rebentara na Galliza, pag. 141. — Causas do apparecimento d'esta segunda revolta, pag. 142. — Revolta de Santander, feita a 26 de maio, pag. 143. — Posto que os francezes suplantassem algumas revoltas na Castella Velha, apparecem as de Leão e Valladolid, pag. 145. — Notavel proclamação da junta de Valladolid, pag. 146. — Revolta de Sevilha no dia 26 de maio, pag. 147. — A revolta de Cadiz, em que foi morto o capitão general da Andaluzia, D. Francisco Solano, é seguida das de Jaen, Cordova e Granada, pag. 148. —



Revolta de Aragão, á testa da qual é posto D. José Palafox y Melcy: idéa geral d'este notavel individuo, pag. 149. — Primeiro sitio de Saragoça, pag. 150. — Palafox, sendo batido em Almunia pelo general francez, Lefebvre Desnouettes, retira-se para Saragoça, que o dito general francez começa a bater, pag. 151. — Os francezes levantam finalmente o sitio de Saragoça, pag. 153. — Rasões por que a Catalunha, a Navarra e as provincias vascongadas foram mais demoradas na sua revolução contra os francezes: desculpam-se até certo ponto alguns excessos populares, pag. 154. — Observações geraes sobre as juntas, e em particular sobre a de Sevilha, salvadora da revolução, pag. 155. — Principaes medidas da junta de Sevilha, pag. 156. — Procedimento da junta de Madrid contrario á revolução, declarando-se por José Buonaparte para rei da Hespanha, em conformidade das vistas de Napoleão, pag. 157. — O mesmo Napoleão convoca para Bayonna uma junta de hespanhoes, para lhe sancionarem as suas vistas politicas, com relação á Hespanha, pag. 159. — Napoleão nomeia seu irmão José Buonaparte para rei da Hespanha: caracter d'este novo soberano, pag. 160. — Napoleão, indo encontrar-se com seu irmão José, expõe-lhe as razões que o levaram a nomea-lo rei da Hespanha, pag. 161. — Contestação do imperador com o duque do Infantado; felicitações dirigidas ao novo rei, que definitivamente aceita a corôa da Hespanha, pag. 163. — Napoleão apresenta um projecto de constituição á junta reunida em Bayonna, projecto por ella approvado, pag. 164. — Felicitação dirigida pela junta de Bayonna ao rei José, resposta que este lhe deu, e ministerio que nomeou, pag. 165. — Marcha vagarosa do rei José para Madrid, e disposições dos generaes hespanhoes, Cuesta e Blake, para uma batalha com o marechal Bessieres, pag. 166. — Batalha de Medina do Rio Sêco, ganha por Bessieres a 14 de julho de 1808, pag. 167. — Foi semelhante batalha a que facilitou a entrada do rei José em Madrid, effectuada solemnemente a 20 do citado mez de julho, pag. 169. — Todavia o progresso da insurreição da Hespanha não

apesar da maior força que estes tinham, pag. 220. — Incommodo ao marechal Bessieres, e vantajosa posição tomada em Hespanha, pag. 221. — Começo das operações dos exercitos franceses como o de Moncey, Dupont e Bessieres: vantagens alcançadas sobre os exercitos hespanhoes de Cuesta e Blake: caracteristica d'estes generaes, pag. 222. — Marcha do general Dupont para a Andaluzia, pag. 224. — Os hespanhoes retiram-se adiante deixando estes entrar em Cordova, onde commetteram grandes baixas, pag. 225. — A situação critica de Dupont o obriga a retroceder para Andujar, pedindo socorros, que depois de chegar obrigam a marchar para Baylen e Carolina, pag. 226. — Força do exercito de Castanhos: sua marcha para Baylen e Andujar, pag. 228. — A serra Morena, chamada *Despeña-Perros*: retirada de Dupont para Baylen, pag. 229. — Batalha de Baylen, começada no dia 20 de julho de 1808, sendo Dupont obrigado a pedir ao general hespanho uma suspensão de armas, pag. 230. — Os francezes obrigados a deporrem as armas diante dos hespanhoes, pag. 231. — Operações na Catalunha contra os insurgentes, nada conseguindo, succedendo o mesmo ao marechal Moncey nas suas operações contra Valencia, pag. 232. — Terrivel sensação que faz em Lisboa o desastre de Dupont em Baylen, notando-se os felizes augúrios que comigo trouxe para os inimigos da França, pag. 234. — A referido desastre, chegando a Madrid, obriga o rei José e os espanhoes a deixarem aquella capital, d'onde se dirigem para o estabelecimento da junta central hespanhola em Aranjuez, em 25 de julho de 1808, pag. 235.

Capitulo IV. — Junta fazendo de Lisboa o centro das suas operações militares, cuida somente em guardar bem a barra do Tejo e o reino, tendo algum desentendimento da parte dos inglezes: vindo a revolução da Hespanha contra os francezes, cujo exemplo se espalhou pela cidade de Bragança e depois pela do Porto, a situação tornou-se cada vez mais critica em Portugal, onde o grito da emancipação do jugo francez as provincias do Minho e Trás-os-Montes dando lugar a que o general Loison saísse de Almeida continuando a não passando todavia de Mestô Frio, acossado pelos paizanos das referidas provincias, que o obrigaram a retrogradar outra vez para aquella mesma praça, d'onde veio a cidade de Thomar, passando d'esta a de Leiria, onde o general Mazarin tinha já entrado, a ella consideraveis males, sorte que igualmente coube a Nazareth e a provincias do sul do reino a revolução, restando nellas, e em todas, com incrível rapidez, de que resultaram as desgraças de que motivo os francezes causaram em Villa Viçosa, Beja, e p.

Evora, onde Loison commetteu as maiores barbaridades, voltando de lá para Abrantes, e d'aqui para Thomar. A par das providencias tomadas pela junta do Porto para o triumpho da causa que proclamára, appareceu n'aquella cidade a exaltação da plebe, occasionando tumultos e prisões arbitrarías, em que o bispo d'aquella diocese pareceu ser conivente, tendo por fim chegar á omnipotencia que effectivamente conseguiu, particularmente depois da prisão e sentença do tenente coronel Luiz Candido e do capitão Mariz. Alliança da junta do Porto com a da Galliza, e soccorros que aquella mandou pedir para Londres, pag. 237.

#### Synopse do capitulo

Odios que o dominio francez levantou contra si em Portugal, pag. 237. — Napoleão, tornando-se pela sua parte alvo da viva indisposição dos differentes soberanos da Europa, constituiu-se tambem por outro lado causa remota da diffusão das idéas liberaes em todos os estados da mesma Europa, pag. 238. — Entre as causas que geraram a viva indisposição dos peninsulares contra o dominio francez foi o constituirem-se os exercitos da França propagadores de semelhantes idéas, e alem d'isso os roubos e barbaridades que praticavam desde a classe dos generaes até á dos soldados: recommendações feitas por Napoleão a Junot, pag. 240. — O mesmo Junot, em virtude das citadas recommendações, manda o general Kellerman para Elvas, e o general d'Avril para o Algarve: revolução de Badajoz, e estado defensavel em que esta praça se poz, pag. 241. — Junot faz de Lisboa o centro das suas operações, providenciando por modo que o seu dominio em Portugal se tornasse permanente, pag. 242. — Enumeração das queixas que os portuguezes tinham de Napoleão e do proprio general Junot, pag. 244. — Os progressos da insurreição em Hespanha incitam os portuguezes a tomarem-lhe igualmente o exemplo, pag. 245. —



tos o foram esperar, por lhes parecer incrível a sua chegada; juízo crítico sobre a indole cruel que se lhe attribuia, pag. 277. — Reboiço que teve lugar em Lisboa por occasião da procissão do Corpo de Deus em 1808, pag. 278. — Providencias de Junot para obstar aos progressos da revolta que lavrava no reino, uma das quaes foi mandar ás provincias do norte Pedro de Mello Breyner, o qual não pôde passar de Leiria pela opposição dos povos, pag. 280. — Começa em Olhão, no dia 11 de junho, a revolta do Algarve contra os francezes, pag. 281. — Revolta de Faro, e por fim de toda a provincia, nomeando-se uma junta de governo, pag. 282. — Infeliz revolta de Villa Viçosa, a que os francezes põe cobro, pag. 284. — Lamentavel desastre que experimentou a revolta de Beja, pag. 285. — Revolta de Marvão e Campo Maior, onde se installou uma junta, seguindo-se após isto as revoltas de Ouguella, Castello de Vide, Portalegre e Arronches, pag. 287. — Apesar do passado desastre de Beja, installa-se n'ella uma junta do governo, depois da saída dos francezes: medidas salutaes da junta de Campo Maior, pag. 288. — Junta de Extremoz e suas medidas de defeza, pag. 289. — Revolta de Evora, e installação da respectiva junta, de que foi presidente D. frei Manuel do Cenaculo, seu arcebispo, pag. 291. — Junot trata de obstar á insurreição da provincia do Alentejo; revista geral que em Lisboa passa ás suas tropas, pag. 292. — Preparativos dos moradores de Evora para receber o ataque dos francezes, pag. 294. — Continua a precedente materia, pag. 296. — Ataque dos francezes a Evora, e retirada de algumas das tropas que a defendiam, pag. 297. — Penetram os francezes na cidade, commettendo toda a ordem de barbaridades, pag. 298. — O arcebispo apparece a Loison, pedindo-lhe que fizesse pôr cobro nas atrocidades que se praticavam; o mesmo Loison o encarrega da formação de um governo de que elle arcebispo foi presidente, saindo depois para Extremoz em direcção de Abrantes, pag. 299. — Participação dos acontecimentos de Portugal, feita pela junta do Algarve para o Rio de Janeiro, para onde tambem é





tilheria e engenharia do exercito francez, pag. 324. — *Guarda imperial*, e defeitos da administração do exercito francez, pag. 325. — Golpe de vista sobre a organização e força do exercito hespanhol, e cada uma das armas que o compunha, pag. 326. — Golpe de vista sobre a organização e força do exercito inglez, e juizo critico sobre a sua infantaria, pag. 328. — Força da cavallaria ingleza, sua organização, juizo critico sobre ella, e as restantes armas do exercito inglez, pag. 329. — Golpe de vista sobre a força do exercito portuguez até ao reinado de D. José, pag. 331. — Organização e força do exercito portuguez, que operou na guerra da península, pag. 332. — Força e organização dos antigos corpos de milicias em Portugal, pag. 334. — Com a noticia, chegada a Inglaterra, da revolução do Porto contra os francezes, 800 portuguezes, que lá estavam esperando transportes para o Brazil, pedem ao governo inglez armas e dinheiro, buscando formar um corpo para virem em auxilio da patria, pag. 334. — Organização e força que se deu em Londres á *leal legião lusitana*, pag. 336. — Modificações que depois teve em Portugal até á sua dissolução em 1811: officio do ministro de Portugal em Londres mandado ao bispo do Porto sobre este corpo, pag. 336. — Approvação que a junta do Porto deu á *leal legião lusitana*, sendo sir Roberto Wilson o seu commandante, tendo por immediato o coronel Mayne: rasões por que na promoção feita para este corpo entraram tantos officiaes inglezes, pag. 338. — As mesmas rasões militaram tambem para a admissão de tantos officiaes inglezes no exercito portuguez: considerações sobre a falta de um contrato, que definisse o character que as tropas inglezas vinham ter em Portugal, pag. 339. — A revolução de Portugal contra os francezes foi mais heroica que a da Hespanha: donativos que no Porto se obtiveram para as despesas da guerra, pag. 340. — Primitiva força de 16:000 a 18:000 homens, levantada no reino contra os francezes, a qual é dividida em tres corpos, sendo um d'estes commandado por Bernardim Freire de Andrade, outro por Manuel Pinto Bacellar, denominando-se o



por que o exercito inglez avançou contra ella, pag. 386. — Combate da Roliça, d'onde os francezes se retiram, ficando triumphantes os inglezes, pag. 387. — Carta de Junot, mandada publicar em Lisboa, dando os francezes como vencedores no combate da Roliça, pag. 390. — Inexplicavel demora da marcha de Loison para se ir juntar a Delaborde, ao passo que Wellesley se dirige para a Lourinhã, pag. 390. — Posição do Vimeiro e collocação do exercito inglez n'aquelle logar; chegada de Junot a Torres Vedras, e medidas violentas a que ali recorre, pag. 392. — Marcha de Bernardim Freire de Leiria para Alcobça e depois para as Caldas, vindo Bacellar para Santarem: conducta pouco airoza do primeiro d'estes generaes, pag. 395. — Calculos de Foy sobre a força do exercito francez: suas divisões, brigadas e commandantes, por occasião da batalha do Vimeiro, pag. 397. — Força do exercito inglez, suas divisões, brigadas e commandantes, por occasião da referida batalha, designando-se tambem a força portugueza que n'ella entrou, pag. 398. — Movimentos offensivos que sir Arthur Wellesley projectava fazer sobre Mafra, e que sir Harry Burrard lhe prohibiu: descreve-se a posição do exercito inglez no Vimeiro, pag. 400. — Motivos que Junot tinha para atacar o referido exercito, e marcha que para isto effeitnou, pag. 401. — Batalha do Vimeiro em 21 de agosto de 1808, pag. 403. — Prosegue a mesma materia, pag. 404. — As operações offensivas projectadas por sir Wellesley depois da referida batalha são contrariadas por sir Harry Burrard, pag. 407. — Rasões da contrariedade opposta pelo mesmo sir Harry Burrard, pag. 410. — Retirada do exercito francez para Torres Vedras e Lisboa: o general Kellerman vem ao campo inglez propor uma capitulação, pag. 411. — Sir Hew Dalrymple assume as funcções do commando em chefe do exercito inglez: ao passo que Kellerman busca desempenhar a sua commissão, Junot entra em Lisboa com apparencias de victorioso, como Lagarde buscou fazer acreditar, publicando uma carta do mesmo Junot, pag. 413. — Mau effeito da successiva chegada ao exercito inglez de tres generaes para



nadores installados, aos quaes se submettem as differentes juntas por elles dissolvidas; participação que da sua installação fazem para o Rio de Janeiro, e nomeação dos differentes generaes das provincias, pag. 460. — Cypriano Ribeiro Freire participa para Inglaterra, como ministro dos negocios estrangeiros, a installação dos governadores do reino, agradecendo ao governo inglez os seus auxilios, e pedindo-lhe outros de novo, á vista do estado deploravel a que o paiz se achava reduzido, pag. 463. — Exclusão feita pelo general Dalrymple de alguns dos antigos membros da regencia para fazerem parte da que elle mesmo installára; observações feitas sobre tal exclusão, pag. 465. — Queixas dos partidistas da junta do Porto por similhante motivo: não se faz em Londres a devida justiça ás tropas portuguezas, pag. 466. — Prova-se a falsidade das invectivas feitas em Londres ás referidas tropas, pag. 467. — Modo por que os francezes evacuaram as praças de Elvas e Almeida, pag. 468. — Graves tumultos que tiveram logar no Porto, por occasião da chegada e embarque que lá se effeituou da guarnição franceza de Almeida, pag. 470.

---

Capitulo VI. — Descoberto o Brazil em 1500, e mandadas áquelle estado algumas frotas, em que foi o famoso Americo Vespucio, começa-se com a sua colonisação, dividindo-se o paiz em doze capitánias, seis das quaes sómente effeituaram a dita colonisação, abraçando os colonos muitos dos usos dos indios; este systema porém, incapaz de pôr cobro á desmoralisação que ia lavrando entre os mesmos colonos e ás piratarías dos francezes, bem depressa foi substituido pela centralisação da administração publica nas mãos de um governador geral, sendo só depois d'esta medida que se cuidou na colonisação do Rio de Janeiro, a qual



Capitania de Pernambuco, doada a Duarte Coelho, pag. 498. — Capitania do Espírito Santo, doada a Vasco Fernandes Coutinho, pag. 500. — Capitania de Porto Seguro, doada a Pero do Campo Tourinho, pag. 501. — Capitania dos Ilheus, doada a Jorge de Figueiredo, nada valendo a do Rio Grande do Norte, doada a Antonio Cardoso de Barros, pag. 502. — Mallogro das capitanias do Ceará e Maranhão, doadas a Fernando Alvares, João de Barros e Ayres da Cunha, pag. 503. — Capitania da Parahyba do Sul, doada a Pero de Goes, igualmente mallograda, pag. 505. — Capitania da Bahia, doada a Francisco Pereira Coutinho, pag. 506. — Primeiros artigos da cultura do Brazil, e usos que os colonos tomaram dos indios, pag. 507. — Continuação da mesma materia, pag. 507. — Causas que levaram o governo portuguez a nomear um governador geral para o Brazil em 1549, pag. 509. — Thomé de Sousa foi o primeiro governador geral do Brazil: nomeia-se tambem um ouvidor geral, um provedor mór da fazenda, e um capitão mór da costa, pag. 510. — Thomé de Sousa parte com uma expedição colonisadora para a Bahia, onde foi estabelecer a séde do seu governo, levando comigo já alguns padres jesuitas, pag. 511. — Os jesuitas cuidam da conversão dos indios, ao passo que D. João III consegue erigir um bispado na cidade da Bahia, a que se annexaram todas as terras do Brazil: Thomé de Sousa, visitando este estado, pede para a côrte que se funde no Rio de Janeiro uma povoação honrada e boa, voltando por fim ao reino em julho de 1553, pag. 512. — O segundo governador do Brazil, D. Duarte da Costa, foi infeliz na sua gerencia pelo desregramento de um seu filho, causador da desgraça do primeiro bispo da Bahia, apesar de feliz na sua guerra contra os indios, pag. 514. — O desembargador Mem de Sá, terceiro governador do Brazil, sendo no seu governo que se mandou colonisar o Rio de Janeiro, pag. 515. — Estacio de Sá leva a effeito a dita colonisação em fins de fevereiro de 1565, pag. 516. — O mesmo Estacio de Sá morre n'um ataque, feito contra os indios pelo governador Mem de Sá em janeiro de 1567, pag. 517. —





do Rio Grande de S. Pedro: situação da ilha de Santa Catharina, pag. 555. — Cinco novas capitanias geraes creadas no Brazil, e cinco novas prelasias, pag. 556. — Tratado de limites para o Brazil, negociado entre Portugal e Hespanha aos 13 de janeiro de 1750, pag. 557. — Queixas levantadas contra o referido tratado por parte de ambas as nações contratantes, pag. 559. — Apesar do exposto, trata-se de realizar a demarcação dos dominios portuguezes e hespanhoes na America meridional, pag. 560. — Recorre-se ás armas para submeter ás disposições do tratado os indios contra elle rebellados, pag. 562. — São vencidos pela força das armas de Portugal e Hespanha, sem que apesar d'isso se ultimasse a demarcação projectada, pag. 562. — Achando o marquez de Pombal que os padres jesuitas eram os causadores da sublevação dos indios contra a demarcação, começa com a promulgação das suas medidas contra elles, pag. 564. — Continuando os padres com as suas intrigas, são banidos de Portugal, e a sua ordem finalmente extincta por bulla do papa Clemente XIV, de 21 de julho de 1773, sendo todavia annullado o tratado de limites de 1750, pag. 565. — A guerra de 1762, entre Portugal e Hespanha, torna-se causa da perda da colonia do Sacramento, e da morte do vice-rei, Gomes Freire de Andrade, pag. 566. — O conde da Cunha, vice-rei do Brazil, pag. 567. — D. Pedro Cevallos, tendo tomado a colonia do Sacramento, faz d'ella entrega a Portugal por effeito da paz de Paris, de 10 de fevereiro de 1763, mas recusa-se á entrega do Rio Grande do Sul, que tambem havia conquistado, pondo termo a estas contestações a mudança do ministerio hespanhol em Madrid, e a morte de el-rei D. José em Lisboa, pag. 568. — Governo do marquez de Lavradio no Brazil: escandalos do novo tratado de limites para aquelle estado, com data de 1 de outubro de 1777, pag. 570. — D. Luiz de Vasconcellos e Sousa vice-rei do Brazil em 1779, seguindo-se-lhe depois o conde de Rezende, a este D. Fernando de Portugal em 1800, e por fim o conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha, em 1805, sendo elle



côrte do Rio de Janeiro approva a installação dos governadores do reino, e lhes manda as instrucções por que se deviam regular, pag. 598.— O conde de Linhares participa para Londres a seu irmão a restricção da auctoridade, imposta aos governadores do reino, reclamando tambem contra a nomeação de um agente diplomatico inglez em Lisboa, e propondo a nomeação de sir Arthur Wellesley para disciplinar e commandar o exercito portuguez, pag. 597.— Os mesmos governadores do reino, representando contra a restricção imposta á sua auctoridade, recebem uma outra carta regia, ampliando-lh'a mais algum tanto, pag. 598 e 600.— Nomeação dos generaes para commandarem os exercitos do norte, sul e centro do reino: deploravel estado do exercito portuguez, participado para o Rio de Janeiro pelos governadores do reino, pag. 601.— Max estado do municiamto e fardamento do referido exercito, pag. 603.— Numeração dos corpos do exercito de primeira linha, e quartéis que se lhes designaram, pag. 604.— Creação dos primeiros seis batalhões de caçadores, sua força, bem como a dos mais corpos do exercito, pag. 605.— Enthusiasmo geral da nação, comprovado pela grande affluencia dos donativos, feitos ao estado em dinheiro, cavallos e fardamentos, segundo a relação nominal dos respectivos offerentes, pag. 606 a 612.— Edital do intendente geral da policia e patrulhas de tropas inglezas, destinadas em Lisboa a cohibirem os excessos do povo contra os partidistas dos francezes, pag. 612.— Alguns actos criminosos dos soldados inglezes na capital; symptomas de uma nova invasão franceza, e estragos feitos pelos proprios inglezes no desarmamento do forte de Cascaes, pag. 613.— Escandalosa tentativa dos inglezes para se assenhorearem de Macau, e mallogro de semelhante tentativa, proveniente da resistencia dos chinas, pag. 615 a 624.— Reclamação feita pela côrte do Rio de Janeiro a lord Strangford contra o apresamento dos navios mercantes portuguezes, e sua detenção em Londres, refutando-lhe a par d'isto a sua interpretação, dada ao manifesto de 1 de maio de 1808, pag. 624.— Demonstra-se o



dando a nação a pegar em armas contra os francezes, pag. 662. — Decreto dos mesmos governadores, datado de 11 de dezembro de 1808, tornando obrigatorio o precedente convite, devendo-se todas as povoações fortificar e resistir ao inimigo, quando apparecesse, pag. 663. — Por um outro decreto de 23 do dito mez de dezembro, se ordenou que a população de Lisboa se dividisse em dezesseis legiões, organisadas pelo modo que no referido decreto se declarava, pag. 664. — Denominação das citadas legiões, pag. 665. — Insultos e outras funestas consequencias do armamento da plebe em Lisboa, e representações do intendente geral da policia ao governo sobre este assumpto, pag. 667. — Os governadores do reino foram os proprios que pelos seus actos, taes como prisões e deportações injustas que ordenaram, mais provocaram a exaltação da plebe, pag. 669. — Prisões de varios individuos, por elles ordenadas na Inquisição, por motivos da *maçonaria*, pag. 670 a 675. — Vexames que causaram aos moradores de Lisboa os aboletamentos dos officiaes inglezes, e escandalosas prepotencias de alguns d'estes para com aquelles, pag. 675 a 679.

---

Refutação de um folheto que, com o titulo de resposta ao sr. Simão José da Luz Soriano acerca de José de Seabra da Silva, publicou seu neto, o sr. Antonio Coutinho Pereira de Seabra e Sousa, pag. 681.



## ERRATAS

Pag.	Lín.	Onde se lê	Deve ler-se
4	19	mã .....	mã
64	3	de ali .....	d'ali
267	37	avrando-se ..	lavrando-se
428	21	não fosse....	deixasse de ser
476	{ 22 24	chegaram ...	chegara
517	1	trinta.....	e trinta
534	32	e pagavam...	se pagavam
664	{ 4 5	se lembraram	se lembram



















